



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Fabiana de Paula Lessa Oliveira

História social enquanto tragédia: leitura de *Luta de gigantes, O olho de vidro* e *O senhor do paço de Ninães* (de Camilo Castelo Branco)

Rio de Janeiro

2023

Fabiana de Paula Lessa Oliveira

História social enquanto tragédia: leitura de *Luta de gigantes*, *O olho de vidro* e *O senhor do paço de Ninães* (de Camilo Castelo Branco)



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C348 Oliveira, Fabiana de Paula Lessa.
História social enquanto tragédia: leitura de Luta de gigantes, O olho de vidro e O senhor do paço de Ninães (de Camilo Castelo Branco) / Fabiana de Paula Lessa Oliveira. – 2023.
173 f.: il.

Orientador: Sérgio Nazar David.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890- - Crítica e interpretação - Teses. 2. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890. Luta de gigantes - Teses. 3. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890. O olho de vidro - Teses. 4. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890. O senhor do paço de Ninães - Teses. 5. Tragédia – Teses. 6. História social. – Teses. 7. Portugal – História – Teses. I. David, Sérgio Nazar, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fabiana de Paula Lessa Oliveira

História social enquanto tragédia: leitura de *Luta de gigantes, O olho de vidro e O senhor do paço de Ninães* (de Camilo Castelo Branco)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 28 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)

Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Andreia Alves Monteiro de Castro

Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Claudia Maria de Souza Amorim

Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Luciana Camargo Namorato

Universidade de Indiana

Prof^a. Dra. Maria Luiza Scher Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada às pesquisadoras, que, antes de mim, trilharam por este caminho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer ao longo desta trajetória.

A Sérgio Nazar David, mestre dedicado, que compartilhou a sua paixão pela Literatura Portuguesa, guiando-me com compreensão e amor por este trabalho apaixonante e enriquecedor. Obrigada por acreditar em mim; pela paciência, principalmente, nestes últimos e mais difíceis momentos; e pela força. Gratidão, sempre!

Às professoras da banca examinadora, Dra. Andreia Castro, Dra. Claudia Amorim, Dra. Luciana Namorato e Dra. Maria Luiza Scher Pereira, que tão gentilmente aceitaram o nosso convite para participar, dialogar e contribuir com esta pesquisa.

Aos professores Carlos Eduardo Soares da Cruz e Henrique Marques Samyn, pelo incentivo, pelo apoio irrestrito e pelos ensinamentos.

Ao corpo docente e de funcionários do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por lutar incansavelmente pela excelência do ensino.

Ao grupo de orientandos do professor Sérgio Nazar David, Amanda de Carvalho, Isabela Coradini, Janaina Pietroluongo, Lucas de Moraes, Marcela Azevedo, Thayane Sant'Anna e Vera Pian, pelo diálogo profícuo e pela rede de apoio ao longo desta pesquisa.

A Amanda de Carvalho Ferreira, Rochele Alves dos Santos Nogueira e Ricardo Freitas (*in memoriam*) pela cumplicidade, pelas trocas e pela rede de afetos.

A Jacira Alves Milan e Ronald Castro Correa, pelo incentivo, pelas trocas e pelos livros.

A Ana Cristina Comandulli da Cunha e Bianca Santos Coutinho dos Reis, pelo incentivo, pelas trocas e pela amizade.

A Luciana Luiza de França e Maria Luzivânia Lopes, queridas amigas! Comecei esta caminhada com vocês no Curso de Especialização em Literatura Portuguesa na UERJ, em 2004, entusiastas que éramos (e somos) de Almeida Garrett. Muito obrigada pelo incentivo, pelas sugestões, por compartilhar ansiedades, dúvidas e alegrias.

Às queridas amigas, Elaine de Marca, Fabiana Rodrigues, Joseli Lima e Vânia Pinheiro, pelo incentivo, pelas palavras de carinho e pelas longas conversas sobre vida e arte.

À querida equipe do CIEP Brizolão 134 – Vereador José Lopes de Araújo, pelo apoio ao longo desta pesquisa.

Ao final, agradeço, de maneira especial, à minha família, pelo apoio incondicional, pela alegria de compartilhar comigo cada passo dado, pelo amor que nos une.

A Patrícia Lessa, prima querida, pela animada torcida e pelas orações.

A Dereni Lessa, minha querida mãe, pelo amor infinito, pelo apoio incondicional, pela pessoa maravilhosa que é.

A Wendel Felizardo de Oliveira, meu querido esposo, companheiro nas lutas diárias, pelo carinho demonstrado ao longo desta caminhada, pelo apoio nos momentos mais difíceis.

No mar tanta tormenta, e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida;
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade avorrecida!
Onde pode acolher-se um fraco humano,
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme e se indigne o céu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno?

Luís de Camões

RESUMO

OLIVEIRA, Fabiana de Paula Lessa. *História social enquanto tragédia: leitura de Luta de gigantes, O olho de vidro e O senhor do paço de Ninães* (de Camilo Castelo Branco). 2023. 173 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O século XIX assistiu a profundas transformações, consequências da Revolução Industrial, que provocou o aparecimento do proletariado nas grandes cidades, e da Revolução Francesa que, com seu ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, alterou as relações sociais. O absolutismo deu lugar ao liberalismo. Por consequência, economicamente, instaurou-se a livre concorrência e, politicamente, defendeu-se a liberdade individual. Capitalista e liberal, a burguesia ergueu uma civilização materialista, desenvolveu o capitalismo e controlou a política. Nesse contexto histórico-social, o romance afirma-se como gênero hegemônico para representar os valores burgueses e a literatura se democratiza. O objetivo desta tese é analisar, em perspectiva comparada, os romances históricos de Camilo Castelo Branco (1825-1890), em diálogo com o chamado romance de temática contemporânea. O nosso foco incide sobre o romance histórico: *Luta de gigantes* (1865), *O olho de vidro* (1866) e *O senhor do paço de Ninães* (1867). Aqui Camilo revisita os últimos três séculos da história de Portugal: o desaparecimento do rei D. Sebastião (1554-1578) em Alcácer-Quibir, a perda da independência em 1580, a Revolução de 1640, a guerra de restauração (1640-1668) e a Inquisição (1536-1821), analisa-os criticamente, assinala o entrelaçamento do individual com o coletivo e traz para o centro do narrado a concepção da história enquanto história trágica. Para Camilo, a repetição e o desconhecido nunca cessam de acossar o homem.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco; romance histórico; tragédia.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Fabiana de Paula Lessa. *Social history as a tragedy: reading Struggle of Giants, The Glass Eye and The Lord of the Palace of Ninães* (by Camilo Castelo Branco). 2023. 173 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The 19th century witnessed profound transformations, a consequence of the Industrial Revolution, which provoked the emergence of the proletariat in large cities, and the French Revolution, which, with its ideal of Liberty, Equality and Fraternity, altered social relations. Absolutism gave way to liberalism. Consequently, economically, free competition was established and, politically, individual freedom was defended. Capitalist and liberal, the bourgeoisie built a materialist civilization, developed capitalism and controlled politics. In this historical-social context, the novel asserts itself as the hegemonic genre to represent bourgeois values and literature becomes democratized. The objective of this thesis is to analyze, in a comparative perspective, the historical novels of Camilo Castelo Branco (1825-1890), in dialogue with the so-called contemporary novel. Our focus is on the historical novel: *Luta de Gigantes* (1865), *O Olho de Vidro* (1866) and *O Senhor do Paço de Ninães* (1867). Here Camilo revisits the last three centuries of Portuguese history: the disappearance of King D. Sebastião (1554-1578) in Alcácer-Quibir, the loss of independence in 1580, the Revolution of 1640, the war of restoration (1640-1668) and the Inquisition (1536-1821), analyzes them critically, points out the intertwining of the individual with the collective and brings to the center of the narrative the concept of history as a tragic story. For Camilo, repetition and the unknown never cease to haunt man.

Keywords: Camilo Castelo Branco; historical novel; tragedy.

RESUMEN

OLIVEIRA, Fabiana de Paula Lessa. *La historia social como tragedia: lectura de Lucha de gigantes, El ojo de vidrio y El señor del palacio de Ninães* (por Camilo Castelo Branco). 2023. 173 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

El siglo XIX fue testigo de profundas transformaciones, consecuencias de la Revolución Industrial, que provocó el surgimiento del proletariado en las grandes ciudades, y de la Revolución Francesa, que, con su ideal de Libertad, Igualdad y Fraternidad, alteró las relaciones sociales. El absolutismo dio paso al liberalismo. En consecuencia, en el ámbito económico se instauró la libre competencia y en lo político se defendió la libertad individual. Capitalista y liberal, la burguesía construyó una civilización materialista, desarrolló el capitalismo y controló la política. En este contexto histórico-social, la novela se afirma como el género hegemónico para representar los valores burgueses y la literatura se democratiza. El objetivo de esta tesis es analizar, en perspectiva comparada, las novelas históricas de Camilo Castelo Branco (1825-1890), en diálogo con la llamada novela contemporánea. Nuestro enfoque es en la novela histórica: *Luta de Gigantes* (1865), *O Olho de Vidro* (1866) y *O Senhor do Paço de Ninães* (1867). Aquí Camilo repasa los tres últimos siglos de la historia portuguesa: la desaparición del rey D. Sebastião (1554-1578) en Alcácer-Quibir, la pérdida de la independencia en 1580, la Revolución de 1640, la guerra de restauración (1640-1668) y la Inquisición (1536-1821), los analiza críticamente, señala el entrelazamiento de lo individual con lo colectivo y trae al centro de lo narrado la concepción de la historia como relato trágico. Para Camilo, la repetición y lo desconocido nunca dejan de acechar al hombre.

Palabras clave: Camilo Castelo Branco; novela histórica; tragedia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Camillo Castello Branco, <i>Jornal Diario Illustrado</i> | 12 |
| Figura 2 – Camillo Castello Branco, <i>Revista O Occidente</i> | 20 |
| Figura 3 – “Camillo Castello Branco”, por Pinheiro Chagas | 21 |
| Figura 4 – Camilo Castelo Branco, por Júlio Pomar | 25 |
| Figura 5 – Vista exterior do Teatro São Carlos, <i>Revista O Occidente</i> | 50 |
| Figura 6 – Sala de espetáculo do Teatro São Carlos, <i>Revista O Occidente</i> | 51 |
| Figura 7 – Folha de rosto da 1. ^a edição de <i>Lucta de gigantes</i> | 56 |
| Figura 8 – Folhetim de <i>Lucta de gigantes</i> , <i>Jornal O Commercio do Porto</i> | 59 |
| Figura 9 – “Noticiário” sobre <i>Lucta de gigantes</i> , <i>Jornal O Commercio do Porto</i> | 60 |
| Figura 10 – Folha de rosto d’ <i>O olho de vidro</i> | 99 |
| Figura 11 – Auto de fé no Terreiro do Paço | 116 |
| Figura 12 – Folha de rosto da 1. ^a edição d’ <i>O senhor do paço de Ninães</i> | 122 |
| Figura 13 – Folhetim d’ <i>O senhor do paço de Ninães</i> , <i>Jornal O Commercio do Porto</i> | 124 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 | CAMILO CASTELO BRANCO EM DIÁLOGO COM OS MODELOS DE ROMANCE DE SEU TEMPO: HISTÓRIA E FICÇÃO, VERDADE E INVENÇÃO | 26 |
| 1.1 | Do Antigo Regime ao Liberalismo em Portugal: uma leitura de <i>Agulha em palheiro</i> | 33 |
| 2 | <i>LUTA DE GIGANTES: A HISTÓRIA COMO TRAGÉDIA</i> | 57 |
| 2.1 | Em meio à luta dos jovens fidalgos, “Estala n’aquelles dias a Revolução de 1640” | 65 |
| 2.2 | O Estado e a Igreja: “Agora vai principiar a lucta de gigantes” | 74 |
| 2.3 | “Sempre guerras, sempre perfídias!...” | 90 |
| 3 | DRAMAS ÍNTIMOS E O DISCURSO HISTÓRICO EM <i>O OLHO DE VIDRO</i> | 100 |
| 3.1 | “Funestíssimos amores”, pelos caminhos possíveis | 104 |
| 3.2 | “Nau portuguesa destinada às Índias”, a saga dos judeus | 112 |
| 3.3 | “Um quadro perfeito de felicidade terreal”, pelos caminhos da (des)ventura.... | 117 |
| 4 | UMA VIAGEM PELOS CAMINHOS DO CORAÇÃO E DA HISTÓRIA EM <i>O SENHOR DO PAÇO DE NINÃES</i> | 123 |
| 4.1 | “Estamos no Minho, o leitor e eu”, amores (in)condicionais..... | 125 |
| 4.2 | “Lá vão!...” para além-mar | 145 |
| | CONCLUSÃO | 157 |
| | REFERÊNCIAS | 162 |

Figura 1 – Camillo Castello Branco



Fonte: Jornal *Diário Ilustrado*, 2.º ano, n. 342, p. 1, 5 de julho de 1873.

INTRODUÇÃO

O século XIX assistiu a modificações profundas em diferentes âmbitos, como: social, político-econômico, religioso e artístico; consequência da Revolução Industrial, que provocou o aparecimento do proletariado nas grandes cidades, bem como uma nova forma de viver, e da Revolução Francesa, que, com seu ideal de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, alterou as relações sociais. Esses acontecimentos mudaram a história, impuseram uma nova visão de mundo, por fim, provocaram uma ruptura com o Antigo Regime de forma incontornável. Trouxeram, para o centro do palco social, o povo.

É inegável que tais fatos históricos contribuíram para a formação de cidadãos e abriram caminhos para a liberdade (individual e coletiva), a igualdade de direitos, por fim, a adoção de medidas mais democráticas, com avanços e recuos, ao longo de Oitocentos. Sabe-se, no entanto, que determinadas iniciativas foram tomadas visando a atender aos interesses da alta burguesia (financeira, industrial, principalmente inglesa, que visa ampliar seu domínio, seguida da francesa), por exemplo, a defesa do fim da escravidão e o incentivo à independência das colônias.

O fim da escravidão atendia aos interesses dos industriais europeus, que desejavam ampliar o mercado consumidor para seus produtos – o que só seria possível com o desenvolvimento do trabalho assalariado. Já a independência das colônias possibilitaria amplas relações comerciais entre os países. Como se vê, no Brasil, a aristocracia rural ficou satisfeita com a abertura dos portos às “nações amigas”, sobretudo a Inglaterra¹, logo após o desembarque da família real. Assim, poderia comercializar os produtos sem intervenção portuguesa, o que ocasionou o fim do pacto colonial, abrindo caminho para a independência política brasileira, em 1822. Seja como for, levou-se adiante a suposta marcha da civilização.

Os avanços técnico-científicos nem sempre vieram acompanhados de bem-estar social. Por exemplo, a industrialização acarretou um efeito social contrário ao esperado. Não se pode esquecer do aumento das disparidades sociais, decorrente, em parte, das condições de trabalho

¹ É interessante observar que, na conferência *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Antero de Quental aponta como é devastador para Portugal a influência inglesa, através dos tratados, que faz do país uma “espécie de colônia britânica” (QUENTAL, 1979, p. 145). Após a abertura dos portos, assinou o Tratado de Navegação e Comércio com a Inglaterra em 1808, que reduziu as tarifas alfandegárias dos comerciantes ingleses. Ao pensar em fatos históricos do século XIX, a sua presença é clara. Por exemplo, a escolta britânica na vinda da família real para o Brasil (em contrapartida, a abertura dos portos às nações amigas); a permanência inglesa em território português, com plenos poderes, após combater os franceses; além de intervir em outros episódios no Portugal liberal, como: Abrilada (1824), Belenzada (1836), Maria da Fonte e Patuleia (1846-1847).

nas fábricas (longas e extenuantes jornadas; baixos salários, principalmente de mulheres e crianças; espaços insalubres; por fim, ausência de direitos). Como assinala Almeida Garrett, em *Viagens na minha terra*,

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? (GARRETT, 2010, p. 109)

Por outro lado, as transformações sociais possibilitaram uma organização (e levaram a uma mobilização) dos operários para lutarem contra as precárias condições de trabalho. De certa forma, a Revolução Francesa deu-lhes confiança para isso, ao definir, na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (1789), os direitos “naturais e imprescritíveis”, como: “a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”². Diante de condições desumanas, buscam coletivamente uma saída para o estado de coisas.

Com a queda do Antigo Regime, as Monarquias Constitucionais vão se consolidando sob poder da alta burguesia. Cabe nota que, em Portugal, os proprietários de terra, sobretudo do Norte do país, descendentes da nobreza, ocuparam espaços na nova conjuntura política, por exemplo, por meio da eleição para a Câmara dos Deputados, bem como pela nomeação (pelo rei) para a Câmara dos Pares. Busca-se um equilíbrio nesse sistema de forças sociopolíticas.

Camilo Castelo Branco observa atentamente o mundo que o cerca. É um “grande escritor das turbulências passionais e políticas, da passagem do Antigo Regime para o regime parlamentar” (BUESCU, 2023, p. 24), como se vê, entre outras obras³, em *A queda dum anjo*. Calisto Elói, morgado da Agra de Freimas, representa bem essa transição. Elege-se deputado (absolutista) pela província de Miranda, situada nos “sertões lusitanos”⁴, torna-se regenerador e barão. “Est[á] português do século XIX”, como bem diz (CASTELO BRANCO, 1960a, v. 1, p. 895).

Sem dúvida, Camilo é um crítico do liberalismo. Foi, acima de tudo, um romancista de temática contemporânea. Seus romances históricos não são tanto para questionar a sociedade

² Na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, consiste: “Art. 2. Le but de toute association politique est la conservation des droits naturels et imprescriptibles de l'homme. Ces droits sont la liberté, la propriété, la sûreté et la résistance à l'oppression”. Disponível em: www.elysee.fr. Acesso em 3 jan. 2023.

³ Para citar outras obras de temática contemporânea, têm-se *Carlota Ângela* (1858), *Agulha em palheiro* (1863) e *O retrato de Ricardina* (1868).

⁴ CASTELO BRANCO, 1960a, v. 1, p. 794.

do presente, como os de Almeida Garrett e Alexandre Herculano. O que neles lemos é uma crítica acirrada ao Antigo Regime. Parece-nos que, para Camilo, a despeito de tudo, a edificação da sociedade liberal deve seguir, ainda que aos trancos e barrancos.

Com a passagem do absolutismo para o liberalismo, economicamente, instalou-se a livre concorrência (que foi devastadora para o pequeno e médio comerciante, no contexto histórico-social português, levando ao fechamento de estabelecimentos, agravando a crise econômica, decorrente das lutas liberais) e, politicamente, reforçou-se a liberdade individual.

Capitalista e liberal, a burguesia triunfava. Surgia então uma civilização materialista, de desenvolvimento do capitalismo e de controle da política. O dinheiro passa a ser a força motriz da sociedade. Nem por isso pôde evitar uma onda de jovens intelectuais inadaptados. É o desejo de evasão (ou revolta) que desembocou no Romantismo. Em *Viagens*, Garrett questiona: como então literatura espiritualista em sociedade materialista? Quem é mesmo rei de fato? Sancho ou Quixote?

Portugal não fica fora do contexto histórico-social da época, agravado pela invasão de Napoleão Bonaparte, que obrigou a família real, tendo em vista que não acatou o Bloqueio Continental, a vir para o Brasil em 1807. Na primeira metade do século XIX, os portugueses viveram um momento dramático: foram governados pelos ingleses que lá combateram as tropas napoleônicas; veio o malogro da conspiração de 1817, que levou ao assassinato de Gomes Freire de Andrade, entre outros liberais (por outro lado, formou-se o Sinédrio, sociedade secreta criada com objetivo de fazer uma revolução liberal); seguiu-se a Revolução de 1820; a Independência política do Brasil (que ocasionou grande descontentamento entre os liberais); por fim, os conflitos entre absolutistas e liberais, cartistas e setembristas.

Após D. Miguel assumir a insurreição chamada Vilafrancada, em 1823, que lhe deu plenos poderes sobre o exército e permitiu-lhe suspender a constituição, houve uma onda de emigração de intelectuais liberais (por exemplo, Almeida Garrett)⁵, devido à extrema violência exercida contra os opositores. No ano seguinte, D. Miguel tentou um golpe de Estado (Abrilada de 1824), que fracassou em razão da intervenção estrangeira. D. João VI demite-o das suas funções, e ele é exilado.

Com a morte do rei D. João VI, em 1826, tem-se uma crise de sucessão. D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal) era Imperador do Brasil, o que o impede de assumir o trono. Diante disso, outorgou a Carta Constitucional de 1826, mais moderada que a Constituição de 1822. Após a outorga da Carta, abdica o trono em nome da filha D. Maria II. Nessa conjuntura, D.

⁵ Almeida Garrett passa por dois exílios (de 1823 a 1826 e de 1828 a 1832), na França e na Inglaterra, decorrente de suas posições políticas (DAVID, 2017, p. 12).

Miguel retorna ao país e assume o poder, em 1828, sendo destituído ao término da guerra civil (1832-1834). Dissolve as câmaras e convoca as Cortes Tradicionais. Os exílios dos liberais propiciaram o aparecimento de uma elite atualizada, pois se encontrava em sintonia com as novidades europeias. Viveram experiências, como assinala Ofélia Paiva Monteiro, “amargas, mas intelectualmente frutuosas” (MONTEIRO, 2010, p. 43).

Dessa forma, o Romantismo, em Portugal, inicia-se com a publicação de *Camões*, de Almeida Garrett, em 1825, durante seu exílio em Paris. Os anos que se seguiram coincidiram com as lutas civis entre liberais e absolutistas, acirradas com a renúncia de D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal) ao trono brasileiro e com seu engajamento na luta pelo trono de Portugal, ao lado dos liberais. Vive-se um período de guerra civil de 1832 a 1834. Com a vitória dos liberais, os exilados retornam ao país, como assinala Alberto Ferreira:

Regressados do exílio, combatentes da Liberdade, os homens da primeira geração romântica tiveram a clara consciência de que em Portugal estava tudo por fazer. Não se tratava apenas de criar uma literatura, nem tão-só de revivificar as tradições poéticas existentes na arte popular. Tratava-se de tudo reformar desde a raiz. As primeiras manifestações do movimento romântico encontramos-as em duas ordens de factos: na publicação de obras características desse movimento, na tentativa de educar as massas burguesas, e na de formar os quadros de *élite*. (FERREIRA, 1979, p. 37, grifo do autor)

Somente em 1836, com os liberais já no poder, o país retorna a certa estabilidade (mas ainda há golpes e contragolpes no decorrer da década de 40), sintonizando com as potências europeias. Por essa razão, o Romantismo só se efetiva a partir de 1836. No ano seguinte, com a publicação do jornal *O Panorama*, as primeiras narrativas de Alexandre Herculano e os dramas de Almeida Garrett, as produções românticas ganham enorme força.

Os escritores do primeiro momento do Romantismo revisitam a Idade Média nos romances e dramas históricos. Garrett retoma a época medieval como leitura crítica para o presente; já Herculano, baseado na tradição clássica, busca reconstituir o tempo passado, valorizando aspectos da cultura portuguesa, compondo a “cor local”, mas sem perder o olhar crítico.

Por outro lado, os autores do segundo momento buscam construir a narrativa histórica em um tempo menos recuado, sobretudo os séculos XVII e XVIII, bem ao gosto do público, tanto para exaltar algumas práticas sociais quanto para questioná-las. Como se nota, a Inquisição é um tema comum, condenável pelos escritores do Romantismo. Camilo Castelo Branco faz acentuada crítica à Inquisição, à violência, à censura, ao obscurantismo, à Igreja associada às práticas do Estado autoritário e centralizador. A visão de Camilo sobre a Igreja

antecipa o que Antero de Quental assinala na conferência: *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* em 1871.

Com a polêmica Questão Coimbrã⁶, em 1865, o Romantismo entra em declínio. Neste ano, Camilo Castelo Branco começa a escrever seus romances históricos. São eles: *Luta de gigantes* (1865); *O judeu* (1866); *O olho de vidro* (1866); *O santo da montanha* (1866); *O senhor do paço de Ninães* (1867); *O regicida* (1874); *A filha do regicida* (1875) e *A caveira da mártir* (1875-1876). Cabe destacar que é o próprio autor quem assim os designa, como se pode observar nas folhas de rosto e anterrosto das primeiras edições.

A partir da perspectiva comparatista (história e ficção), objetiva-se, nesta pesquisa, uma análise dos romances de Camilo Castelo Branco (1825-1890), em diálogo com as obras de seus contemporâneos, sobretudo Almeida Garrett (1799-1854). O nosso foco principal é o romance histórico, onde surpreendemos uma concepção de história enquanto tragédia.

⁶ Em 1865, o Realismo em Portugal iniciou-se com a Questão Coimbrã, em que se confrontaram as ideias dos românticos com as da nova geração realista. Representou a primeira reação pública contra o Romantismo. Originou-se de uma carta-posfácio, de António Feliciano de Castilho, do livro *Poema da mocidade*, do também romântico Pinheiro Chagas. Nesse texto, Castilho elogiava a obra do discípulo e criticava a nova poesia dos estudantes de Coimbra, sobretudo Teófilo Braga (que publicara, em 1864, *Visão dos tempos e tempestades sonoras*) e Antero de Quental (que publicara, em 1865, *Odes modernas*). A partir de então, tem início a série de discussões literárias que ficou conhecida como Questão Coimbrã. Antero respondeu num opúsculo intitulado *Bom Senso e Bom Gosto*, saído no mesmo ano de 1865, em que acusava Castilho de anacronismo, ao mesmo tempo que defendia a liberdade de pensamento e a independência dos jovens escritores. Iniciada a polêmica, formaram-se “dois grupos” que publicaram pequenas obras defendendo ou criticando cada um dos lados. A vitória foi do grupo dos jovens de Coimbra que, em 1871, organizou um ciclo de palestras conhecidas como Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Das dez conferências previstas inicialmente, apenas cinco foram realizadas, pois um decreto real proibiu as conferências em 26 de junho sob alegação que atacavam a religião e o Estado. “Mesmo com este desfecho, não desprovido de desdobramentos e de reações por parte dos conferencistas, este evento político e literário adquiriu importância ímpar no contexto finissecular oitocentista e foi resultante de um longo processo de crítica social, política e cultural articulado por essa geração coimbrã, e iniciado alguns anos antes com a criação da Sociedade do Raio, a Rolinada e a Questão do Bom Senso e do Bom Gosto ou ‘Questão Coimbrã’, como alguns lhe preferem chamar” (AMORIM, 2002, p. 67). Seja como for, o Realismo instalou-se definitivamente em Portugal. Portanto, “a polêmica, inicialmente literária, não se furta a pensar o país, visto por essa geração como atrasado, provinciano e patriarcal” (AMORIM, 2020, p. 141). É digno de nota que a segunda conferência, intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, foi pronunciada por Antero de Quental, no dia 27 de maio de 1871. Nela, o escritor aponta três causas da decadência da Península Ibérica: a religiosa (o pensamento jesuítico da Contrarreforma); a política (o absolutismo e a consequente centralização do poder) e a econômica (a economia portuguesa arruinada pela política colonialista). Através do romance histórico, Camilo antecipa Antero discutindo tais questões. Por exemplo, em *O judeu* (1866) e *O olho de vidro* (1866), faz forte crítica ao obscurantismo do catolicismo pós-tridentino, a Inquisição que, diante da extrema violência, afasta a ideia de Deus, bondoso, caridoso e piedoso, como também se vê, no discurso de Antero, “se a Península não era tão católica como o foi depois, quando queimava os judeus e recebia do geral dos Jesuítas o santo e a senha da sua política, era seguramente muito mais cristã, isto é, mais caridosa e moral” (QUENTAL, 1979, p. 151). É questionado o fato de os judeus ocultarem (ou negarem) a sua própria identidade, devido a possíveis denúncias. E Antero assinala: “com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário; a delação é uma virtude religiosa” (QUENTAL, 1979, p. 157-158). Por sua vez, em *O senhor do paço de Ninães* (1867), é clara a crítica à política expansionista ultramarina; já em *Luta de gigantes* (1865), desvela a vida na corte (corrupção, intrigas políticas, nepotismo, vícios) nos reinados de D. Joao IV e D. Afonso VI. Como se vê, “1865 e 1871 são datas assinaláveis nesta via, marcando uma alteração substancial ao nível das estruturas culturais” (FRANÇA, 1993, p. 577).

O trágico está na sociedade “funebremente católica”⁷, bem como no homem que, apesar das mudanças sociais, permanece feito do mesmo barro. Camilo consegue trazer a dimensão trágica para o romance histórico.

Selecionamos três romances para compor o *corpus* principal da pesquisa, são eles: *Luta de gigantes* (1865), *O olho de vidro* (1866) e *O senhor do paço de Ninães* (1867); buscando, na medida do possível, o diálogo entre a ficção histórica de Camilo. Como se vê, a escolha se concentrou na década de 1860. Os romances dos anos 1860 são verdadeiras obras-primas, período do Romantismo tardio, balanço final da estética romântica.

Além de ser considerada pelos críticos o período que abarca as grandes produções de Camilo Castelo Branco, a história portuguesa, nessa década de ouro (1860-1870) de Camilo, ocupa um lugar primordial no enredo. Nota-se um aspecto analítico a cada passo. Camilo traz um outro olhar para os acontecimentos históricos, revira-os, suscita novas interpretações. Camilo entrelaça o individual e o coletivo, os grandes dilemas humanos e os dramas específicos da história de Portugal. Inesperadamente, a vida pode seguir outro rumo, e o fator determinante, muitas vezes, vem do humano, e não apenas dos vetores históricos. Tem-se, assim, o trágico.

Talvez suscite a pergunta: por que *O judeu* (1866) não compõe o *corpus* da pesquisa, sendo da década de 1860, levantando questões comuns ao *O olho de vidro* (1866)? Ambas as obras discutem a Inquisição, a perseguição aos judeus, a incansável busca por refúgio em outros países, assim como as práticas autoritária, opressora e violenta da Igreja. Em *O judeu*, paralela à perseguição da Igreja, observa-se uma caça ao tesouro da família Barros, um cofre do contador-mor dos contos do reino, por isso o romance foi intitulado, inicialmente, *O anel do contador-mor* (CABRAL, 1988, p. 343). Envereda-se, em um primeiro momento, em uma grande aventura, o que o afasta um pouco da leitura histórica pretendida.

*O judeu*⁸ foi publicado pela Casa Viúva Moré em dois volumes em 1866. As narrativas conectam-se pela violenta perseguição da Igreja Católica aos judeus e aos supostos

⁷ Na "Introdução geral" à edição crítica de *Filipa de Vilhena / A sobrinha do marquês* (Almeida Garrett), Sérgio Nazar David retoma a expressão para a assinalar a fina intuição de Teófilo Braga, ao reconhecer na obra-prima de Garrett a antecipação de processos que cinquenta anos à frente ganhariam novamente os palcos europeus com os dramas de Ibsen. Ver DAVID, 2020, p. 17.

⁸ Em carta de 14 de março de 1866, de António Feliciano de Castilho a Camilo Castelo Branco, Castilho tece considerações acerca da obra *O judeu*. Relata: “É um boníssimo livro este; pois não é? De certo. A sua consciencia litteraria, e a moral também, devem-se achar muito satisfeitas. A moral, digo, porque, apesar do que o seculo tem andado, e a philosophia crescido, ainda se percebe, em se applicando bem o ouvido da alma, um certo murmurio de saudades d’aquelles tempos horrendissimos do Santo Officio.

judeus (já que as denúncias raramente eram investigadas de forma adequada, de acordo com o devido processo legal, o que havia era um julgamento sumário e a execução da sentença), durante o século XVIII em Portugal. A partir da biografia de António José da Silva, representa uma questão maior. Não se trata só de famílias de cristãos-novos sob *jugo* do Santo Ofício, mas, acima de tudo, de um povo que foi disperso pelo mundo por motivos religiosos. A primeira parte gira em torno da história da família Barros, especialmente do casal: o fidalgo Jorge de Barros e a judia Sara de Carvalho. Os pais de Sara foram condenados à fogueira, acusados de judaísmo, por isso Sara de Carvalho muda de nome para Maria Luísa de Jesus, afastando-se as suspeitas de sua origem. Assim, assume outra identidade. E não deixa de sofrer preconceito no âmbito doméstico onde vive, a família de Jorge não a aceita por questões religiosas e sociais. Destaca-se, na segunda parte, a vida do comediógrafo António José da Silva, conhecido pela alcunha de “o judeu”. É brasileiro, de uma família de cristãos-novos. Aos oito anos, vai para Lisboa com o pai para acompanhar a mãe presa por judaísmo. Acusado do mesmo crime, a Inquisição condena-o a morrer degolado e queimado no auto de fé de outubro de 1739. Como se vê, Camilo faz uma crítica ao preconceito, à intolerância religiosa, à opressão, à sociedade injusta que trata com desprezo às classes mais baixas, por fim, à barbárie histórica cometida contra os judeus por ditos “cristãos”.

Por outro lado, não se optou pela trilogia – *O regicida* (1874); *A filha do regicida* (1875) e *A caveira da mártir* (1875-1876) – por ter sido escrita em meio à luta pelo viscondado, que se inicia em 1870 (vindo a ser concedido em 1885)⁹, o que leva o autor a fazer acentuadas críticas à dinastia de Bragança. Além disso, observa-se certa influência da estética realista já consolidada. É de 1875 *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queirós. Evidencia-se no comportamento dos padres, no meio social. Por exemplo: o padre Luís da Silveira, d’*O regicida*, ao gabar-se de ter sido “amado” pela jovem Maria Isabel Traga-Malhas, por quem era responsável por sua formação. Tais encontros aconteciam no “Beco dos Namorados”, que lembra o “Paraíso” de Basílio e Luísa, de *O primo Basílio* (1878).

Um jesuíta conheço eu (mas conheço muito pouca gente) que estremece mais a um cheiro de heresia do que talvez se arripiasse com o fútem d’uma fogueira em que ardessem meia duzia de pensadores livres. E como este ha-de haver muitos” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 84). Como se nota, é uma questão ainda bem sensível à sociedade da época, e Camilo problematiza-a na sua ficção histórica. O autor retorna ao tema em *A caveira da mártir* (1875-1876).


⁹ Pinheiro Chagas, na ocasião da nobilitação de Camilo Castelo Branco, percorre a trajetória do autor para homenageá-lo em *O Occidente* (8.º ano, v. 8, n. 238, p. 169-170, 1.º de agosto de 1885), como se vê a seguir.

Figura 2 – “Camillo Castello Branco”, por Pinheiro Chagas

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANJEIRO

| Preço de subscrição | Anno | Semest. | Trimest. | N.º de entregas | 8.º ANNO — VOLUME VIII — N.º 238 | | REDACÇÃO — ATELIER DE GRAVURA — ADMINISTRAÇÃO Lisboa, L. do Paço Real, sobranceira ao Theatro de S. Carlos de Lisboa, e Todos os pedidos de subscrição deverão ser acompanhados de seu valor, e dirigidos a Francisco Antonio da Silva, administrador da imprensa. |
|---|------|---------|----------|-----------------|----------------------------------|--|--|
| Portugal, franco de porte, sem de frete | 3600 | 1800 | 600 | 12 | 1 DE AGOSTO 1885 | | |
| Provincia do estrangeiro (sem de frete) | 4800 | 2400 | 800 | 12 | | | |
| Estadagem (sem de frete) | 1800 | 900 | 300 | 3 | | | |



VISCONDE DE CORREIA BOTELHO, CAMILLO CASTELLO BRANCO (segundo os ritratos de Pinheiro Chagas, de Paris)

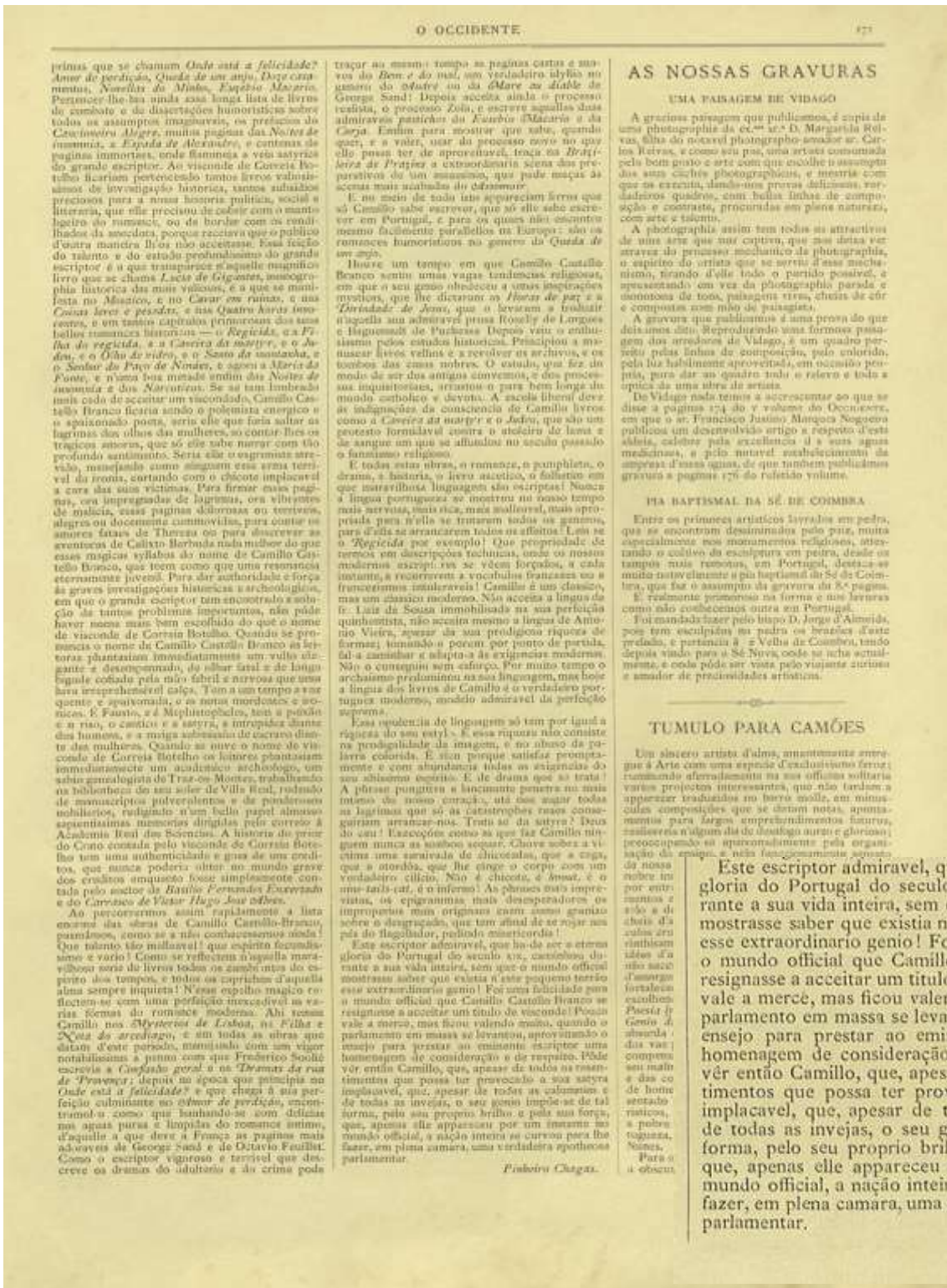
CAMILLO CASTELLO BRANCO

VISCONDE DE CORREIA BOTELHO

Só um homem com o génio prodigioso de Camillo podia ter a audacia que elle manifestou agora: chegar aos cincoenta e nove annos, e trocar o seu nome laureado de Camillo Castello Branco pelo nome de Visconde de Correia Botelho, que elle tem de illustrar, de nobilitar, de doirar com os prestigios com que se engrandeceu o seu primitivo nome. Pois a tarefa, que seria impossivel para outro, não é superior ás forças herculeas d'esse gigante litterario. Dêem-lhe o tempo sufficiente para escrever dois ou tres livros, e as gerações futuras dirão: — Os dois mais brilhantes prosadores portuguezes da segunda metade do seculo XIX foram Camillo Castello Branco e o visconde de Correia Botelho.

Fonte: Revista *O Occidente*, 8.º anno, v. 8, n. 238, p. 169-170, 1.º de agosto de 1885.

Figura 3 – “Camillo Castello Branco”, por Pinheiro Chagas



Fonte: Revista O Occidente, 8.º anno, v. 8, n. 238, p. 171, 1.º de agosto de 1885.

A tese estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro visa refletir sobre os modelos de romance do tempo de Camilo Castelo Branco, bem como a história inscrita na ficção camiliana tanto histórica quanto de temática contemporânea. Para essa apresentação, fez-se uma análise crítica do romance *Agulha em palheiro* (1863), como base de apoio para a reflexão que se seguirá.

Dentro da vasta produção camiliana, a que se deve a escolha de *Agulha em palheiro*? Primeiramente, a narrativa traz os principais fatos históricos da primeira metade do século XIX em Portugal, estendendo-se até a Regeneração, sob um olhar crítico do narrador (e das personagens). Traz essa passagem do Antigo Regime para o Liberalismo, as delicadas questões sociopolíticas, mas também demasiadamente humanas, que a envolvem. Camilo mostra como essas fronteiras (pessoais e históricas) estão imbricadas, conforme caracterizou Helena Buescu (2023), como se “contaminam”. Além disso, traz para o centro da vida social a família de sapateiros da Calçada do Sacramento, em Lisboa.

É interessante observar, nas narrativas camilianas, como são significativas as referências ao tempo, por exemplo, a data de nascimento do filho do sapateiro-poeta, Fernando Gomes. Nasce em 1816, após as invasões francesas, e quatro anos antes da Revolução do Porto, em um período de efervescência política, tendo em vista a conspiração de 1817. Já seu pai, Francisco Lourenço Gomes, nascera quatro anos antes da Revolução Francesa (1789), que inspirara as revoluções liberais (e o movimento romântico), com ideal de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, pelos quais seu filho irá lutar na guerra civil (1832-1834). Como se vê, Camilo circunscreve o período que percorre. E não pode ser lido, como afirma Buescu, “fora do grande cenário social que agitou o país na primeira metade social do século XIX” (BUESCU, 2016, p. 251-252). Por fim, registra um olhar subjetivo e crítico acerca dos acontecimentos (do Antigo Regime e do Portugal burguês), e a história, assim, se constrói.

A partir de então, voltemos o olhar para os séculos anteriores: XVI, XVII e XVIII. É inegável a importância das raízes históricas para se pensar o presente. E Camilo nos leva a percorrer a história para pensarmos: como chegamos até aqui? Agora, o que faremos, diante dos erros do passado? E tudo parece apontar para a resposta subliminar: apesar das mudanças sociais, o homem permanece feito do mesmo barro. Sendo assim, no passado ou no presente, haverá sempre um ponto intransponível, razão pela qual ninguém é totalmente livre, nunca todos são iguais, sempre haverá fortes e fracos. A história humana, para Camilo, é trágica e é risível.

A partir do segundo capítulo, a pesquisa volta-se para a ficção histórica de Camilo. Inicia-se por *Luta de gigantes* (1865). Desenvolve-se no reinado de D. João IV (1640-1656), primeiro rei da Casa de Bragança, e de seu sucessor D. Afonso VI (1656-1683). A respeito do processo de sucessão, cabe um destaque: a rainha Luísa de Gusmão se encarregou da regência do reino durante a menoridade do rei, no período de 1656 a 1662. Foi decisiva na reorganização da defesa contra a Espanha quando se pensava que o país estivesse mais vulnerável. Obteve vitórias importantes, por exemplo, nas linhas de Elvas, em 1659. Enfrentou tanto a Guerra de Restauração, contra a Espanha, quanto a guerra contra a Holanda (Guerra Luso-Holandesa). Em 1662, D. Afonso VI assume o reino. Considerado incapaz, seu irmão D. Pedro visa destituí-lo. Com a deposição de D. Afonso VI, D. Pedro torna-se príncipe herdeiro e regente a partir de 1667 até a morte do irmão. Por outro lado, em 24 de março de 1668, era pronunciada pelo tribunal de Roma a nulidade do casamento da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, ficando livre para casar-se com o cunhado. No mesmo ano, tem-se o fim da Guerra da Restauração e o início das negociações com Roma para o reconhecimento do país. E atravessa a narrativa histórica a rivalidade de duas famílias nobres, os Mascarenhas e os Césares de Meneses, a quem se junta o poeta Braz Garcia de Meneses. Em meio ao ódio, ao desejo de vingança, à ganância, às traições; têm-se a amizade, o amor, no sentido *lato*, e os instantes de felicidade. Os sentimentos humanos representados de maneira viva através das personagens. Camilo traz os fatos históricos para o primeiro plano, e os protagonistas ficam em lados opostos nos embates.

O terceiro capítulo concentra-se em *O olho de vidro* (1866). É comum nas narrativas de Camilo Castelo Branco o enlace entre os enredos passional e histórico. Em *O olho de vidro*, a partir da vida do médico português Brás Luís de Abreu, reflete-se sobre a Inquisição em Portugal, assim como sobre o papel da Igreja Católica na sociedade portuguesa. Filho de pai judeu e de mãe católica, ambos obrigados a deixar Portugal devido à perseguição do Santo Ofício, o menino Brás passa a ser criado por uma família judia até os cinco anos. Depois fica sob os cuidados de um hebreu abastado de Vila Flor. Os frades do Colégio de São Paulo o acolhem até a juventude quando escolhe ingressar no curso de medicina. Anos mais tarde, constitui a sua própria família marcada pela tragicidade. É extraordinária a aproximação com o *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett.

No quarto capítulo, detemo-nos em *O senhor do paço de Ninães* (1867). Diante da impossibilidade de realização amorosa, Rui Gomes de Azevedo acompanha D. Sebastião na expedição à África, em 1578. É um momento de grande expectativa a partida das naus do cais de Lisboa. Desejos de bons presságios são sempre evocados. Já D. Teresa Figueiroa retorna só

para o paço de Ninães. A batalha de Alcácer-Quibir é um malogro, o rei desaparece e oitenta fidalgos são feitos reféns. Após o pagamento do resgate, são libertados os prisioneiros. Todavia, a nobreza fica arruinada.

D. Sebastião morre sem deixar descendentes. Segue-se a crise dinástica. Seu tio D. Henrique assume o trono até 1580, quando também morre. D. António, Prior de Crato, reivindica o trono português, é apoiado pelos primos João e Rui, da Casa de Azevedo, mas é derrotado depois de um período de lutas contra o rei D. Filipe II, da Espanha. Após a morte de D. António, na França, Rui parte para as Índias a fim de viver como mercador de especiarias. A partir de 1580, inicia-se o período de 60 anos de dominação filipina. Anos mais tarde, retorna à terra natal, ainda sob *jugo* espanhol, reencontra a sua prima Leonor Correia Lacerda, viúva e louca, à espera de seu perdão. Após ser perdoada, liberta-se da culpa.

Nos romances históricos camilianos, não se vê uma reconstituição da época a partir da chamada “cor local”, típica do gênero. A intenção de Camilo Castelo Branco talvez não seja essa, mas sim trazer ao leitor a discussão de questões que vão tomando formas diversas ao longo do tempo: privilégios da Igreja e da Nobreza, desvios de conduta dos religiosos e dos nobres, disputas de poder que levam à degradação do social e põem em risco a própria autonomia da nação, como se vê em *Luta de gigantes*.

Camilo retoma o passado para desvelar as atrocidades que ocorreram e, em alguma medida, continuavam ocorrendo. Porém, faz isso de forma sutil, deixa o leitor tirar suas próprias conclusões. Revisita acontecimentos passados, apresentando as diferentes visões sobre os fatos através das vozes das personagens. Nem por isso o narrador camiliano deixa de, por vezes, como de costume, se posicionar. Por exemplo: em *O senhor do paço de Ninães*, há vozes a favor e contrárias à ida dos filhos e/ou dos esposos para as lutas na África, e o narrador se posiciona contrário à expansão ultramarina, fazendo uma crítica à colonização, à ganância, à violência, à destruição dos povos etc.

Em *O olho de vidro*, é possível observar a acirrada crítica à Igreja, à Inquisição, ao obscurantismo. Tudo isso está intimamente ligado aos sentimentos humanos (amor, paixão, ódio, raiva) em diálogo com questões históricas. Chamam a atenção os protagonistas dos romances históricos, que não realizam feitos extraordinários e são vítimas das engrenagens sociais, de forças interiores e também do desconhecido.

Aqui chegamos, retornamos, à dimensão trágica do romance histórico camiliano, fio condutor da navegação que propomos.

Figura 4 – Camilo Castelo Branco



Fonte: POMAR, 2005, p. 69.

1 CAMILO CASTELO BRANCO EM DIÁLOGO COM OS MODELOS DE ROMANCE DE SEU TEMPO: HISTÓRIA E FICÇÃO, VERDADE E INVENÇÃO

Camilo Castelo Branco foi o primeiro escritor português a viver da pena. Assim, percorreu vários gêneros. Cultivou poesia, teatro, crítica literária, jornalismo, historiografia, epistolografia, polêmica, romance, novela e conto. Sua produção é vastíssima, entre as maiores das literaturas de língua portuguesa¹⁰. É um exímio enfiador e não deixou de enveredar por narrativas históricas¹¹, bem ao gosto do público da época. É importante assinalar que a tendência historicista sempre esteve presente na ficção camiliana, desde as primeiras publicações, como: *Anátema* (1851) e *Livro negro de padre Dinis* (1855) (COELHO, 1983, v. 2, p. 30).

Camilo, porém, continuava a sentir precisão de entreter a sensibilidade com pungentes casos humanos; não queria abandonar a ficção novelística, seu glorioso domínio e modo de vida. Optou assim por um **gênero de compromisso: a novela histórica**. Depois de 1865, a par de novelas de temas contemporâneos, gizou várias novelas históricas: entre 1865 e 1867, *Luta de Gigantes*, *O Judeu*, *O Santo da Montanha*, *O Olho de Vidro*, *O Senhor do Paço de Ninães*; entre 1874 e 1876, *O Regicida*, *A filha do Regicida*, *A Caveira da Mártir*. (COELHO, 1983, v. 2, p. 30, grifos nossos)

Jacinto do Prado Coelho apresenta um possível motivo que teria levado o autor de *Amor de perdição* (1862) a debruçar-se sobre o romance histórico: “como atento profissional das letras, Camilo auscultava no público certo cansaço da ficção e um recrudescer do interesse pela História” (COELHO, 1983, v. 2, p. 31). Como se vê, está atento às predileções do leitor

¹⁰ Como afirma Paulo Franchetti, “Numa sociedade que não dispunha de um número expressivo de leitores, num tempo em que os direitos autorais estavam começando a ser reconhecidos (a lei dos direitos de autor, proposta por Garrett, é de 1851), Camilo teve de escrever muito” (FRANCHETTI, 2007, p. 87).

¹¹ É digno de nota o registro de Senna Freitas, em *Perfil de Camilo Castelo Branco*, sobre o prazer de Camilo contar histórias: “Talvez por estar imensamente habituado a narrar, o insigne romancista, ainda na conversação íntima gosta de contar. É então que ele está no foco. Uma delícia ouvi-lo! Nem sombra de afectação na linguagem, e nem a pausa de dois segundos para procurar um termo. A língua está às suas ordens. Conhecem-se a fundo um ao outro. História pátria, antiga e contemporânea, nobiliárquica, ciência, literaturas, glótica, tudo sai daquela memória prodigiosa que engaveta o que quer” (FREITAS, 2005, p. 52). Também, Massaud Moisés assinala “Outro dom superior de Camilo que cumpre lembrar: o de ser um nato contador de histórias, dono dum estilo todo seu, e que fez escola; de quem conhece os segredos da Língua, tanto a erudita, como a popular ou regional” (MOISÉS, 2003, p. 149). E Pinheiro Chagas já instigava o leitor da época: “E quem ha ahi em Portugal que saiba contar como Camillo Castello Branco?” (CHAGAS, 1867, p. 54). Camilo gosta de contar (e de ouvir) histórias, além de ter o domínio da língua e conhecimento da história do país, o que contribui para a construção da identidade cultural portuguesa.

de seu tempo, mas não deixa de escrever romances de temática contemporânea. Nestes, também, imprime um olhar crítico sobre a história recente de Portugal.

Devido ao longo período de lutas liberais, os escritores mantiveram-se praticamente isolados na tentativa de renovar a literatura. Além das obras de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho, as traduções inglesas e francesas eram os textos românticos em circulação. O estado da literatura, assim como das artes, modifica-se mais intensamente após a Revolução de Setembro, em 1836. Por exemplo, Garrett, ao assumir a Inspeção Geral dos Teatros, impulsiona a produção romântica portuguesa.

Em Portugal, começa a surgir o gosto pelo romance histórico a partir de 1837, ano em que Alexandre Herculano assumiu a direção do jornal *O Panorama*, publicando uma série de *Quadros da História Portuguesa*, crônicas antigas, bem como seus textos literários: entre 1839 e 1844, os contos reunidos, posteriormente, na obra *Lendas e narrativas*¹² (1851), que ele próprio considerava como “a sementinha d’onde proveio a floresta” (HERCULANO, 1858, v. 1, p. XIII), isto é, a propagação do romance histórico em Portugal no século XIX. Seguem-se os romances históricos: *O monge de Cister* (1848), *Eurico, o presbítero* (1844) e *O bobo* (1878, póstumo)¹³. Sob o título de *O Monasticon*, reúnem-se os dois primeiros: *O monge de Cister*, cuja ação se desenvolve no reinado de D. João I (após a crise dinástica de 1383 a 1385, assume o trono, permanecendo até a sua morte em 1433), o Mestre de Avis, que marca o momento histórico da centralização política monárquica; e *Eurico, o presbítero*, em que, em meio às lutas da Reconquista, reflete-se sobre a questão do celibato clerical. É inegável o interesse do autor pela Idade Média. Na carta V sobre a História de Portugal, publicada na *Revista Universal Lisbonense* em 1842, Herculano declara “preferir o estudo da idade média ao do século das nossas glórias” (HERCULANO, 2007, p. 126).

¹² Em “Advertência da primeira edição”, de *Lendas e Narrativas*, o autor informa que “os breves romances e narrativas contidos neste volume [primeiro] foram impressos, em epochas mais ou menos remotas, nas duas publicações periódicas *O Panorama* e a *Ilustração*, bem como o foram nestes ou em outros jornaes os que tem de formar o segundo volume das *Lendas e Narrativas*, colleção que, se trabalhos mais arduos o consentirem, será continuada com alguns outros, apenas esboçados ou ineditos no todo ou em parte, que ainda restam entre os manuscritos do autor” (HERCULANO, 1858, v. 1, p. IX-X). Portanto, as publicações dos contos foram realizadas no período de 1839 a 1844.

¹³ Em relação aos romances históricos, de Alexandre Herculano, *O bobo* foi publicado n’*O Panorama* em 1843 e, em volume, em 1878, edição póstuma, com revisão e acréscimos feitos pelo autor em vista da edição que preparava; *O monge de Cister*, parcialmente publicado em n’*O Panorama*, em 1841, e, em volume, em 1848; por fim, *Eurico, o presbítero*, parcialmente publicado n’*O Panorama* e na *Revista Universal Lisbonense* em 1843, e, em volume, no ano seguinte. Os dois últimos trazem reflexões sobre práticas da vida religiosa, sobretudo o celibato clerical, e formam *O Monasticon*, conforme mencionado.

A evocação medieval dos romances de Herculano, como dos de Garrett, insere-se na campanha literária romântica do regresso às “raízes nacionais”, fazendo tábua rasa da época clássica que era também, para os Românticos, a do absolutismo monárquico e da decadência nacional. (SARAIVA; LOPES, 1987, p. 771)

Conforme aponta Herculano, na Advertência da primeira edição, as *Lendas e narrativas* constituem “as primeiras tentativas do romance historico que se fizeram na lingua portuguesa. Monumentos dos esforços do auctor para introduzir na litteratura nacional um genero amplamente cultivado, nestes nossos tempos, em todos os paizes da Europa” (HERCULANO, 1858, v. 1, p. X). A partir de 1837, também se publicaram as primeiras traduções de Walter Scott em Portugal. Assim, foram dados os primeiros passos para a difusão do romance histórico a partir da década de 1840.

Portanto, “Herculano podia justamente reivindicar o seu papel de iniciador da abundante literatura histórica”, como afirmam António José Saraiva e Óscar Lopes, “que já então inundara a literatura portuguesa” (SARAIVA; LOPES, 1987, p. 709). Através da sua obra ficcional, revisitou o passado como busca da identidade nacional, contribuindo para a construção da memória coletiva.

As transformações sociais foram importantes nesse processo. É inegável a importância da Revolução Francesa (1789) nos diferentes campos. Suas consequências mudaram o perfil político, social e cultural da Europa. Isso favoreceu o aparecimento de uma cultura burguesa que encontrou no romance um gênero perfeito, de fácil leitura, para a divulgação dos valores burgueses. A queda do Antigo Regime em Portugal, na sequência das invasões napoleônicas, a instauração do liberalismo, a afirmação do poder da burguesia, a ascensão de uma cultura urbana nas principais cidades, Lisboa, Porto e Coimbra, além dos avanços científicos, foram responsáveis pelo interesse pela história, que se afirmou como ciência no século XIX. Então, o surgimento de um novo público consumidor¹⁴, sem vasta formação cultural, vê, no romance, um meio de conhecer a sua própria história através da literatura.

A convicção de que o passado é determinante para a compreensão da sociedade do presente levou intelectuais a inserir o discurso da História nos seus romances, com dois propósitos distintos, mas complementares: dar a conhecer os factos de outrora ao público em geral; mostrar, através do passado os defeitos ou qualidades de um momento, para que ele sirva de exemplo ou de repúdio. (MARINHO, 2007, p. 24)

¹⁴ É digno de nota o aumento do número de leitores no século XIX. Para isso, as mulheres burguesas contribuíram, devido ao acesso à instrução, defendido pelo liberalismo. Ao lado das aulas de música, costura e bordado, a leitura passa a ser uma atividade constante nos ambientes familiares. Os romances românticos contribuíram para a educação sentimental das mulheres, bem como para a difusão dos valores burgueses. “O folhetim foi igualmente decisivo no aumento e na manutenção de um público leitor feminino”, como assinala Andreia Alves Monteiro de Castro (2021, p. 71).

Camilo Castelo Branco traz o discurso histórico para a ficção. Dessa forma, leva o leitor a conhecer os fatos através de um ponto de vista crítico, contestador. Não se percebe a intenção de reconstruir a época histórica, sobretudo os séculos XVII e XVIII, que revisita. Em alguns momentos, observa-se a busca por imprimir a “cor local” através do pulsar da vida social, cotidiana, por exemplo, nas celebrações religiosas. Ao atribuir um lugar de destaque àqueles que sempre estiveram à margem, é possível entrever uma revisão da história.

Diferentemente, Alexandre Herculano visa reconstituir, da forma mais fidedigna possível, a época passada, sobretudo a Idade Média, as forças sociais e humanas, destacando os aspectos da vida social, baseados em fontes oficiais (decorrente de pesquisas), seguindo o modelo de Walter Scott, como o próprio autor afirma. Fundamenta-se em informação minuciosa da vida sociocultural, por exemplo, sobre as procissões, os saraus, os autos, o mobiliário, o vestuário, as etiquetas etc., comprovada por vários documentos. Utiliza-se dos detalhes como “um meio para atingir a fidelidade histórica retratada, para evidenciar de maneira concreta a necessidade histórica de uma situação concreta” (LUCKÁCS, 2011, p. 83). Como se vê, os “detalhes” são importantes para a configuração da “cor local”, seja nos aspectos externos (mobiliário, vestuário etc.), seja nos aspectos internos (de expressão e comportamentos). Em Herculano, a história aparece como força motriz que impulsiona a ficção.

No romance histórico [clássico], portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizavam. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. (LUCKÁCS, 2011, p. 60)

Como se nota, na ficção histórica clássica, para evidenciar “as motivações sociais e humanas” da ação, os fatos comuns são mais apropriados do que os grandes acontecimentos históricos.

Almeida Garrett, por sua vez, revisita também a Idade Média, em seu romance *O arco de Sant’Ana* (1845-1850). Garrett inspirou-se na *Crônica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes, especialmente no episódio em que se vê “D. Pedro, o *Cru*, açoitando por suas mãos o mau bispo”. Não ressuscita o passado apenas pela “cor local”, mas para dialogar com o presente. Demonstra clara intenção de fazer referência à contemporaneidade, sobretudo à política de Costa Cabral. Também, observa-se tal prática nos dramas históricos, por exemplo, *O alfageme de Santarém* (1842), que se baseia na crônica medieval do “Condestabre”, mas

como resposta aos acontecimentos políticos da época. Reconstitui a crise sociopolítica do último quartel do século XIV (1383-1385), que se segue à morte de D. Fernando I (1367-1383). São confrontadas as classes sociais: a burguesia em ascensão, o povo e a nobreza. Na peça, transparecem as desilusões de Garrett, que havia sido demitido dos cargos públicos: Diretor do Conservatório Dramático e Inspetor Geral dos Teatros ao questionar, na Câmara dos Deputados, a supressão do Conservatório de Arte Dramática, como corte de gastos do orçamento proposto pelo Ministro da Fazenda, António José d'Ávila, em 1841.

Camilo reafirma o compromisso com a verdade, prática comum no Romantismo, tanto no romance de temática contemporânea quanto no histórico. Em *Luta de gigantes*, o narrador-autor comenta: “eu não lh’a [página do *Portugal restaurado*] transcrevo, por que ao romance corre-lhe obrigação de ser mais honesto que a história” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 192). Parece que Camilo vai preencher as lacunas da história de forma subjetiva, sem deixar de ser crítico. O que se sabe precisa ser dito? Nem sempre adentra no que já consta nos livros de história¹⁵, mas indica a fonte, caso o leitor queira ler. Refira-se que essa descontinuidade discursiva rompe com as regras do gênero, desvela as mazelas da sociedade e os dramas íntimos das personagens.

Camilo, muitas vezes, foi criticado por não ser fidedigno à história. Talvez os críticos busquem apenas características clássicas na sua obra, encaixando-o no modelo de Walter Scott, ou apenas o veem como escritor dos grandes dramas de amor.

Propomos uma reflexão sobre o romance histórico camiliano noutra perspectiva, como defende Gregory McNab (1993), tendo em vista que são obras que mais “problematizam a elaboração do romance histórico” do que seguem as “fontes primárias autoritativas” (MCNAB, 1993, p. 168).

Camilo não revisita o passado para exaltá-lo, para valorizar tão somente as origens e tradições nacionais, para reconstituir o momento de formação da identidade portuguesa, segundo a ficção histórica clássica. Pelo contrário, volta ao passado para questioná-lo, faz

¹⁵ Em *O regicida* (1874), com ironia peculiar, Camilo Castelo Branco expõe a diferença entre o ofício do historiador e o do romancista. O que consta nos livros de história tende a ser conhecimento público, então, cabe ao ficcionista recontá-lo? Ou preencher as lacunas deixadas pela história oficial? Ou deixar as suas impressões na narrativa? Seja como for, Camilo irá contar a história à sua maneira: questionando-a. Nem sempre irá desenvolver os fatos históricos oficiais, mas pode mencionar as fontes primárias. Assim, o leitor decide ler ou não. Por exemplo, ao se referir à Revolução de 1640, afirma o narrador: “O que o leitor sabe sobejamente da história seria impertinência repetir-lho no romance. A Revolução de 1640 é tão falada, desde a escola de instrução primária até às festividades retóricas de cada 1.º de Dezembro, que a pessoa inteligente em cuja mão este livrinho tem o préstimo de a livrar de ler outro pior, me está pedindo que dê vivas a independência nacional e passe avante” (CASTELO BRANCO, 1965, p. 36). Neste episódio, portanto, Camilo não desenvolve o discurso histórico, quebra uma regra clássica do gênero. Além disso, joga com a expectativa do leitor. Para o leitor, a História seria tão enfadonha a ponto de preferir à ficção histórica?

críticas acentuadas à Inquisição. Escreve durante o Romantismo tardio em que se colocam outras questões. Já não se busca a (re)construção da identidade nacional através das narrativas históricas passadas na Idade Média. Agora, revisitam épocas mais próximas para levantar questões que, talvez, precisem ser (re)pensadas.

Camilo esteve sempre atento às estéticas artísticas em *voga*, mas construiu uma literatura própria. Fialho de Almeida se (nos) questiona: “a que escola pertence?”, a seguir responde “que os homens da estofa de Camilo, pelo seu individualismo formidável, raras vezes se inscrevem em escolas, fundam-nas” (ALMEIDA, 1969, p. 93-94). Também nos pergunta: “em que período de evolução do romance moderno filiaremos nós os seus romances?”, como se fosse fácil a resposta, “os romances dele podem inscrever-se, como poderosíssimos documentos, em todos os períodos da história literária que marquem uma descoberta nova, nessa ânsia de inquirir da vida, que é o fim de toda a arte” (ALMEIDA, 1969, p. 93-94). Como se vê, Fialho defende que não se pode enquadrar a prosa de ficção de Camilo em uma escola literária.

Camilo percorre as estéticas romântica e realista de forma própria. E não fogem à regra os seus romances históricos. O leitor não irá encontrar no texto camiliano, como era esperado no século XIX, que reconstituísse uma determinada época e os acontecimentos, “uma representação totalizante” (MCNAB, 1993, p. 167). Isso provocou muitas críticas. Jacinto do Prado Coelho afirma: “[Camilo] carecia [...] dum estudo sistemático e duma visão orgânica da História, em sincronia e diacronia, para concretizar na sua obra o ideal romântico da História ressurreição do passado” (COELHO, 1983, v. 2, p. 58). Por fim, Camilo não se submete às regras clássicas do gênero, como: a evocação objetiva do passado, a reconstituição viva do cotidiano, a exatidão dos fatos evocados.

Com efeito, os “romances históricos” de Camilo não passam geralmente de novelas passionais cuja acção decorre em época mais ou menos recuada [...]
Em Camilo esbatem-se as fronteiras entre “romance histórico” e “romance contemporâneo”, tanto mais que nos inculca este último como narrativa baseada em testemunhos orais ou reescrita de manuscritos fidedignos, e ainda porque na novela chamada “contemporânea” vêm a talhe de foice episódios da história política e militar da primeira metade do século. (COELHO, 1983, v. 2, p. 59- 60)

Como Prado Coelho aponta, os romances contemporâneos de Camilo Castelo Branco refletem acerca dos acontecimentos históricos da primeira metade do século XIX. Como é um período recente da história, ainda está em consolidação a sua compreensão mais acurada. Por vezes, o autor utiliza fontes (escritas ou orais): manuscritos (documentos) ou testemunhos (por exemplo, em *Amor de perdição* (1862), *Amor de salvação* (1864), *O retrato de*

Ricardina (1868), entre outras obras) para dar veracidade à narrativa, a ilusão de verdade. É uma estratégia ficcional bastante utilizada pelos escritores românticos¹⁶. Vale observar que o registro oral, sobretudo, dá a impressão de cumplicidade com o leitor, tornando-o um confidente. Dessa forma, envolve-o com a intenção de sensibilizá-lo, despertando a empatia, a compaixão.

Geralmente, os romances contemporâneos utilizam-se de uma fonte básica, a partir da qual o enredo se desenvolve. Por exemplo, *Amor de perdição* baseia-se num episódio da vida de Simão António Botelho, tio paterno de Camilo. Traz informações da história contada pela tia¹⁷ Rita Emília, guardiã das memórias da família, bem como do livro de registros da cadeia da Relação do Porto, onde esteve até ser desterrado. Já em *Amor de salvação* e em *O retrato de Ricardina*¹⁸, o próprio autor afirma servir de testemunha, pois conheceu as personagens das histórias e soube como os fatos sucederam. Vê-se uma tentativa de persuadir o leitor da

¹⁶ Tal estratégia narrativa é utilizada por Almeida Garrett. Ver MONTEIRO, 2010, p. 221-241. Em *Viagens na minha terra* (inicialmente publicada em 1843 na *Revista Universal Lisbonense*, retomada a publicação em 1845-1846), registra o “episódio d’amor” de Carlos e Joanhina contado por um companheiro de viagem. Por outro lado, *O arco de Sant’Ana* (em 1845, é publicado o primeiro tomo, tendo sido começado durante o cerco do Porto, em 1832; devido à conjuntura política, o segundo tomo é publicado em 1850) baseia-se em uma cópia de um **manuscrito encontrado no Convento dos Grilos**, onde o autor esteve aquartelado, por um soldado do Corpo Acadêmico. Também Alexandre Herculano apropria-se de manuscrito para imprimir veracidade às narrativas históricas, por exemplo, *O monge de Cister* (1848) e *Eurico, o presbítero* (1844). Como se vê, no prólogo de *Eurico, o presbítero*, Herculano assinala a gênese d’ *O Monasticon*: “na minha concepção complexa, cujos limites não sei de antemão assinalar, dei cabida à crônica-poema, lenda ou o que quer que seja do presbítero godo: dei-lha, também, porque o pensamento dela foi despertado pela narrativa de certo **manuscrito gótico, afumado e gasto do roçar dos séculos, que outrora pertenceu a um antigo mosteiro do Minho**. *O Monge de Cister*, que deve seguir-se a *Eurico*, teve, proximamente, a mesma origem” (HERCULANO, 1999, p. 10-11, grifos nossos).

¹⁷ No prefácio da segunda edição de *Amor de perdição* (1862), Camilo traz um depoimento de *Memórias do cárcere* (1862): “desde menino, ouvia eu contar a triste história de meu tio paterno Simão António Botelho. Minha tia, irmã dele, solicitada por minha curiosidade, estava sempre pronta a repetir o facto, aligado à sua mocidade. Lembrou-me naturalmente na cadeia muitas vezes meu tio, que ali devera estar inscrito no Livro das entradas no cárcere e das saídas para o degredo. Folheei os livros desde os de 1800, e achei a notícia com pouca fadiga e alvoroços de contentamento, como se em minha alçada estivesse adornar-lhe a memória, como recompensa das suas trágicas e afrontosas dores em vida tão breve” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 11).

¹⁸ Na breve apresentação de *O retrato de Ricardina*, a qual se intitula “A quem ler”, o narrador conta como o autor teve conhecimento dos fatos narrados, despertando a curiosidade do leitor desde as primeiras linhas. Camilo se ficcionaliza. Joga com os conceitos: verdade e mentira; realidade e ficção; vida e arte. Assim, envolve o leitor, levando-o a acreditar que é verdade. Assim relata: “Esta novela parece querer demonstrar que sucedem casos incríveis. O autor conheceu alguns personagens e soube como passaram as coisas aqui referidas. Pois, assim mesmo, tão incongruentes lhe pareceram que ficou longo tempo indeciso se lhe seria melhor inventá-las para saírem mais verosímeis do que as verdadeiras. A consciência gritou-lhe quando o romance estava já urdido e enredado com outro feitio. Venceu a verdade, onde já agora, e tão somente, lhe é permitido vencer: – nas novelas” (CASTELO BRANCO, 1936, p. 5). Se, na ficção, vence a verdade, na vida, vence a mentira? Se Camilo quer deixar claro ao leitor que os fatos narrados estão fora da vida comum, mas são verdadeiros, como não suspeitar? Assim, “Camilo permite-nos pensar que as novelas, quando aparentemente inverossímeis, mostram a face absurda e trágica da vida” (DAVID, 2012, p. 79).

veracidade das histórias, seja por serem, em todo ou em parte, autobiográficas, seja por se basearem em documentos ou testemunhos dados como fidedignos.

Assim sendo, Jacinto do Prado Coelho põe em questão a tênue fronteira entre os romances da atualidade e históricos. Castelo Branco Chaves defende, também, que os romances históricos e de temática contemporânea possuem as mesmas qualidades, “num como noutros é igualmente densa a concentração da narrativa e o diálogo conciso como principal agente de desenvolvimento da ação” (CHAVES, 1979, p. 51). Maria de Fátima Marinho, por sua vez, afirma: “históricos ou não os romances de Camilo são prioritariamente enredos onde o sentimento e a paixão prevalecem sobre qualquer coordenada” (MARINHO, 1999, p. 81). Por outro lado, vale ressaltar a importância dos estudos de Helena Buescu (2023), Anamaria Filizola (2006) e Maria Fernanda de Abreu (1991), que defendem o caráter crítico e histórico tanto dos romances de temática contemporânea quanto dos romances históricos, como veremos ao longo deste estudo.

É interessante observar, nessa passagem do tempo, como se chega ao século XIX. E o que fazer a partir de então. O olhar de Camilo diante da história é moderno, aponta, em alguma medida, para o que viria a ocorrer no século XX: questionamentos da história oficial. Sabe que a história é parcial; narra, portanto, sob um ponto de vista específico.

Histórico então não é apenas o distante no tempo, consagrado nos registros oficiais, é também o fato contemporâneo, como observaremos a seguir na leitura de *Agulha em palheiro* (1863), que descortina a primeira metade do século XIX. Camilo acompanha o pulsar da vida portuguesa de Oitocentos, traz fatos que poderiam ser registrados pela história oficial ou não.

1.1 Do Antigo Regime ao Liberalismo em Portugal: uma leitura de *Agulha em palheiro*

Art.1.º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum.

Art. 2.º – A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. [...]

Art. 6.º – A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a

todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1789)¹⁹

PROCURAR AGULHA EM PALHEIRO.

É baldado empenho?

Pois eu assevero que, uma vez, procurei uma, e achei-a!

E, desde então, com a minha infinita paciência, acho tudo que quero, neste palheiro da humanidade, mormente quando os indivíduos, que procuro, têm devorado a palha, e se me apresentam a nu, – coisa que me tem acontecido mais vêzes do que mereço a Deus.

*Camilo Castelo Branco*²⁰

Camilo era capaz de ver agulha em palheiro e de imaginar o que talvez ainda não acontecesse, mas já podia acontecer a qualquer hora, talvez nos recantos escuros de Portugal. Destas leituras muita esperança vã se criou, mas quem nos garante que também muita força para a luta contra os maiores do tempo não terá nascido assim?

*Sérgio Nazar David*²¹

A Revolução Francesa traz à cena principal: o povo. Os heróis solitários se tornaram elementos do passado. Agora, quem faz a história, pela força do seu trabalho e pela convicção de seus ideais, é o indivíduo. Como se vê, em *Agulha em palheiro*, Fernando Gomes, o filho do sapateiro da Calçada do Sacramento, é o protagonista da ação.

Em meio aos acontecimentos desencadeados pela tomada do poder, na França, a Assembleia Nacional Constituinte começou a elaborar os artigos da nova constituição, cuja introdução se intitula “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”. Nela, estariam definidos os principais anseios da revolução. Aprovado em 1789, o texto resumia os direitos básicos da sociedade moderna. Como se observa nos artigos destacados na epígrafe, fica clara a afirmação do poder da burguesia que defende o fim dos privilégios da monarquia.

Ao ler um romance de Camilo Castelo Branco, observa-se a história inscrita tanto referente ao passado quanto ao presente, bem como o entrelaçamento de dois enredos – um

¹⁹ Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1789). Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em 3 jan. 2023.

²⁰ CASTELO BRANCO, Camilo. *Agulha em palheiro*. São Paulo: Saraiva, s/d. p. 182-183.

²¹ DAVID, Sérgio Nazar. Mimese e moral em Camilo Castelo Branco. In: *Colóquio/Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n. 181, p. 82, set./dez. 2012.

passional, outro histórico. Como se vê, o diálogo entre história e ficção é comum no século XIX, decorrente, em parte, da queda do Antigo Regime, da implantação do liberalismo, da consolidação do poder político da burguesia, (que passa a ser representada no romance contemporâneo), enfim, das transformações sociais, (que possibilitaram, em alguma medida, a ascensão social; a instrução feminina; a democratização da literatura, fomentada pela imprensa, através dos folhetins). Conforme Arnold Hauser assinala:

o romance em folhetins significa uma democratização sem precedentes da literatura e uma quase completa redução do público leitor a um só nível. Nunca uma arte foi reconhecida tão unanimemente por camadas sociais e culturais tão diferentes e recebida com sentimentos tão semelhantes. (HAUSER, 2003, p. 743)

Esse novo modo de literatura²², com outras formas e temas, agrada ao público da época, que se reconhece em muitos aspectos. Como reflete Almeida Garrett em Memória ao Conservatório Real de Lisboa:

Os leitores e os espectadores de hoje querem pasto mais forte, menos condimentado e mais substancial: é povo, quer verdade. Dai-lhe a verdade do passado no romance e no drama histórico – no drama e na novela da actualidade ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo ao seu nível – e o povo há de aplaudir, porque entende: é preciso entender para apreciar e gostar. (GARRETT, 1999, p. 36)

Sem dúvida, a história ocupa um lugar primordial nas narrativas camilianas. Tal afirmativa se comprova, por exemplo, em *O retrato de Ricardina* (1868) e em *Agulha em palheiro*²³ (1863), que tratam das guerras civis e da implantação do liberalismo em Portugal. Debrucemo-nos sobre *Agulha em palheiro*, que narra a transição do Antigo para o Novo

²² É interessante observar que Hauser, em *História social da arte e da literatura*, assinala que o movimento romântico não é só uma luta contra academias, igrejas, cortes, patrocinadores, amadores, críticos e mestres, mas contra tradição, autoridade e regra (HAUSER, 2003, p. 651). Como se vê, os grandes escritores quebram as regras, deixando obras marcadas na literatura romântica portuguesa, por exemplo, *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett. Já Camilo Castelo Branco, conforme afirma Fialho de Almeida, “não faz obras-primas com receita” (ALMEIDA, 1969, p. 85). Sem dúvida, problematiza as questões sociais, as íntimas, o próprio fazer literário (das estéticas romântica e realista), enfim, quebra regras, tendo em vista as narrativas históricas.

²³ *Agulha em palheiro*, editada no Rio de Janeiro em 1863, saíra originalmente no periódico literário *O Futuro*, de Faustino Xavier de Novais, poeta português, residente no Brasil, grande amigo de Camilo Castelo Branco (CABRAL, 1988, p. 19). É dedicada a António Feliciano de Castilho. Camilo demonstra certo descontentamento com a edição brasileira e pede a Castilho que não a leia. A segunda edição sai em 1865 pela Casa Viúva Moré, no Porto. Na breve nota de apresentação, da segunda edição, intitulada “Duas palavras”, Camilo explica a razão: “a primeira edição deste romance saiu de uma tipografia do Rio de Janeiro. Parece que houve o propósito de desdourar os prelos brasileiros! Poderá parecer também que se intentou desdourar o autor; mas semelhante suspeita não vingaria, atendendo a que não é coisa verossímil alguém escrever assim” (CASTELO BRANCO, s/d).

Regime, a partir da perspectiva, sobretudo, de uma família portuguesa (de sapateiros de Lisboa). Tem-se, por outro lado, o olhar da família fidalga Briteiros. Como assinala Paulo Motta Oliveira, “sem abandonar os mais ricos, o olhar recai principalmente sobre aqueles que compõe as camadas médias ou mesmo pobres do país” (OLIVEIRA, 2005, p. 143).

É interessante observar que o filho do sapateiro é o protagonista do romance. Ele passa a frequentar espaços antes destinados à nobreza, como: o Palácio de Orlandini, a convite do Príncipe Monford, Jerônimo Bonaparte, irmão mais novo de Napoleão Bonaparte. No salão do príncipe, conhece a fidalga portuguesa Paulina de Briteiros por quem se apaixona²⁴. Isso se torna possível devido às mudanças sociais advindas com o liberalismo.

Entender a situação política do país é imprescindível para uma leitura mais ampla e completa. Conforme Auerbach afirma, o romance *O vermelho e o negro* (1830), de Stendhal, “seria quase completamente incompreensível sem o conhecimento mais exato e detalhado da situação política, da estratificação social e das condições econômicas de um momento histórico” (AUERBACH, 2015, p. 406). Dessa forma, o conhecimento do tempo histórico proporciona, especialmente, para o leitor de hoje, uma leitura coerente e crítica. Vê-se, assim, além da história de amor. Apesar da fluidez das fronteiras sociais, a origem de Fernando Gomes ainda é um obstáculo para exercer determinadas funções na administração pública, bem como para o casamento, sendo a “senhora” da alta sociedade.

Agulha em palheiro se passa essencialmente na primeira metade do século XIX, período de grande instabilidade política em Portugal – invasões francesas, Revolução de 1820, guerra civil (1832-1834), cerco do Porto (1832-1833), implantação do liberalismo, por fim, embates entre liberais e absolutistas, bem como entre os próprios liberais (cartistas e setembristas) até meados do Oitocentos. É um romance chamado de temática contemporânea, mas não deixa de dialogar (e problematizar) com a história recente do país. O escritor revisita fatos e, com certo distanciamento temporal, tendo em vista a publicação do livro em 1863, faz

²⁴ Após concluir o curso de Direito na Universidade de Coimbra, Fernando Gomes parte em viagem pelos países da Europa. Na Itália, é convidado pelo príncipe Monford a frequentar o Palácio de Orlandini. Conhece as fidalgas portuguesas Eugênia de Briteiros e Paulina de Briteiros, por quem se encanta. No entanto, o diálogo com o pai das jovens, Bártolo de Briteiros, não é muito cordial, tendo em vista sua “facção” política: é absolutista. Afasta-se de Portugal quando os liberais vencem a guerra civil. Embora, na ocasião, D. Pedro IV houvesse declarado anistiar os partidários de D. Miguel e “garantir-lhes as vidas e os bens” (SÁ, 1987, p. 36). Como se sabe, o mesmo não ocorreu durante a vigência da ditadura miguelista. Houve mais perseguições, prisões e mortes no período de D. Miguel no poder do que durante a guerra civil, como afirma Victor de Sá (1987, p. 34-36). Paulina e Fernando apaixonam-se; no entanto, o fidalgo já tem plano para casá-la com o Marquês de Tavira. Prefere o convento ao casamento arranjado. Quando seu pai morre, sai do convento e passa a viver com a irmã Eugênia, que se casara com um nobre francês. De surpresa, aparece na casa de Fernando e pede-o em casamento. Tal cena foge às regras sociais. Como se vê, Camilo conta o que acontece e o que poderia acontecer. Anos mais tarde, Fernando Gomes vê proclamados os direitos de igualdade por que tanto lutou.

uma análise acurada, deixando entrever a desilusão com os rumos do liberalismo. Logo, o narrador levanta questionamentos acerca dos acontecimentos históricos, as personagens se posicionam, apresentando os conflitos (exteriores e interiores) e as contradições do mundo burguês.

Agulha em palheiro gira em torno de Fernando Gomes, filho de um ilustre sapateiro da Calçada do Sacramento²⁵ em Lisboa. Francisco Lourenço Gomes educa seu primogênito para fazer parte da sociedade intelectual lisboeta, ser respeitado apesar de sua origem humilde e, quem sabe, para ocupar cargos públicos. Tudo lhe foi negado, inclusive fazer parte do grupo de literatos ou conversar sobre literatura sem ser ridicularizado. Os membros da alta sociedade que frequentavam a sua loja puxavam conversa para, posteriormente, terem com o que se divertirem. Como se vê, através do filho, tal comportamento persiste. Com pesar, seu pai o proíbe de abordar assuntos que não dizem respeito a seu ofício:

– (...) Trago cá as minhas desconfianças de que muitas pessoas vêm aqui falar contigo em poesias, e vão lá para fora zombar de ti. Eu, que to digo, é porque alguém mo disse. Lê os teus livros no teu quarto; mas na loja, se alguém te falar em versos, fala-lhe tu em botas. Cada qual no seu ofício. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 7)

Apesar dos avanços sociais, o ciclo de exclusão não se finda nesta primeira metade do século XIX, como se vê na linhagem de Fernando Gomes. A atividade intelectual parece ser destinada à alta sociedade, restando às classes mais baixas o trabalho “mecânico”, de artífice, de lavrador. É um dos aspectos da estrutura social do Antigo Regime que persiste, sendo criticado por Camilo em várias obras.

Durante a monarquia absoluta, a sociedade era bem estratificada. Cada pessoa deveria ocupar um lugar de acordo com a sua origem e exerceria uma determinada função, dentro da engrenagem social, assim como seus descendentes, sem possibilidade de mudanças, de ascensão social. O conhecimento advindo dos livros não foi suficiente para integrar Francisco Lourenço à sociedade de Lisboa, nem a amizade com os poetas, como Bocage²⁶. Seria suficiente a formação universitária para inserir um filho de sapateiro ao meio letrado?

²⁵ A “Calçada do Sacramento” recebeu este nome no século XVII quando se instala a Igreja do Santíssimo Sacramento, após a cessão do terreno pelo Conde de Valadares. Também se localizavam alguns palácios e casas nobres. Como se vê, a loja de sapatos de Francisco Lourenço situa-se em um espaço nobre e é frequentada pela alta sociedade. Apesar disso, é visto como apenas um sapateiro, não o aceitam no grupo social.

²⁶ A ficcionalização de Bocage, talvez, não seja por acaso. Também é um poeta marginalizado no século XVIII. Ser poeta no Setecentos não era uma profissão. Era visto como aquele homem maltrapilho, que leva uma vida boêmia nos cafês, discutindo sobre literatura. “Reproduzia-se, assim, uma imagem de *vate*, antecessor do profissional de letras, cuja existência, marcada frequentemente por reduzidas oportunidades de formação e de

O narrador camiliano desvela o passado (mesmo recente) e o presente no grande palco social, posiciona-se perante os acontecimentos históricos e os dramas íntimos, levando o leitor, também, a se posicionar, a tomar partido, por fim, a defender uma personagem. Por vezes, é envolvido no discurso do narrador que, geralmente, defende os mais fragilizados. Quando isso acontece, evidencia-se uma das contradições da sociedade liberal. Tendo em vista que a maioria da sociedade não é alfabetizada no século XIX, não se pode esquecer que o leitor do tempo pertence às classes “média” e alta. É para quem Camilo escreve. Ao trazer personagens populares (em profundos embates íntimos e sociais) para o centro da cena, que impressão teria provocado no público da época?

Que selvagens tempos aqueles!

Francisco Lourenço, se vem cinqüenta anos depois, sem embargo de ser um hábil sapateiro, poderia entrar dignamente na república das letras: começaria vervejando, em solteiro, estas fáceis quadrinhas, cheias de fogo e alma, com que todos os marechais das letras velaram as armas, ao vestirem-se cavaleiros para a cruzada da civilização. Depois escreveria o seu folhetim, variado em côres, como um mosaico de diferentes línguas, e com atrevimento de idéias, que forçariam a crítica a qualificá-las de originalidades. Francisco Lourenço teria uma luneta, um charuto, e um bigode encerado, e uma esquina ali no largo de Camões onde encostar os ombros, vergados sob o pêso da cabeça prenhe de idéias. Depois, naufragado o coração, Francisco Lourenço iria salvar a humanidade, com o seu ceticismo, nas regiões da política. Faria, portanto, a um tempo botas para os pés, e ciência para a cabeça da humanidade. Se absurdos fados o bafejassem, Francisco Lourenço subiria a ministro, e **ninguém lhe perguntaria de onde veio**, nem a tripeça ainda quente lhe seria desdouro. **Esta é a única vantagem que a civilização tem trazido para a fusão dos homens num só princípio derivativo do pai comum.** (CASTELO BRANCO, s/d, p. 8-9, grifos nossos)

O irônico narrador traça uma linha divisória entre antes (“selvagens tempos”) e após a Revolução Liberal (que tempos seriam? de civilização?). Diante das atrozes lutas liberais, muito se afasta do ideal de civilização. Entretanto, como se vê, os novos tempos trouxeram a possibilidade da igualdade de direitos e deveres, do combate ao preconceito e de, em alguma medida, mobilidade social.

A Revolução de 1820 precipitou o processo que pôs fim à sociedade do Antigo Regime, estruturada numa base funcional, em ordens ou estados, e onde cada categoria social tinha um lugar, um estatuto e uma função bem definidos. Rompendo-se com os privilégios e os particularismos em que se apoiava a monarquia de direito divino, os liberais pretenderam criar uma nação de cidadãos,

carreira, ficava condenada a uma boémia que não contava sequer, as mais das vezes, com a legitimação de uma origem social favorecida. Restringidos nos seus movimentos pela míngua de recursos materiais, de espaço social e de horizontes culturais, muitos destes intelectuais passavam o seu tempo no reduto dos botequins, consumindo-se em *guerras poéticas* com os seus pares; marginalizados, caíam não raro sob a alçada da lei, alvos de mandatos de captura por costumes dissolutos ou impiedade (Bocage tornar-se-ia o representante por excelência de *vate*)”. (SANTOS, 1988, p. 143).

com os mesmos direitos e deveres, tratados de modo idêntico pelo poder político, num contexto de igualdade perante a lei. (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 443)

Fica o questionamento: os tempos mudaram? Será que a implantação do liberalismo em Portugal trouxe mudanças efetivas? Garantiu a liberdade e a igualdade de direitos? Fim dos preconceitos? Havia uma expectativa de que a sociedade liberal (e romântica) civilizaria o homem, o que obviamente não acontece por completo. Crimes, traições, guerras, pobreza, privilégios continuam a existir. Mas não mais do mesmo modo; não mais sem resistência como antes.

Foram dados valiosos passos, sem dúvida muito importantes para as mudanças que ocorreriam depois. Em meio às (sub)divisões “político-partidárias”, as tomadas de decisão foram realizadas de cima para baixo, mas houve também pressão social (Maria da Fonte, Patuleia).

Como se observa, se Francisco Lourenço tivesse nascido “cinquenta anos depois”, leia-se em 1835, um ano após o término da guerra civil (1832-1834) que deu vitória aos liberais em Portugal, talvez fosse possível ser escritor, pertencer ao universo intelectual e mesmo ocupar altos cargos políticos; sem que ninguém lhe perguntasse sua origem, ainda não; mas ao menos talvez o tivessem que tolerar.

Havia esperança de que o liberalismo trouxesse igualdade, liberdade e fraternidade para todos os cidadãos. Contudo, a sociedade precisaria se transformar profundamente, o que não acontece em Portugal. O ótimo muitas vezes é inimigo do bom e a moderação muitas vezes se impôs como o único caminho possível. Sendo assim, o pai educa o seu filho visando a uma formação humanística para ingressar na universidade e, quem sabe, exercer altos postos.

Fernando, aos quatro anos, frequentava as primeiras letras; aos nove anos estudava latim com admirável inteligência; assim, até aos dezesseis, cursou humanidades, no intento de ir graduar-se a Coimbra. Nesta idade Fernando conhecia os poetas latinos e portugueses: lia uns com seu pai, e traduzia-lhe os outros, explicando os pontos obscuros de Horácio e Ovídio. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 12-13)

Apesar da dedicação desde tenra idade, Fernando Gomes enfrenta muitos obstáculos no meio acadêmico. É uma grande contradição sofrer preconceito social no espaço universitário, onde se produz conhecimento (e de abertura para novas visões de mundo), além de a maioria dos estudantes defender o liberalismo, participar de sociedades secretas, colocando em risco à própria vida. Não se pode esquecer que a repressão da ditadura miguelista foi extremamente violenta, provocando prisões, deportações para a África,

execuções (por enforcamento, por estrangulamento ou por fuzilamento), julgamento por contumácia, emigração. Por exemplo, os nove estudantes de Coimbra enforcados pelo assassinato dos lentes, em Lisboa, em 20 de junho de 1828, “sendo as mãos e a cabeça de três deles cortadas e pregadas nos ângulos da forca até consumpção natural, conforme dizia a sentença” (MARTINS, 1996, v. 1, p. 171). Pela crueldade, esta sentença afastava-se completamente dos princípios liberais. Tal episódio histórico é revisitado em *O retrato de Ricardina* e em *Agulha em palheiro*. Nesta obra, tem-se como personagem o juiz da sentença, Bártolo de Briteiros. Portanto, os jovens de Coimbra, que lutaram por mudanças na sociedade, não seriam os mesmos que se sentiam incomodados com a presença do filho do sapateiro, sobretudo, quando ele se destacava?

Fernando não aceita o mundo constituído, revolta-se, inclusive, contra a própria família. Vive em intenso conflito, tem vergonha do ofício do pai (sapateiro), pois é motivo de zombaria dos contemporâneos. É um ser fora do lugar, convive com pessoas de altas classes sociais, mas também se distancia dos “mecânicos” (operários) da oficina de seu pai que o chamam de “fidalguinho” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 18). Apesar de abordarem o termo ironicamente, é a imagem que se tem dele pelo olhar dos artífices. Percebe-se que a sociedade mudava pelo fato de o filho do sapateiro ter acesso à universidade, porém ser aceito, naquele universo, era outra história. Fernando vive nesse entrelugar, como se observa no fragmento abaixo:

Fernando, desde a idade de nove anos, nunca descera à casa de trabalho, nem trocara palavra com algum dos oficiais. Estes, por ironia, e lá muito em secreta maledicência, denominavam-no o *fidalguinho*, e riam à socapa, quando, através das portas envidraçadas, o viam passar no pátio sem lhes virar um canto de olho. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 18, grifo do autor)

É grande a distância entre Fernando e os operários que o chamam de nobre. Usam de escárnio porque sabem que ele não é, mas é como se apresenta. Fernando não compartilha o mesmo espaço com eles, nem lhes dirige a palavra. Por outro lado, nobres e burgueses o veem como “filho de sapateiro”. Representa um ser deslocado, não é aceito entre os artífices, tampouco entre os estudantes de Lisboa e de Coimbra. Mesmo os mais próximos não falam com ele em espaços públicos com receio de serem vistos e serem excluídos ou ridicularizados também. Não encontra seu lugar no mundo em mutação, mesmo demonstrando o seu conhecimento ao lado dos liberais. Alguns estudantes só falavam com Fernando em espaços privados. Também não seriam vítimas da estrutura social opressora? Desvelam-se as contradições da classe burguesa.

Fernando participou de um momento histórico que mudou a sociedade portuguesa, a vitória liberal na guerra civil. Pertenceu ao batalhão de estudantes, foi condecorado, formou-se em Leis, porém isso não foi o suficiente para ser aceito. Após a vitória dos liberais, seu pai pensava que ele seria convidado para um cargo no governo sem sequer precisar pedir, mas nem solicitando foi escolhido.

Sua vida acadêmica não foi fácil, pensou em abandonar a universidade diversas vezes. Seus contemporâneos de Lisboa sempre o lembravam da sua origem. De qualquer forma, tinha a ideia de não pertencimento, evitava aglomeração de pessoas que o pudessem constranger. Muitas vezes, acusou seu pai por vivenciar este estado de coisas. Ambos são vítimas da sociedade constituída há séculos por oligarquias. Por mais que a sociedade estivesse se modificando, as mudanças eram lentas. A mãe sempre buscava contornar os conflitos tanto entre o filho e o pai quanto entre o filho e a sociedade. Assumia a responsabilidade de administrar o espaço privado com senso crítico. Compreendia a importância dos estudos. Apesar dos obstáculos sociais, não o deixava desistir. Lembrava-lhe que deveria enfrentá-los, pois batalhas seriam travadas ao longo da vida.

Decorridos poucos dias, Fernando foi ter com sua mãe, e disse-lhe que não tornava à aula, porque os seus discípulos o vexavam. Descendo a explicar o vexame por miúdos, disse que o filho do conde de tal, zangado com ele por ter-lhe corrigido um teorema de geometria, lhe replicara perguntando qual era a figura geométrica de uma tomba; e se as entrecóspias em lógica pertenciam ao dilema. (...) Francisco ouviu-o, doeu-se, dissimulou o pesar, e disse-lhe:

– Irás frequentar outra aula.

– Acontece-me o mesmo em toda a parte – contrariou Fernando com certo desabrimento desumilde. – Enquanto o pai estiver neste modo de vida, hei de ser enxovalhado por todos os discípulos, tanto monta em Lisboa, como em Coimbra. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 15)

Observa-se um tom de crítica, de desprezo à linhagem, ao se referir aos estudantes provenientes da nobreza, não os identifica, atribuindo assim uma característica comum à classe social. Fica claro que não o queriam lá, mas, como estava, não o deixavam se destacar intelectualmente sem ser penalizado por isso. Como a sua origem humilde também o incomodava, então, era por essa via que atacavam. A própria estrutura social por séculos estratificada contribuiu para os abismos sociais. Inclusive, as próprias leis contribuíam para as diferenças sociais, para a manutenção do *status quo*, por exemplo, o morgadio²⁷ que só foi

²⁷ O morgadio é uma forma de organização familiar que cria uma linhagem, bem como um código para designar os seus sucessores, estatutos e comportamentos. Neste regime, os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha por morte de seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente primogênito. Assim, o conjunto de bens de um morgado constituía um vínculo, uma vez que

extinto em 1863, mais de 40 anos após a Revolução de 1820. Entre as reformas liberais de Mouzinho da Silveira, no período de 1832 a 1834, constava o decreto do fim do morgadio que só se efetiva no período da Regeneração (MARTINS, 1996, v. 1, p. 355).

Registrem-se também os casamentos acordados, quase sempre dentro da mesma esfera social, a fim de que o patrimônio permanecesse nas próprias famílias abastadas. De certa forma, a Igreja Católica também contribuía para a manutenção do poder econômico nas mãos das oligarquias, controlando o modo de ser, de viver, “domesticando” as emoções, para evitar fugir ao padrão de comportamento estabelecido. Isso não significa que parte da sociedade não buscava espaços para viver, “escapar” das convenções sociais.

Mais: filhos fora do casamento não poderiam ser registrados pelos pais, ficando sem direitos. Sem dúvida, com a Revolução Liberal, a sociedade vai modificando suas estruturas sociais, mas de forma gradual. Apesar do confisco dos bens ao fim da guerra civil, da extinção de ordens religiosas, do anticlericalismo de certa fatia da intelectualidade, a Igreja Católica ainda detinha poder em Portugal. Muitos privilégios permaneceram, ou mudaram de mãos da nobreza para a alta burguesia. No entanto, alguns espaços foram possíveis adentrar, por exemplo, a universidade, conforme foi mencionado.

Como se vê, Fernando não se adapta em Lisboa, transfere-se para Coimbra, como estudante, onde também não se integra. Ao chegar, deparara-se com a movimentação dos jovens estudantes em prol da causa liberal. Inscreve-se no batalhão acadêmico para lutar na Guerra Civil (1832-1834), vislumbrando novos tempos, inspirado no ideal francês de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*.

Poucos dias depois de sua estada em Coimbra, organizou-se o batalhão acadêmico para ter parte na guerra da restauração. Fernando Gomes alistou-se sem licença de seu pai. **A bandeira hasteada era a da liberdade. As doutrinas proclamadas eram as da igualdade.** O filho do artista simpatizava com a causa ventilada desde 1820. **Ouvira desde criança citar os egrégios nomes de Ferreira Borges e Fernandes Thomaz, árvores frondosas de civilização, regadas com o sangue de Gomes Freire, e de outros mártires iniciados da revolução.** (CASTELO BRANCO, s/d, p. 20, grifos nossos)

Fernando Gomes chega a Coimbra aos 17 anos, em 1833, em plena guerra civil. Ingressa no batalhão acadêmico sem autorização de seu pai. Porém, não se pode esquecer que

estavam vinculados à perpetuação do poder econômico da família de que faziam parte, ao longo de sucessivas gerações.

“o velho ódio a José Agostinho de Macedo²⁸ – energúmeno panegirista das fôrças – bastaria a fazer dêle [Francisco Lourenço] um acérrimo *malhado*” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 22), alcunha dada aos liberais. Há tempos o ilustre sapateiro aguardava o dia da vitória liberal, por conseguinte, a efetivação da igualdade de direitos. Ao contrário dos interesses da alta sociedade, as camadas populares da capital se interessavam por política, como se observa:

um periódico dirigido aos trabalhadores, o *Jornal dos Artistas*, que então começou a aparecer, exprimem bem as preocupações da burguesia a este respeito. Os seus redactores lamentam-se abertamente ao ouvir os operários falar de política, e desejam que deixem de o fazer. Interessados em fornecer noções sobre novas técnicas, os redactores preconizam que os operários se agrupem em associação, mas dentro de limites muito restritos. “Uma sociedade de artistas deve ter em vista tão-somente o progresso das artes, e nada mais, nada mais, nada mais”. (SÁ, 1987, p. 52)

À medida que a “democracia” se fortalece, apesar de incipiente no século XIX, a sociedade avança. Assim, a demarcação das fronteiras sociais tende a ser menos rígida; bem como a participação das classes laboriosas nas discussões políticas, sem tantas restrições, é agora mais efetiva. Tendo em vista que a Monarquia Constitucional ainda está se consolidando, que o voto é censitário, tende-se a práticas mais restritivas, em que a igualdade de direitos não vale para todos.

Os jovens, como Fernando Gomes, sonhavam com liberdade e igualdade de direitos. Gomes Freire foi considerado um mártir da Revolução de 1820. Seu assassinato em 1817 desencadeou movimentos que levaram à Revolução Liberal. Seguiram seus passos José Ferreira Borges e Manuel Fernandes Tomás.

Terminada a guerra nas províncias do norte, Fernando Gomes, condecorado com o hábito da Torre e Espada²⁹, foi a Lisboa abraçar sua família, e seguiu as manobras do exército que rebatia o assédio de Lisboa.

²⁸ José Agostinho Macedo (1761-1831) foi padre e escritor português, pregador real, um dos principais intelectuais do século XIX que discursou contra os jesuítas, o liberalismo e a maçonaria em Portugal. Era inteligente, atraiu até os oitocentos o ódio dos adversários. Foi absolutista e defendeu a essência da Monarquia portuguesa.

²⁹ Apesar dos feitos nos campos de batalha, Fernando Gomes busca, em vão, ingressar em cargo público. Ao ler, no *Diário do Governo*, a nomeação do filho de regedor, revolta-se e devolve a medalha da Torre e Espada ao Ministro de Estado junto à carta: “Excelentíssimo. As honras a quem competem. Faça vossa excelência presente disso ao meu feliz competidor. Ganhei essa coisa por ter suado sangue a favor desta causa em que o mérito do cacête devia ser instaurado. O cacête venceu. Agora competem aos sacerdotes do pagode, que eu ajudei a erguer, as condecorações que nada prestam aos operários inativos. Eu, e o meu competidor, que ceifou o carvalho cívico com o cacête paterno, o que fizemos foi derramar sangue de irmãos. Devemos ombrear nas honras. Ora, os arrependidos devem rejeitá-las em favor dos contumazes. Deus guarde a vossa excelência, como todos havemos mister, e deveras lho deseja o criado inútil de vossa excelência, *Fernando Gomes*, com loja de sapateiro na Calçada do Sacramento, n.º II – Lisboa” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 168, grifo do autor). O ministro não a

Depois da convenção de Évora-Monte, e de todo apaziguada a guerra civil, Fernando tornou para Coimbra a começar sua formatura em direito.

Proclamada a igualdade, extintos os privilégios, rotos os diques que estancavam as prerrogativas das raças nobres, e derramado o tesouro das coisas boas à vida por todos os homens indiscriminadamente, era de esperar que Fernando Gomes se desse por contente de ter nascido filho de um sapateiro, visto que o sapateiro ficava social e legalmente igualado ao titular. Também assim o esperava o, há pouco, valente soldado das linhas do Pôrto, e, agora, desvelado e distintíssimo soldado nas lides da inteligência!

Sublime engano! (CASTELO BRANCO, s/d, p. 23-24, grifos nossos)

Como se lê, o narrador já antecipa que há um abismo entre os ideais liberais e o que acontece de fato. Fernando retorna à universidade. Agora, os contemporâneos do jovem soldado não o aceitavam em seu meio social, seja por inveja da condecoração, seja pela inteligência. Zombavam do triunfo do filho do sapateiro.

Os conterrâneos diziam que as suas melhores botas as deviam ao engenho do sapateiro-poeta da calçada do Sacramento; **os provincianos**, pela maior parte oriundos de uns fidalgos de meia-tigela, como lá dizem uns dos outros, **não apertavam, sem repugnância, a mão de Fernando, nem se detinham a falar com ele, quando podiam ser vistos e censurados pelos acadêmicos de Lisboa.** Isto acontecia um ano depois da restauração dos direitos do homem! (CASTELO BRANCO, s/d, p. 24, grifos nossos)

Vale ressaltar que grande parte do corpo discente de Coimbra era composta por liberais, que, inclusive, aderiram à guerra civil e eram adeptos às ideias da Revolução Francesa que tinha como base o combate aos privilégios e aos preconceitos. Diante disso, como justificar tais comportamentos?

No diálogo entre pai e filho, nota-se um pensamento comum na obra camiliana que, talvez, justifique algumas atitudes da sociedade:

– **Os tempos mudaram** – acrescentava o pai [Francisco Lourenço].

– **Mudaram; os homens é que não** – dizia Fernando; e de salto aventava assunto que desse corte na conversação penosa. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 25, grifos nossos)

Os tempos mudaram, e os homens? É um longo processo a mudança de comportamento, mas imprescindível a fim de que a sociedade avance. É um passo importante não deixar que os interesses privados se sobreponham aos públicos, como aconteceu em algumas situações, por exemplo, o leilão dos bens confiscados, após a vitória liberal em 1834.

recebe bem, mas é aconselhado a pôr fim ao episódio. Fica clara a crítica em que, muitas vezes, os operários são convidados a participar da vida pública quando convém à alta sociedade.

Em alguns momentos da narrativa, há uma alusão a Camões, figura central no imaginário oitocentista, como na designação de “sapateiro-poeta” da Calçada do Sacramento; Camões foi “soldado-poeta”. Ambos os poetas aprenderam a adaptar-se ao mundo em que viviam. O diálogo, na passagem acima, também revisita a lírica camoniana, através da desconstrução do poema “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” (CAMÕES, 1977, p. 45). Nem sempre a mudança dos tempos leva à mudança das vontades. Fica clara a desilusão com a nova ordem social através das vozes do narrador e das personagens. Contudo, não se vê uma defesa ao Antigo Regime, observa-se que é preciso rever o sistema político para que as classes mais baixas não continuem à margem.

Trinta anos (1864) já rodaram sobre esse facto de ridículas convenções, e o filho do sapateiro é ainda hoje, e o mesmo será d'aqui a cem anos, **um conviva chamado pela lei a sentar-se à mesa universal; mas a lei é uma tola: lá está o fiscal destas universais comunhões, que tranca os cancelos do banquete, e diz ao filho do sapateiro** o que já Horácio lhe dizia: *ne sutor ultra crepidam*; ou *tractent fabrilis fabri*, que tudo quer dizer: “**não se admitem sapateiros cá**”. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 24-25, grifos nossos)

Fernando não encontra espaço naquela sociedade. Intensifica-se o conflito interno do soldado das linhas do Porto por não aceitar o estado das coisas, a sua origem humilde, talvez, pelo fato dos outros não a aceitarem. Quer assumir-se filho de sapateiro, mas não consegue na juventude. Vive um embate íntimo. Observa-se a crítica do narrador à sociedade liberal, as leis existem apenas no papel. Na prática, os homens não são livres, nem iguais perante a lei. Essa desilusão também é encontrada no filho do sapateiro. Parece que as lutas foram em vão para os mais desfavorecidos.

Por outro lado, em viagem pela Europa, por exemplo, na Itália, Fernando Gomes é bem recebido no Palácio do Príncipe Monford, irmão de Napoleão Bonaparte, que expressa admiração pelo seu vasto conhecimento. Fica evidente que é desrespeitado pelos seus conterrâneos que não admitem a erudição de um filho de sapateiro. Parece que, nos outros países europeus, os homens do povo podem frequentar os salões sem passar por constrangimentos. O príncipe recebeu muitos emigrados portugueses durante as lutas liberais. Já os portugueses, em Portugal ou fora, agem com desprezo por aqueles que ascenderam socialmente pelo trabalho, sobretudo, “mecânico” ou pela participação nas lutas liberais.

Apesar de ser bem recebido por onde passou em sua viagem pela Europa, sente-se “fatigado d'alma e corpo, triste como um desterrado, saudoso do seu Cartaxo, saudoso de pais e irmãs; porém sem forças com que aproar no rumo da pátria” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 31). Depara-se com realidades diferentes, mas lugar algum se compara ao acolhimento da

Casa portuguesa, da família, espaço de pertencimento. Por outro lado, a jovem Paulina o mantém afastado da terra natal mais tempo que planejava, além das próprias incertezas da vida.

O doutor em Leis “deixara a liberdade do seu país, e saíra a procurá-la noutros pontos do mundo, a fim de compará-la com a que deixara na sua terra, raquítica, derrengada e aleijadinha” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 38). Tem-se a imagem de Portugal degradado física e moralmente. Não só a guerra devastou o país, mas também más práticas administrativas e econômicas, a corrupção e a persistência dos antigos privilégios. Por fim, como se vê, encontra a liberdade em outras nações para assumir a sua origem social.

Em uma das reuniões sociais promovidas pelo príncipe Monford, Fernando Gomes conhece o Sr. Briteiros. Já se vê um pouco das visões de mundo da época, através do diálogo:

- Tem aqui um patrício – disse o príncipe a Fernando. (...) Não conhecia o Sr. Briteiros?
- Não, senhor – respondeu Fernando.
- De onde é o cavalheiro? – perguntou Bártolo.
- Sou de Lisboa.
- **Talvez que, se me disser o nome de seu pai, eu possa conhecer a sua família.**
- **Vossa excelência não conhece de certo o nome de meu pai. Sou filho de um homem do povo.**
- De onde saem os reis do gênio – ajuntou Jerônimo Bonaparte.
- Bártolo fez um gesto insignificativo com a cabeça, e disse, passados minutos:
- Veio de Portugal há muito tempo?
- Ha vinte e três meses.
- Como estão as cousas por lá? **Quem governa a canalha?**
- **Governa-se ela**, presumo eu – disse Fernando.
- O príncipe sorriu, e murmurou:
- A resposta é um livro completo. A canalha governa-se a si em Portugal...
- Em Roma no reinado dos Césares e no Baixo Império, e em tôda a parte onde as nacionalidades se dissolvem – acrescentou Fernando.
- Diz muito bem! – acudiu Briteiros. – Portugal está em dissolução. O senhor é necessariamente realista!
- Não, senhor. **Fui soldado nas linhas do Pôrto. Pugnei a favor da liberdade, sinônimo de humanidade. Servi-me a mim, servindo as classes abatidas pelo privilégio.** Se me enganei, a culpa não foi minha.
- Mas enganou-se... – atalhou Bártolo com má cara. – **A canalha é que reina.**
- **Mas com gravata, luva branca, espada, chapéu de plumas, e arminhos** – ajuntou Fernando Gomes. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 39-41, grifos nossos)

Ao longo do romance, percebe-se a desilusão após as lutas liberais. O momento abordado, no diálogo, é o ano de 1842, início do cabralismo e dez anos após a guerra civil (1832-1834). Acreditava-se que seria possível a igualdade de condições, o fim dos preconceitos de classe. No entanto, não se materializaram totalmente as ideias de 1820. E Bártolo ironiza a Revolução Liberal, levando-se a acreditar que foi um fracasso. Já Fernando se mostra desiludido, pois nem tudo que almejava foi conquistado, além da própria

“aristocratização” da burguesia. Quando os liberais chegam ao poder, a alta burguesia passa a comprar títulos de nobreza, postura muito criticada pelos intelectuais da época. Por exemplo, em *Viagens na minha terra*, Garrett também faz acentuadas críticas ao “novo” barão:

Se exceptuarmos o débil clamor da imprensa liberal já meio esganada da polícia, não ouve no vasto silêncio deste ermo senão **a voz dos barões gritando contos de réis.**
 Dez contos de réis por um eleitor!
 Mais duzentos contos pelo tabaco!
 Três mil contos para a conservação de um anfiguri!
 Cinco mil contos para as estradas dos areonautas!
 Seis mil contos para isto, dez mil contos para aquilo!
 Não tardam a contar por centenas de milhares.
 Contar a eles não lhes custa nada!
 A quem custa é quem paga por todos esses balões de papel – a terra e a indústria..... (GARRETT, 2010, p. 183-184, grifos nossos)

Com a Revolução Liberal, foi possível a ascensão social, já a nobreza e a Igreja tiveram os bens confiscados. Diminuiu a influência da Igreja no Estado. No entanto, as disputas pelo poder entre liberais e absolutistas, cartistas e setembristas, que duraram praticamente a primeira metade do século, deixaram o país devastado social e economicamente. Sendo assim, uma das práticas era a venda de títulos de nobreza, sobretudo, o de barão que era o de mais baixo valor. Além disso, também era uma base de apoio político. Os liberais lutaram contra os privilégios dos nobres, depois se tornaram “barões”, “a persistência do prestígio da instituição aristocrática para uma burguesia que, invocando embora a igualdade perante a lei, aspira a *distinguir-se* através do título nobiliárquico” (SANTOS, 1983, p. 17, grifo da autora). São as contradições da vida social. E Garrett e Camilo criticaram tal postura.

Abolida pela Assembleia Constituinte em 1821, a Inquisição é um tema presente na ficção de Camilo, especialmente nos romances históricos. Sobre as atrocidades cometidas em nome da fé, vale a pena apontar a crítica camiliana. Assim sendo, o irônico narrador-autor expõe a visão do fidalgo Sr. Bártolo Briteiros:

O protestantismo, dizia ele [Bártolo Briteiros], não entrou em Portugal: graças às fogueiras da inquisição. Enquanto a Europa ardia em guerras religiosas, Portugal gozava pacificamente da sua prosperidade, e da pureza do seu catolicismo. Destas sublimes paragens da história português, descia o apologista do fogo depurativo da fé a provar a necessidade da pena de morte como cautério às chagas sociais, antes que elas contaminem os membros sãos. Etc. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 62)

Sem dúvida, o narrador ironiza o Estado, a Igreja Católica e as suas práticas sociais que, muitas vezes, eram violentas para dominar a sociedade, impor a sua visão de mundo e

ampliar seu poderio econômico. Não se pode esquecer de que foi instituída pela Monarquia Absoluta, além disso na cerimônia de um auto de fé, por exemplo, os reis ocupavam um lugar central na plateia, prestigiando tal ação, além da própria sociedade, até o seu declínio no reinado de D. José I (1750-1777) por determinação do marquês de Pombal. O ministro travou um intenso conflito com a Igreja, culminando com a extinção da Companhia de Jesus em 1773. Dentre as mudanças advindas com o liberalismo, têm-se o fim da Inquisição e da pena de morte.

Que mudanças são estas por que vai passando o Porto e que de resto são também de todo Portugal? Início de uma vida democrática (regime bicameralista, com uma câmara de deputados e outra dos Pares); redução do poder dos reis (que passam a exercer o poder moderador, o quarto poder) e da Igreja (que ainda era grande, mas já está arranhado, basta lembrar que o anticlericalismo grassa no século XIX entre os intelectuais mais progressistas); fim da pena de morte e da escravidão; reformas da instrução pública e primeiras campanhas contra o analfabetismo; luta contra a censura (sobretudo política); incremento dos jornais (com o surgimento também dos primeiros jornais operários); construção de teatros burgueses (que representavam um meio termo mais formatado ao novo gosto que se vai criando, diferentes do teatro de ópera e dos teatros populares) [...]. (DAVID, 2008, p. 109)

De fato, a sociedade se transformava lentamente, passou a existir certa mobilidade de classe, mas não era bem-vista por todo o corpo social. Mudanças nos modos de ser e viver exigem tempo até serem incorporadas na prática social. Mesmo com papéis sociais ainda sendo (re)construídos, foi possível abrir espaços para as gerações futuras.

É digno de nota que a Convenção de Évora Monte põe fim à guerra civil com a assinatura dos termos da rendição de D. Miguel em 26 de maio de 1834 (MARQUES, 1998, p. 32). Ficou tratado que: entregariam as armas, retornando livres a suas residências; perderiam os empregos, bens reais, comendas e pensões, mas os postos militares estariam garantidos se reconhecessem o novo regime; poderiam emigrar livremente; os crimes políticos seriam anistiados, sem a perda do patrimônio. Entre os vencedores, essas medidas provocaram intensa revolta.

Diante disso, não haveria perseguição aos absolutistas que permanecessem em Portugal, porém muitos decidiram emigrar, como Sr. Bártolo de Briteiros, ex-Ministro da Alçada. Os miguelistas resistiram em admitir a derrota, assim, “quebra[r]am as espadas nas quinas das ruas, para não terem de as entregar” (MARTINS, 1996, v. 1, p. 340). Sempre tentaram desvalorizar as conquistas liberais, o discurso do marquês de Tavira corrobora:

O marquês gesticulou ligeiramente um cortejo de cabeça, e disse:

– **Consta-me que em Portugal é toda a gente condecorada por façanhas das linhas do Pôrto!**

– Toda a gente, não, senhor marquês – disse Fernando. – **Às linhas do Pôrto não foi toda a gente, mas todos quantos lá estiveram mereciam bem a condecoração de valor, lealdade e mérito.**

O legitimista desfranziu um riso de compassivo escárnio, e disse:

– Enquanto a *valor*, o general Póvoas que o diga, se os *valorosos* o não querem dizer. **Enquanto a lealdade, bem se sabe qual foi a lealdade dos bravos que apedrejaram com patacos D. Pedro no teatro, e mataram Agostinho José Freire nas ruas de Lisboa.** Enquanto a mérito, isso agora é uma questão de barriga: a barriga de cada um é que diz o mérito de cada qual...

Fernando olhou de revés o marquês, e disse a Bártolo:

– Vossa excelência continua a admirar a torre, e eu vou dar umas voltas que preciso, antes de recolher-me a Florença. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 83-84, grifos nossos)

Os termos da Convenção de Évora provocaram grande descontentamento nos liberais. D. Pedro IV foi muito criticado pela benevolência no trato com os vencidos. Exigiam mortes e confisco dos bens, inclusive, a morte de D. Miguel. Como pena para os crimes, o “usurpador” seguiu para o exílio sob pedradas e clamores de morte pelo caminho. “A convenção expulsava-o, proibia-lhe de voltar ao Reino, e dava-lhe a pensão anual de sessenta contos, cláusula que punha o cúmulo ao desespero os liberais vencedores” (MARTINS, 1993, v. 1, p. 335). Entre os liberais, a ira das decisões de D. Pedro IV era declarada nos espaços de sociabilidade. Para afrontar o soldado das linhas do Porto, o marquês menciona os episódios conflituosos, por exemplo, o assassinato do ex-ministro do Reino Agostinho José Freire, em meio ao golpe de estado da rainha D. Maria II, denominado Belenzada, referência ao palácio real em Belém, em 1836. Além disso, D. Pedro IV não imaginava o grande descontentamento que provocou com a assinatura da Convenção. Assim, ao ir ao teatro São Carlos, o regente não foi bem recebido. Diante da instabilidade da situação, saiu sob apupos e teve a sua carruagem apedrejada, conforme registra Oliveira Martins:

quando ia a São Carlos contando com um triunfo, o regente foi recebido com uma assuada. Circulavam no teatro os impressos da Convenção comentada com insultos, e o rumor crescia. A turba dos vencedores – presos soltos que queriam indemnizar-se da cadeia, voluntários licenciados, pedintes, mendigos, aderentes da última hora, parasitas, denodados atletas de frases que ninguém vira nas trincheiras do campo – protestavam, clamando fórmulas jurídicas, palavões liberais aprendidos nos clubes. Jurava-se um “ódio eterno ao chefe que demorou a marcha triunfante dos bravos, e que por tal modo deu lugar a que o tirano não fosse punido”. O tumulto crescia, e conta-se que o regente, perdida a paciência, dissera da tribuna: “Fora canalha!” Rompeu então uma explosão de cóleras que a tropa não quis reprimir. E D. Pedro, ao cabo de trabalhos, evadiu-se do teatro, correndo a toda a brida diante da turba que o apupava, apedrejando a carruagem. Tal foi o triunfo concedido ao vencedor! (MARTINS, 1996, v. 1, p. 342)

Figura 5 – Vista exterior do Teatro São Carlos



Fonte: Revista *O Occidente*, 23.º anno, v. 23, n. 783, p. 216, 30 de setembro de 1893.

Figura 6 – Sala de espetáculo do Teatro São Carlos



Fonte: Revista *O Occidente*, 23.º anno, v. 23, n. 783, p. 217, 30 de setembro de 1893.

Ocorreram muitas divisões entre os liberais. Após a guerra civil, muitas vezes, ficaram em lados opostos, por exemplo, durante o golpe de estado da Belenzada, contragolpe de inspiração cartista entre 2 e 4 de novembro de 1836, feito por iniciativa da rainha D. Maria II, em reação à Revolução de Setembro do mesmo ano. No decurso da Belenzada, o liberal (cartista) Agostinho José Freire foi assassinado. Freire exercia a função de Ministro do Reino antes da Revolução de Setembro e fora convidado para ir ao palácio da realeza em Belém se encontrar com a rainha. Em meio ao golpe de estado, tenta chegar ao destino. No entanto, as estradas de acesso estavam bloqueadas pelos setembristas. Dessa forma, não consegue passagem e é assassinado. Outros ministros tentaram passar pelos bloqueios disfarçados, mas não conseguiram. “Essa fúria da população, vitimando o ministro, fazia-o expiar os crimes de muita gente” (MARTINS, 1996, v. 2, p. 69). Assim, baseado no texto *Vida e trágico fim de A. J. Freire*, de autor anônimo, Oliveira Martins relata o acontecimento:

Sopeada pelos cavalos, travada, corridas as cortinas engraxadas, a sege de Agostinho José Freire descia a ladeira íngreme da Pampulha. Em baixo, onde vêm dar as vielas que dizem para o rio, havia um posto da Guarda Nacional, de arma ao ombro, para impedir as viagens a Belém. Fizeram parar a sege, correr as cortinas, e deram em cheio com a personagem na sua farda vermelha constelada de comendas e bordaduras. Conheceram-no todos? Decerto, não; mas o facto é que a farda bastava para denunciar um inimigo, e o comandante do 15.º batalhão deu-lhe voz de preso. Estalou um tiro quando Freire se apeava: dobrou-se e caiu morto. (MARTINS, 1996, v. 2, p. 68-69)

Com a mobilização popular e da Guarda Nacional, o golpe de estado não foi bem-sucedido. As tropas inglesas que apoiavam a rainha recuaram. Passos Manuel reassume o cargo em novo gabinete presidido por Sá da Bandeira.

A Revolução de Setembro foi, na época liberal portuguesa, o primeiro movimento político em que as massas populares desempenharam papel preponderante na luta e decisivo nos resultados. Efectivamente, a vitória democrática alcançada a 10 de Setembro sob a pressão popular, consequência de uma campanha que reuniu, em movimento uníssono, diversas camadas sociais na oposição contra a mesma oligarquia dominante, traduziu-se concretamente três medidas fundamentais: a demissão do governo do duque da Terceira, a abolição da carta de 1826 e a proclamação imediata da Constituição de 1822. (SÁ, 1987, p. 51)

A Revolução de Setembro foi um movimento popular, apoiado pelo exército, que reivindicava o restabelecimento da Constituição de 1822. Ocorreu em 8 de setembro de 1836. Esse movimento começa com a vitória nas eleições dos irmãos Passos (Manuel da Silva Passos e José da Silva Passos) no Porto que fizeram uma marcha até a capital. É considerado o período com adoção de medidas mais democráticas. Neste momento, Garrett é convidado

por Passos Manuel, seu amigo e líder do governo setembrista, a assumir o cargo de Inspetor Geral dos Teatros. Nesta função, visou restaurar o teatro português. Esboçou um projeto assentado em três pontos fundamentais: a construção de uma nova casa de espetáculos (Teatro Nacional D. Maria II), a fundação de uma escola voltada para a formação artística (Conservatório Nacional) e a criação de um repertório dramático de origem portuguesa (CATROGA, 1993, p. 555). Como vemos, tudo muda muito, embora às vezes algo também pareça estar igual ao que foi desde sempre.

Retomando a narrativa de Camilo, posteriormente, o Marquês de Tavira torna-se liberal e ocupa altos cargos públicos.

E, como não sei se virá de molde lembrar o nome deste sujeito no decurso da novela fique o leitor sabendo que o Marquês de Tavira, depois de residir em Lisboa alguns meses, fez-se um liberal rasgado, ou roto, como quiserem, e conseguiu ser nomeado ministro numa das côrtes da Europa, e mais tarde governador dos estados da Índia, donde veio, já muito na flor dos sessenta anos, casar em Portugal, onde está rico e honrado. (CASTELO BRANCO, s/d, p. 146)

Fica claro o posicionamento do irônico narrador, não é o marquês quem precisa ser lembrado, e sim o filho do sapateiro. Descontraidamente, conta ao leitor o destino do fidalgo. Cabe ao leitor emitir um juízo de valor. Sem dúvida, fica implícita a crítica ao governo liberal que concedeu altos cargos aos nobres, como ao marquês de Tavira, e Fernando Gomes retorna à oficina de seu pai. De fato, são outros os tempos. A família passa a viver com poucos recursos desde que os sapateiros franceses se instalaram em Lisboa. Camilo aponta os efeitos do liberalismo econômico na sociedade portuguesa, o caos da concorrência, sobretudo, dos produtos franceses que exerciam certo fascínio em Portugal, por fim, os pequenos proprietários não resistiram aos grandes capitalistas, foram perdendo renda. Com a concorrência estrangeira, acentua-se a crise econômica.

As fases da vida são marcadas por acontecimentos sociais, sobretudo, no meio aristocrático. Dentre os significativos momentos, o casamento se destaca por ser um divisor de águas. Por unir duas famílias, é um momento de celebração pública, apresenta-se o casal à sociedade. Vale ressaltar a cerimônia de casamento de Eugênia de Briteiros, filha de Bártolo, com o conde francês. Perante a alta sociedade, Bártolo deixa claro seu interesse em casar a filha Paulina com um nobre, e desdenha do filho do sapateiro.

No jantar nupcial, ao qual assistiram titulares espanhóis, e a diplomacia dos diferentes estados, Bártolo de Briteiros, num brinde que propôs a seu genro, disse em remate do discurso:

– **Eu morrerei feliz, se vir minha filha Paulina casada com um parente dos Rohan; e, se não puder ser tanto, que seja, e muito ainda será, um nobre da França ou das Espanhas, a quem meu genro aperte a mão, sem receio de a retirar suja.**

– **De sangue...** – disse Almeida com um sorriso que tinha fogo do inferno.

Esta palavra “sangue” turvou um pouco o vinho que Bártolo bebia. Ao ex-ministro da Alçada quis parecer que havia naquele dizer sucinto uma alusão. Nem que o secretário da legação falasse em corda! (CASTELO BRANCO, s/d, p. 146, grifos nossos)

Pelos convidados, já se percebe a presença da alta sociedade e a valorização das cortes europeias: da França e da Espanha, para quem Bártolo de Briteiros gostaria de conceder a mão da filha Paulina em casamento. É interessante observar que esses países tinham passado por profundas mudanças sociopolíticas recentemente, implementaram o liberalismo e valorizavam, em alguma medida, os que ascendiam socialmente pelo trabalho. Como se vê, o trabalho está presente na ficção camiliana e “pode adquirir vários significados” (OLIVEIRA, 2005, p. 145).

Entre os presentes no jantar, estava o secretário da embaixada portuguesa de Madri, Hipólito de Almeida, filho de latoeiro, que havia sido companheiro de Fernando Gomes no cerco do Porto e seu contemporâneo na Universidade. Aproximara-se mais em Coimbra, devido ao nascimento deles: eram ambos filhos de “artistas” (operários). Almeida passou pelos mesmos problemas de Fernando. Diante da exposição da imagem do amigo, responde prontamente. Após Bártolo se referir ironicamente às mãos sujas dos operários, complementa “De sangue”. Bártolo entendeu à alusão, tinha as mãos sujas não de trabalho digno, mas do sangue dos estudantes supliciados em Lisboa em 1828. Os jovens foram caçados e enforcados.³⁰

Com a Revolução Liberal, como temos indicado, há mudanças. Mas tudo vai avançando como é possível e sempre com contramarchas. Assim, como salienta José-Augusto

³⁰ *Agulha em palheiro* (1863) dialoga com *O retrato de Ricardina* (1868), sobretudo, nessa passagem que faz referência ao enforcamento dos estudantes liberais da Universidade de Coimbra, decorrente do assassinato dos lentes absolutistas, Jerônimo Joaquim de Figueiredo e Mateus de Sousa Coutinho, em 18 de março de 1828, que estavam indo a Lisboa para saudar o rei D. Miguel. Em reação à subida ao poder de D. Miguel, os jovens liberais da sociedade secreta Divodignos ou Divodis (VARGUES; TORRALBA, 1993, p. 75) se reuniram e sortearam treze estudantes (dos duzentos presentes) para cumprir difícil missão: o assassinato dos professores. “Neste congresso de duzentos conjurados alistou-se Bernardo Muniz; por que o verbo do cenáculo era sublime; dizia IGUALDADE; igualdade de direitos, de deveres, de origem, de procedência diversa ou casual; igualdade em suma de corações, igualdade entre o filho do lavrador e a filha do abade fidalgo” (CASTELO BRANCO, 1936, p. 39). Após a morte dos lentes, começou uma perseguição para prender os envolvidos. Nove foram capturados e condenados à forca. Um dos carrascos foi o fidalgo Bártolo de Briteiros, como aponta o narrador de *Agulha em palheiro*, “um ex-desembargador do paço, ministro da Alçada, que assinara o acórdão de pena última cominada aos acadêmicos de Coimbra” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 32-33). A sentença foi contestada juridicamente, mas foram enforcados no Cais do Tejo em 20 de junho de 1828. Mais um triste acontecimento na longa luta pela implementação do liberalismo. Nos dois romances, os jovens liberais hastearam a bandeira da liberdade, defenderam a igualdade no mais amplo sentido e venceram.

França, “Camilo combate uma sociedade injusta, dominada por dois princípios; um vem de longe: os preconceitos de casta; o outro é o sinal dos novos tempos liberais: os interesses materiais” (FRANÇA, 1993, p. 297).

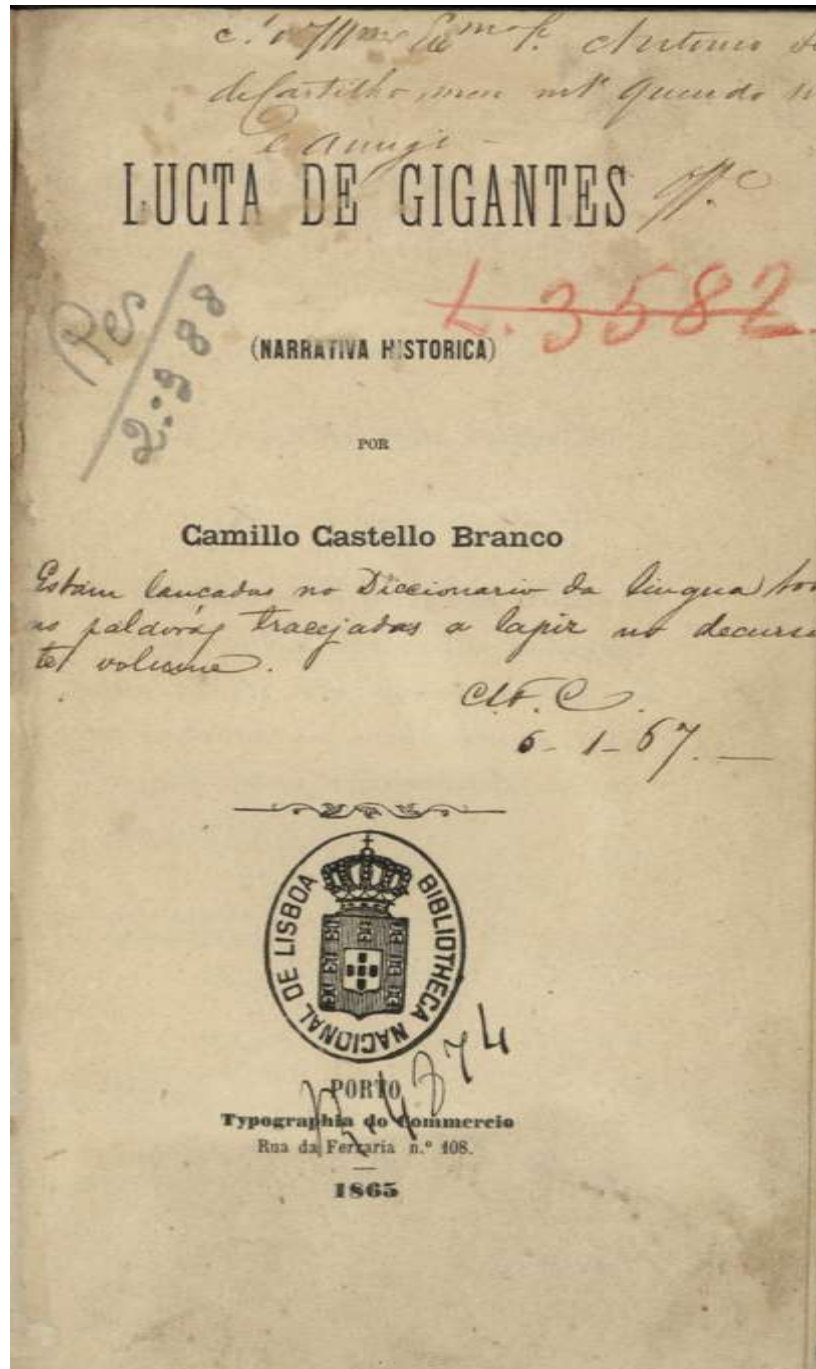
Apesar do tom desiludido, diante dos caminhos percorridos pelo liberalismo em Portugal, nota-se uma semente de esperança em novos tempos, pois existem homens, como Fernando Gomes, que lutam por um país igual em direitos e deveres, não se corrompem, amadurecem e se tornam plenos de humanidade.

Observa-se, portanto, que Camilo problematiza a história portuguesa na ficção contemporânea e na histórica, como veremos adiante. Em *Agulha em palheiro*, contrapõe visões de mundo (do Antigo e do Novo Regime) para, a seguir, refletir sobre as mudanças e permanências no Portugal de Oitocentos.

Já nos romances históricos revisita episódios marcantes, que causaram profundo abalo na identidade nacional, tais como: a Batalha de Alcácer-Quibir, o Período filipino, a colonização portuguesa em África e Ásia sob domínio espanhol (*O senhor do paço de Ninães* [1867]); a Revolução de 1640, a Guerra de Restauração (*Luta de gigantes* [1865], a trilogia *O regicida* [1874], *A filha do regicida* [1875] e *A caveira da mártir* [1875-1876]). A Inquisição é o tema central de duas obras (*O judeu* [1866] e *O olho e de vidro* [1866]), e atravessa também as demais. Com isso, Camilo põe em questão práticas sociais comuns, por exemplo, a corrupção das instituições, o jogo político de intrigas, a violência praticada pelo Estado, pela Igreja e pela Nobreza e o uso do poder para fins pessoais.

Camilo opera todo o tempo, tanto no romance histórico como no de temática contemporânea, com a verdade e a invenção (DAVID, 2012, p. 78-79). Ele precisa denunciar, farpear a sociedade de seu tempo e a do passado, para isso precisa, aqui e ali, retocar a verdade, introduzir, como o personagem de Saramago de *História do cerco de Lisboa*, um “não”, que, sob certo aspecto, subverte a verdade histórica, mas, por outro, diz incisivamente o que não está nos livros de história. Certamente um juiz com o poder de Bártolo de Briteiros terá sido afrontado por algum jovem intrépido uma vez ao menos, mas onde?, em que livro isso ficou registrado? Certamente, algumas jovens ricas se casaram com filhos de sapateiros, mas ficamos achando que só nos romances aparecem tais invenções fabulosas. Camilo parece nos querer fazer acreditar – e ele mesmo quer se convencer disso – que nada poderá deter as mudanças que o liberalismo inelutavelmente trouxe.

Figura 7 – Folha de rosto da 1.ª edição de *Lucta de gigantes*



Fonte: CASTELO BRANCO, 1865. Disponível em: <https://bnportugal.gov.pt>.

2 LUTA DE GIGANTES: A HISTÓRIA COMO TRAGÉDIA

Não lhe chamo romance, porque é historia authenticada por documentos; não lhe chamo historia, porque seria presumpção imprópria de minha humildade aforar-me em fidalguias tamanhas.

*Camilo Castelo Branco*³¹

Sempre guerras, sempre perfidias!.... Guerra com Castella, guerra com a Holanda, guerra com Roma, guerra com os meus proprios conterraneos [...].

*Camilo Castelo Branco*³²

Para mim este livro [*Luta de gigantes*] é um bello estudo historico sobre coisas geralmente ignoradas ou mal sabidas.

*António Feliciano de Castilho*³³

Como se apontou na primeira epígrafe, Camilo Castelo Branco, no prólogo de *Luta de gigantes*, situa-o neste entrelugar: nem história, nem ficção. Diante de tal justificativa acerca da sua gênese, como não acender uma fagulha no “curioso” leitor?! E a tênue fronteira percorre a narrativa, permeada de figuras históricas do tempo de *el-rei* D. João IV³⁴, “uma época tumultuosa, rude e veemente” (COELHO, 1983, v. 2, p. 31).

Camilo Castelo Branco publicou *Luta de gigantes*³⁵ originalmente em folhetim no jornal *O Comércio do Porto*, entre 11 de outubro e 21 de dezembro de 1865, sendo do mesmo

³¹ CASTELO BRANCO, Camilo. *Luta de gigantes*. 5. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1929. p. 7-8.

³² CASTELO BRANCO, Camilo. *Luta de gigantes*. 5. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1929. p. 131-132.

³³ CASTELO BRANCO, Camilo. *Castilho e Camilo: correspondência trocada entre os dois escritores*. Prefácio e notas de João Costa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. p. 71.

³⁴ É interessante observar que Camilo Castelo Branco irá retomar o reinado de D. João IV nos seus romances históricos da década de 1870 em *O regicida* (1874) e *A filha do regicida* (1875). O autor revisita o episódio da tentativa de assassinato do rei. Tendo em vista que as obras foram publicadas em meio à luta pelo viscondado, conforme defende Alexandre Cabral (1978; 1980), observa-se acentuada crítica à dinastia de Bragança.

³⁵ É digno de nota que Pinheiro Chagas, em seu estudo “A narrativa histórica em Portugal: Camillo Castello Branco”, faz uma apreciação crítica do romance histórico *Luta de gigantes*, assinala que “é uma das obras mais notáveis de Camillo Castello Branco, é um magnífico estudo historico” (CHAGAS, 1867, p. 53). E conclui com um convite ao leitor: “que saboreamos sempre com delicias um livro tão bem narrado, como é a ‘Lucta de gigantes’ e desejâmos que o seu author não saia nunca d’esse terreno, em que, prendendo a attenção dos leitores, vai ao mesmo tempo trazendo à luz do dia, do fundo dos golphãos do nosso passado, as pérolas que por

ano a edição em livro (CABRAL, 1988, p. 372). Ao escrevê-lo, o autor, em carta de 23 de novembro de 1865, anunciava ao diretor do *Jornal do Comércio*: “faço conta de escrever um romance historico do seculo passado para desenfastiar os paladares aborrecidos de paixões de casaca e luva. Verei se posso concluil-o para o começo do anno” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 250). Como se vê, concluiu no mesmo ano. E continuou, nos anos seguintes, a escrita de romances históricos³⁶.

Nas trocas de correspondências entre os escritores e amigos António Feliciano Castilho e Camilo Castelo Branco, assuntos diversos foram abordados, tanto questões pessoais quanto sociais, especialmente literatura. Assim sendo, trocam impressões sobre as obras literárias, por exemplo, *Luta de gigantes*.

Na carta, datada em 5 de fevereiro de 1866, Castilho responde a Camilo³⁷ sobre suas impressões acerca do primeiro romance histórico camiliano. Castilho refuta a afirmação de Camilo de que *Luta de gigantes* é “laudano puro”³⁸, tendo em vista a crítica negativa das senhoras do Porto, e acrescenta: “Creio sim, que as senhoras do Porto a não achassem temperada ao seu paladar como o geral das obras de V. Ex.^a” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 71). Segue realizando a apreciação da obra.

Para mim [Castilho] este livro é um bello estudo historico sobre coisas geralmente ignoradas ou mal sabidas. De mim posso dizer que me ensinou muita coisa, e que admirei a habilidade com que V. Ex.^a deslindou e poz a brilhar, ao sol, tão confusos e emaranhados acontecimentos e a arte com que desenhou e colorio tantos caracteres diversissimos.

Da linguagem não fallo que essa é a de V. Ex.^a, a do nosso clássico principe sem nenhuma contradição:

Que magnífico Sebastião Cezar! Que deliciosa Maria, a filha do frade! que poetico Braz Garcia de Mascarenhas! Deste me tinha eu lembrado muitas vezes como estando a pedir para si um romance!... (CASTELO BRANCO, 1924, p. 71-72)

lá existem, e fazendo reviver os nossos avoengos, taes como eram, com a sua propria physionomia, com as suas virtudes e os seus vicios, o seu heroismo cego e as suas mesquinhas paixões” (CHAGAS, 1867, p. 54-55).

³⁶ Camilo Castelo Branco destaca-se como polígrafo, comparável a Herculano e a Garrett, foi jornalista, poeta, dramaturgo e crítico literário. É, sobretudo, como ficcionista que ocupa um lugar especial no Romantismo português. Aos contos, novelas e romances de temática contemporânea, juntam-se os romances históricos que foram assim designados pelo próprio autor. São eles: *Luta de gigantes* (1865), *O santo da montanha* (1866), *O olho de vidro* (1866), *O judeu* (1866), *O senhor do paço de Ninães* (1867); posteriormente, a trilogia: *O regicida* (1874), *A filha do regicida* (1875) e *A caveira da mártir* (1875-1876).

³⁷ A carta de Camilo a Castilho é de 28 de janeiro de 1866. Ao término da carta, Camilo se refere à obra *Luta de gigantes*: “Remetto hoje a V. Ex.^a a *Lucta de gigantes*. É coisa aborrecida. As senhoras do Porto teem dito d’este romance peor do que eu poderia dizer dellas. É *laudanum* puro” (CASTELO BRANCO, 1924, p. 55).

³⁸ Em *O romance histórico no Romantismo português*, Castelo Branco Chaves faz uma breve análise crítica do romance histórico de Camilo Castelo Branco, especialmente *Luta de gigantes*. Em relação à expressão “láudano puro”, afirma “não há página de Camilo que seja enfadonha” (CHAVES, 1979, p. 52).

É comum nas narrativas de Camilo Castelo Branco o entrelaçamento dos enredos passional e histórico. Observa-se que, algumas vezes, o enredo sentimental ocupa lugar de destaque, outras, o histórico.

Inicia-se a ação de *Luta de gigantes* em 1619, em Coimbra, onde estudavam os filhos de famílias nobres, em torno das quais gira o enredo: D. Diogo César de Menezes e D. António de Mascarenhas, a quem se junta Braz Garcia Mascarenhas, poeta do *Viriato trágico*.

D. António de Mascarenhas interessa-se pela dama cortejada pelo amigo D. Diogo César, que, descontente, se queixa com Braz Garcia Mascarenhas, amigo de ambos até então. Braz vê o comportamento do jovem estudante como “indigno de fidalgo e de amigo” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 14). Evidencia-se que ser nobre vai além da linhagem, implica ter valores morais, tais como: honra, coragem, solidariedade e lealdade, que são princípios norteadores do mundo aristocrático. Embora também pareçam existir comportamentos egoístas e violentos.

Impulsivo, Braz decide vingar o fiel amigo. Inesperadamente, vê-se em uma luta de espadas com o Mascarenhas, que cai gravemente ferido. A partir desse confronto, as famílias se tornam inimigas. E o ódio passa a ser o sentimento que as move. Tal afirmação corrobora Castelo Branco Chaves quando aponta, nesta narrativa, “o ódio é o personagem central” (CHAVES, 1979, p. 52) e continua:

Luta de Gigantes lê-se com interesse vivo pelo vigor narrativo e pela sugestão do ambiente histórico criado sem rigores de pormenor mas, ao que se me afigura, por sortilégio da linguagem que, embora muito particular do romancista, tem um tão bom sabor à prosa dos nossos clássicos de seiscentos³⁹. (CHAVES, 1979, p. 52)

Não se observa em Camilo Castelo Branco a intenção de reconstituir o passado, como se vê em Alexandre Herculano. Nesse aspecto, aproxima-se de Almeida Garrett que o retoma para abordar o presente (e deixa claro isso ao leitor). O autor de *Amor de perdição* constrói o romance histórico à sua maneira. Revisita o passado a fim de problematizá-lo. Traz à luz comportamentos que persistem na sociedade sob novas faces. E cabe ao leitor-cidadão decidir o que fazer com isso. Ou simplesmente rir, chorar, pensar “que escritor danado!”. Nota-se, portanto, que um aspecto distingue Camilo de seus contemporâneos: o trágico. A isto voltaremos mais à frente.

³⁹ Ao referir-se à linguagem na obra camiliana, Fialho de Almeida afirma: “raros escritores possuem, como Camilo, a intuição da língua em que convém tratar o assunto, e o poder de inventar, para cada gênero de tema, o vocabulário, o estilo e a fantasmagoria interior que lhe são próprios” (ALMEIDA, 1969, p. 81). Como se vê (e aponta Castelo Branco Chaves), nos romances históricos, Camilo adéqua a linguagem ao tempo da diegese.

Em meio às questões do indivíduo, transcorrem os fatos históricos. Entre os mais marcantes, têm-se: a Revolução de 1640, a Guerra da Restauração (1640-1668) e a guerra diplomática contra Roma (1640-1668).

É comum o diálogo fluido que Camilo estabelece com o leitor desde as páginas iniciais de seus romances. Isso já se vê no prólogo em que o narrador-autor fala diretamente ao leitor, envolvendo-o, prendendo-o em sua teia discursiva, criando um ambiente de intimidade. Assim, quando se dá conta, já está entregue à leitura.

LEITOR! Eu não lhe chamo *pio*, porque diz frei Lucas de Santa Catharina, romancista, pregador e historiador do seculo passado, que “bom é sempre não chamar ao leitor pio, porque póde ser testemunho”.
Chamar-lhe-hei antes curioso de velharias, que muito recreiam e aligeiram o tempo, quando as novidades não prestam. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 7)

Como se observa, Camilo Castelo Branco “interpela o leitor, num diálogo que é uma forma de cumplicidade. Os leitores são seus melhores aliados – aqueles que testemunham sempre a seu favor” (CHORÃO, 1996, p. 59). Evidencia-se que o escritor está atento ao gosto do público da época pelos romances históricos, um meio de conhecer tempos antigos de forma aprazível. Revisitar o passado histórico significava, de certa forma, reconstituir os passos de um povo e reconhecer os símbolos de sua identidade, aquilo que o torna único. Através das raízes históricas, pode-se compreender (e transformar) o presente. Nas narrativas camilianas, as marcas do passado estão presentes no ambiente (físico e social).

[Camilo Castelo Branco] deve ser encarado como um dos mais intensos “historiadores” das convulsões que marcaram a sociedade portuguesa com a transição do Portugal velho do Antigo Regime para o Novo Portugal, da sociedade contemporânea. (BUESCU, 2023, p. 19)

É inegável que a história está inscrita na obra de Camilo Castelo Branco, seja no romance de temática contemporânea, que compreende o período da Revolução Francesa, bem como das invasões francesas e das lutas entre liberais e absolutistas; seja no romance histórico, que abarca comumente os séculos XVII e XVIII. Com um olhar de historiador, conforme defende Helena Buescu, o escritor vai desvelar as transformações pelas quais passa Portugal nessa transição do Antigo Regime para o Liberalismo.

Luta de gigantes representa um momento importante da história portuguesa: a Restauração da Independência, em 1640.

Camilo continua o diálogo, como se o leitor fosse um confidente:

Farto estou, leitor, de lhe denunciar boas e más paixões do tempo de agora. E' já horas de lhe fallar de umas paixões do tempo que foi. Nem ellas nem elle podem tornar a ser. Eram paixões de uma classe que por sua culpa envelheceu e morreu intempestivamente.

Este livro tracta de frades. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 7)

Sem dúvida, o amor ocupa um lugar de destaque na obra camiliana. Corrobora (e acrescenta) José Régio, “de toda a riqueza dos sentimentos humanos tangida por Camilo, sim, é o amor – e o amor infeliz – o sentimento em que se especializou” (RÉGIO, 1947, p. 196). Por outro lado, a paixão, no sentido mais amplo do termo, é um sentimento que move Camilo Castelo Branco, como afirma Helena Buescu:

novela passional convém-lhe, sem dúvida, pela violência das variadas paixões obsessivas que vão muito para lá da paixão amorosa, que povoam o seu universo ficcional – temos: a paixão do ódio, a paixão da vingança, a paixão da ambição desmedida, a paixão política, a paixão da dedicação, enfim, tudo aquilo que pode levar a que, na obra de Camilo, encontremos o carácter compulsivo e avassalador da teoria das paixões exposta no século XVII por Descartes. (BUESCU, 2023, p. 23)

Ao mencionar as acepções de paixão percebidas na obra camiliana, a pesquisadora refere-se à novela passional. Contudo, também se observa tal prática nos romances históricos. Em *Luta de gigantes*, o ódio será a engrenagem da narrativa. Para além disso, sendo sua primeira narrativa histórica, apresenta os tênues limites entre história e ficção, como se observa na epígrafe que retomamos:

Não lhe chamo romance, porque é historia authenticada por documentos; não lhe chamo historia, porque seria presumpção imprópria de minha humildade aforar-me em fidalguias tamanhas. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 7-8)

Na busca de definir de *Luta de gigantes*, Camilo Castelo Branco aponta a tênue fronteira entre história e ficção, inserindo-o nesse entrelugar, conforme mencionado. É interessante notar o lugar relevante que a história passa a ocupar no século XIX, “o lugar por excelência da compreensão de nós mesmos como passado coletivo e, por consequência, a leitura de um povo como destino” (LOURENÇO, 1999, p. 92-93).

São recorrentes, no romance, alusões a figuras históricas, bem como notas de rodapé que especificam as “boas fontes”⁴⁰ bibliográficas e documentais, uma forma de comprovar a

⁴⁰ Ver COELHO, 1983, v. 2, p. 31.

veracidade dos fatos. Busca-se narrar, como se fosse possível, a verdade, bem ao estilo da estética romântica.

Apesar disso, o narrador-autor, na terceira parte de *Luta de gigantes*, admite o olhar subjetivo presente nas obras. Ao se referir às lutas fratricidas entre D. Afonso VI e D. Pedro II, antevê uma característica marcante no século XX.

Apasionados ou tolos, todos escrevemos á feição do nosso paladar, e sob a craveira litteraria, que não talha os seus caprichos por moldes da historia. Esperemos que a mão experta, valida e conscienciosa de Rebello da Silva⁴¹, se por ventura o desalento lh'a não a paralisar, escave dos archivos e baldêe da cisterna, onde se afogam os segredos do paço, a verdade extreme dos problemáticos reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 174)

Ao longo do prólogo, há um jogo discurso que visa persuadir o público a ler a obra, primeiro romance histórico de Camilo, no apagar das luzes do Romantismo, em meio à polêmica Questão Coimbrã. Então, utiliza os recursos narrativos comuns à época. Inicialmente, cria-se um clima de intimidade, cumplicidade com o leitor, para a seguir (quem sabe), sensibilizá-lo a ler. O texto busca convencê-lo pelas emoções e pelos sentimentos. Se as “jóias de bibliotecas” são “tão encarecidas” e capazes de “matar de enfado e aborrecimento”; os “livros menospresados”, leiam-se os modernos, “agita[m] a alma vivamente”. Através da ironia sutil, visa fisgar o leitor.

Qualquer d'estas joias de bibliotheca, tão encarecidas, é bastante para matar de enfado e aborrecimento duas academias; ao passo que, na leitura dos livros menospresados, se opulenta o entendimento ou agita a alma vivamente curiosa de lances de phantasia e movimentos do coração. Compreendam lá este desconcerto do nosso capricho!

Isto me induz a pensar que não será de todo engeitado um livro que relembra cousas esquecidas, e vai entrajado de velhas roupas um pouquinho sacudidas do pó de duzentos annos. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 8-9)

⁴¹ Luís Augusto Rebello da Silva nasceu em Lisboa, em 1822, e faleceu em 1871 na cidade natal. Foi jornalista, historiador, romancista e político português, colaborador de periódicos e membro das tertúlias intelectuais e políticas de Lisboa da última metade do século XIX. Aos poucos, abandona a temática medieval das primeiras produções e escreve seus romances históricos, tendo como base o século XVIII. Tal prática foi comum, as novas gerações de leitores já não se interessavam por épocas tão recuadas, por exemplo, a Idade Média. Os interesses dos leitores estavam, como aponta o crítico literário Castelo Branco Chaves, “preferentemente volvidos para os temas actuais ou para as épocas de passado mais próximas e mais afins” (CHAVES, 1979, p. 43). Corroboram o historiador José-Augusto França: “Rebello da Silva, debruçando-se sobre o século XVIII e sobre a Guerra Peninsular, marcava uma aproximação da época contemporânea, facto que não deixava de significar uma modificação no pensamento nacionalista que o Romantismo, nos seus inícios, tinha traduzido em temas medievais” (FRANÇA, 1993, p. 294). Portanto, o segundo momento do Romantismo corresponde a um período de estabilidade política do novo regime, denominado Regeneração, o que refletiu em uma literatura diferente na substância e na temática.

Através do discurso acerca da obra, Camilo Castelo Branco joga com as expectativas do leitor, levantando suposições sobre a recepção para adiante iluminar o caminho da leitura:

Assistirá o leitor á pugna de dous formidaveis odios, travados arca por arca, e atirados de encontro ao throno dos reis e dos pontifices. São dous poderosos frades que se digladiam, e por isso denominei o livro *LUCTA DE GIGANTES*: gigantes que, apequenados pela craveira da humildade christã, cabiam nos seus cenobios de franciscanos; e distendidos na bigorna do orgulho, e dilatados ao fogo de velhos odios, chegaram com os braços a Roma, e obrigaram o collegio dos cardeaes a dar mais um novo e funesto testemunho de sua degenerada missão do espírito divino. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 9)

2.1 Em meio à luta dos jovens fidalgos, “Estala n’aquelles dias a Revolução de 1640”

Jacinto do Prado Coelho, em *Introdução ao estudo da novela camiliana*, aponta que “é hábito do narrador pôr-nos em contacto com os protagonistas, numa espécie de *avant-scène* que desperta no leitor o interesse pela história que eles viverão ou hão-de-viver” (COELHO, 1983, v. 2, p. 230). Tal pensamento vai ao encontro da abertura de *Luta de gigantes*, em que os protagonistas são apresentados, de forma breve e instigante, além de situados no tempo e no espaço.

No anno de 1619, tres moços de illustres casas do reino cursavam as eschololas da Universidade de Coimbra, e estremavam-se de outros igualmente nobilissimos, não já por sua applicação, mas pela bizzarria das galas e façanhas de valentões. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 11)

A partir da apresentação do narrador, constata-se que os jovens pertencem a casas importantes do reino e residem em Coimbra. Destacam-se mais pelas “galas e façanhas” do que pela “applicação” aos estudos, sendo possível depreender a valorização da aparência, como se apresentam (e querem ser vistos) perante a sociedade, e da virilidade, o que os torna suscetíveis a conflitos (interiores e exteriores). Como se nota, certas atitudes violentas são aceitáveis na esfera dos comportamentos masculinos.

Para além da vida social dos estudantes, o narrador traça os perfis dos protagonistas, o que irá contribuir para a compreensão da luta dos gigantes: Césares e Mascarenhas, em que lado cada família ficará, tendo em vista sua descendência.

Um é **Diogo Cesar**, mancebo de dezoito annos, nascido em Lisboa, filho de Vasco Fernandes Cesar, provedor dos armazéns, alcaide-mór de Alemquer, e general de

artilheria. Sua mãe é D. Anna de Menezes, filha de Manoel Pereira Forjaz, neta do terceiro **conde da Feira**, e, por linhagem materna, neta de D. João de Menezes, sétimo **senhor de Cantanhede**.

O outro fidalgo é **D. Antonio de Mascarenhas**, da **casa dos condes de Santa Cruz**, nascido também em Lisboa **de uma família privada do rei intruso**. Teria vinte e dous annos.

O terceiro é **Braz Garcia Mascarenhas**, filho de Marcos Garcia e de Helena Madeira, **antiquíssimo sangue da Beira**, cujo solar assentava nas abas da serra da Estrella, na villa de Avô. Orçava por dezoito annos. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 13, grifos nossos)

Já se delinea em qual lado do conflito ficarão as nobres famílias durante a Guerra de Restauração (1640-1668). Como se sabe, o reino de Castela (Espanha) não aceita a restauração do trono português, em 1.º de dezembro de 1640, quando foi aclamado D. João IV, rei de Portugal. Têm-se uma longa luta de 28 anos.

Antes do término da amizade, os jovens viviam intensamente a Coimbra de seu tempo: “cavalhadas, comezainas entre os sinceiraes do Mondego, amores de freiras, amores de mulheres não freiras, distúrbios, pancadaria, tumultos noturnos, berreiros estridentes a horas mortas, escaladas a janellas e paredes, tropelias de toda a espécie e feitio, era este o viver e conviver d’aquelles galhardos macebos” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 13-14).

A obra de Camilo Castelo Branco, segundo António José Saraiva e Óscar Lopes, “traz até nós o palpitar humano das províncias nortenhas no seu tempo, com uma vida que nenhum outro escritor voltou a captar” (SARAIVA; LOPES, 1987, p. 844). Pelo que se nota, os críticos se referem aos romances de temática contemporânea, mas também é possível perceber a (re)construção da vida do Portugal profundo nos romances históricos, especialmente através das festividades. Porém, não se pode perder de vista que é atravessada pelo olhar do presente. Certamente, não se consegue reescrever o passado tal como ele de fato foi, o que há são recordações, lembranças.

E como não sentir o pulsar da vida demasiadamente humana (e trágica) nas páginas camilianas, seja em uma simples menção aos entretenimentos dos jovens estudantes de Coimbra, seja na partida dos pais, fugindo da Inquisição, ou dos filhos para as lutas em África?

Camilo Castelo Branco revisita as celebrações portuguesas tradicionais⁴² nos romances históricos, como se nota na menção à cavallhada, que teve origem nos torneios

⁴² É comum na narrativa de Camilo Castelo Branco, especialmente nos romances históricos, referência às celebrações tradicionais de Portugal, uma forma de ambientar a narrativa à época, revesti-la de “cor local”. Isso também se nota em *O santo da montanha* (1866), em que há uma reconstituição da procissão e da festa de *Corpus Christi* da Braga seiscentista, bem como em *O regicida* (1874) em que se faz referência à procissão de *Corpus Christi* de Lisboa, momento que ocorre a tentativa de regicídio de D. João IV. As festas religiosas se justificam na configuração do tempo histórico, conforme propõe António José Saraiva, por ter sido o clero

medievais onde os aristocratas exibiam em espetáculos públicos a sua habilidade e valentia, e frequentemente envolvia temas do período da Reconquista, as lutas entre cristãos e mouros. Além disso, citar as “comezainas entre os sinceiraes do Mondego” também é uma forma de afirmar a sua identidade. Quando faz referência a lugares, a escritores, a hábitos e/ou costumes locais, contribui para a construção da memória coletiva.

A partir do momento em que D. António de Mascarenhas corteja a dama de interesse de D. Diogo César, tem início o conflito entre ambas as famílias. O poeta improvisador de versos de Coimbra, Braz Garcia Mascarenhas, descontente com a situação, provoca o antigo amigo, que fica receoso. Diante de dias tranquilos (aparentemente), D. António sai desacompanhado dos criados, acreditando não existir mais perigo. Despreocupado, segue ao encontro da “inconstante dama”, como aponta o narrador. Tem-se a ironia trágica, a situação real é contrária da que lhe aparenta.

N’uma d’essas **noutes** viu um embuçado encostado ao muro da **torre** d’onde **a dama** costumava, **debruçada sobre o balaustre da janella manuelina**, lançar-lhe as melhores flores do seu jardim e as phrases mais extremosas do seu pérfido peito. D. António parou a distancia de alguns passos, ao tempo que a dama surgia na janella. Braz sahiu do escuro à clareira do caminho, levantou o rosto contra a dama, e disse:

– Vil coração é o vosso, senhora minha, que, ha dias era de Diogo, hoje é de António, e amanhã será de outro, mais que, vil que este, o requeira! (CASTELO BRANCO, 1929, p. 14-15, grifos nossos)

É recorrente, na narrativa histórica de Camilo Castelo Branco, o diálogo com a tradição literária portuguesa. Sendo assim, percebe-se o ambiente sociocultural da Idade Média, especificamente a vassalagem amorosa, prática comum na sociedade aristocrática.

Destaca-se, primeiramente, a forma de tratamento ao se dirigir à mulher. Sua identidade é ocultada. Percebe-se, também, certo distanciamento, como se ocupasse uma posição superior física e socialmente. Cabe mencionar, por fim, que o código do amor cortês prevê a disputa de cavaleiros pela dama, desde que fique apenas no plano do discurso, da trova.

Além disso, a configuração do tempo-espaço nos remonta ao cenário medieval. Por exemplo, a corte à dama acontece à noite, momento ideal para os encontros furtivos, diante da vigilância exercida sobre as mulheres. Por sua vez, a imagem da torre representa um lugar superior (símbolo de poder), protegido, quase inacessível. Logo, “é ao mesmo tempo espaço

responsável e um dos principais promotores da vida cultural até o século XIX: “animavam as procissões, pronunciavam os sermões e eram os principais mestres das escolas, condutores das almas nas paróquias” (SARAIVA, 1984, p. 101).

defensivo, espaço habitável e espaço de gozo e de proteção” (RÉGNIER-BOBLER, 2018, p. 324). Na tradição cristã, também simboliza a ligação entre o céu e a terra.

Por outro lado, ao contrário do amor cortês⁴³, a dama corresponde ao jovem, como se observa, segundo o narrador, ao “lançar-lhe as melhores flores do seu jardim e as phrases mais extremosas” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 14). Há uma configuração do ambiente medieval, mas a ideia central da vassalagem amorosa foge ao princípio básico. Seja como for, a culpa recai sobre a mulher. Assim são as personagens femininas camilianas. Nem sempre cumprem as regras sociais.

É um episódio significativo, pois marca a mudança no destino das personagens. A partir de um erro, desencadeia o desejo de vingança e, por consequência, ações de extrema violência (física e psíquica). Nota-se uma inversão, de uma passagem repentina de um estado para outro (da felicidade à infelicidade). Trata-se da peripécia que Aristóteles, em *Poética*, define como “a súbita mutação dos sucessos, no contrário” (ARISTÓTELES, 1964, p. 152). Também se vê a ironia do destino que é provocada pela frustração do herói que vê seu plano de vida arruinado por razões que desconhece. Isto nos traz alguns elementos que evocam o trágico, sempre em conexão com o erro sem conotação moral, o erro que suscita no leitor (espectador) o que Aristóteles designa *terror e piedade*.

De ímpeto, o poeta Braz Garcia afronta a dama, o jovem D. António não aceita a ofensa à senhora e retira a espada em defesa da honra que, como aponta Phillippe Ariès, “chegava ao duelo ou à participação ativa e perigosa num duelo – ou a uma troca pública de palavras e golpes que desencadeavam um ciclo de vingança, estando excluído o recurso às instituições do Estado, como a justiça” (ARIÈS, 2020, p. 12).

Inicia-se um duelo. A partir de então, os contemporâneos de Coimbra ficarão em lados opostos no âmbito público e no privado.

D. Antonio de Mascarenhas arrancou da espada, e correu sobre o provocador. Braz Garcia deixou cair a capa, recebeu o primeiro talho no braço esquerdo, cerrou-se com o agressor a golpes tão certos e amiudados que D. Antonio caiu mortalmente ferido.

A dama não gritou; mas o cárcere era perto, e os alabardeiros correram ao retintim das espadas. Braz, desapressado do adversário que jazia prostrado, resistiu desigualmente aos soldados. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 15)

É interessante observar o comportamento da dama, não chamou a atenção para si, assistiu ao acontecimento impassível. D. António de Mascarenhas ficou gravemente ferido, e

⁴³ Segundo tais preceitos, o amor é uma experiência vivida, acima de tudo como experiência de amar sem ser correspondido, de sonhar com o objeto inacessível. É esta tensão que subjaz ao ato poético.

Braz Garcia, apesar dos ferimentos, é levado à cadeia. Quando D. Diogo César soube do fato, solicitou às autoridades a entrada de um médico no cárcere, pedido atendido pelo corregedor. Pôde-se perceber que tanto D. Diogo César quanto D. António de Mascarenhas possuíam poderes equivalentes a ponto de obter benesses, em alguma medida, do sistema judiciário.

Considerada difícil a absolvição de Braz Garcia, tendo em vista ter ferido gravemente seu condiscípulo e amigo D. António de Mascarenhas e, ainda cortar dois dedos de um dos alabardeiros, D. Diogo César arquiteta a fuga para a Espanha com a contribuição da família de Braz.

A prisão de Braz leva seu pai, Marcos Garcia, e seus quatro irmãos clérigos, formados em Direito Canônico, a Coimbra. Diante da delicada situação, os irmãos de Braz e D. Diogo concordam que a fuga seria a melhor opção. Pedem ajuda financeira ao pai do jovem estudante e colocam em prática a fuga. Apreensivo o pai queria informações, mas D. Diogo César considerou mais prudente manter em sigilo a estratégia. Os clérigos gostariam de participar de tal missão, tendo em vista que “primavam entre os valentes netos dos montanhezes de Viriato”⁴⁴ (CASTELO BRANCO, 1929, p. 17). Hesita D. Diogo César, mas, posteriormente, aceita a ajuda dos clérigos cavaleiros.

Também chega a Coimbra, soberbo e intimidativo, o pai de D. António de Mascarenhas, D. João de Mascarenhas, visando garantir não só que a justiça seja feita, mas também que fosse aplicada a pena mais rigorosa – a força – apesar da recuperação do jovem. Espalhavam pela cidade que o “fidalgo trazia nas algibeiras a corda com que devia ser garrotado Braz Garcia” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 17). Geralmente, os fidalgos são caracterizados como pessoas influentes, que estabelecem vínculos nas várias esferas sociais, e buscam fazer, por fim, com que as leis sejam aplicadas de acordo com os seus interesses.

Apesar do poder exercido pela família dos Césares, este não será suficiente para tirar Braz Garcia da situação em que se encontra.

Chama a atenção o fato de a família Mascarenhas ter certa proximidade com o rei Filipe III da Espanha (Filipe II, de Portugal), o que pode justificar a influência no sistema judiciário. Por sua vez, a família de Braz Garcia tem suas origens no Portugal profundo, “antiquíssimo sangue da Beira”⁴⁵.

Após sete dias de prisão, D. Diogo decide colocar em prática o seu plano. Conseguir acesso à prisão quando o escrivão do Corregedor vai avisar ao preso da vinda do ministro para

⁴⁴ Viriato foi um importante líder lusitano que enfrentou a expansão de Roma na Hispânica, em meados do século II a.c. nas chamadas guerras lusitanas.

⁴⁵ CASTELO BRANCO, 1929, p. 13.

o interrogatório. Apesar da vigilância, avisa ao amigo Braz que a fuga acontecerá à meia-noite.

Ao iniciar o interrogatório, o corregedor se apresenta severo e descortês. Seria um indício de parcialidade? É comum observarmos nas narrativas camilianas o judiciário parcial. De forma clara ou não, há uma tendência de a justiça escolher um lado da contenda, geralmente, dos mais poderosos. Apesar disso, a proximidade da liberdade, através da fuga, faz Braz Garcia controlar os impulsos diante da insistente pergunta: “porque ferira e tentara matar D. António de Mascarenhas” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 18), e responde sempre “Porque é um vil” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 18). Irritado com a resposta, o corregedor prossegue:

- Isso não é resposta – replicava o ministro. – **Vil é vossa mercê, que enterra a espada no corpo de um homem que o não offendeu.**
- Offendeu vilmente um amigo meu.
- De que modo?
- Elle que o diga.
- O corregedor ergueu-se de golpe, e resmungou:
- Eu tomo-o a minha conta, snr. Braz. Conte comigo...
- E com o carrasco... – murmurou o moço.
- A lei o dirá... – retorquiu o corregedor. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 18, grifos nossos)

O que lemos não é um interrogatório. O corregedor acusa Braz, declara a sua opinião acerca do acontecimento. Se o tivesse ofendido, poderia agir da mesma forma? Talvez encontrasse justificativa na defesa da honra dele, o que não é o caso. Então, seria julgado de acordo com as leis. A ideia de liberdade do indivíduo fica sujeita às leis que são interpretadas de acordo com os homens. Aos poucos, foram se imbricando as lutas pela liberdade do indivíduo e pela da nação. Vê-se a fuga como uma saída para lutar pela liberdade, pela absolvição, pois, na esfera judicial, já parecia certa a condenação. Então, restou-lhe o perdão do rei D. João IV, o que seria muito difícil de conseguir encarcerado, sem o devido processo legal.

Como se sabe, muitos momentos da história portuguesa são marcados por partidas. Em *Luta de gigantes*, tem-se a ida de Braz para a Espanha, onde vive em condições precárias até retornar à Pátria; e D. Diogo César parte para Lisboa em busca de refúgio na casa dos pais.

Depois da fuga, as famílias César e Mascarenhas levaram o conflito judicial até a corte do rei Felipe III de Castela, que, considerando ambas as famílias, deliberou cancelar os processos. O rei ordenou que se reconciassem, segundo irônico narrador, “que elle [rei], por sua parte, obrigaria a justiça a tapar os olhos com a bandeira da misericórdia” (CASTELO

BRANCO, 1929, p. 22). O conflito ostensivo terminou, mas o rancor permaneceu no coração dos Mascarenhas e dos Césares.

No ano seguinte, em 1620, D. António de Mascarenhas abandona os estudos e se casa com uma senhora da família Lencastre. O casal tem dois filhos: D. Vasco de Mascarenhas e D. Martinho de Lencastre.

D. Vasco de Mascarenhas torna-se Conde de Óbidos e vice-rei da Índia Oriental, casa-se na Espanha com a sobrinha do Cardeal D. Affonso de La Cueva e fica viúvo um tempo depois. Por sua vez, D. Martinho de Mascarenhas, em 1638, professou no Convento de Cintra, onde foi guardião e com o mesmo cargo foi para Alcobaça. Após a morte do pai, o Conde de Óbidos herdara a sua sede de vingança que nunca o deixará. Torna-se cada vez mais clara a configuração da luta dos gigantes.

Por sua vez, D. Diogo César entrou no Convento de São Francisco de Extremoz pedindo o hábito de noviço. Anos mais tarde, o provincial frei Simão da Ressurreição chamou-o para seu secretário. “O habito de São Francisco, todavia, não podera apagar no peito do frade fidalgo o ódio aos Mascarenhas, nem D. Antonio podera mais encontrar de rosto o frade” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 23).

Após passar por dificuldades financeiras na Espanha, Braz Garcia volta a Portugal a convite do amigo, D. Diogo César. Decide desembarcar no Porto, talvez com o intento de rever a família ou para aguardar a monção para ingressar na carreira das armas. Já no Porto pensa em tentar a fortuna mercantil.

Esporeado por tal desejo, insolito em fidalgos e poetas daquelle tempo, – bem que já Luíz de Camões tivesse infaustamente mercadejado na Índia – Braz Garcia de Mascarenhas fez-se de vela para o Brazil, desistindo assim de ver a família, e Diogo César, que o esperavam. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 26)

Desistiu de rever a família e o antigo amigo Diogo, que o esperavam, parte para o Brasil. Vive como alferes por nove anos na colônia. Sem o reconhecimento, devido ao ódio aos Mascarenhas, retorna a Portugal. Em 1634, desembarca no Porto. Ocupou-se das Festas do Divino, demonstrou grande fervor religioso. Porém, não conseguiu extinguir o ódio aos Mascarenhas.

O Conde de Óbidos não cessa a vingança da família, alimenta o ódio aos Césares. Por exemplo, um irmão de Braz Garcia foi retirado do priorado de S. Salvador, de Travanca, no bispado de Viseu, uma provocação indireta. “Era tão importante esta igreja que o infante D.

Luiz a dera em 1542 a Jeronimo Osorio, depois bispo de Silves, como prenda ao educador de seu filho D. Antonio, prior de Crato” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 29).

D. Diogo Cesar não aceita pacificamente a destituição do cargo do irmão de Braz Garcia. No dia da festa do “prior intruso”, invade-a com seu bando. Muitos foram os feridos. “Quer dizer que não tinha tenção de matar, mas foi rasgando e matando, como quem não fizesse tantas festas e autos ao Divino!...” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 29). Quando esteve longe da pátria, procurou a paz, amenizar o ódio que o acompanhara. Ao retornar, dedica-se a festas religiosas, como a do Divino, mas em vão. O conflito está sempre presente, bastava uma fagulha.

Aqui, tem-se o entrelace dos enredos, as lutas individuais das famílias (César e Mascarenhas) e do enredo histórico (Revolução de 1640 e Guerra de Restauração). A história das famílias é entrelaçada com a da nação.

Estala n'aquelles dias a revolução de 1640. Os inimigos d'elle [Braz Garcia] eram partidarios e creaturas de Castella. O grito dos conjurados de Lisboa repercute nas províncias: apavora-os e dispersa-os. Braz Garcia, sem curar de saber se estão ou fugiram, sahe da tulha, grita ás armas, e agrupa em volta de si cincoenta mancebos, que o conclamam seu capitão, e se denominam a *companhia dos leões*. Garbosamente montados, com o seu caudilho a fumar valentia e ódio, vão occupar a praça de Pinhel; e d'aqui, affoutados pelo chefe a temerarias escaramuças, executam facções de espantosa coragem sobre os castelhanos, que na área de seis léguas apenas encontram terra que os engula ou barrocaes de serras onde se escondam á espada inexoravel que os fareja. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 30-31, grifos nossos)

Como se sabe, no período de 1580 a 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol. Durante os reinados de Filipe II, Filipe III e Filipe IV, de Espanha, a política de Madrid tendia a centralizar a administração e, aos poucos, Portugal e outras unidades políticas (Aragão, Catalunha) perdem autonomia. Inicialmente, o rei espanhol obteve apoio da alta nobreza e do clero portugueses até começar a adotar medidas contrárias aos interesses dessas classes. A partir de então, opõem-se a eles.

Ao adotar medidas impopulares, como aumento de impostos e fiscalização da Casa da Índia e finanças portuguesas, o governo espanhol torna-se indesejado, passa a existir um descontentamento com o governo.

Além disso, a união com a Espanha, fiel perseguidora dos protestantes, fez com que Holanda e Inglaterra se voltassem contra Portugal. Os holandeses iam chegando à Índia, a Ceilão, a Pernambuco. Sendo assim, o aspecto econômico é atingido. Tais ações geram perda de receita portuguesa. Navios holandeses e ingleses chegavam à Europa com especiarias, ouro

africano e outros produtos. A Espanha também enfrentava uma crise devido à queda na produção de prata das suas colônias.

Diante desse contexto, em 1640, os aristocratas conspiram e o Duque de Bragança é aclamado rei D. João IV. Proclamada a separação, mas, para mantê-la, foram 28 anos de luta, chamada Guerra da Restauração, que compreende o período de 1640 a 1668, quando D. Pedro II ratifica o acordo de paz.

A história dos indivíduos e da nação se entrelaçam, uma não existe sem a outra. A história individual é também coletiva, como defende Helena Buescu (2023).

Retornamos a Camilo:

O coroado duque de Bragança era desaffectedo aos Mascarenhas, pelos motivos políticos mais que muito relatados na historia dos maus portugueses. Escutou benignamente Diogo César, neto de Vasco Fernandes César, em tempos antigos cognominado o *sublime capitão*. Logo alli fez mercê de governador da praça dos Alfaiates a Braz Garcia, exornando a dadiva com mui affectuosas expressões e promettimentos de maiores vantagens. Completa a vingança de seus inimigos. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 31, grifos nossos)

É inegável que a família em Camilo Castelo Branco vai ocupar um lugar central, o microcosmo da sociedade, onde os conflitos já se apresentam. Em *Luta de gigantes*, o autor traz à cena principal duas famílias aristocráticas, que se posicionam em lados opostos politicamente, e a tensão entre elas vai além da divergência de ideias, tem como força-motriz o ódio. A rivalidade entre as famílias se intensifica ao longo da Guerra de Restauração, alternando no poder, em uma posição de destaque, Césares e Mascarenhas.

Braz Garcia de Mascarenhas era já em Portugal nome glorioso, e em Castella um dos mais odiados e temidos.

D. Sancho Manoel, general na província da Beira, aquinhoava do ódio do conde de Óbidos ao laureado governador da praça de Alfaiates; ao passo que o governador, parente dos Césares, Fernão Telles de Menezes, o estimava e engrandecia com recommendações para a côrte. D. Sancho espiava ensejo de desdoural-o, e occasionou-se-lhe de molde. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 32)

Fica claro o objetivo de D. Sancho de tirar a glória do governador, parente dos césares. Diante do descumprimento de uma ordem, bem-sucedida, o general repreende-o por indisciplina e dá-lhe ordem de prisão, acusado de criminoso de alta traição, bem como a Braz Garcia.

Desta vez, D. Diogo César viu-se impedido por conta do hábito de frei de invadir a prisão para resgatar o amigo. Então, utilizou-se de outro meio: a astúcia. Conseguiu que uma carta de Braz chegasse ao rei D. João IV, explicando os fatos omitidos.

Em *Luta de gigantes*, o ódio, a violência, o desejo de vingança, a ambição e a traição ocupam lugar de destaque. Vão ser responsáveis pela movimentação da cena política no período da Guerra da Restauração.

Por outro lado, difícil não pensar na amizade, na cumplicidade entre os contemporâneos de Coimbra: Diogo César e Braz Garcia. Por exemplo, na fuga da prisão, após esfaquear D. António de Mascarenhas, e na sua defesa junto ao rei Filipe III; na ida à Espanha; na busca de um cargo público ao regressar; por fim, na luta por inocentá-lo perante o rei D. João IV ao ser acusado de alta traição. Fica claro o contraste dos sentimentos.⁴⁶ Vê-se, mais uma vez, que o bem e o mal são parte da natureza humana e nem sempre estão separados.

2.2 O Estado e a Igreja: “Agora vai principiar a lucta de gigantes”

É intensa a movimentação sociopolítica e religiosa no período após a Restauração da Independência de Portugal, tendo em vista o não reconhecimento do rei D. João IV⁴⁷ pela Espanha, assim como pela Igreja Católica Apostólica Romana (favorável à União Ibérica,

⁴⁶ Como lembra José Régio, em seu estudo “Camilo Castelo Branco”, “a contrastar com cenas de piedade, elegia ou sentimentalidade amorável, as cenas de vingança, ferocidade e brutalidade não são menos poderosas. A sobriedade incisiva, a rapidez emocionante, a simplicidade magistral, o realismo cru e aquela espécie de amoralidade do artista que escrupuliza em representar ao vivo o quer que seja – erguem, então, Camilo ao nível dos maiores mestres” (RÉGIO, 1947, p. 201).

⁴⁷ D. João IV foi fundamental para a consolidação da independência de Portugal, seja do ponto de vista militar, seja do ponto de vista diplomático. De fato, beneficiou-se do período de trégua em que a guerra foi mais defensiva, apenas na fronteira portuguesa. A partir de 1659, com o Tratado dos Pirinéus, a Espanha retorna a ofensiva. Ao mesmo tempo que organizava a defesa do reino, confiada ao Conselho de Guerra, enviava embaixadores a França, a Inglaterra, a Holanda, a Suécia para obter o reconhecimento internacional do país. Por outro lado, a situação das colônias não era fácil, não lutava contra a Espanha, mas contra antigos aliados. Por exemplo, a Holanda tinha dominado territórios do Império português, inclusive, no Brasil. Foi importante a reorganização administrativa do reino. Foram instituídos o Conselho de Guerra, em 1640, o Tribunal da Junta dos Três Estados, em 1643, e o Tribunal Ultramarino. Regulamentou os poderes de Secretário de Estado e a nomeação dos comendadores das ordens militares. Por fim, para não descontentar a nobreza, concedeu títulos nobiliárquicos pelos serviços prestados durante a Restauração. Morre em 1656. Assume a regência a rainha Luísa de Gusmão, na menoridade de D. Afonso, que continua a Guerra de Restauração. Portanto, o acordo de paz é assinado em 1668 na regência de D. Pedro II, decorrente do afastamento do príncipe. Camilo Castelo Branco apropria-se desse contexto histórico para criar *Luta de gigantes*. É um período bem conturbado da história nacional com muitas intrigas políticas, religiosas e amorosas, bem ao gosto romântico.

especialmente à Espanha). Era preciso restituir às instituições o que fora destruído, dificultado nas lutas contra Espanha. Como recompor os cargos eclesiásticos com membros portugueses se a Igreja, tendo como autoridade o Papa, criou obstáculos para nomeá-los? Grandes foram os desafios nos campos diplomáticos (e nos de batalha) para (re)afirmar a soberania portuguesa nesse momento.

Camilo Castelo Branco escolhe, para contextualizar seus romances históricos, momentos decisivos para o país, como a Revolução de 1640. Por conseguinte, a Guerra de Restauração, que se estende de 1640 a 1668, em que foi assinado o Tratado de Lisboa (1668) em nome de Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha⁴⁸, pelo qual ficou definitivamente reconhecida a independência de Portugal. Durante a guerra, percebem-se momentos de pequenos enfrentamentos entre as nações ibéricas, decorrentes de outras frentes de batalha que a Espanha travava como, por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e a Guerra Franco-Espanhola (1635-1659).

Em meio às questões sociopolíticas e religiosas, os protagonistas posicionam-se nesse contexto histórico. Por sua vez, algumas personagens hesitam e, às vezes, mudam de lado de acordo com as circunstâncias, ou seja, o poder vigente.

Aclamado rei de Portugal, em 1640, uma das prioridades de D. João IV era obter o reconhecimento internacional. Sendo assim, uma das primeiras iniciativas foi convidar o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, para chefiar uma missão diplomática a Roma, a fim de obter do Papa Urbano VIII⁴⁹ o reconhecimento da Igreja, bem como prestar obediência. Foi escolhido cuidadosamente, pois era uma missão delicada, devido aos espanhóis dificultarem uma audiência com o Papa. De acordo com o historiador,

Logo em Abril de 1641, D. João IV promove a primeira, liderada pelo bispo de Lamego, Miguel de Portugal. O prelado, pesem os obstáculos levantados pelo papado à concretização da embaixada, chegou a Roma em 20 de Novembro de 1641. Aí os diplomatas espanhóis tudo faziam para impedir que o papa o recebesse, instigando-o ainda a condenar publicamente a sublevação portuguesa. Chegaram mesmo, em 20 de Abril de 1642, a atacar a comitiva na qual seguia o ordinário lamacense, tendo na refrega havido mortos e feridos. Nesta acção esteve envolvido o recém-nomeado embaixador de Espanha em Roma, o marquês de Los Velez, a quem Filipe IV havia prometido o vice-reino de Nápoles caso ele conseguisse obter do papa a expulsão do bispo de Lamego. E de facto, pese o empenho do prelado

⁴⁸ Posteriormente, o acordo de paz foi ratificado pela rainha regente da Espanha, Maria Ana de Áustria, na menoridade de Carlos II, e pelo regente D. Pedro II de Portugal.

⁴⁹ Papa Urbano VIII foi chefe da Igreja Católica e governante dos Estados Papais de 6 de agosto de 1623 a 29 de julho de 1644. É reconhecido pelas suas habilidades no jogo político. Favorável à União Ibérica, quando o rei D. João IV envia o Bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, a Roma, em 15 de abril de 1641, antes, porém, seguiu para Paris, França, chegando a Roma sete meses depois, onde sequer é recebido. Após várias tentativas frustradas de diálogo, retorna a Portugal em 18 de dezembro de 1642.

português, a 18 de dezembro de 1642, regressava à pátria sem ter conseguido ser recebido como embaixador de Portugal por Urbano VIII. (PAIVA, 2000, p. 159)

Além da guerra diplomática, o embaixador de Castela, marquês de Los Velles tinha planos para prender ou matar o Bispo de Lamego, assim que chegasse a Roma. Porém, a trama é revelada pelo embaixador francês, marquês de Fontenay. D. Miguel de Portugal parece não acreditar na concretização da possível emboscada. Em 20 de agosto de 1641, ao sair da casa do embaixador francês, acompanhado de portugueses e franceses, tem-se a emboscada.

Uma chusma de castelhanos, capitaneados pelo embaixador hespanhol, atacou-o de sobresalto. Os agredidos defenderam-se a ferro e fogo. Oito castelhanos, com o seu capitão Diogo de Vargas, caíram mortos, e vinte ficaram no campo ensanguentados. Da gente do bispo, morreu um cavalleiro de Malta sobrinho do embaixador de França, dous pagens d'este, e um criado do geral do santo officio assistente do bispo. Os feridos eram quatro francezes.

No afogo da peleja, D. Miguel de Portugal sustentara o ataque, e animara os seus, saltando do coche, com uma clavina que não errava um tiro. O marquez de los Velles fugiu a pé, porque lhe mataram ambos os cavallos do coche, que, durante três dias, esteve despedaçado no lugar da lucta. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 43)

Apesar de se mostrar envergonhado do violento episódio na cidade de São Pedro, o Papa Urbano VIII ainda assim não recebeu a missão diplomática portuguesa, nem para prestar-lhe obediência, “como bom filho da igreja catholica” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 43). E muitos foram os conflitos entre castelhanos e portugueses. Dentro do próprio enredo de *Luta de gigantes*, os fatos históricos estão permeados, bem como estão presentes nas notas que contribuem para dar veracidade aos acontecimentos. Nas notas, encontram-se documentos, ensaio biográfico crítico, fragmentos de livros e de crônicas da época, assim como registros históricos de conhecimento público, por exemplo, acerca da violência a que eram submetidos os portugueses em Roma.

Os insultos dos castelhanos aos portugueses repetiram-se frequentes, e mais terminantes, quatro annos depois. Sahia da igreja de Nossa Senhora do Populo Nicolau Monteiro, prior de Cedofeita, — bispo do Porto, corridos trinta annos — que em Roma tractava negócios da corte com o Papa. Alguns napolitanos e hespanhoes desfecharam sobre elle e mataram-lhe um cavallo da carroça. O prior apeou, amparado no seu pagem, que logo morreu. Defendido pelo cocheiro, pôde esquivar-se aos golpes fugindo para uma casa. Alguns portuguezes e italianos acudiram, rogando ao prior que sahisse de Roma. Nicolau Monteiro disse que a justiça do Summo Pontífice lhe merecia toda a confiança, e ficou. Innocencio X, mais pundonoroso que o seu antecessor Urbano VIII, mandou sahir no praso de tres dias o conde de Siruela, embaixador de Castella. Ainda assim, veiu gente de Nápoles para prender o prior. O embaixador de França defendeu-lhe a vida, agazalhando-o em sua casa. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 43-44)

O historiador José Pedro Paiva, em “A igreja e o poder”, discute as relações da Igreja portuguesa com Roma antes e após 1640. Nesse estudo, relata a ida a Roma de Nicolau Monteiro, prior de Cedofeita, designado, desta vez, pelo clero português nos inícios de 1644 para uma nova tentativa de diálogo com o Papa.

Era uma nova estratégia que se desenhava. Foi encarregado da incumbência Nicolau Monteiro, prior de Cedofeita. Este apresentou ao papa os enormes danos que a situação estava a causar em Portugal onde, na altura, eram já dezassete as mitras vagas. Mas também esta missão se revelou infrutífera e o enviado regressou, em 1646, depois de ter sido assaltado em Roma por um grupo de castelhanos e napolitanos, em 2 Abril de 1645, num atentado que provocou a morte de um dos seus lacaios e que contribuiu para ofuscar a imagem de Espanha junto das várias representações diplomáticas e da própria cúria.

Com a saída de Nicolau Monteiro esmoreceram os esforços empenhados tentados desde 1641. (PAIVA, 2000, p. 159)

Em meio às questões diplomáticas com Roma, seguem os embates em terras portuguesas entre os fidalgos, uns partidários de Espanha, outros de Portugal. Seja como for, os conflitos internos e externos se entrecruzam, já que Estado e Igreja estão imbricados.

Diante da possível vacância do cargo de Comissário Geral, começam a ser delineadas as estratégias. Sebastião César, bispo do Porto, estava negociando em Roma a separação das ordens franciscanas de Portugal e Espanha com a intenção de indicar frei Diogo César, provincial da província de Algarve, a favor do qual tendia o rei D. João IV.

Nesse ínterim, D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos, descobre as intenções da família César e, de imediato, articula o nome do irmão, frei Martinho do Rosário (ou de Lencastre), da província de Arrabida. É inegável seu poder de influência em Roma. Devido aos laços familiares, fora casado com a sobrinha do cardeal espanhol D. Affonso de Cueva que, por sua vez, dominava o Ministro Geral da Ordem Franciscana, Frei João de Nápoles, quem detinha o poder de decisão. Ademais, há um grau de parentesco com D. João IV.

Segundo o olhar crítico (e persuasivo) do narrador, os espaços ocupados até então pelo frei Martinho do Rosário foram por conta de sua descendência nobre, e não de sua qualificação, como a importância do cargo de comissário geral exige. Assim o descreve:

Frei Martinho do Rosário, ou de Lencastre, era o nome d'este sugeito obscuro como frade, nullo, quasi parvo, e de nenhuma conta na ordem, senão a que lhe impunha a qualidade do nascimento e parentesco em grau próximo com a família reinante. Por amor d'isto, que montava a muito, tinha sido elevado a guardião do convento de Cintra, e de Alcobça depois [...]. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 44)

Tal descrição contrasta com a que o narrador faz do frei Diogo César, “já então provincial da província dos Algarves, por sobre as qualidades de nobilíssimo, tinha por si a reputação de douto para, sem espanto, aspirar às honras de commissario geral” (CASTELO BRANCO, 1929 p. 42). Estaria o narrador ao lado dos Césares?

“Surpreso e colérico”⁵⁰, frei Diogo César apresentou um protesto escrito, diante da iminente nomeação de frei Martinho do Rosário para a função de Comissário Geral, e recebeu as assinaturas dos seus “com-provinciaes”⁵¹ reunidos no convento de Lisboa. O protesto foi deposto nas mãos de Jerónimo Battaglini, vice-coletor e núncio em Portugal, e dizia o mordaz frade:

que se não fazia mister em Portugal commissarios que fiscalisassem as virtudes dos conventos, porque não havia vicios que corrigir;
 Que não reconheceriam como commissario frei Martinho de Lencastre, nem obrigados por censuras e penas, ainda que ellas procedessem do Papa;
 Que não admittiriam commissario, sem que os provinciaes fossem consultados sobre o mérito do elegendo;
 Finalmente, dão como invalido e nullo tudo quanto fôr ordenado contra o seu protesto e appellação. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 46)

A seguir, indaga o narrador: “Que importou o protesto?”, poucos dias depois o ministro geral da ordem franciscana despachou em Roma a nomeação de frei Martinho do Rosário para comissário geral, no convento de Santa Maria de *Ara Coeli*, em 21 de junho de 1646, concedendo-lhe “poder livre e plenária jurisdição em ambos os fóros para reger, governar, emendar, castigar, encarcerar, processar, sentenciar todos os frades e freiras, tanto superiores como súbditos” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 47). E concluiu frei João de Nápoles “admoestando-o a que bem cumprisse o seu dever *em nome das entranhas da caridade de Jesus Christo*” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 47).

Questiona, por fim, o narrador: “Em que andanças o frade fazia entrar o humilissimo e pacientíssimo Jesus!”⁵² (CASTELO BRANCO, 1929, p. 47). Através desse questionamento, entrevê-se a perplexidade do narrador diante do uso que o homem faz do divino, afastando-o

⁵⁰ CASTELO BRANCO, 1929, p. 45.

⁵¹ CASTELO BRANCO, 1929, p. 45.

⁵² A voz inquietante do narrador está presente ao longo do romance. Como lembra Jacinto do Prado Coelho, “longe de ser um ‘cronista’ objetivo e frio, o narrador-autor faz sentir a cada passo a sua presença, exprime a cada passo ora as reflexões (não raro irónicas, maliciosas, mordazes) ora as emoções que a matéria da narração lhe provoca” (COELHO, v. 2, 1983, p. 236). Tanto a reflexão quanto a emoção estão presentes no discurso do narrador. Como se vê, o poder concedido ao frei Martinho do Rosário afasta-se dos princípios de Jesus Cristo (e da própria ordem franciscana). A ideia de Cristo bondoso, paciente, humilde não se nota na prática de alguns religiosos.

dos seus verdadeiros valores. Toda violência praticada em nome de Deus, do Pai, apenas serve para a manutenção do poder do homem.

Como o cardeal de La Cueva tinha poder de influência sobre o ministro geral da ordem franciscana, frei João de Nápoles, a tentativa de indicação de Diogo César para comissário geral malogrou. Embora a família Mascarenhas tivesse parentesco com o rei D. João IV, o vínculo com o cardeal foi decisivo. Venceu, por fim, o conde de Óbidos.

Tais poderes acirram a rivalidade entre as famílias, Césares e Mascarenhas. Nem o rei, nem o Papa podiam defender D. Diogo César da jurisdição do comissário. Foram enviadas cartas aos prelados da Ordem de São Francisco. Ao ler os valores do frei Martinho do Rosário, “douto e experimentado”⁵³, D. Diogo César “riu às gargalhadas”⁵⁴. É evidente o sarcasmo “demolidor, impenitente” (MOISÉS, 2013, p. 256).

Após a nomeação de frei Martinho do Rosário, os provinciais obedecem-lhe, apesar dos protestos de D. Diogo César. Entrevê-se que o narrador se compadece: “Com profunda dor viu frei Diogo que todos se dobravam ás ordens do geral, sem excepção dos que tinham conjurado com elle no protesto” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 49). Sabe-se que Camilo tende a escolher o lado “dos perseguidos pelo fado ou pela má estrela, solitários em vida, sozinhos” (CHORÃO, 1996, p. 58).

Diante dos intensos conflitos com frei Diogo César, o comissário geral faz valer a sua autoridade. Sendo assim, ameaça-o de excomunhão, que representava a morte para a vida cristã. Ele não poderia receber sacramento nem se relacionar com católicos, porém não foi suficiente. Então, excomunga-o.

Seguiu-se a excommunhão publicamente apregoada, e affixada nas portas das egrejas. Este acto não foi o menos curioso da lucta, porque os servos do conde de Óbidos, encarregados de grudar o instrumento publico da excommunhão nas portas dos templos, receberam sovas importantes dos criados do bispo Sebastião César – espectáculo que os lisboetas apupavam com festivas mostras de sua satisfação. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 53)

Isola-se cada vez mais frei Diogo César. O apoio do rei D. João IV tendia para o César, mas não adiantava, pois sequer fora reconhecido como rei por Roma. Além disso, nem um provincial deixou de reconhecer frei Martinho do Rosário como comissário geral. Todavia, segue com a apelação da pena para a Santa Sé.

⁵³ CASTELO BRANCO, 1929, p. 48.

⁵⁴ CASTELO BRANCO, 1929, p. 48.

Em alguns momentos, é possível observar certa crítica aos homens que tendem a se posicionar a favor do poder vigente, independentemente da situação. Quando não consegue as assinaturas para a apelação, diz o excomungado:

Não me admirei – diz o César na sua exposição – porque a condição do homem é triste; o poder aterra, e o interesse é uma espora. Não culpo o homem, culpo a humanidade. Também, á laia de manicheu, não entendo que a natureza seja péssima; o que entendo é que ella entrou em putrefacção desde o peccado original. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 54)

É interessante observar a concepção de mundo de Camilo Castelo Branco, por vezes, pessimista, como se a existência humana, marcada pelo pecado original, tivesse fadada ao sofrimento, ao mal, às injustiças.

Em meio aos conflitos entre os frades, o rei D. João IV manteve-se, em um primeiro momento, neutro, receava mais problemas com Roma. Como a situação se torna insustentável, pede ao frei Diogo César que obedecesse ao comissário. Ao procurar frei Martinho do Rosário, expõe a razão “obedeço provisoriamente a vossa reverencia, por amor de Deus e do rei” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 55). Vê-se a lealdade do fidalgo ao Rei e a Deus. Assim é o ser humano atravessado por sentimentos antagônicos.

Em Roma, se acirraram as disputas para além do âmbito diplomático. O cardeal D. Félix Pereira, aliado de D. Diogo César, é assassinado pelos castelhanos apoiados pelo cardeal D. Afonso de Cueva. “E quando o septuagenário, remoçado pelo entusiasmo de levar a melhor sobre o cardeal, planeava o segundo ataque, invadiram-lhe os hespanhoes a casa, surprehenderam-no em seu gabinete e degolaram-no” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 57). Segundo o narrador, assim relataram os historiadores:

Dizem os historiadores, e nomeadamente o conde da Ericeira, que os castelhanos o mataram como traidor a Filippe III de Portugal, e assim lh'o lançaram em rosto. A tamanha affronta respondeu o velho: **“Como traidor, se o meu rei foi sempre D. João IV?”** – derradeiras palavras, proferidas com o gume do ferro já na garganta. O pretexto d'este homicídio foi andar D. Félix Pereira aliciando portuguezes, que militavam em Flandres, a fugirem para Portugal. Este enorme crime era aggravado com o apparecimento de um retrato de D. João IV no gabinete do assassinado. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 57-58, grifos nossos)

Conforme se observa, a história é construída através dos discursos, podendo ter várias versões a partir de determinado ponto de vista. No fragmento, temos as possíveis versões, segundo os “historiadores” da época, para o acontecimento. E o questionamento irônico na

fala do velho português D. Félix Pereira: como ser acusado (e assassinado) por um crime que não cometera? Mesmo perante a morte traz o brio que Camilo exalta.

Como se percebe, as cenas de violência estão presentes (e são marcantes) na ficção camiliana, bem como na sociedade da época. São acontecimentos que se impõem porque, para Camilo, a violência é do humano. Além disso, não se pode esquecer de que tais ações criam expectativa, suspense e exercem um fascínio no leitor, ansiosos por fortes emoções.

Lembre-mo-nos de todas as páginas em que, nos seus romances, nos são de facto, representados ao vivo assassinatos e mortes violentas, emboscadas e assaltos, guerrilhas, torturas. Numerosas são tais páginas; e tão numerosas e tão vivas, que difícil será deixar de pensar que também o crime, a crueldade, o mal exercem sobre o romancista o seu sinistro prestígio. Ousemos, então, pensá-lo de frente: Pela violência (embora contida), o gosto de sangue, a naturalidade inquietante, a familiaridade com o assunto, porventura mais se aproximará Camilo, nessas páginas do caráter espanhol que do português. (RÉGIO, 1947, p. 201-202)

À medida que os conflitos se acirravam, os prelados que, inicialmente, estiveram ao lado de D. Diogo César, sofriam represálias do comissário geral. De acordo com o suposto delito, eram cerceadas as atribuições dos provinciais, excomungados, presos nos conventos ou entregues como hereges ao Santo Ofício. Contrariando frei Martinho do Rosário, o bispo inquisidor, Sebastião César, intervinha a favor dos condenados à fogueira.

Em meio à ascensão e à queda dos frades, os intensos embates seguiam. Ao morrer frei João de Nápoles, responsável pela nomeação do frei Martinho do Rosário, há uma tentativa de revolta dos provinciais que visavam à destituição do frei da função de comissário geral. Todavia, a sua força de sustentação não se originava apenas no ministro, mas, principalmente, no dinheiro. De imediato, “um dos Mascarenhas saíu logo para Roma, com ordens quantiosas sobre os banqueiros d'aquella sacratíssima catacumba de martyres, apóstolos e confesores” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 75). Como era esperado,

volvidos cinco mezes, o enviado dinheiroso voltava de Roma com a renovada nomeação de frei Martinho de Lencastre, lavrada na sacra congregação dos eminentísimos cardeaes de *Regidaribus*, com expressa declaração de que o poder do commissario não caducara com o fallecimento do geral. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 76)

Diante da instabilidade do país, D. João IV move-se de acordo com as circunstâncias, buscando assegurar a independência. No campo diplomático, ainda luta para ser reconhecido como rei. Nos campos de batalha, por sua vez, trava intensas lutas contra os espanhóis (interna e externamente), além de combater os holandeses dentro do país e nas colônias.

É inegável a relevância dos fatos históricos no decorrer da narrativa. Também vale destacar o enredo sentimental que atravessa a história. O entrelaçamento dos enredos histórico e passionai é uma tendência nova dos romances de temática contemporânea no século XIX, como afirmou Auerbach (2015). Observa-se, também, esse aspecto nas narrativas históricas (e nos dramas históricos)⁵⁵ de autores portugueses oitocentistas, por exemplo, Camilo Castelo Branco, como veremos ao longo deste estudo, e Almeida Garrett⁵⁶.

“Chamava-se D. Maria de Menezes, e era das bellezas assignaladas da corte” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 75). Diziam que ela era afilhada e parenta de D. Diogo César. Já na opinião das pessoas mais bem informadas, era filha do frei.

Ao falecer a mãe da menina, vai viver na companhia de uma irmã de Diogo César em Lisboa onde tivera educação “ao estylo de palacio” e era vista (e admirada) por ser “tão

⁵⁵ É possível perceber o entrelaçamento dos enredos (passional e histórico) nos dramas garrettianos, por exemplo, *Um auto de Gil Vicente* (1838) se baseia nos ensaios para a representação da peça *As cortes de Júpiter*, de Gil Vicente, que foi escrita para celebrar a partida da infanta, D. Beatriz, dada em casamento ao Duque de Saboia. A partir desse fato histórico, explora-se a lenda dos supostos amores entre D. Beatriz e o poeta Bernardim Ribeiro. Já em *O alfageme de Santarém* (1842), em meio à crise dinástica de 1383-1385, a heroína Alda tem o coração dividido entre Fernão Vaz, o alfageme, e Nuno Álvares Pereira, nobre cavaleiro. Por fim, *Frei Luís de Sousa* (1843) traz à cena um episódio de resistência à dominação filipina entrelaçado pela união matrimonial de Manuel de Sousa Coutinho (Frei Luís de Sousa) e D. Madalena de Vilhena, marcada pela culpa. As duas primeiras obras são consideradas dramas históricos. Quanto à última, apesar de estar alicerçada em fatos históricos, talvez, a designação de “drama histórico” não esteja adequada, pois é uma forma diferente de tudo no teatro português, como defende Sérgio Nazar David (2022). Inclusive, o próprio Garrett afirma, no prefácio da peça, ser de “forma e índole nova”, portanto, uma “tragédia nova” (GARRETT, 1999, p. 33), especialmente porque há um drama interior.

⁵⁶ O romance histórico *O arco de Sant’Ana*, de Almeida Garrett, foi publicado em dois volumes que saíram, respectivamente, em 1845 e 1850. O primeiro tomo sai sem indicação de autoria. Observa-se que a publicação das obras ocorre de acordo com a conjuntura política. Garrett começa a escrevê-lo em 1832-1833, no Convento dos Grilos (Porto), após ter desembarcado ao lado do exército liberal de D. Pedro IV, vindo da ilha Terceira (Açores), e termina em 1849, durante o governo de Costa Cabral. Baseia-se em um episódio da *Crônica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes (século XV). A narrativa transcorre no Porto do século XIV. A cidade é governada de forma ditatorial, segundo os desmandos do Bispo, antigo cavaleiro. E Vasco, movido pelo amor de Gertrudes e pelo ideal da Revolução Francesa de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, vai procurar por D. Pedro I e pedir por justiça em nome do povo. Fica claro o diálogo entre os enredos histórico e sentimental. Conforme se observa, a obra foi escrita em períodos de grande instabilidade no país, decorrente dos embates entre absolutistas e liberais, especialmente o do Cerco do Porto (1832-1833), e, posteriormente, no governo de Costa Cabral (1842-1846), onde se instaura um “liberalismo de fachada”, expressão utilizada por Ofélia Paiva Monteiro (2010, p. 98), pois era baseado no autoritarismo, na censura, como fins políticos. Por exemplo, o drama histórico *O alfageme de Santarém* teve sua representação proibida em março de 1842, início da ditadura cabralista, bem como *Viagens na minha terra* que teve a publicação interrompida na *Revista Universal Lisbonense* em 1843, retomada em 1845. A edição em livro, em dois volumes, sai em 1846 (DAVID, 2017). Garrett comenta acerca do fato “Abalam-me as instâncias de um amigo [Passos Manuel], decidem-me as tonterias de um jornal, que por mexerique quis incabeçar em desígnio político determinado a minha visita” (GARRETT, 2010, p. 90). De fato, era uma viagem com fins políticos, tendo em vista que seu amigo Passos Manuel era um político setembrista, e Garrett vai combater o cabralismo. Sendo assim, na Advertência de *O arco de Sant’Ana*, datada em outubro de 1849, Garrett afirma que “o romance é deste século: se tirou o seu argumento do décimo quarto, foi escrito sob as impressões do décimo nono; e não o pode nem o quer negar o autor” (GARRETT, 2004, p. 61). Portanto, a representação do modo de viver da Idade Média não era o objetivo principal do autor.

discreta quanto formosa” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 67). A educação aristocrática que recebera, vale ressaltar, foi importante para abrir as portas da corte, onde poderia realizar um bom casamento de acordo com os interesses da família, tendo em vista que os casamentos eram negociados.

Quando a jovem da alta sociedade atingia a idade para se casar, passava a frequentar os salões, junto com a família, a fim de ser apreciada, admirada, como se tivesse exposta em uma vitrine, por isso a aparência era importante.

A beleza é um capital na troca amorosa ou na conquista matrimonial. Uma troca desigual em que o homem se reserva o papel de sedutor ativo, enquanto sua parceira deve contentar-se em ser o objeto de sedução, embora seja bastante engenhosa em sua pretensa passividade. (PERROT, 2019, p. 50)

Observa-se, em um primeiro momento, que a jovem D. Maria de Menezes representa o modelo de mulher da época na qual se valorizava a beleza, a delicadeza, a simpatia, a discrição, a educação, fundamental para saber se comportar na corte, espaço de sociabilidade, tanto para o entretenimento quanto para os negócios.

Dentre as estratégias matrimoniais, como se nota, “o dinheiro assume formas variadas”, e “a beleza [faz] parte dos termos de troca” (PERROT, 2020, p. 124). Justifica-se, assim, o fato de a jovem Maria não ter dote nem presumir herança; “todavia, pretendiam-na cavalheiros das melhores famílias e abastados” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 67).

Dizia indisposta ao casamento, “para ganhar idade e ousadia”⁵⁷, a fim de continuar sendo cortejada às escondidas por um capitão espanhol, que ficara a serviço de Portugal por amor a ela, e, quem sabe, corresponder quando a maturidade permitisse. De descendência humilde, gentil, bravo, benquisto pelos generais com quem servira na guerra contra os holandeses. É interessante notar as características do capitão, ao mesmo tempo em que é gentil nas relações pessoais, é bravo no cumprimento do dever, como nas batalhas. Há um equilíbrio da força masculina, símbolo de virilidade, com a gentileza, comum à sensibilidade feminina.

Tendo em vista as características do jovem enamorado, depreende-se que não será bem aceito na família do fidalgo César Mascarenhas. Os casamentos são negociados pelas famílias, visando atender a seus interesses econômicos e/ou políticos. Portanto, o amor não é levado em consideração, tampouco a voz feminina. No decorrer do século XIX, “aumenta

⁵⁷ CASTELO BRANCO, 1929, p. 67.

cada vez mais o número de pessoas que desejam uma convergência entre a aliança e o amor, o casamento e a felicidade” (PERROT, 2020, p. 125).

Seria difícil manter em segredo o amor que também sentia pelo rapaz. Em uma festa na corte para festejar o nascimento do príncipe Afonso, a troca de olhares denunciava-os. Não demoraria que os boatos se espalhassem.

Milagre seria que a cautelosa Menezes lograsse, longo tempo, enganar os mancebos que a requestavam, e as damas que, mais curiosas ou receosas de preferencias, lhe estudavam a inclinação. Descobriram-lh'a n'uma festas do nascimento do príncipe D. Affonso, onde ella não foi menos festejada. **Ao incenso, porém, dos aulicos e magnatas apenas respondia com o sorriso, expressão divina com que se davam por divinizados os mais cubiçosos; ainda assim, como todos a fitavam mais nos olhos que nos lábios,** todos a um tempo viram que os olhos d'ella, a intervalos não longos, cahiram com ineffavel requebro sobre o capitão castelhano. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 67, grifos nossos)

Como Bourdieu afirma: “delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas” (BOURDIEU, 2020, p. 111). Assim se apresentava D. Maria de Menezes, seguia as regras impostas pela sociedade sem questioná-las (o que também não era admissível) até o momento em que se apaixona pelo capitão espanhol. Como se vê, a troca de olhares denuncia a paixão dos jovens, que será proibida, devido a Pedro Navarro pertencer a uma classe social baixa.

É digno de nota que Almeida Garrett, ao escrever o tratado intitulado *Da educação*, que visava à educação da jovem rainha D. Maria II, ratifica a visão de mundo predominantemente patriarcal em que cabia às mulheres determinados comportamentos. Em contraponto à educação masculina, na nona carta, afirma que

a força que Deus pôs no braço do homem, está nos lábios e nos olhos da mulher A fortaleza e a decisão são o vigor do caráter masculino; a generosa resignação, a gentil deferência, a constância no sofrimento e nas privações, são o vigor, não menos poderoso e eficaz, da índole feminina”. (GARRETT, 2009, p. 191)

Na intriga amorosa, Camilo Castelo Branco desconstrói esse modelo vigente na sociedade. Num primeiro momento, se o olhar dela chama a atenção, posteriormente, suas atitudes, seu poder, em alguma medida, de decisão que irá destacá-la, colocando-a entre as heroínas camilianas, que romperam as regras sociais, buscando a felicidade.

Ao saber da troca de olhares entre os jovens, o frade veio de Algarve, como era esperado, impor a sua autoridade demasiada para padrinho. Apressaram-se as negociações matrimoniais com um parente da Casa da Ericeira, sargento-mor nos estados da Índia.

A partir do século XIX, começa a surgir a possibilidade de casamento por escolha, por amor, devido às mudanças graduais do papel da mulher na sociedade. As opções anteriormente eram o casamento “arranjado” ou o convento. Algumas mulheres não vão aceitar a escolha do pai e vão preferir o convento, quando há essa possibilidade, porque, em alguma medida, tinham certa liberdade.

Por outro lado, fugir também era uma possibilidade para os amantes, embora as consequências fossem graves, sobretudo para a mulher. A “cautelosa” Maria não teve dúvidas em cogitar a fuga, pactuando com o capitão espanhol, mas uma escrava, que poderia compreendê-la, denunciou os planos da jovem. Restando apenas o convento ou o matrimônio, assim impõe seu pai.

Na porta do Convento de franciscanas de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer, ao se despedir da filha, Diogo César lhe diz impiedosamente:

- Quando quizeres ser esposa do marido que tua madrinha te elegeu, sahirás d'aqui.
- **Então de certo não sahirei mais**, meu padrinho.
- Como quizeres. Se a vida monástica te agradar, veste o habito. Adeus. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 68-69, grifos nossos)

Sem hesitar, D. Maria de Menezes prefere o convento. Como bem assinala Perrot, “os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar” (PERROT, 2019, p. 84). Também eram espaços de apropriação do saber, de criação, onde seria possível certa liberdade, que talvez não encontrassem no casamento “arranjado” em que a mulher passava a dever obediência ao marido.

Diante da impossibilidade do amor, preferem o convento, a morte ou a desonra (decorrente da fuga). Assim são as heroínas camilianas, “não se entregam passivamente ao destino: lutam até o fim; aceitam-no com fúria, de dentes cerrados, quando não vale a pena lutar. Daí a grandeza trágica da novela” (COELHO, 1983, v. 2, p. 208). Teresa Albuquerque, de *Amor de perdição*, também, não hesita.

- Se a sua ideia é obrigar-me a casar com meu primo...
- E daí?
- Decerto não caso; morro, é morro contente, mas não caso.
- Nem ele a quer. A senhora é indigna de Baltazar Coutinho. Um homem do meu sangue não aceita para esposa uma mulher que fala de noite aos amantes nos quintais. **Vista-se depressa, que vai para um convento.**
- **Prontamente, meu pai. Este destino eu lho pedi muitas vezes.** (CASTELO BRANCO, 2020, p. 70, grifos nossos)

Vê-se a luta da personagem contra as forças do meio social, onde prevalece a autoridade paterna, baseada na lei, eminentemente patriarcal, que concede pleno poder ao homem, visando à manutenção do patriarcado. Sendo assim, resta-lhe a morte (real ou simbólica).

Vê-se que a história é atravessada pela contemporaneidade, pelo “tempo de agora”, para utilizar uma expressão de Walter Benjamin (2012). As mulheres eram subjugadas pelos pais ou responsáveis legais (geralmente homens da família ou não), após o casamento, pelos maridos, logo não tinham direito de se posicionar criticamente, tampouco tomar decisões, como se observa na ativa personagem Maria. As fidalgas simplesmente obedeciam sem questionamentos.

Isso começa a se modificar com as profundas mudanças político-sociais ocorridas no século XIX. Entre elas, a defesa da instrução feminina⁵⁸ foi imprescindível. Se o objetivo era a instrução para que a mulher pudesse desempenhar melhor os papéis de esposa e de mãe; por outro lado, desvelava-se o conhecimento das artes, da literatura e das ciências. Assim, aos poucos, foram ocupando espaços na imprensa, na literatura, fundamentais para as lutas pelos direitos das mulheres no século XX. Foram intervindo na sociedade que as cercava, refletindo sobre seu papel e se posicionando diante das questões femininas. Atentemo-nos para o que nos apresenta Perrot no trecho abaixo:

Nas famílias aristocráticas ou abastadas, preceptores e governantas ministravam suas lições em domicílio e tudo depende de sua qualidade, não raro bastante boa. As meninas aprendem a equitação e as línguas estrangeiras, principalmente francês e inglês. [...] Nas famílias burguesas, elas recebem aulas e vão completar sua educação em pensionatos, no período entre 15 e 18 anos. Aí elas aprendem as artes do entretenimento: desenho, piano, “ópio das mulheres”, que lhes permitirá encantar serões familiares e recepções em sociedade. (PERROT, 2019. p. 94)

Foi um longo processo que teve início com a Revolução Liberal de 1820, que defendia, entre outros pontos, a instrução para exercer funções sociais. Encontra-se, neste momento, o embrião das mudanças que viriam no século seguinte. Por outro lado, algumas mulheres romperam as regras de forma mais discreta ou não, decorrente do peso do mundo patriarcal. E a imprensa foi um importante meio nesse processo.

⁵⁸ No século XIX, havia diferença entre os termos educação e instrução. A educação voltava-se à formação familiar, os princípios, os valores apreendidos para o convívio social. Já a instrução refere-se à formação intelectual do indivíduo, o conhecimento adquirido nas instituições de ensino. A educação feminina envolvia também aprender a administrar a casa, saber ler e escrever, noções básicas de língua estrangeira (em especial francês), música (piano, canto) e dança. Conforme lembra Rui Casão (1993, p. 526), “o século XIX é, indubitavelmente, o século da música e da dança. Os bailes e outras manifestações coreográficas eram momentos especiais de divertimento e de sociabilidade, quaisquer que fossem os ambientes sociais ou os pretextos para a sua realização”. Como se sabe, por fim, o acesso ao saber científico foi negado às mulheres ao longo de séculos.

Retomando a narrativa, dias difíceis também vive o capitão espanhol. Recebeu baixa do serviço militar e ordem para sair de Portugal. Por sua vez, na Espanha, também não encontra colocação. Vive pobremente na casa de seus pais.

Ao visitar o convento de franciscanas de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer, como de costume, chama a atenção do comissário frei Martinho do Rosário a formosura de D. Maria de Menezes, “desbotada algum tanto pelo queimar das lágrimas” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 69), toma conhecimento do triste desenlace amoroso da jovem e afirma: “os conventos não são cadeias...” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 69). Volta-se para a menina e continua os questionamentos:

– E quem é seu pai, senhora? Padrinho já eu sei que é frei Diogo César; mas seu pai? D. Maria baixou os olhos; e a prioriza murmurou:
 – O pai... é elle... é o snr. Provincial dos Algarves.
 – Ah! Sim?! – exclamou radioso o commissario – Está bom!.. Com que então... Ora bem!.. Saibamos... A snr.^a D. Maria quer casar com o seu hespanhol?.. Como se chama elle?
 – D. Pedro Navarro... Talvez já tenha morrido... – balbuciou a secular. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 69)

Dando prosseguimento à vingança da família Mascarenhas, o comissário geral interpela Maria: “mas quer casar, contra vontade de seu pai?” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 70). Ela não hesitou, como se a decisão já estivesse tomada: “por vontade de meu pai que posso eu esperar senão morrer aqui... abafada n'esta continua tortura...” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 70).

Frei Martinho do Rosário autoriza a saída de D. Maria de Menezes do convento, alegando que os conventos não eram cárceres de jovens que não tinham feito os votos. Casam-se contra a vontade do pai da jovem e seguem para o Brasil, recomendado ao conde de Óbidos que lá era vice-rei.

Vale ressaltar que, nessa passagem, o aparente poder de decisão cabe à mulher, D. Maria de Menezes, é ela quem escolhe se quer casar, mas a decisão precisa ser validada pelo homem, frei Martinho do Rosário. Muitas mulheres camilianas não hesitam quando podem alcançar a felicidade através do amor. Aparentemente, D. Maria mostra-se frágil, mas, no momento de assumir o seu destino, é determinada e forte.

Frei Diogo César, ao ser avisado que sua filha saiu do convento sem a sua autorização para se casar, “quiz rasgar o habito e cingir uma espada” (CASTELO BRANCO 1929, p. 71). Em vão, recorre ao rei D. João IV, que elogia os serviços prestados pelo jovem capitão espanhol a Portugal e critica as intrigas que o demitiram do serviço de Portugal. Espanta-se o

rei pelo ódio exagerado pela desobediência de uma afilhada. Ao sugerir ao rei que poderia ser sua filha, tem como resposta “não o deveis dizer” (CASTELO BRANCO 1929, p. 71). Na vida social, a discrição é uma boa forma para conviver.

O provincial de Algarve poderia prestar uma denúncia formal ao comissário geral, mas como realizá-la se é uma filha bastarda e o superior é seu inimigo? Resulta que “nunca mais o provincial proferiu o nome de sua filha” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 71). Além da inimizade entre as famílias, vê a sua honra ferida e só pensa em como vingá-la.

Observa Jacinto do Prado Coelho que “a novela camiliana pode chamar-se um libelo contra a subordinação do mais nobre sentimento, o amor, a preconceitos de casta ou cálculos materiais” (COELHO, 1983, v. 2, p. 199). O narrador de *Luta de gigantes* corrobora com essa afirmação: “Aquelle venturoso castelhano a quem o commissario geral frei Martinho de Lencastre dera a formosa reclusa de Alemquer – **facto único louvável da vida do frade** – foi para o Brazil com sua esposa, recommendado ao governador” (CASTELO BRANCO 1929, p. 71, grifos nossos).

Por algum tempo, D. Pedro Navarro serviu como capitão na guerra contra os holandeses no Brasil. Diante da instabilidade da região, o que colocava em risco a vida da mulher, o casal partiu para a África em 1652. Ele entrou no serviço de Portugal, com o posto de “almocadem”⁵⁹, que lhe concedeu D. Fernando de Menezes, general governador, sobrinho de D. Diogo César. Serviu em África até 1659, onde perdeu um braço, num confronto com os mouros de Tetuão, cidade situada a noroeste de Marrocos, que faz parte da região de Tânger-Tetuão. Recomendado à rainha pelo governador, voltou a Portugal com D. Maria de Menezes e três filhos.

Sebastião César avisa ao frei Diogo César que a filha está em Lisboa. Com ódio, responde: “Está?! – desgraçada?” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 161). Ao saber, no entanto, da história de vida do casal, sente compaixão.

Alguns dias depois, D. Pedro Navarro foi galardoado com uma comenda da Ordem de Cristo, com encargo de servir em Évora. Ao se despedir de Sebastião César, quem os recebe é frei Diogo César. Com o coração leve e grato, D. Maria de Menezes agradece: “Deus lhe pague este perdão em benefícios sem fim, meu padrinho” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 163). E prolonga-se a despedida por quinze dias. Frei Diogo César, entre a filha e os netos, “saboreou raptos de felicidade que lhe pareciam sonhados” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 164).

⁵⁹ CASTELO BRANCO, 1929, p. 161. De origem árabe, al-muqaddam, significa “capitão ou caudilho de infantaria, na milícia árabe e portuguesa. Comandante ou chefe” (FERREIRA, 2010, p. 108).

Diante da família reunida, o rancor que carregava “esvasiou-se-lhe da alma” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 164) para caberem nela “sentimentos brandos, alegrias quasi infantis”. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 164). Assim é a natureza humana, que traz consigo sentimentos tão contraditórios, e a cada experiência é capaz de se modificar. Como afirma Jacinto do Prado Coelho, “nas almas inquietas, fortemente solicitadas pelas mais desvairadas tendências, capazes de ódio e vingança, mas também de humildade, de amor e de perdão, é que o novelista melhor se reconhece” (COELHO, 1983, v. 2, p. 209). Para Camilo, o amor é capaz de tocar o outro, modificá-lo, e, quem sabe, aproximá-lo de Deus:

Frei Diogo, poucas horas depois da partida da filha, disse ao irmão:

– Transformei-me, Sebastião.

– Então que é, Diogo?

– Não contes commigo para a continuação da lucta. Eu deixo em paz os Mascarenhas.

– Como assim?!

– Quero descansar. Quero morrer na esperança de melhor vida. **Maria deu-me uma alma nova:** aquelles três meninos são os três ramos de oliveira. Nada mais de tempestades. Vejamos se este amor, em que eu pozera as minhas esperanças para a velhice que já me pesa, me aproxima de Deus. **Póde ser que o coração do pai desperte o coração do frade.** (CASTELO BRANCO, 1929, p. 164, grifos nossos)

Frei Diogo César decide recolher-se ao convento dos observantes de São Francisco de Évora. Afasta-se do poder, decorrente dos cargos importantes que ocupava, bem como da vida luxuosa de Lisboa. Busca uma vida simples, seguindo os preceitos franciscanos. A primeira das Ordens Mendicantes foi a Ordem dos Franciscanos, que surgiu em razão da vida de Francisco de Assis (1181-1226), um jovem rico que, depois de convertido, decidiu viver na pobreza, procurando seguir como Cristo. São Ordens Religiosas católicas juramentadas nos votos de pobreza; elas renunciam aos bens materiais e sobrevivem de donativos e atividades referentes ao apostolado. Assim opta por viver Diogo César.

– Simples frade?

– Sim.

– Não queres ser nada na ordem?

– Nada.

– El-rei queria dar-te uma mitra...

– Agradece-lh'a em meu nome.

– Sou de opinião que acceites, e recolhe-te ao convento com as honras.

– De que me servem? Darei mais na vista. Quero a obscuridade. E' mais reparavel e bispo, que sahe do convento para ir vêr umas creanças, que um simples frade.

(CASTELO BRANCO, 1929, p. 166)

Frei Diogo César é recebido no convento com honras de padre da província. É interessante observar, portanto, o trânsito entre a masculinidade aristocrática, “em que os

códigos de honra têm a primazia”, e a masculinidade moderna, “em que a paternidade e o sentido de responsabilidade que traz consigo vêm para o primeiro plano” (BARCELLOS, 2010, p. 111), como se vê no comportamento de D. Diogo César. Segue com a vida simples no convento em Évora, dando início à educação humanista dos netos, até a sua morte.

2.3 “Sempre guerras, sempre perfidias!...”

O ambiente de intriga percorre toda a narrativa, sendo assim vão sendo construídas estratégias (bem cruéis) para combater o suposto inimigo, que não é apenas o espanhol, conforme se tem visto. Como o clima de desconfiança domina tempos de guerra, ficam todos sob suspeita, além de, muitas vezes, incriminar um inocente de acordo com os interesses pessoais. Isso ocorre no Santo Ofício, como apontam os historiadores (e os escritores). Entre as práticas utilizadas em interrogatórios, a tortura era uma delas (e bem eficaz) para se confessar o que convém aos investigadores, no caso, a família Mascarenhas, detentora de poder, devido Roma lhes conceder plenos poderes. Como se nota, era realizada tanto pelo Estado quanto pela Igreja.

Na sociedade do Antigo Regime, a instituição religiosa dispunha de um vasto poder económico que lhe possibilitava o exercício de uma verdadeira hegemonia ideológica no conjunto da população e de um papel importante na moldagem das mentalidades e na orientação dos comportamentos e atitudes. (NETO, 1993, p. 265)

É tão preponderante o poder econômico da Igreja Católica no período do Antigo Regime que esta vai ditar as regras da vida social e política. Diante das determinações do Papa, como se tem visto, a vida do país se estrutura. Em momento algum, o aclamado rei D. João IV agiu contrariamente às decisões do Papa Urbano VIII, mesmo sem ser reconhecido. Em algumas situações, ficou neutro; em outras, reviu seus posicionamentos.

Foram inúmeras as lutas que se seguiram à Revolução de 1640. Dentro e fora dos campos de batalha, a violência era extrema. Por vezes, para que confessassem determinado “crime”, eram submetidos à tortura, como o caso do criado de D. Pedro Bonete, castelhano, ajudante do mestre do campo, devido à indecisão nas respostas durante o interrogatório, torna-se suspeito. Ao ser torturado, confessa que tinha ido à Espanha levar cartas do seu amo a dois generais castelhanos. Posteriormente, é considerado culpado, sem o devido processo legal. De

imediatamente, o conde de Óbidos manda prender D. Pedro de Bonete, que governava o forte de Santa Luzia.

As revelações, **no dizer do conde [de Óbidos]**, são as seguintes: Que estando elle Pedro Bonete na Catalunha, o marquez de Inojosa o mandara a Portugal com um masso de cartas para **D. José de Menezes**, governador da fortaleza de S. Gião. Este D. José de Menezes é o parente próximo e presado dos Césares. Acrescenta o conde de Óbidos que D. Pedro em paga do seu serviço recebera do marquez dous mil e quinhentos escudos e uma cadeia de ouro. Com a qual quantia passara o catalão á Arrochela em companhia de alguns soldados portuguezes. E que um d'estes lhe dissera que **trazia três cartas**; uma do **conde-duque de Olivares**, outra de **Diogo Soares**, e a terceira de **Affonso de Lucena, todas para Francisco de Lucena**⁶⁰, pai d'aquelle ultimo. (CASTELO BRANCO 1929, p. 98, grifos nossos)

Decorrentes dos depoimentos, foram feitas as prisões de Christovão de Mattos de Lucena, irmão de Francisco de Lucena, Martim Affonso, seu filho e dois criados. Também é preso Francisco de Lucena, mas o rei manda soltá-lo. Há uma hesitação em acatar a ordem do rei D. João IV. Como ele era Cavaleiro de Cristo, foi remetido à mesa da consciência. Relaxaram-no. Ao ser interrogado pelos juízes, nada confessou. Sentenciaram-no como culpado e sua pena foi a decapitação.

Confessou-se Francisco de Lucena; e, antes de commungar, protestou que não havia delinquido no crime pelo qual ia padecer. O cutelo com que o degolaram havia-o elle trazido de Madrid, por ter sido o cutelo com que fora degolado D. Rodrigo Caldeirão. Tinha-o ele offerecido para a decapitação do duque de Caminha. **Que offerta! Não lh'a acceitaram. Vejam a providencia! O agente principal da morte do duque fora elle. Aquelle cutelo estava da mão de Deus, se não ha n'isto blasfémia**⁶¹. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 104-105, grifos nossos)

De fato, Francisco de Lucena tinha cometido crimes, mas não o crime por que fora condenado. Como a suspeita paira sobre todos, os denunciados são julgados e sentenciados mesmo inocentes ou culpados sem provas. Observa-se a violência que o homem pratica em nome de Deus. É uma demonstração de pleno poder (praticamente divino, que tudo pode, a vida dos homens está em suas mãos), a fim de dominar, subjugar os homens na terra. E o

⁶⁰ Francisco de Lucena foi secretário de Filipe IV, responsável pela cobrança do tributo das Maçarocas, meadas de linho fiado, no Porto. Ocorreu um motim, que constituiu a primeira manifestação antifilipina no período de dominação espanhola. As fiandeiras revoltadas junto ao povo fizeram correr a pedradas o cobrador do imposto.

⁶¹ Em *O penitente* (Camilo Castelo Branco), Teixeira de Pascoaes afirma que “as suas heresias [de Camilo Castelo Branco] denunciam seu temperamento religioso. As almas mais ávidas de Deus são as heréticas ou aflitas, as que se apaixonam, que a paixão é desordeira. Se obedece, é à lei das tempestades” (PASCOAES, 1985, p. 122).

narrador lança a dúvida ao questionar: “aquelle cutelo estava da mão de Deus”, seria Deus um justiceiro? Afinal, “quem é Deus?”, “Onde está Deus?”, “Como Ele age?”, “Se existe, como vê o mundo?”⁶², são questionamentos presentes na obra camiliana. É possível perceber uma perplexidade de Camilo perante o divino e o que o homem faz com isso.

O irônico narrador comenta as contradições da vida. Com o cutelo, que oferecera à Igreja, seria assassinado. Entrevê-se o questionamento: há uma justiça providencial na terra a premiar os bons e a castigar os maus? Fez-se a justiça? Em Camilo, tanto o bem quanto o mal são intrínsecos à natureza humana. Na mundividência camiliana, o homem é feito do mesmo barro, portanto, “somos da frágil argila da humanidade” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 199).

Em uma passagem clássica de *O senhor do paço de Ninães*, o escravo Vasco, ao confessar que cometeu o assassinato de João Esteves Cogominho a seu amo, diz:

– **Matei-o** porque me vinha ele matar – replicou o negro – e matava-me porque o não deixei vender o bocadinho de terra que sua mãe não quis vender, dizendo-me: “Olha se tens cá umas couves para eu comer e mais teu amo”. Isto me disse a sr.^a D. Teresa, quando foi a Lisboa esperar vossa mercê... Ai! não vieram comer as couves daquela terra cheia das minhas lágrimas... Não vieram; mas foi ele, o ladrão das alegrias de meus amos, a vender a casa onde meu senhor me chamara amigo... a mim, o escravo que cuidava ser da família pelo muito que lhe queriam, e pensou que era sua obrigação vingar seus amos... **Remorsos? eu! não os terei nunca... Deus é justo**; o que eu fiz, senhor, se fosse mal feito, já a consciência me gritaria...

– Arrepende-te Vasco! – retorquiu o ermitão – Pede-to agora o amigo por quem ensanguentaste as tuas mãos! Vai confessar teu crime; que estás a poucos passos do juízo de Deus... Eu farei penitencia contigo; resgatarei metade da tua dívida; velarei as noites a chorar à porta da misericórdia divina. Não posso desempenhar-me de outro modo contigo... **És tu escravo, de teu amo?**

– **Sou livre, sr. Rui**, mas escravo sou de vossa mercê.

– Seguir-me-ás a Portugal. Não temas a justiça. Ninguém se lembra de ti nem do morto. Vem; **porque Deus é tão bom para os desgraçados** que o não ofenderam... é tão bom para mim, que me deixará morrer encostado ao seio do único amigo... do teu seio, Vasco!

O negro, tomado de comoção e ao mesmo tempo respeito de escravo, hesitava em obedecer a impulsos da alma. Rui Gomes, porém, estreitando-o ao peito, exclamou:

– **Deus perdoará o teu crime**, alma que tanto me quiseste! (CASTELO BRANCO, 1950, p. 219-220, grifos nossos)

⁶² Em *Agulha em palheiro* (1863), por exemplo, Fernando Gomes, filho de ilustre sapateiro de Lisboa, cursa Leis na Universidade de Coimbra. No tempo de estudante, alista-se no batalhão acadêmico para lutar na Guerra Civil (1832-1834) ao lado das tropas de D. Pedro IV. É condecorado com o hábito da Torre e Espada. Ao fim da guerra, retorna a Coimbra e conclui o curso de Direito. Assim o descreve o narrador: “valente soldado das linhas do Pôrto, e, agora, desvelado e distintíssimo soldado nas lides da inteligência” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 24). Apesar da vitória liberal, teria espaço na sociedade para o filho do sapateiro? Não. Como não consegue um cargo público, vai trabalhar na oficina do pai. Já o Marquês de Tavira tornou-se liberal e assumiu o cargo de Ministro em corte da Europa e, mais tarde, governador dos estados da Índia. Por fim, pai e filho são ridicularizados por desejarem fazer parte do universo intelectual. São as contradições do Liberalismo. Apesar das mudanças, a sociedade continua bem estratificada. E o protagonista questiona: “o mundo tem destes escárnios que fazem vontade de perguntar ao Criador se está contente com a obra que fez” (CASTELO BRANCO, s/d, 169). Como se vê, questiona Deus. Onde está Deus perante o “desconcerto do mundo”? A ideia de Deus aparece como dúvida. Intui o desamparo do homem diante do mundo.

Conforme se nota, Vasco cometeu um crime para “vingar seus amos”. No entanto, afirma: “Deus é justo”, como não o perdoar? E continua: “se fosse mal feito, já a consciência me gritaria...”. Agiu, segundo a sua consciência, corretamente. Logo, não sente remorsos. Vasco se humaniza através do crime, pois, na condição de escravo, estava a nível dos animais. A sociedade o degrada, mas ele se eleva através do assassinato. Então, é o crime que o humaniza. Ele se liberta.

Para Camilo, a violência faz parte da natureza humana. Há quase sempre a tendência de o narrador camiliano acompanhar as personagens e, de certa forma, tentar justificar as suas ações. Na maioria das vezes, nota-se certa compaixão por elas, conforme assinalam Andreia Alves Moreira de Castro (2021) e Sérgio Guimarães de Sousa (2021).

Fica claro, na obra camiliana, que as intrigas, os crimes, a violência são humanos, deixando que o leitor faça seu julgamento. Camilo vive pelo avesso a cultura da moralidade da época.

Por sua vez, D. José de Menezes foi torturado. “Não lhe valeram os privilegios da innocencia, da idade e do valor, diz o conde da Ericeira” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 100). Conseguiu livrar-se das acusações, devido à intervenção da família: Sebastião César, Diogo César e Pedro César de Menezes.

Em meio às lutas, às prisões arbitrárias e aos julgamentos sumários, a guerra segue na fronteira entre Portugal e Espanha. Animados com a tomada de Badajoz, sem autorização de D. João IV, descuidou-se o exército português, sob a liderança do conde de Óbidos. Foram cercados, muitos homens morreram, outros ficaram feridos, o que abalou a confiança dos soldados. O exército português precisou recuar o que causou desonra ao conde. Por fim, tanto o conde quanto o general foram ordenados pelo rei a retornarem a Lisboa e não saírem de suas casas. Foram três anos de prisão domiciliar. Com a perda do prestígio do conde de Obidos, Frei Martinho do Rosário negociava a função de vice-rei da Índia para o irmão, decorrente da vacância do cargo, diante da nova conjuntura política. Tanto na metrópole quanto na colônia o rei foi nomeando portugueses para exercer os altos cargos. E não demorou muito, o pedido foi aceito.

Tendo em vista a nova conjuntura política, D. João IV enviou cartas aos vice-reis nas colônias para dar notícias sobre a Metrópole, comunicando-lhes também que tinha sido aclamado rei, logo as estruturas administrativas passariam por mudanças. Houve plena aceitação do rei na maioria das colônias portuguesas, “á excepção de Ceuta e Tanger e, todas

as possessões portuguesas responderam heroicamente ao grito dos conjurados do 1.º de dezembro de 1640” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 115).

Ao chegar à carta ao Brasil, o vice-rei D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, parente próximo ao conde de Óbidos, reuniu as pessoas mais notáveis na praça do colégio dos padres da Companhia de Jesus e leu a carta aos presentes, “na qual o monarca requeria da lealdade e valor do marquez a prompta obediência dos estados do Brazil ao rei legitimo” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 116). Posteriormente, congregou todos e releu a carta do rei no paço “conclamaram o rei D. João IV” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 116). Em meio às intrigas palacianas, o vice-rei D. Jorge de Mascarenhas foi deposto e regressou a Lisboa. Após alguns meses, é julgado inocente. Porém, não cessa a rede de intrigas, envolvendo também a sua esposa, partidária declarada da Espanha. É novamente preso, fica muito doente e morre no cárcere. D. João IV solicita que liberte o preso, mas já é tarde.

Ao representar tempos tão difíceis, Camilo Castelo Branco revisita nomes importantes da história de Portugal. Talvez para que sejam sempre lembrados ou para que se possa reavivar a chama dos “barões assinalados” de outrora. É possível perceber sentimentos muito próprios dos portugueses, como a tristeza, a saudade dos tempos de glória, a admiração (exaltação) dos heróis na voz do rei D. João IV: “Os de 1640, conde [de Soure]!., que homens aquelles!”. E continua com os olhos cheios de lágrimas:

– Que é de João Rodrigues de Sá? Com que ternura eu vejo ainda o ancião D. Miguel d'Almeida que mandou calar o arcebispo? D. Carlos de Noronha que mostrou á duqueza a janella, por onde ella ia sahir, é morto! D. António Tello que desfechou sobre Miguel de Vasconcellos, onde está? O' conde [Soure], eu não sei onde estão tantos valentes! **Que dias... que dias tão cheios, tão gloriosos aquelles!... Como era grande e sublime ser então rei de Portugal!** como eu me sentia feliz entre as vossas espadas e a beca do meu João Pinto Ribeiro!.. (CASTELO BRANCO 1929, p. 131, grifos nossos)

E os tempos de hoje são de guerras, perfídias, não só contra o adversário estrangeiro, mas entre os próprios portugueses

E hoje!., que desconolação, que receios, que sangue perdido, que extemporânea velhice!.. Tenho cincoenta annos, e gemo sob o gravame da vida... A minha morte está perto! Espero-a sem saudades!., saudades!.. ai! tenho-as d'aquelles dias de 1640!.. Que me não deixem este restante de vida para recordal-os em paz!.. **Sempre guerras, sempre perfídias!.. Guerra com Castella, guerra com a Hollanda, guerra com Roma, guerra com os meus próprios conterrâneos,** a quem eu, a preço da coroa, a preço do seu resgate, me sacrifiquei com minha mulher e meus filhos! Eu... que tão feliz gosava, como esposo. (CASTELO BRANCO 1929, p. 131-132, grifos nossos)

Fica clara a valorização da família, a vida feliz que D. João IV levava, como esposo e pai; já, como rei, são tantos os descontentamentos. As guerras perduraram décadas, como se tem visto. Deixaram o país em ruína, os recursos eram voltados para as batalhas. O ódio entre os próprios portugueses, muitas vezes, estava acima dos interesses da pátria. A aproximação do conde de Soure na corte é apenas por interesses pessoais, quer levar adiante a vingança contra frei D. Diogo César que envolveu o marquês de Montalvão em inúmeras intrigas até ser condenado por crime de lesa-majestade. Através de falsas cartas, o marquês foi condenado e morreu no cárcere, como se sabe.

Da mesma forma, age o conde de Soure para incriminar Sebastião César e Diogo César. Sem o devido processo legal, são presos pelo mesmo crime. D. João IV desconfiava de todos a seu redor. Em vão, Pedro César de Menezes pede à rainha Luisa de Gusmão, “que desde Villa Viçosa se afeiçoára a Sebastião César, e muito grata lhe era pelos generosos sentimentos e sciencia de reinar que insinuára no animo do seu querido e defunto filho D. Theodosio” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 146), para interceder junto ao rei pelo perdão ou pela justiça dos presos. Antes de morrer, o rei concede perdão a vários presos, exceto aos Césares.

Morreu o rei em 6 de dezembro de 1656. Receberam os presos a nova, quando frei Diogo César acabava de receber outra que lhe algum tanto desfalçou o prazer d'aquella: o seu amigo da mocidade Braz Garcia de Mascarenhas tinha morrido oito dias antes, recommendando na hora final a seus sobrinhos que da sua parte dissessem a frei Diogo que elle o ia esperar no reino da paz e da justiça eternas⁶³. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 147, grifos nossos)

Após a morte do rei D. João IV, a rainha Luísa de Gusmão⁶⁴, regente na menoridade de Afonso IV, mandou soltar os Césares. Diante de interpelações dos nobres, afirma que sairiam sob “a confiança de fieis carcereiros” (CASTELO BRANCO, 1929, p. 148). Descontentes, agora se voltam contra a família Bragança. Diante do novo contexto histórico-social, Filipe IV considerou o fim do obstáculo para retomar Portugal. Sendo assim, aumentou

⁶³ Nessa passagem, o narrador permite-nos pensar nos posicionamentos do próprio Camilo Castelo Branco que, por vezes, levanta a dúvida da existência de Deus perante as mazelas do mundo. E o “poético” Braz Garcia de Mascarenhas, apropriando-se da caracterização de Castilho, afirma que espera o amigo [Diogo César] “no reino da paz e da justiça eternas”. Talvez encontre a paz e a justiça no reino do Céu. Está presente, na obra camiliana, a concepção de mundo cristã.

⁶⁴ Como aponta o historiador Albert-Alain Bourdon, ao contrário do que se pensava, a rainha Luísa de Gusmão, “embora espanhola, a rainha-mãe, que se encarregou da regência do reino durante a menoridade e, posteriormente, a doença de Afonso VI, impulsionou a reorganização da defesa contra a Espanha, pois a paz dos Pirinéus oferecia de novo a esta a oportunidade de atacar Portugal” (BOURDON, 2015, p. 62). Portugal ainda viveu um longo período de guerra, mas, em nenhum momento, deixou de lutar pela consolidação (e reconhecimento) da independência, apesar do acirramento do conflito após 1659.

o efetivo na fronteira entre os países e intensificou a guerra. É preciso considerar o fim da participação da Espanha na Guerra dos Trinta Anos (1648) e a proximidade do final da Guerra Franco-Espanhola (1659), sendo mais viável, a partir de então, os esforços se voltarem para Portugal.

Em contrapartida, o conde de Soure solicita à rainha providências para a defesa de Lisboa, além de recursos (humanos e financeiros) para a proteção da fronteira. Nem sempre os pedidos são atendidos, por vezes, a liberação dependia dos Césares que ocupavam cargos estratégicos. Nesse ínterim, o conde sofre uma tentativa de assassinato, a rainha exige uma investigação rigorosa, mas nunca se verificou a origem do crime. Devido aos obstáculos para organizar a defesa do reino, considerados ultrajantes, confronta a rainha e é exonerado da função, retornando à corte no período de reinado do rei Afonso VI (1662-1667).

O conde de Soure recolhera-se á obscuridade e ás angustias surdas de uma afronta imerecida. Os Mascarenhas, porém, cogitavam na desaffronta, embora ella acarretasse, com a desgraça do conde de S. Lourenço, muitas vidas e até quem sabe se a independência de Portugal, sacrificada ao rancor de duas familias! (CASTELO BRANCO, 1929, p. 154)

Em meio à Guerra da Restauração, a rainha Luísa de Gusmão busca conciliar as forças políticas internas, conter as extravagâncias do príncipe Afonso, bem como os possíveis conflitos entre os irmãos.

Em 1662, tinha o príncipe dezanove annos, e quatorze o infante. Affonso acamaradára-se com caracteres ignóbeis, sócios de suas devassidões, próprias de homem, é isso verdade; perdoáveis, talvez, em moço vesado a dispor de seu alvedrio e illimitados meios; todavia, feias e escandalosas n'um príncipe para quem já se estava bordando a purpura e cravejando a coroa das pedras de João I e de D. Manoel.

A rainha consternada, querendo salvar o infante do péssimo exemplo e da perigosa inimidade de seu irmão, deu-lhe casa á parte. Um dos gentis homens nomeado para a camara do infante foi o conde de Soure, presidente do conselho ultramarino e conselheiro de guerra. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 171)

Ao assumir o trono, D. Afonso VI revelou um desregramento do seu comportamento, dos sentidos que o levou a ser incapaz de assumir as responsabilidades que o poder monárquico demanda. Diante da conjuntura, a rainha confiou o poder a Castelo Melhor que, por razões políticas, procurou casar o soberano com uma princesa francesa, D. Maria Francisca Isabel de Saboia.

N'este anno de 1666, chegou a Lisboa D. Maria Francisca Izabel de Saboya, princeza de Nemours, destinada esposa de el-rei. O infante D. Pedro, com grande

comitiva de fidalgos, foi a bordo beijar-lhe a mão. **Diz um historiador que o infante “era robusto e bizarro no corpo, e de côr de cigano” e acrescenta: “esta primeira vista foi a causa de todas as desordens que depois succederam; sendo que a perfídia de tirar ao rei o reino já estava pactuada”.** De modo que os pérfidos estribavam o seu plano na robustez, bizarria, e bronzeado bohemio do infante. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 191, grifos nossos)

Ao chegar à corte, D. Maria Francisca Isabel de Saboia percebeu o desequilíbrio psíquico do marido que lhe impuseram. Começa a se articular para anular o casamento. Aproveita a ambição do infante D. Pedro que tem interesse em ocupar o trono. Ele consegue tornar o irmão Afonso VI incapaz e se torna regente até a sua morte.

D. Pedro II fez com que D. Afonso VI fosse deposto, tendo abdicado em 23 de novembro de 1667. D. Pedro II foi reconhecido pelas Cortes como príncipe herdeiro e regente. No ano seguinte, em 24 de março de 1668 era pronunciada a nulidade do casamento da rainha pelo tribunal de Roma, ficando livre para casar-se com o cunhado. Já D. Afonso VI fica preso em Angra, na ilha Terceira, até 1674, e depois no castelo de Sintra até a sua morte.

A santa sé, que recusara as graças espirituaes e confirmação dos bispos a D. João IV, á rainha D. Luiza de Gusmão, e ao rei Affonso VI, foi liberalissima com D. Pedro II. Que muito, se Clemente X lhe dera dispensa para poder casar com a mulher de seu irmão, roubado, preso e expulso?! O conde do Prado viera de Roma com aquelles bens, trinta annos almejados. A sua entrada em Lisboa seria simplesmente um triumpho enorme, se não fosse um delirio nacional. As almas já tinham um ceu mais ou menos hypothetico; os virtuosos podiam morrer, na certeza de não baixarem ao inferno; os hypocritas e os perversos podiam contar com uma eternidade menos má, graças ás indulgências e á bulla da santa cruzada. Pedro II tinha dado ao seu paiz não só um edificante exemplo de vida morigerada, que também um chuveiro de graças, um Jordão torrencial de aguas lustraes em que os peccadores podiam lavar as nódoas, certamente indeléveis, em quanto não viesse o sabão de Roma. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 209)

Como se nota no fragmento, há uma crítica à Igreja Católica que não reconheceu a independência portuguesa (nos reinados de D. João IV, D. Luísa de Gusmão e D. Afonso VI), causando problemas de governabilidade, tendo em vista que Portugal é um país católico. Uma parte da sociedade reivindicou não só a “confirmação dos bispos”, mas também “as graças espirituais” do Papa. Os mais devotos revoltaram-se contra a Revolução de 1640, pois excluía as bênçãos divinas, o que era importante, decorrente do poder da Igreja sobre questões divinas e sociais. Por fim, Roma reconhece a independência na regência de D. Pedro II que interditou D. Afonso IV e assumiu o trono. É importante observar que o fim da Guerra da Restauração foi um fator decisivo para as negociações retornarem em Roma. Além disso, a Santa Sé anulou o casamento de D. Afonso VI, e D. Pedro casou-se com a cunhada, D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Por fim, as intrigas políticas e amorosas (aristocráticas) em diálogo.

É comum na obra camiliana nos depararmos com acentuadas críticas (quase sempre através da ironia) ao Estado, à Igreja e à sociedade, enfim, ao velho Portugal (do Antigo Regime) e ao novo Portugal (do Liberalismo). O Antigo Regime domina a cena no romance histórico que, por vezes, é atravessado pelos valores contemporâneos. Contudo, muitas questões levantadas são atemporais, referentes aos princípios fundamentais à existência humana. Diante de questões humanas, a intervenção, para remediar os conflitos, também pode ser humana. Por exemplo, o ódio entre as famílias (Césares e Mascarenhas) foi apaziguado através do casamento das gerações seguintes.

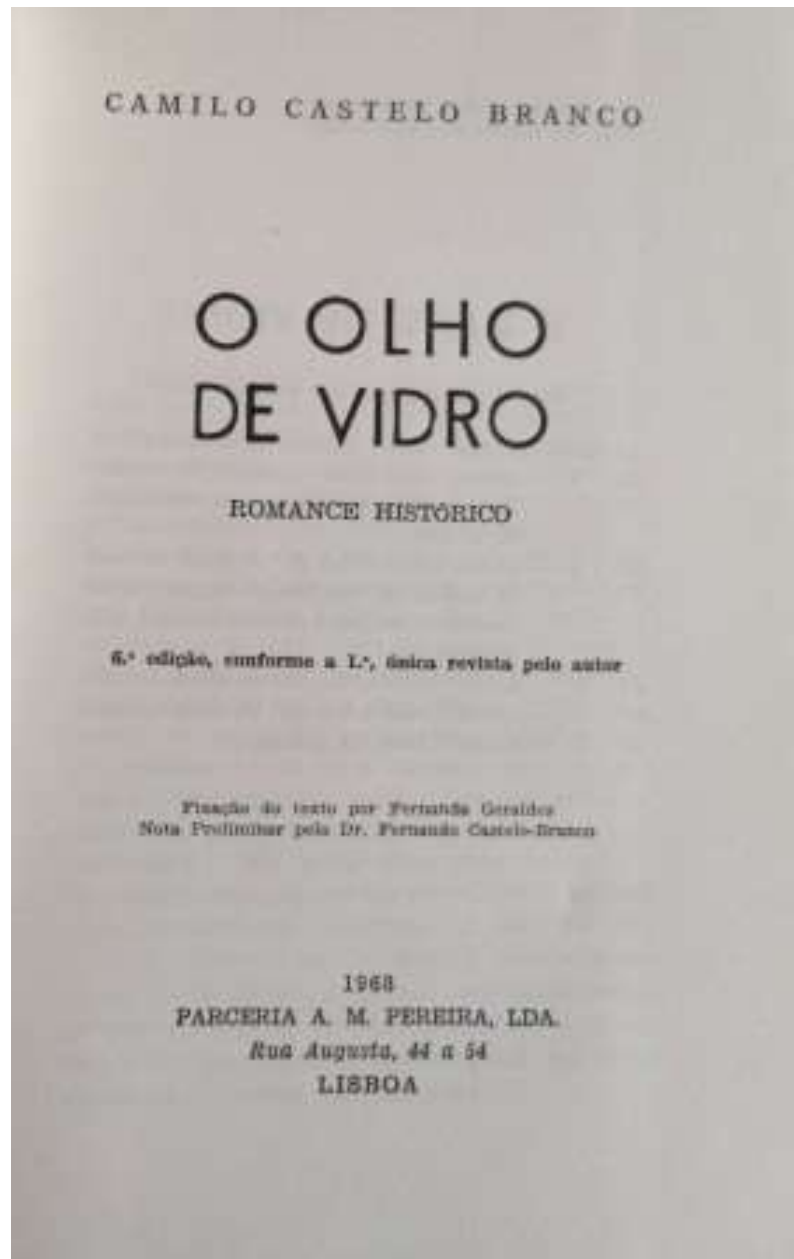
Os ódios da família de Mascarenhas e Césares terminaram em outubro de 1728, depois d'um século de luta: um filho de Luiz César, chamado Vasco Fernandes César de Menezes, depois de ter sido nomeado conde de Sabugosa, casou um filho, também Luiz, com D. Anna de Mascarenhas, filha mais velha do conde meirinho-mór, D. Fernão Martins Mascarenhas, e irmã do terceiro conde de Óbidos D. Manoel Mascarenhas. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 247)

Portanto, Camilo Castelo Branco revisita um período da história portuguesa em que muitas lutas (nos campos dos afetos, sociopolíticos, religiosos) foram travadas, e o que ficou de tudo isso? Que o ódio, o desejo de vingança e a ambição pelo poder são inerentes à natureza humana, mas o homem precisa buscar possíveis saídas para (con)viver em sociedade. Por outro lado, o amor, em sentido amplo, pode proporcionar a tranquilidade, a paz e a felicidade.

E, no desenlace, o narrador propõe ironicamente aos leitores que confrontem o tempo passado e o presente, e digam: qual seria o melhor?

Para mim é de fé que este livrinho não vai a mãos de ss. exc.^{as} Todavia, se por eventual sorte desta livralhada futil, lá chegar isto, ousou pedir-lhes, das profundezas da minha humildade, que confrontem o período da luta de seus avós, aliás gigantes, com a paz e quietação doméstica de ss. exc.^{as} – n'este período tão malsinado de corrupto; e digam – a mim não, mas às suas consciências – qual das duas epochas é melhor. (CASTELO BRANCO, 1929, p. 247-248)

A reflexão proposta por Camilo Castelo Branco, com a pena da galhofa, possibilita ao leitor a discussão de questões que persistem na sociedade através de formas diversas: preconceito, privilégios da Igreja Católica e da Nobreza, desvios de conduta dos religiosos e dos nobres, disputas de poder que levam à degradação social. E o que fazer perante isso? Cabe ao leitor encontrar uma resposta? Ou manter viva a pergunta?

Figura 10 – Folha de rosto d'*O olho de vidro*

Fonte: CASTELO BRANCO, 1968.

3 DRAMAS ÍNTIMOS E O DISCURSO HISTÓRICO EM *O OLHO DE VIDRO*

Pois está Deus nestas carniçarias?

*Camilo Castelo Branco*⁶⁵

É necessário que os preconceitos sejam derrotados uma vez por outra, a ver se alguma hora surge aí deste atascadeiro, melhor geração, que traga ao mundo a ideia de Deus com bondade.

*Camilo Castelo Branco*⁶⁶

MARIA – Que Deus é esse que está neste altar, e quer roubar o pai e a mãe a sua filha? (*Para os circunstantes*) [...] – Mãe, mãe, tu não hás-de morrer sem mim... Pai, dá cá um pano da tua mortalha... dá cá, eu quero morrer antes que ele venha. (*Encolhendo-se no hábito do pai*). Quero-me esconder aqui, antes que venha esse homem do outro mundo dizer-me na minha cara e na tua – aqui diante de toda esta gente: Essa filha é filha do crime e do pecado!...

*Almeida Garrett*⁶⁷

Ao percorrer as páginas de um romance de Camilo Castelo Branco, observa-se a História inscrita direta ou indiretamente, assim como o entrelaçamento dos enredos passional e histórico. Jacinto do Prado Coelho, em obra clássica, *Introdução ao estudo da novela camiliana*, afirma que “o novelista entrelaça a verdade histórica com a fantasia, adaptando os factos averiguados e as personagens que realmente existiram tanto às conveniências duma novela passional como às coordenadas ético-metafísicas duma determinada visão do mundo” (COELHO, 1983, v. 2, p. 57). Já Helena Carvalhão Buescu, em “A construção romântica da Literatura Portuguesa”, traz outra perspectiva para a leitura da obra camiliana. Afirma que a história está presente também no espaço privado, no âmbito familiar, repleto de conflitos.

Nele [Camilo Castelo Branco], encontramos assim outra forma de encarar e praticar a ficção histórica: não se trata nem de usar a história individual para chegar ao grande fresco histórico; nem de utilizar o enquadramento da História para o dissolver na intriga pessoal. Mas de mostrar como História e personalidade se contaminam de forma tão intensa e inextricável que é impossível olhar para uma sem detectar a outra; a História faz-se assim dos desencontros e violências

⁶⁵ CASTELO BRANCO, Camilo. *O olho de vidro*. 6. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1968. p. 190.

⁶⁶ CASTELO BRANCO, Camilo. *O olho de vidro*. 6. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1968. p. 199.

⁶⁷ GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa*. Introdução Ofélia Paiva Monteiro. Porto: Civilização, 1999. p. 125-126.

domésticos, como dos que o palco social manifesta na cena política mais vasta. (BUESCU, 2023, p. 20)

É inegável que a família vai exercer um papel central na narrativa camiliana, abarcando questões que a envolvem, tais como: casamento, maternidade e maternagem, filhos legítimos e ilegítimos, herança, além do próprio sistema patriarcal, que, de algum modo, também enforma as demais relações sociais.

As fronteiras entre o público e o privado são bastante tênues. Onde começa um e termina o outro se somos norteados pelos valores (re)construídos socialmente? Talvez se possa dizer que, na obra camiliana, as fronteiras se (des)constroem de acordo com as circunstâncias em que os fatos acontecem. A história individual está intimamente ligada à coletiva.

Em *O olho de vidro*, por exemplo, a saga de Brás Luís de Abreu problematiza a perseguição ao povo judeu. Michelle Perrot, em *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, reflete sobre a questão.

A família, “mão invisível” do funcionamento social, “deus oculto” da economia, às vezes conspiradora no próprio interior da democracia política, situa-se nas fronteiras indefinidas do público e do privado. O limite que os separa faz-se sinuoso na família, variando segundo os tempos, os lugares e os ambientes, da mesma forma como ela serpenteia pela casa. Teríamos que erguer esse cenário para entender a intensidade dos movimentos que lhe dão vida, dos conflitos que a dilaceram, das paixões que a percorrem. (PERROT, 2020a, p. 103)

Ao longo da trajetória do protagonista de *O olho de vidro*, veem-se diferentes representações de família, cada uma com características próprias decorrentes dos meios social e cultural. É difícil pensá-la afastada do espaço público. Em Camilo Castelo Branco, como afirma Helena Buescu, “o universo familiar é, assim, a primeira e talvez mais clara fundação do social, um espaço supostamente privado onde os poderes públicos se exprimem e as descoincidência de objectivos e reivindicações se erguem” (BUESCU, 2023, p. 20).

O autor utiliza a biografia do célebre médico [Brás Luís de Abreu] do *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, conforme aponta no prólogo da primeira edição, como fonte para construir sua narrativa. Aceita o convite do biógrafo do autor de *Portugal médico*, conforme registra na abertura do romance:

O eminente bibliógrafo e meu prezado amigo Inocêncio Francisco da Silva, historiando em breves linhas a vida quase obscura de Brás Luís de Abreu, conclui com estas palavras: *Se algum dos nossos romancistas actuais se resolvesse a tratar o assunto, afigura-se-me que a vida deste nosso médico, com os curiosíssimos incidentes que ficam apontados, lhe dariam sobeja matéria para a fábrica de uma*

composição, onde mediante a lição dos escritos, que nos restam de Brás Luís, poderiam fundir-se hàbilmente espécies mui interessantes para daí resultar obra de cunho verdadeiramente nacional. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 5, grifos do autor)

Camilo Castelo Branco publicou *O olho de vidro* originalmente em folhetim no *Jornal do Comércio*, entre 24 de março e 10 de agosto de 1866, sendo do mesmo ano a edição em livro por Campos Júnior. Isso era comum acontecer nos romances de Camilo publicados nesse diário lisbonense (CABRAL, 1988, p. 459).

O olho de vidro situa-se entre o final do século XVII e a metade do século XVIII, de 1692 a 1756, quando morre o protagonista, Brás Luís de Abreu. Há dois acontecimentos marcantes em torno do desfecho: o terremoto ocorrido em Lisboa em 1755 e o momento em que o marquês de Pombal acaba com os autos de fé em Portugal, apesar de não ter extinguido oficialmente a Inquisição, o que só ocorreria após a Revolução Liberal, em 1821. A Inquisição é a base para a narrativa histórica. Nela, se questiona o posicionamento da Igreja Católica, que persegue, julga e sentencia os cristãos-novos em nome de Deus:

O garrote e a fogueira eram indispensáveis à caridade e misericórdia do Senhor; mas que montava isso? *Morrer é natureza*; morrer em colchão flácido ou em cama de brasas vivas é uma e a mesma coisa: é natureza; mas o importante ali para o caso já não era o ir-se um homem deste mundo ao outro por efeito dum feroz homicídio: a questão era segurar a vida eterna, e essa estava arranjada, logo que os relapsos, à última hora, se entendessem com Deus uno e trino. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 61, grifos do autor)

No fragmento acima, vê-se a ironia do narrador camiliano ao problematizar a questão da morte vista como natural em qualquer circunstância, pois levará à vida eterna. Para os inquisidores, o relevante era que os “relapsos”⁶⁸, cujo destino era a fogueira, confessassem o erro de que eram acusados e pedissem perdão pelos seus pecados, neste caso, pelas práticas judaicas, antes da execução da sentença. Como afirma Maria de Lourdes A. Ferrão, “a ironia revela sobretudo uma visão crítica do mundo” (FERRAZ, 1987, p. 17), que se encontra no decorrer da narrativa. Sabe-se que o objetivo da Inquisição não era só religioso, mas abrangia outras esferas: econômica, política e social. Tais ações dilaceraram famílias e contribuem para o

⁶⁸ Um auto de fé era uma cerimônia durante a qual eram tornadas públicas as sentenças do tribunal da Inquisição. Era iniciado com um sermão, eram lidas as sentenças e, a seguir, os réus eram expostos para pedir perdão pelos crimes acusados sem direito à defesa. Apresentavam-se na ordem crescente dos delitos. Primeiro iam os **penitentes**, os réus que se salvaram da fogueira. Em sua vestimenta, havia uma pintura de uma chama de cabeça para baixo. Seguiam-se os **relapsos**, os réus condenados à fogueira. A pintura era uma chama de ponta para cima. Por último, iam os **hereges**, os réus que não aceitaram a salvação de suas almas ou que, por conta da gravidade de seus crimes, não receberam o perdão. Em suas vestes, havia ilustrações de chamas, serpentes, demônios. O ato público se encerrava nas chamas da fogueira. E os espectadores vibravam.

afastamento de certa ideia de Deus, misericordioso e bondoso, também com larga presença em algumas vozes do iluminismo.

Não é possível perceber a intenção de Camilo Castelo Branco em reconstituir uma época, ou seja, a “cor local”, segundo a concepção clássica de romance histórico. O que se observa é um questionamento da história portuguesa. A narrativa histórica camiliana, portanto, não se apresenta ao leitor como um painel fidedigno de um tempo, nem como um modo de falar do presente através de um episódio do passado, tão comum na literatura do século XIX, como, por exemplo, parece ser o caso de *O arco de Sant’Anna*, de Almeida Garrett. Camilo traz a história trágica da terra, dos homens e das mulheres que nela vivem. É, acima de tudo, a história das pessoas com os conflitos próprios à natureza humana. Enfim, “os seus romances são povoados e neles circula, vive, fala, age *gente viva*. São pessoas que vivem nas suas paixões e nas suas desgraças, cumprindo seus fados” (CHAVES, 1979, p. 54, grifos do autor).

Em *O olho de vidro*, a partir da vida do médico português Brás Luís de Abreu, reflete-se sobre a história da Inquisição, assim como sobre o papel da Igreja Católica na sociedade portuguesa. Filho de pai judeu e de mãe católica, ambos obrigados a deixar Portugal devido à perseguição do Santo Ofício, o menino Brás passa a ser criado por uma família judia até os cinco anos. Depois fica sob os cuidados de um hebreu abastado de Vila Flor. Os frades do Colégio de São Paulo o acolhem até a juventude, quando escolhe ingressar no curso de medicina. Anos mais tarde, constitui a sua própria família marcada pela tragicidade.

Não se pode deixar de mencionar o diálogo existente entre *O olho de vidro* (1866) e *Frei Luís de Sousa* (1843). Alguns críticos já apontaram as possíveis ligações entre essas obras de Camilo Castelo Branco e de Almeida Garrett. Por exemplo, Jacinto do Prado Coelho afirmou: “No que tange à componente romanesca, havia um mistério na biografia de Brás Luís a acicatar a imaginação: ele e sua mulher, de comum acordo, decidiram separar-se e professar. Vendo neste lance um caso semelhante ao do *Frei Luís de Sousa*, e inspirando-se na peça de Garrett” (COELHO, 1983, v. 2, p. 34). Devido à perseguição que os pais de Brás sofreram, as suas identidades foram apagadas para que o filho não tivesse o mesmo destino. Este seguiu outros caminhos, mas o desfecho trágico se dá pelo desconhecimento dos fatos, assim como no teatro garrettiano.

Frei Luís de Sousa gira em torno da trágica vida familiar de Manuel de Sousa Coutinho (Frei Luís de Sousa). Depois de esperar por sete anos pela volta de seu marido, D. João de Portugal, que acompanhara o rei D. Sebastião em África, D. Madalena casa-se com o fidalgo Manuel de Sousa Coutinho. Da união, nasce Maria de Noronha. Inesperadamente, o

marido desaparecido regressa de Jerusalém como Romeiro. Assim que é revelada a sua identidade, torna-se ilegítimo o casamento, e Maria, “filha do crime e do pecado” (GARRETT, 1999, Acto III, Cena XI, p. 126). O casal sente-se em pecado e vê o ingresso na vida religiosa como uma forma de expiar o erro. Durante a cerimônia de iniciação, a filha entra na igreja, bradando contra a religião e a sociedade: “Esperai: aqui não morre ninguém sem mim. Que quereis fazer? Que cerimónias são estas? Que Deus é esse que está nesse altar, e quer roubar o pai e a mãe a sua filha?” (GARRETT, 1999, Acto III, Cena XI, p. 125). A sensível menina vem a morrer aos pés dos pais. Maria resgatará com a morte a culpa, ainda que involuntária, da mãe. É o sentido da expiação que vem acrescentar-se ao sentido, também cristão, do pecado e do remorso. A morte abre as portas de uma outra vida, não segundo a carne, mas o espírito. Mas tanto em Garrett como em Camilo ecoa a pergunta “que Deus é esse que deixa morrer um inocente?”.

Ao longo do romance, são deixadas pistas que evidenciam o diálogo entre as obras citadas, nem sempre com sentidos semelhantes, conforme veremos a seguir. Todavia, é o viés trágico que as aproxima através do drama íntimo vivido pelas personagens e, por conseguinte, da necessidade de expiação de seus erros.

3.1 “Funestíssimos amores”, pelos caminhos possíveis

Quebra-se o silêncio. Tem início a narrativa com duas aldrabadas na porta de Francisco Luís de Abreu, estudante do segundo ano de medicina na Universidade de Coimbra. Cria-se uma expectativa sobre quem poderia ser já em noite avançada, num ambiente de mistério acerca da visita inesperada.

– Quem é? – perguntou o estudante, apertando as asas nasais, com ingrato desprezo das boninas da sua rua. – Quem é o vadio?
 – Sou eu! – respondeu quem quer que era, abrindo pequeno respiráculo por sobre o ferragoulo, que lhe envolvia todo o rosto.
 – Tu!... – exclamou Abreu em alvoroço. – Vou abrir! Pois és tu?!
 Algum motivo misterioso tinha o académico para descer às escuras a precipitosa escada, contando as escaleiras e raspando com o pé cauteloso sobre cada degrau. Aberta a porta, recebeu nos braços com ardente veemência o interruptor de seus estudos, e tão alheado ficou das suas considerações terapêuticas sobre a pele de cobra, que nem já os olhos de caranguejo lhe lembravam.
 – Tu aqui, António de Sá! – tornou Francisco. – Eu fazia-te na Índia!... (CASTELO BRANCO, 1968, p. 7-8)

Conforme foi mencionado, ao longo do romance, há várias referências ao *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett. De modo sutil, o diálogo acima já nos remete à cena clássica da chegada do romeiro à casa de D. Madalena de Vilhena.

JORGE e o ROMEIRO, *que seguiu Madalena com os olhos, e está alçado no meio da casa com aspecto severo e tremendo*

JORGE – Romeiro, romeiro! quem és tu?

ROMEIRO (*apontando com o bordão para o retrato de D. João de Portugal*) – Ninguém. (GARRETT, 1999, Acto II, Cena XV, p. 101)

Às vezes, fica a impressão de ser uma abertura despretensiosa, mas, quando se trata do autor de *Amor de perdição*, é preciso desconfiar. Já traz indícios do possível destino trágico dos heróis quando revisita a “tragédia nova”.

Na passagem de *O olho de vidro* citada, tem-se um viajante disfarçado para não ser reconhecido. Quando é identificado, Francisco Luís de Abreu fica contente, ao saber que o amigo está vivo, acreditava que estivesse na Índia, pois está sendo procurado incessantemente pelo Santo Ofício em Portugal. Conta que se encontra escondido há “um ano quase sem ar, nem sol, passado de terrores...” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 8), assim são os dias de tantos “cativos” no próprio país. Já, na cena de *Frei Luís de Sousa* referida, D. Madalena de Vilhena desespera-se por saber que o primeiro marido está vivo após sobreviver como prisioneiro por vinte anos em África.

Na abertura do romance, como se observa, são apresentados dois personagens significativos para a trama. Francisco Luís de Abreu e António de Sá são contemporâneos de universidade, dedicados à medicina, mas os laços que os unem vão além dos estudos científicos. Vinculam-se pelos fortes laços familiares, que a distância foi incapaz de dissolver, tendo em vista um conceito amplo de família, conforme afirma Michelle Perrot:

Triunfante nas doutrinas e nos discursos em que todos, dos conservadores aos liberais e até aos libertários, a louvam como célula da ordem viva, a família, na verdade, é muito mais caótica e heterogênea. A família nuclear emerge penosamente de sistemas de parentescos mais amplos e persistentes, que apresentam múltiplas formas de acordo com as cidades e as áreas rurais, as regiões e as tradições, os meios sociais e culturais. (PERROT, 2020, p. 78)

Em todas as épocas, existiram diferentes composições familiares, tendo uma como paradigma, de acordo com os valores vigentes, apesar de todos os grupos integrarem o corpo social, por vezes, não tão bem aceitos. O protagonista Brás Luís de Abreu será responsável

pelo vínculo familiar entre os condiscípulos. É filho natural de António de Sá Mourão e de Maria Cabral, que, quando precisam fugir de Portugal, deixam a criança com Francisco Luís de Abreu, que o tem como filho de coração. Maria e António, assim como:

Teresa e Simão, de *Amor de perdição*, não são apenas os heróis de um amor tão intenso que o mundo não o pode conter. Eles são também os heróis históricos dos pequenos / grandes combates que o microcosmos familiar encena, e onde a História social se manifesta [...]. (BUESCU, 2023, p. 19)

Maria Cabral, de família nobre, católica, “filha única de pai rico e feroz” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 10), conhece António de Sá Mourão quando ele passava férias na casa de seus tios em Bragança. Já António, de família burguesa, cristão-novo, estudante de medicina, entusiasta da ciência e de futuro promissor, que antevia ao se formar, tornando-se médico do rei. Os caminhos do coração o levam a outros rumos.

A jovem Maria, em idade de se casar, sabe que não tardaria para seu pai escolher um noivo. Apaixona-se por António e busca um meio, através do diálogo, para concretizar a união. Pede-lhe que vá conversar com seu pai. Sem esperanças, o estudante vai à casa de Fernão Cabral, morgado de Carrazedo, pedir a mão da sua filha. O fidalgo ouviu-o em pé, sem nenhuma demonstração de cordialidade, dando a conhecer na sequência que já estava tomada a decisão.

António obteve esta resposta: “**Olhe para estes retratos** – e apontou para uma dúzia de figuras pendentes das paredes – **olhe para estes retratos**, e veja se aí está algum com a estrela vermelha das seis pontas cosida sobre a garnacha ou sobre arnês – dito isto, apontou-me a porta da escada” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 12-13, grifos nossos). À medida que a ação transcorre, a intertextualidade com *Frei Luís de Sousa*, de Garrett, se torna mais evidente. Isso se nota no reconhecimento de D. João de Portugal.

JORGE – Homem, acabou.

ROMEIRO – Agora acabo: sofri, que ele também sofreu muito. – Aqui estão as suas palavras: «Ide a D. Madalena de Vilhena, e dizei-lhe que um homem que muito bem lhe quis... aqui está vivo... por seu mal... e daqui não pode sair nem mandar-lhe novas suas de há vinte anos que o trouxeram cativo».

MADALENA (*na maior ansiedade*) – Deus tenha misericórdia de mim! E esse homem, esse homem... Jesus! esse homem era... esse homem tinha sido... levaram-no aí de donde?... de África?

ROMEIRO – Levaram.

MADALENA – Cativo?...

ROMEIRO – Sim.

MADALENA – Português?... cativo da batalha de...?

ROMEIRO – De Alcácer Quibir.

MADALENA (*espavorida*) – Meu Deus, meu Deus! Que se não abre a terra debaixo dos meus pés?... Que não caem estas paredes, que me não sepultam já aqui?

JORGE – Calai-vos, D. Madalena: a misericórdia de Deus é infinita; esperai. Eu duvido, eu não creio... estas não são coisas para se crerem de leve. (*Reflecte, e logo como por uma ideia que lhe acudiu de repente*) Oh! Inspiração divina... (*Chegando ao romeiro*) Conheceis bem esse homem, romeiro: não é assim?

ROMEIRO – Como a mim mesmo.

JORGE – Se o víreis... ainda que fora noutros trajes... com menos anos – pintado, digamos, – conhecê-lo-eis?

ROMEIRO – Como se me visse a mim mesmo num espelho.

JORGE – Procurai nestes retratos, e dizei-me se algum deles pode ser.

ROMEIRO (*sem procurar, e apontando logo para o retrato de D. João*) – É aquele.

MADALENA (*com um grito espantoso*) – Minha filha, minha filha, minha filha!... (*Em tom cavo e profundo*) Estou... estás... perdidas, desonradas... infames! (*Com outro grito do coração*) Oh minha filha, minha filha!... (*Foge espavorida e neste gritar*). (GARRETT, 1999, Acto II, Cena XIV, p. 99-100)

Ao apontar para o retrato, confirma-se a identidade de D. João de Portugal, logo o casamento D. Madalena e Manuel de Sousa se torna ilegítimo perante a sociedade. Ela sente a vida de sua família estilhaçar. E não escapa de seu próprio julgamento, sente-se culpada, considera-se em pecado, assim como a sua filha. O casal decide ingressar na vida religiosa a fim de expiar seus erros mesmo sem culpa, como afirma Helena Buescu: “no one is to blame, and yet everyone feels guilty” (BUESCU, 2009, p. 607). O que impede, portanto, a felicidade conjugal é o erro, que se assemelha ao adultério.

Em *O olho de vidro*, o obstáculo para o enlace matrimonial é o preconceito religioso, bem como o social e o econômico. Apesar de convertidos, os judeus eram estigmatizados e estavam sempre sob suspeita. O morgado de Carrazedo usa, como justificativa, para a desaprovação de um possível compromisso entre os jovens, a antiga doutrina religiosa de António, tendo em vista que era um cristão-novo, logo, oficialmente, fora convertido ao cristianismo. Todavia, como se sabe, muitos judeus foram coagidos a renegar a sua fé, por diversos fatores, entre eles: medidas governamentais, pressão da sociedade, medo de hostilidade e de expulsão do país. Assim se converteram, nem sempre por vontade própria. Apesar da pressão, uma parte dos judeus convertidos continuava a cultuar Javé secretamente.

Na parede, estão as gerações da família. Ao mostrá-las, reafirma-se a descendência nobre, “um dos primeiros fidalgos de Trás-os-Montes. O solar dos Cabrais de Carrazedo é um dos mais antigos de Portugal” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 136). Sem dúvida, ao apresentar a linhagem da família, evidencia-se também um conflito entre classes. “Se a escolha de uma menina abaixo da condição social do noivo podia ser vista com certa condescendência, já o inverso era menos aceitável ou mesmo impeditivo” (SANTANA; LOURENÇO, 2011, p. 255).

Tendo em vista que o tempo da diegese situa-se entre os séculos XVII e XVIII, a possibilidade de escolha do noivo era difícil de ser aceita, já que o casamento era um acordo entre famílias de mesma classe social. A sociedade alicerçada no modelo patriarcal tornava impossível conceder o poder de decisão a uma mulher. Não se pode esquecer de que Maria Cabral era morgada de Carrazedo, logo os interesses econômicos também estavam em jogo.

O casamento é uma negociação, conduzida pelos parentes (as tias casamenteiras), pelos amigos, pelos próximos (o padre), e todos os seus fatores devem ser avaliados. [...]

Mas as estratégias matrimoniais se diversificam e se tornam complexas. O dinheiro assume formas variadas: móveis, imóveis, negócios e “esperanças”. Outros elementos entram em linha de conta: o nome, a consideração, a “situação” (as profissões liberais gozam de grande estima), a “classe” e a beleza fazem parte dos termos de troca. (PERROT, 2020b, p. 124)

Dentro da sociedade patriarcal, o poder de decisão é do pai. A mãe de Maria Cabral já era falecida, porém, mesmo que fosse viva e sensível às inclinações da filha, não poderia interceder, tampouco decidir.

Em vários momentos, fica claro que os usos e costumes do século XIX atravessam o enredo d’ *O olho de vidro*. Por exemplo, naquele tempo, os casamentos eram negociados sem possibilidade de diálogo com os mais jovens. Para muitas mulheres, o caminho possível, quando se chegava à juventude, era o matrimônio:

O curso dos anos de uma vida é dividido em duas etapas por um acontecimento central, o casamento. Ele funda a continuidade social e familiar. O tempo privado, portanto, compreende um “antes” e um “depois”, e os acontecimentos que o pontuam são desigualmente repartidos entre os dois períodos. (MARTIN-FUGIER, 2020, p. 216)

O casamento é o divisor de águas na vida do ser humano, em especial, na da mulher. Toda a educação feminina da época era voltada para o enlace matrimonial e para os futuros papéis de esposa e mãe. As classes mais abastadas contratavam preceptoras para ministrar as

lições em domicílio. As jovens aprendiam línguas estrangeiras modernas, principalmente inglês e francês, bordado, além de artes do entretenimento, sobretudo piano para as recepções em sociedade, como descreve Michelle Perrot (2019). Já as que não queriam se casar poderiam ir para o convento se o pai estivesse de acordo, ou, em último caso, poderiam fugir, com graves consequências pela desonra à família.

Fernão Cabral visa negociar o casamento da filha com um fidalgo de Viseu. Não aceitaria um genro abaixo de sua classe social. Ao saber que seu pai se ausentou por alguns dias a fim de arranjar seu casamento, Maria foge de casa com ajuda de sua criada. Como a jovem costumava passar muitas horas reclusa em seu quarto, os criados não sentiram logo a sua falta. Ela procura por António de Sá na casa dos pais dele, que tentam convencê-la a retornar à casa paterna em vão. Como o estudante não se encontra ali, segue com um criado da família até as montanhas onde ele se refugiara, para abrandar a saudade, “numa casa agreste e erma na quebrada da Serra da Estrela” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 13), antigo esconderijo de seus avós quando sofreram perseguição religiosa na época do reinado de D. Manuel I (1495-1521)⁶⁹. Os conflitos entre judeus e católicos vêm de longa data. Como era esperado, o morgado de Carrzedo o denuncia de praticar o judaísmo ao Santo Ofício. As denúncias, em muitos casos decorrentes de vingança, eram aceitas quase sempre sem grandes investigações.

O aristocrata simboliza o patriarcado. Nesta sociedade, prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais à margem. Em hipótese alguma, o pai pensa na felicidade da filha ou aceita suas escolhas. Pelo contrário, age com extrema violência em sua captura. A lei em vigor, ressalte-se, ratifica os poderes do pai. As Ordenações Filipinas (promulgadas por D. Filipe II, em 1602, ratificadas por D. João IV em 1643), no livro cinco, Título XIV – Do Infiel, que dorme com alguma Christã, e do Christão que dorme com Infiel –, em vigor em Portugal até a aprovação do Código Civil no século XIX, em 1867, estabelecem:

Qualquer Christão, que tiver ajuntamento carnal com alguma Moura, ou com qualquer outra Infiel; ou Christã com Mouro, ou Judeu, ou com qualquer outro Infiel **morra** por isso, e esta mesma pena haverá o Infiel. (CÓDIGO FILIPINO, OU,

⁶⁹ Após assumir o trono, cedendo à pressão dos Reis Católicos, D. Manuel I (1495-1521) ordenou, em 1496, a expulsão dos judeus, marcada para o final de outubro de 1497 (BOURDON, 2015, p. 56). Todavia, por questões econômicas, o rei autorizou batismos em massa, impostos pela força. Caso os judeus não quisessem se batizar, teriam que sair do país no prazo de dez meses, sob pena de confisco dos bens e condenação à morte. Além disso, proibiu qualquer discriminação entre cristão-velho e cristão-novo, o que não se efetivou. Por causas religiosas, sociais e, sem dúvida, econômicas, em 1536, foi instituída por D. João III (1521-1557) uma Inquisição de Estado.

ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTUGAL, Livro V, Título XIV, 1602, p. 1164, grifo nosso)

Conforme se vê, a sentença é a morte. A pena de morte em Portugal só tem fim após a Revolução de 1820. O casamento entre duas famílias aristocráticas era um meio de perpetuar, além de ampliar o patrimônio. Fernão Cabral, por ser o morgado de Carrazedo, era único herdeiro do conjunto de bens da família, chamado de “vínculo”, assim como sua filha. No regime de morgadio, os bens eram herdados pelo primogênito e não poderiam ser alienados, uma forma de perpetuação do poder econômico. Portanto, a família “como rede de pessoas e conjunto de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido. A família é um fluxo de propriedades que depende primeiramente da lei” (PERROT, 2020a, p. 91).

Apesar de todos os recursos, o morgado não consegue encontrá-los, e volta a perseguição aos amigos, por exemplo, Francisco Luís de Abreu, por também ser cristão-novo, e à família de António de Sá que é presa e tem seus bens inventariados para que entrasse no sequestro feito a bens de judeus. Após dez meses de masmorra na Guarda, seus pais e irmãos saíram livres, “sob a bandeira misericordiosa dos dignatários da Sé” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 21). E o ódio do fidalgo aumenta, convocando novas diligências à procura dos foragidos. Como se vê, “a família não é apenas patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. Cerra fileiras contra o estranho que lhe faz uma ofensa” (PERROT, 2020c, p. 250). A família, representada pela figura do pai, não admite tal desonra. A reprovação da sociedade é muito maior quando se trata de ações praticadas por mulheres: a fuga de casa, relações fora do consentimento dos pais e do casamento, filhos ilegítimos. O peso moral é demasiado, elas carregam a culpa e a vergonha.

Fernão Cabral quer vingar a sua honra, um meio viável foi deserdar a filha. “Este fidalgo deserudara a filha, porque as leis lho facultavam, e nomeara herdeiros os filhos de uma sua irmã, que ele odiava, por ter se casado com um capitão de cavalos menos fidalgo do que ela” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 122). De acordo com as leis vigentes, o pai tinha direito de deserdar a filha e de transferir o vínculo a parentes, por exemplo, nestes casos:

E se alguma filha, antes de ter vinte e cinco annos, dormir com algum homem, ou se casar sem mandado de seu pai, ou de sua mãe, não tendo pai, por esse mesmo feito será desherdada e excluída de todos os bens e fazenda do pai ou mãe, posto que não seja por elles deserdada expressamente.

[...] poderá o pai ou mãe, que forem Catholicos christãos, desherdar livremente os filhos hereges que perfeitamente não crerem em nossa Santa Fé Catholica, desviando-se do que tem e crê a Santa Madre Igreja. (ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTUGAL, Livro IV, Título LXXXVIII, 1602, p. 927-934)

As ordenações e leis concedem plenos poderes ao pai ou, em determinadas situações, a um homem representante da família. Por sua vez, quando se trata de herança, a mãe também pode deserdar os filhos. O morgado deserda a filha, mas não a encontra apesar da perseguição incansável. Maria fica grávida e tem um menino, tornando mais difícil a saída do casal de Portugal, conforme tinha planejado. Inicia-se a saga do pequeno Brás. Então, António decide procurar o amigo, Francisco Luís de Abreu, para saber se poderia ficar com seu filho até o momento de o buscar para restituir a sua felicidade. Decidem deixá-lo com o amigo de António, Francisco Luís de Abreu, contemporâneo de universidade, que aceita acolher o recém-nascido e já o tem como filho de coração. Diz Francisco ao amigo: “Não lhe direi o teu nome de pai, sem que tu lho possas dar. Ninguém saberá que é teu filho, sem que tu possas dizê-lo ao mundo” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 18). Nunca mais retorna para dizê-lo. Assim, a vida do protagonista vai sendo construída repleta de lacunas. Os anos se passam, e o menino ganha o sobrenome: Luís de Abreu. E a história de sua vida vai sendo tecida a sombrios fios.

No fatídico dia, Francisco Luís Abreu “Contemplou a formosura da pecadora, e a formosura do inocente nos braços dela. Saudou-os, chorando, e tomou a criancinha muito aconchegada do seio” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 19). Agora Maria Cabral seria a representação de Maria Madalena por ousar transgredir os códigos morais? Há uma sobreposição de imagens ao longo da narrativa: Maria, mãe e pecadora. A fidalga carregava no peito a esperança de revê-lo em breve, o que não acontece, vindo a encontrá-lo anos mais tarde, quando procura cuidados médicos, sem saber que era seu filho. A heroína traz uma força interior e uma capacidade de resistência perante os obstáculos que se interpõem. Assim, a linhagem do pequeno Brás é apagada. Aos poucos, o sentimento de culpa dilacera a vida de Maria que se questiona:

– E o nosso filhinho?... – dizia ela em gemidos, que pareciam um arrancar da vida. E ele cobria o rosto com as mãos, arquejava, engolia as lágrimas e não respondia.
 – Que mal fizemos em deixar a criancinha! – voltava ela, cruzando os braços sobre os seios, que lhe doíam entumecidos do leite. – **Que ruim mãe eu fui!**... Meu Deus, perdoai-me que eu somente agora considero a grandeza do meu crime!
 – Não chores assim! – atalhava o atribulado moço. – Pois como andarias tu fugitiva com um filhinho de três semanas! Ó Maria... (CASTELO BRANCO, 1968, p. 23, grifos nossos)

Portanto, à mulher cabem determinados papéis voltados à vida privada, aos valores morais, à obediência, à renúncia, à submissão ao pai. A legislação corrobora tais práticas e quem as desobedece recebe penas severas, entre elas, a própria morte. As consideradas transgressões não são punidas apenas pelo Estado e/ou Igreja Católica, plena de poder, mas também pelo sujeito que se culpabiliza.

3.2 “Nau portuguesa destinada às Índias”, a saga dos judeus

Francisco Luís de Abreu forma-se em medicina. O jovem médico casa-se com Francisca de Rodrigues Oliveira, filha de abastados judeus de Ourém. Não tiveram filhos, mas ela cuidava com amor do pequeno Brás a quem o menino chamava de mãe: “jubilava de lhe ouvir aquele doce nome de mãe, e toda se estremecia de maternal ternura chamando-lhe seu filho” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 24). Dizia ao marido “nosso filho gerado no coração” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 25). É uma entrega tão plena que desvela seu drama íntimo: o desejo de ser mãe. Evidencia-se a maternagem no comportamento de Francisca, ela estabelece laços afetivos, protege e cuida da criança. Amar, cuidar, proteger, ensinar são ações para além da maternidade. Com a chegada da notícia da suposta morte de Maria Cabral e António de Sá, o doutor fica mais à vontade para que o possível órfão o chame de pai. As relações cotidianas entre pais e filhos, a família nuclear, variam conforme os meios sociais e culturais, as tradições religiosas etc. Nessa família burguesa judia, veem-se as manifestações de afeto; diferentemente da família nobre católica de Fernão Cabral:

A [família] do Antigo Regime está longe de ser afetuosa: para todos que a compõem, e pouco importa a posição de cada um, é um lugar de dominação, de divisão autoritária de tarefas. A estrita disciplina do chefe de família assegura a coesão indispensável à salvaguarda do patrimônio e da honra familiar; as solidariedades imperiosas não prendem os indivíduos. (CASTAN, 2020, p. 403)

No entanto, a felicidade da família dura pouco, e, segundo o narrador, se esvai o sentimento paterno diante da iminente diligência do Santo Ofício: “Alvorçado com a pavorosa nova, o doutor quis logo sair da pátria” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 32). A vigilância da Igreja volta-se para a sua família após um parente, Fernão Vaz de Lucena, ser condenado à prisão perpétua, quando uma carta de seu tio Pedro Lopes, que fugiu para Damasco, foi parar nas mãos dos inquisidores.

Francisco de Abreu procurava disfarçar seu credo, ia à igreja com frequência, demonstrava piedade em público, assim como a sua esposa, mas tais práticas não foram suficientes para que sua família não fosse vigiada. Apesar das demonstrações de suposta fé, a Inquisição cada vez mais desconfiava do doutor, que tratava de transferir seus bens para o estrangeiro. E o menino Brás de apenas cinco anos tornou-se um obstáculo. O medo o domina. Pensando em se salvar, procura um abastado amigo de Vila Flor para ficar com o “orfãozinho”. Já Francisca de Oliveira **“queria muito à criança; mas não era bem o querer e amar maternal: faltava-lhe aquele sentir-se viver, estremecer e morrer nas artérias do filho.** Então, lhe seria a ela bom de compreender que somente é mãe aquela que sentiu as dores da maternidade” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 36, grifos nossos).

Diante da possibilidade de abandonar o pequeno Brás, o narrador afirma que não era amor maternal o que sentia Francisca de Oliveira, já que não era mãe biológica. A obra traz à luz a questão da maternidade, processo pelo qual uma mulher se torna mãe, sendo baseada no laço sanguíneo que une uma mãe ao seu filho. Seria a condição para o amor maternal? Durante muito tempo, ser mãe foi o principal papel da mulher ou, pelo menos, assim era visto. A mulher casada que não tivesse filhos não era vista da mesma forma, rompia com paradigma vigente. E o narrador intruso se faz presente, posiciona-se: interpreta, julga e/ou condena determinados comportamentos das personagens. Observa-se que isso ocorre com frequência quando Brás se encontra em situação de desamparo, de fragilidade.

Questionam-se: o que fazer com Brás? Decidem, então, entregá-lo a Francisco de Morais Taveira, mercador, natural de Vila Flor, abastado amigo. Francisco Luís de Abreu não quer deixá-lo na casa de seus parentes para não os sacrificar. Diante da resposta afirmativa do rico hebreu, os conflitos interiores da mãe adotiva se intensificam, Francisca pede ao marido para que não o deixe, o doutor se inquieta ou aparenta para confortar a esposa. O menino sente a angústia no rosto da única mãe que conhecera. A vigilância se intensifica, mas conseguem fugir de Portugal em nau com destino à Holanda⁷⁰, “o paraíso terreal dos perseguidos hebreus” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 109). Escolheram uma rota menos vigiada. E “o pequenino Brás, que dormia à hora em que eles partiram, e nem acordou ao cair-lhe nas faces as lágrimas dos seus benfeitores” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 38).

⁷⁰ De acordo com Albert-Alain Bourdon, “Os cristãos-novos (judeus convertidos ao cristianismo) viviam permanentemente sob suspeita e a Inquisição acusou uma grande parte de continuar em segredo os seus ritos e práticas. Presentes em grande número no comércio e no artesanato, alguns regressaram ao judaísmo, tendo-se refugiado de início na Turquia e em seguida nos Países Baixos (Antuérpia e depois em Amesterdão) onde constituíram o essencial da ‘nação’ portuguesa” (BOURDON, 2015, p. 53).

Ao amanhecer, ele pergunta pela mãe, chora em silêncio ao saber da viagem. É interessante observar o estado do herói. Ele dorme no momento da despedida, assim como a sociedade que parece não estar consciente dos trágicos acontecimentos. Chama a atenção a nau que levará o casal de judeus, perseguidos pelo Santo Ofício. Outrora levava “os Barões assinalados”. É inegável, nessa passagem, o diálogo com as Grandes Navegações. A imagem de Portugal como um cais de partida, de desalento para quem fica e para quem parte. Os inquisidores não os conseguem capturar, mas realizaram uma cerimônia simbólica para queimá-los em efígie num auto de fé em Coimbra, em 1699.

Brás é recebido com muito amor pela família de Francisco Morais Taveira. Em pouco tempo, suas memórias do antigo lar vão sendo sobrepostas, ficando “brevíssima tristeza de saudade” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 39). Experimenta, em tão tenra idade, um sentimento que os portugueses partilham, “essa inexplicável mistura de sofrimento e de doçura a que chamam saudade” (LOURENÇO, 1999, p. 59). Heitor Dias da Paz, filho único do hebreu, ensina-lhe as primeiras letras para que possa iniciar seus estudos e, quem sabe, ingressar na universidade. É matriculado no Colégio de São Paulo onde desconfiam de sua fé católica, devido à sua ignorância em doutrina cristã. Passa por longos interrogatórios, mas consegue permanecer na escola.

Falece a mãe dos meninos, Heitor e Brás. Em decorrência da morte da esposa, Francisco fica muito debilitado e vai para Coimbra ficar sob cuidados dos filhos. Diante da proximidade da morte, o que não ocorre neste momento, recusa receber o sacramento da extrema-unção, atitude considerada gravíssima pelos padres, que levará a família à morte. De repente, Heitor, ao entrar na universidade, é levado ao cárcere da Inquisição, acusado de práticas judaicas que não nega. Muitos judeus, como um ato de resistência, não negaram a sua fé mesmo tendo ciência de que a sentença seria a mais grave, por exemplo: queimados vivos na fogueira em sessão pública. Esteve preso entre 10 de janeiro de 1704 até 12 de setembro de 1706. É condenado à fogueira e seus bens confiscados. Seu pai se suicida antes da execução da sentença do filho.

Heitor Dias reparou naquele velho que os arcabuzeiros afastavam a repelões. Fitou-o com horrível estremecimento; ia a proferir uma palavra, e sufocou-a. Debalde. O grito do coração já tinha ecoado no seio do ancião, que exclamou:
– Adeus, meu filho! Adeus, meu filho, eu vou antes de ti avisar a tua mãe que por instantes estarás connosco no seio de Abraão!
E, ao proferir a última palavra, sorveu de um vidro um trago de peçonha, ao qual se seguiram medonhas convulsões. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 66)

Após a prisão de Heitor, apaga-se a última chama da vida de Francisco Morais Taveira. Não suporta a dor da perda do filho nas condições mais horrendas possíveis. Além disso, culpa-se por não ter aceitado a extrema-unção, o que provocou a ira dos religiosos, levando o filho à prisão, por conseguinte, à morte. Tempos atrás, Francisco Luís de Abreu tinha aconselhado seu amigo hebreu a não trazer seu filho da Holanda, onde estudava Humanidades com seus tios, para estudar medicina em Coimbra: “como vítima amarrada para o açougue, o pobre rapaz que lá fora vivia sem receio da polé e da fogueira” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 29). Segue a cerimônia do auto de fé de Heitor Dias da Paz.

Abrira-se em ondas de luz o céu da manhã daquele dia de setembro de 1706. Dobraram os sinos de S. Domingos. Apuseram-se os folheiros cavalos das reais cavalariações às berlindas cosidas em ouro. As variegadas librés dos áulicos e ministros enfileiravam-se processionalmente depós os coches do filho de D. João IV. Ia grande movimento e alvoroço nos mosteiros. Serpejavam enoveladas as multidões que desciam da cidade alta para o escampado do Rossio. O tanger dos sinos era de morte; mas o dia era de festa, festa da igreja triunfante, festa d'um auto da fé. D. Pedro II e seus filhos apearam no alpendre do templo de S. Domingos; e em meio de filas de fidalgos, de frades, de desembargadores, caminharam mesuradamente por entre as naves, até se assentarem na sua alterosa tribuna, a tudo sobranceira, salvo à tribuna dos inquisidores, que era a primaz naquele espectáculo satânico da piedade. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 46-47)

É visível a ironia camiliana. Tocam os sinos anunciando as mortes, e será um dia de festa para as pessoas que vão à praça do Rossio celebrar tão trágico acontecimento. O narrador evoca a imagem da serpente: “Serpejavam enoveladas as multidões que desciam da cidade alta para o escampado do Rossio”, rumo ao espetáculo na expectativa do golpe fatal. No imaginário cultural cristão, ela simboliza o mal, a morte e a escuridão, como se a própria sociedade estivesse “enfeitada”, envolvida nas trevas. Vê-se que todo o corpo social apoia tais práticas. Por outro lado, a voz do narrador é quem descortina as atrocidades cometidas em nome da “suposta” fé cristã.

Iniciavam-se os autos de fé pela manhã com um sermão, exaltando a fé católica e condenando as heresias. Segue-se a leitura das sentenças, por ordem crescente de gravidade, sem que o acusado tenha direito à defesa. Por fim, executa-se a sentença. Aconteciam em praças públicas ou outros locais bastante frequentados, tendo como público representantes das autoridades eclesiástica e civil, bem como da nobreza. Era uma cerimônia muito suntuosa, uma exibição do poderio dos inquisidores. Ao mesmo tempo, era uma festa popular, anual e dispendiosa.

O leitor que veio tarde a este mundo para poder gozar o espectáculo de um auto de fé, pode ser que não faça cabal juízo da peça chamada o discurso da festa, e entenda

que vem aqui oportuno o ensejo de se lhe dar alguma notícia do sermão de 1706 [...].
(CASTELO BRANCO, 1968, p. 57)

Vale ressaltar os recursos retóricos que o escritor utiliza para dinamizar os núcleos dramáticos. Por exemplo, mantém um diálogo com o leitor, que imagina diante de si ou do que escreve, dirigindo-lhe suas reflexões, levando-o a uma cerimônia de um auto de fé no século XVIII.

Figura 11 – Auto de fé no Terreiro do Paço (Lisboa, 1682)



Fonte: PAIVA, 2000, p. 125.

Eis a sentença de Heitor Dias da Paz:

O escrivão, que estivera autoando a sentença, ergueu-se e disse ao condenado:

– Ajoelhai para ouvir a sentença.

– Ouvi-la-ei em pé – respondeu Heitor.

– Leia – disse o presidente ao escrivão.

O escrivão leu o seguinte:

“Acordam em relação, etc. Vista a sentença junta dos inquisidores, ordinário, e deputados da inquisição, e como por ela se mostra o réu preso, Heitor Dias da Paz ser herege apóstata da nossa santa fé católica, convencido no crime de judaísmo, e por tal relaxado à justiça secular⁷¹, e sendo perguntado neste senado persistir no seu erro, e declarar que não cria em nossa santa fé católica, senão na lei de Moisés; o que assim visto, e disposição de direito em tal caso, condenam ao réu que com baraço e pregão pelas ruas públicas e costumadas seja levado à ribeira desta cidade, e aí **seja levantado em um poste alto, e queimado vivo, e feito por fogo em pó, de maneira que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória;** e o

⁷¹ Vale a pena mencionar que “relaxado à justiça secular” era aquele condenado à morte. Entregue aos carrascos da Coroa. O Estado secular procedia às execuções como punição a uma ofensa herética, após a condenação pelo tribunal religioso.

condenam outrossim em perdimento dos seus bens para o fisco e câmara real, posto que ascendentes ou descendentes tenha, os quais declaram por incapazes, inábeis, e infames na forma de direito e ordenação. E pague as custas destes autos. Lisboa, 12 de setembro de 1706". (CASTELO BRANCO, 1968, p. 65-66, grifos nossos)

Através da leitura da sentença, observa-se que Heitor não negou a sua fé, aceitou dignamente a sentença mais grave destinada aos considerados hereges. Na saga dos judeus, observa-se uma crítica à alegada superioridade imposta pela Igreja Católica às outras religiões, à intolerância religiosa, enfim, à violência física e psíquica aos que não se submetem ao poder vigente. Por fim, a tentativa de apagamento da memória do povo judaico, simbolizada pela destruição através do fogo.

3.3 “Um quadro perfeito de felicidade terreal”, pelos caminhos da (des)ventura

Mais uma vez, a família de Brás é estilhaçada, e ele ficará sob os cuidados dos frades do Colégio de São Paulo que o consideram “ótimo estudante, e alma nova para se deixar fecundar em proveito da santa religião” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 44). Por longo tempo, o estudante não tem informações sobre seu irmão de coração e, ao recebê-las, chora muito. Dizem-lhe que “Heitor Dias da Paz se estava purificando de pecados gravíssimos, para remédio dos quais lhe acudira a vigilância misericordiosa do santo tribunal da inquisição” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 45). A ironia do narrador novamente está aqui.

Brás, quando jovem, decide não ingressar na vida religiosa, desapontando os frades que, apesar disso, não o abandonam. Vai para a Universidade de Coimbra cursar medicina. Forma-se e atua como médico em várias cidades do país até fixar residência em Aveiro. Casa-se com D. Josefa Maria de Castro, filha de uma paciente em estado terminal, e tem oito filhos, um falece antes de completar dois meses. Seria “um quadro perfeito de felicidade terreal: cinco filhas e dois filhos vivos e robustos” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 99), se não fossem irmãos. D. Antónia da Piedade (Maria Cabral), no leito de morte, abençoa esta união: “Eu vos abençôo, meus filhos” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 96). Tão trágico é, mas eles não sabiam. Vê-se, na família, a chave da felicidade individual. E quando se desconstrói, o que resta? O infortúnio? Para o autor de *Amor de perdição*, a família é marcada pelas tragédias cotidianas.

Como se observa, a dimensão trágica está presente na obra camiliana. Em *O olho de vidro*, se antevê através do diálogo com *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett.

Deteve-se silencioso largo espaço o hebreu. Estava aquele aflitíssimo homem perguntando à sua consciência, se não seria mais grato a Deus e à humanidade que um peregrino vindo de além-mar não entrasse um dia aos paços de Manuel de Sousa Coutinho a dizer a D. Madalena de Vilhena que não podia ser mulher do homem que lhe chamava esposa! Se não seria mais humano e santo que aquele peregrino passasse por diante da casa dos felizes, e dissesse: “Deixai-vos viver e morrer ditosos na nossa ignorância! Não serei eu quem vá vestir-vos a mortalha, e dizer-vos: sepultai-vos!” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 160)

Tanto no romance camiliano quanto na peça de teatro de Garrett, podemos identificar o fenômeno trágico, como peripécia e reconhecimento. De acordo com Aristóteles,

Peripécia é a alteração das ações, em sentido contrário, como dissemos; e essa inversão deve acontecer, repetimos, segundo a verossimilhança ou a necessidade. [...]

O reconhecimento, indica-o a própria palavra, é a passagem do desconhecimento ao conhecimento; tal passagem é feita para amizade ou ódio dos personagens, destinados à ventura ou ao infortúnio.

O mais belo dos reconhecimentos é o que se dá ao mesmo tempo que uma peripécia, como sucedeu no *Édipo*. (ARISTÓTELES, 2004, p. 49)

É inegável a presença dos elementos da tragédia nas obras mencionadas. O trágico está na sociedade “funebremente cristã”, que muda, mas não muda. Está no homem que, apesar das mudanças sociais, permanece feito do mesmo barro. E no reconhecimento: se os peregrinos não tivessem revelado que o esposo de D. Madalena de Vilhena ainda vivia e que Brás Luís de Abreu se casou com a própria irmã, outros seriam os destinos. Embora não tenham culpa, expiam-na.

Em *O olho de vidro*, o herói da saga camiliana não consegue conviver com peso da culpa ao descobrir que vive uma relação incestuosa; então, decide enclausurar toda a família como expiação dos “seus pecados”. As mulheres sentem, como nunca, a imensa dor de existir. Assim se vai apagando a chama da vida de cada uma:

É necessário que os preconceitos sejam derrotados uma vez por outra, a ver se alguma hora surge aí deste atascadeiro **melhor geração, que traga ao mundo a ideia de Deus com bondade**. Coitadinhas! Possam elas chegar onde lhes digam: “Vivei, gozai sem remorsos”. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 199, grifos nossos)

Embora Brás Luís de Abreu esteja num primeiro plano na narrativa, no centro dos acontecimentos, a tragicidade é mais intensa para os demais membros da família, os filhos sequer sabem o porquê e qual crime expiam. D. Josefa de Abreu e três filhas morrem por

consequência da clausura. A mãe não escolheu estar ali para se penitenciar, tampouco enclausurar os filhos; o marido é quem decide o destino da família, mas também ela não tem forças interiores para lutar contra o mundo constituído. Ao entrar no Convento de São Bernardino, “deixou-se rasgar desde o íntimo da alma por um grito, mais desesperado, mais blasfemo que invocativo da divina graça” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 166). Como se vê, a figura da mãe está muito ligada à dimensão trágica. Por outro lado, as meninas romperam um grande choro, mas foram advertidas pela Diretora do Recolhimento “aqui nesta casa são permitidos os prantos da penitência, e só esses, senhoras!” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 167). Portanto, a reclusão e o silenciamento as foram deteriorando física e psicologicamente, levando-as à morte.

Já as duas filhas caçulas, Antónia Maria e Sebastiana Inácia, rasgaram as mortalhas e fugiram do convento com jovens militares que, a pedido da mãe dos rapazes, “uma santa matrona” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 211), vão a Roma solicitar a anulação dos votos das freiras para se casarem. “A justiça, quando tal soube, quis gritar; mas os Chamorros, Matosos e Marreiros amordaçaram-na” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 210-211). A influência que a família dos cadetes de cavalaria exercia contribuiu para a decisão favorável. A senhora preocupa-se com a moral das moças, “duas libertinas esposas do Espírito Santo” (CASTELO BRANCO, 1968, p. 211), segundo o irônico narrador, então, elas ficam sob a sua guarda até o retorno dos rapazes.

A fidalga adoecera com todos os sintomas de próxima morte.

– Chamei-vos, disse ela, para que me assistais ao enterro. Depois, ireis. Agora, jurai sobre estas Horas que cumprireis a minha vontade quanto a estas meninas. Depois de me haverdes sepultado, ireis para Roma, e, obtida a anulação dos votos delas, casareis.

Juraram e cumpriram. A anulação dos votos foi prolongada com inquéritos de testemunhas no convento de S. Bernardino. O padre Brás não favoreceu nem contraditou a anulação.

Ao cabo, porém, de três anos, Antónia e Sebastiana receberam as bênçãos nupciais em Roma. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 212)

As jovens acusam o pai de ser o responsável pela morte da mãe e das irmãs, nutrem um profundo ódio por ele e não o procuram mais. Antónia e Sebastiana não aceitam o estado de coisas que se lhes impõem, não sentem culpa. Talvez, por desconhecerem os fatos, queiram construir suas próprias histórias. Elas representam a esperança em novos tempos:

Detiveram-se em Roma até 1750. Em 1751 já estavam em Portugal. Não procuraram o pai, porque lhes era odioso o homem, que as atirara com sua mãe e irmãs, vivas, novas e formosas, ao sepulcro de um convento, e lhes dera como flagelos a convivência de freiras que enfeitavam a sua estupidez com as lantejoulas da

hipocrisia, ou da refinadíssima protérvia de intolerantes. Odiavam por isso o pai, e o luto, que vestiram por ele, não tinha nódoa de uma lágrima. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 212)

Os filhos escolhem seguir na Ordem Religiosa. Pedro de Abreu torna-se dominicano, e Agostinho de Abreu, jesuíta, uma das vítimas do terremoto em Lisboa, em 1755:

Em 1755, foi aquele memorando terramoto de Lisboa. O padre Agostinho de Abreu, da Companhia de Jesus, ia de Santo Antão para S. Roque, ao começar o tremor. Passava diante de uma casa que se estava derruindo, ouviu os clamores de dentro, entrou herdicamente para arrancar uma velha debaixo da couceira de uma porta, e ficou esmagado debaixo do tecto abatido. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 208)

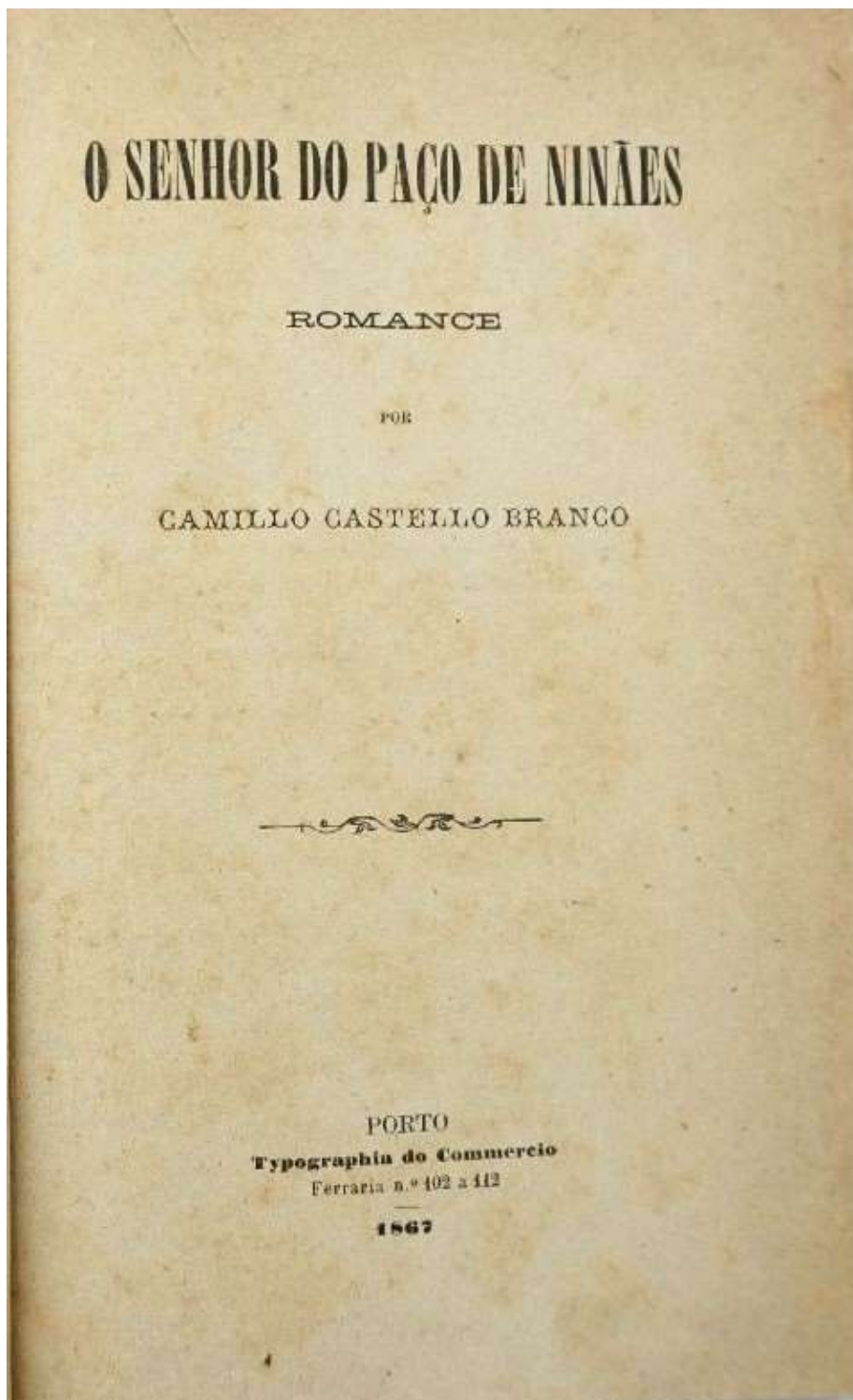
Pedro de Abreu lamenta-se pelo marquês de Pombal ter acabado com o auto de fé sem ter tido o prazer de apreciá-lo naquele grandioso espetáculo. O sarcasmo do narrador é evidente:

Fr. Pedro de Abreu, o frade dominicano, chegou a ser qualificador do santo ofício; mas, como quer que o marquês de Pombal apagasse a última lavareda do santo ofício com o corpo de Gabriel Malagrida, fr. Pedro acabou sem assistir a um auto de fé espectacular, como tinham sido os da triunfal igreja, quando os relaxados perfumavam a atmosfera com os aromas dos ossos torrados. (CASTELO BRANCO, 1968, p. 213)

Provocou polémica a condenação de Gabriel Malagrida (1689-1761) pelo tribunal do Santo Ofício, arquitetada pelo marquês de Pombal. Era um padre jesuíta italiano, tendo sido missionário no Brasil e pregador em Lisboa, veio a ser condenado, no âmbito do processo dos Távoras,⁷² à prisão. Por fim, foi denunciado pelo primeiro-ministro por heresia. Foi garrotado e queimado na fogueira no auto de fé, realizado na praça do Rossio, em 21 de setembro de 1761. Foi o último réu da Inquisição a sofrer a pena de morte em Portugal.

⁷² O “Processo dos Távoras” refere-se à alegada tentativa de assassinato do rei D. José I em 1758 no qual a família Távora, entre outras Casas, é acusada de alta traição e de regicídio e condenada à execução pública em Belém. Não há consenso entre os historiadores portugueses sobre a veracidade dos fatos. Sabe-se, portanto, que as famílias nobres condenadas eram opositoras do marquês de Pombal, cessou a oposição e a nobreza foi dominada. Quanto ao padre Gabriel Malagrida, era confessor da marquesa Leonor de Távora, além de pertencer à Ordem dos jesuítas e ter tido outras divergências com o poderoso ministro, tais como: escreveu um opúsculo, “Juízo da verdadeira causa do Terramoto”, defendendo que o terremoto ocorrido em Lisboa, em 1755, era um castigo divino, marquês de Pombal, anteriormente, divulgou nota afirmando ter sido causas naturais; é acusado, no “Processo dos Távoras”, de colaborar na tentativa de regicídio, sendo preso; por fim, na prisão, o jesuíta é acometido de visões e aparições, tornou-se alvo da Inquisição que já era controlada pelo nobre. Sendo assim, é condenado por heresia.

Ao escrever um romance baseado na história da vida do médico Brás Luís de Abreu, que tem a sua identidade apagada, decorrente do longo período de perseguição aos judeus em Portugal, Camilo Castelo Branco problematiza questões atemporais, tais como: os preconceitos religioso e social, a religião, a intolerância, a ganância e a sede de poder das classes mais abastadas que condena a sociedade ao obscurantismo. Para além disso, traz à cena os dramas humanos mais íntimos nos embates com os valores constituídos.

Figura 12 – Folha de rosto da 1.^a edição d'*O senhor do paço de Ninães*

Fonte: CASTELO BRANCO, 1867.

4 UMA VIAGEM PELOS CAMINHOS DO CORAÇÃO E DA HISTÓRIA EM *O SENHOR DO PAÇO DE NINÃES*

Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?

*Luís de Camões*⁷³

No mar tanta tormenta, e tanto dano,
tantas vezes a morte aprecebida,
na terra tanta guerra tanto engano,
tanta necessidade avorrecida.
Onde pode acolher-se um fraco humano,
onde terá segura a curta vida,
que não se arme e se indigne o Céu sereno
contra um bicho da terra tão pequeno?

*Luís de Camões*⁷⁴

É tão presente no imaginário cultural português o tema das Grandes Navegações, com seus desdobramentos, que Camilo Castelo Branco também vai contribuir com uma leitura crítica acerca do acontecimento histórico no romance *O senhor do paço de Ninães* (1867), tendo como protagonista o fidalgo Rui Gomes de Azevedo.

Camilo Castelo Branco publicou *O senhor do paço de Ninães* originalmente em folhetim, no jornal *O Comércio do Porto*, entre 22 de setembro e 20 de novembro de 1867, sendo do mesmo ano a edição em livro (CABRAL, 1988, p. 595).

⁷³ CAMÕES, Luís. *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*. Prefácio e selecção de textos de Eugénio Andrade. Lisboa: Moraes Editores, 1977. p. 35.

⁷⁴ CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000. p. 237.

Gregory McNab, em “Camilo e a problematização do romance histórico”, defende que os romances históricos de Castelo Branco devem ser lidos “mais como obras que problematizam a elaboração do romance histórico do que como textos cuja consonância com fontes primárias autoritativas estaríamos, de outro modo, obrigados sempre a medir” (McNAB, 1993, p. 168). Segundo o crítico, observa-se uma contestação ao impulso totalizante do romance histórico da época. Isso se nota na escassez de “cor local”; na presença de “lacunas explicativas” e na utilização das fontes.

Ao longo da pesquisa, evidenciou-se o diálogo entre os enredos passional e histórico. Sendo assim, *O senhor do paço de Ninães* junta-se a outros romances de forma singular. Quanto ao enredo passional, destaca-se o amor infeliz de Rui Gomes de Azevedo por sua prima Leonor Correia Lacerda; por outro lado, no que tange ao histórico, vê-se uma problematização de questões pertinentes à Expansão Marítima portuguesa, tais como: a expedição do rei D. Sebastião ao Norte da África; a batalha de Alcácer-Quibir (1578); o problema dos reféns de Alcácer-Quibir; a disputa pela sucessão ao trono após o desaparecimento do rei; a corrupção e a violência no Oriente.

Nota-se, por fim, uma construção subjetiva do passado em que se constata escassez da “cor local”, característica relevante do romance histórico do século XIX em Portugal. Corroborando Castelo Branco Chaves, “Minudências históricas, ‘cor local’ – em vão se hão-de procurar nos romances históricos de Camilo. Tampouco atmosfera social e correspondência entre os personagens, na sua maneira de sentir e pensar, e a época em que o romancista os coloca” (CHAVES, 1979, p. 54). Busca-se dar veracidade à história através das fontes utilizadas, apesar das lacunas preenchidas pela imaginação do autor.

4.1 “Estamos no Minho, o leitor e eu”, amores (in)condicionais

Existem diferentes modos de contar histórias. Camilo Castelo Branco explora as inesgotáveis possibilidades, chama (e prende) a atenção desde as primeiras páginas. Tanto nos romances chamados de temática contemporânea quanto nos romances históricos possui estilo próprio. Fialho de Almeida, em *Figuras de destaque*, afirma que “ele [Camilo] pertence à escola do génio, que não faz obras-primas com receitas” (ALMEIDA, 1969, p. 85). De fato, se pensarmos, em especial, nos romances históricos, os seus diferem da concepção clássica do gênero, bem como das obras de seus contemporâneos. José Régio, no estudo “Camilo Castelo

Branco”, coaduna com a visão do autor de *O país das uvas* e argumenta que “Camilo despreza quaisquer *receitas* do género. Em arte, as receitas só podem acabar por ir dar ao academicismo. Em última análise, Camilo criou o seu romance” (RÉGIO, 1947, p. 181, grifo do autor).

Jacinto do Prado Coelho, em *Introdução ao estudo da novela camiliana*, reflete sobre as formas mais recorrentes do escritor português iniciar as suas narrativas, entre elas: “O autor começa por **apresentar uma das principais personagens**, não, geralmente, retratando-a, mas referindo apenas secamente os antepassados, idade, situação, qualidades e hábitos” (COELHO, 1983, v. 2, p. 229). Na sequência da exposição, o crítico literário aponta que “algumas vezes, põe logo **uma das personagens, seja ela principal ou mero figurante, em cheio na acção**. [...] Também sucede vir primeiro **indicação cronológica (data precisa) e a notação de atmosfera física**, e separadamente, **depois, a entrada duma personagem em acção**” (COELHO, 1983, v. 2, p. 229-230). Tais situações nem sempre aparecem no mesmo romance, mas é possível acontecer, como se pode observar em *O olho de vidro*. Recordemos a passagem:

Francisco Luiz de Abreu, estudante do segundo ano médico na Universidade de Coimbra, estava, por volta das onze horas da noite de 28 de janeiro de 1692, estudando, no seu *Vila Corta*, as teorias de Galeno acerca das purgas – de *purgatione*. – Embevecido e pasmado nas virtudes drásticas dos olhos de caranguejo, apenas tinha um todo-nada de espanto para celebrar os não menos miraculosos efeitos da pele de cobra, quando, tão a desoras, duas aldrabadas na porta o roubaram ao seu enlevo. Francisco encapuzou-se no gabão, e abriu as portadas da janela que dava sobre o *Beco das Flores*, beco assim denominado por antífrase, figura de retórica tolerantíssima que permite denominar-se flores o adubo de que elas tiram a seiva pútrida, mais tarde evaporada em aromas.

– Quem é? – perguntou o estudante, apertando as asas nasais, com ingrato desprezo das boninas da sua rua. – Quem é o vadio?

– Sou eu! – respondeu quem quer que era, abrindo pequeno respiráculo por sobre o ferragoulo, que lhe envolvia todo rosto.

– Tu!... – exclamou Abreu em alvoroço. – Vou abrir! Pois és tu?! (CASTELO BRANCO, 1968, p. 7-8, grifos do autor)

Na abertura de *O olho de vidro*, o narrador situa o leitor no tempo e no espaço; posteriormente, traz informações da vida de dois personagens significativos para a trama – Francisco Luís de Abreu e António de Sá – conforme foi mencionado no capítulo anterior. Embora o estudante de medicina seja um personagem secundário, exerce um papel fundamental, pois é quem conhece a história de vida do protagonista Brás Luís de Abreu, revelada no desenlace. Por sua vez, António de Sá é o pai biológico de Brás.

Em *O senhor do paço de Ninães*, Camilo Castelo Branco surpreende o leitor na abertura do romance ao enunciar “Estamos no Minho, o leitor e eu” (CASTELO BRANCO,

1950, p. 7), circunscrevendo o ponto de partida do relato em que narrador e leitor percorrem, juntos, tanto os espaços físicos onde se desenrola a ação quanto os caminhos tortuosos que atravessa o coração do protagonista Rui Gomes de Azevedo. O narrador cicerone⁷⁵, portanto, leva o leitor a uma viagem pela terra portuguesa, para além-mar, e, ao mesmo tempo, como de costume, pelo mundo psíquico humano.

Por fim, “não se esgotam aqui as modalidades possíveis: **outra delas é mostrar-nos a casa singular que será fulcro da acção, ou o paço em ruínas**” (COELHO, 1983, v. 2, p. 231, grifos nossos). A partir da apresentação do paço de Ninães em ruínas, é possível ler Portugal que entra em decadência, depois dos séculos XV e início do XVI, ao perder o domínio das rotas marítimas para as Índias. Tem-se a derrocada com o desaparecimento do rei D. Sebastião em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, e o aprisionamento ou morte da alta nobreza portuguesa que o acompanhava. A derrota nas areias marroquinas levou à crise dinástica de 1578, que resultou, dois anos mais tarde, na perda da independência, já consolidada há mais de quatro séculos.

Estamos no Minho, o leitor e eu.

Chegámos à “Portella”, uma légua andada de Vila Nova de Famalicão, na estrada de Guimarães. Deixada a estrada, entremos numas brenhas de árvores, por atalho tortuoso com seu dossel de carvalheiras e festões de vides enroscadas nelas. Andou o leitor um quilómetro em vinte minutos, se não parou algumas vezes a respirar o acre saudável das bouças, e a ver o pulular dos milharais e a ouvir as toadas das seareiras que cantam. Para este ver, cheirar e ouvir é preciso que vamos em Agosto ou Setembro, ao repontar do Sol ou ao desdobrar da noite. Fora desta quadra e horas não vá; que as aldeias, pesar dos poetas que as viram nas bucólicas de Camões e Bernardes, têm horas e meses dos que teve o Criador, quando inventou o dormir. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 7, grifos nossos)

Conforme se observa, *O senhor do paço de Ninães* inicia-se de forma singular com o narrador levando o leitor a percorrer o Portugal profundo, como assinala Prado Coelho, “o narrador faz de cicerone” (COELHO, 1983, v. 2, p. 284). Já inserido na província do Minho, agora só resta ao leitor seguir viagem pelo universo ficcional singularíssimo de Camilo. A descrição da paisagem se dá de forma realista, objetiva. Não se vê a idealização da natureza como “nas bucólicas de Camões e Bernardes”. Segue-se pela estrada de Guimarães, que levará ao paço de Ninães.

Andados, pois, mil passos na quebrada da ramalhosa encosta, nos sai de rosto **uma casa de dois sobrados, caiada, azulejada, com suas colunas pintadas de verde e como de papelão grudado à parede, com as bases amarelas e os vértices escarlates**. Vão-se os olhos naquilo! Esta maravilha arquitectónica devem-na as

⁷⁵ Ver COELHO, 1983, v. 2, p. 284-285.

artes ao gosto e génio pinturesco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as cores que lá viu de memória, e todas aqui fez reproduzir sob o inspirado pincel de trolha, o qual se havia ensaiado num S. Miguel de retábulo de alminhas com uma fortuna digna de Itália.

Admirado isto, **rodeia o leitor uns pardeiros de demolidas arribanas, e, na revolta do quinchoso, topa com umas ruínas.**

Aqui tem o paço de Ninães. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 7-8, grifos nossos)

A viagem inicia-se no Minho, no paço de Ninães, que está intimamente ligado à história, ao ponto de chegada e de partida. Tal espaço é símbolo de poder. O que se vê é o contrário, está em completa degradação. Como aponta Luciene Pavanelo, “o romancista se utiliza da imagem da ruína para não apenas rebaixar o passado, mas mostrar a decadência do presente” (PAVANELO, 2020, p. 57). A ruína pode ser a representação do próprio país, conforme foi mencionado, em declínio econômico, próximo de perder a sua independência política para a Espanha. Entrevê-se a ruína da própria sociedade, das famílias fraturadas pela pressão da marcha da história. Não é só o tempo que tudo corrói, mas também a força da história, da política e do social. Diante da ruína, o olhar se volta ao passado, mas, alheia a nossa vontade, uma força avassaladora, “uma tempestade”, como assinala Walter Benjamin (2012, p. 246), nos leva adiante.

Evidencia-se a presença do “brasileiro” nos tons do paço. Muitos portugueses que vieram para o Brasil e, ao enriquecerem, retornaram a Portugal, receberam a alcunha de “brasileiros”. Mesmo em ruínas, o paço era almejado já que era um símbolo de nobreza e de poder.

As casas tinham de estar presentes, sobretudo aquelas que dão testemunho dum passado mais ou menos remoto. Camilo gostava de estudar nas pedras o fluir da História; sabia, por outro lado, como o homem e a casa, mesmo que considerada na sua evidência material, estão ligados: a casa reflecte o homem que a construiu ou mandou construir; o homem é modelado pela casa onde viveu ou vive. (COELHO, 1983, v. 2, p. 249)

Após a descrição do paço de Ninães, Camilo rememora seus antigos habitantes. Destaca-se a figura de D. Vasco Martins Pimentel, fidalgo da Casa de D. Afonso III (1248-1279) e meirinho, que nasceu e foi criado no palácio. É filho de D. Sancha e de um fidalgo com quem sua mãe se casara clandestinamente no primeiro ano de viúva. Tal prática não era muito bem-vista socialmente, pois era importante guardar o período de luto. No paço de *el-rei*, após os apelidados Marinhos ofenderem a honra de sua mãe, D. Vasco agride-os fisicamente, sendo julgado e condenado a dois anos de prisão em Santarém.

Ignoro o que diziam as leis de Afonso III, no tocante àquele insulto. O que sei é que D. Vasco se afrontou grandemente e foi-se aos Marinheiros, e *deu a huum delles tam gram punhada que Ihi britou loogo huum olho*; e, abraçado no outro, foi cair com ele por uma fresta ao saguão do paço! Vejam com que franqueza se esmurravam os donzéis na casa e na presença de el-rei!

Ao do olho britado ainda lhe sucedeu pior. Lá quando se lhe ajeitou o lança, D. Vasco Martins agarrou dele e o lançou depois *em hum poço muyto alto que estava nos paaços d'el-rei*. Esta segunda diabrura valeu-lhe estar dois anos preso em Santarém. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 9, grifos do autor)

Ao sair da prisão, D. Vasco junta-se a duzentos e cinquenta cavaleiros que estavam indo lutar em Castela contra os mouros e morre nas muralhas de Córdoba. Em 1236, a cidade de Córdoba foi conquistada pelas tropas de D. Fernando III, de Leão e Castela. Vale mencionar que Córdoba foi o primeiro califado. A reconquista de todo o território peninsular durou cerca de cinco séculos, só sendo finalizada em 1492, com a retomada do reino muçulmano de Granada pelos reis católicos e a unificação da Espanha como Estado Nacional. Em Portugal, a reconquista terminou antes, com a conquista definitiva da cidade de Faro pelas forças de D. Afonso III, em 1249, e o Algarve incorporado ao reino de Portugal.

Portanto, o narrador revisita o paço de Ninães, especialmente a vida do nobre guerreiro D. Vasco Martins Pimentel e de sua mãe D. Sancha. Traz um episódio da história portuguesa na Idade Média em que a Península Ibérica teve parte de seu território dominado pelos mouros. Portugal consegue pôr fim à dominação no século XIII, enquanto na atual Espanha (principalmente com as campanhas patrocinadas pelos reis católicos de Castela e Aragão) só terminariam as disputas em 1492.

Tornando ao ponto: **aqui tem o leitor esta escalavrada e grossa parede afestoada de hera, e além outro lança derrocado e adentro das paredes um silveiral que rompe do pedregulho**. Pois eram esta ou aquela a parede do quarto em que D. Sancha deu à luz o britador e mergulhador de donzéis, D. Vasco Martins Pimentel, que santa glória haja!

Veja-me esta janela, a única das três que provavelmente o paço tinha. Das três, digo, e **aproveito o ensejo de inteirar o leitor da bruteza imunda da fidalguia daquelas eras**. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 9-10, grifos nossos)

O narrador retoma a descrição do paço, mais especificamente as paredes externas do quarto de D. Sancha. Destaca a “bruteza” da fidalguia no tempo do reinado de D. Afonso III (1248-1279). Os homens eram educados para guerreiros, para as lutas constantes em defesa do território, seja contra os mouros, seja contra Castela. A representação da violência presente na figura masculina se justifica, em alguma medida, nos preceitos patriarcais: é um modo de demonstrar virilidade, enfim, coragem, força e poder sobre o corpo social.

Torno a pedir-lhe que me repare nesta janela. **São quatro pedras lavradas a marreta, postas em invazadura esquadriada. Olhemos, porém, de longe, porque naquele peitoril repousam nove séculos e alguma hora hão-de vir abaixo.** Dali, e recostada com a face numa daquelas ilhargas de pedra, a formosa Sancha, viúva sem saudades, ansiava, olhando ao longe, enquanto não ouvia o chofrar das patas do rinchão murzelo do seu Martim Fernandes, que, lá de Riba-Vizela, vinha por trevas e chuva aquecer-lhe no seio os embriões daquele D. Vasco esmurrador de olhos, e baldeador de Marinhos por saguões e poços. **Os suspiros que já bafejaram aquelas pedras! O arfar de seios que já se refrigeraram naquele peitoril, onde as corujas pousam e guincham por noite velha!** Aquilo dá que cismar e poetar; mas quem, como v. ex.^a, viaja com um guia em anos de prosa, como eu, há-de abster-se de poesia. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 10-11, grifos nossos)

O narrador traz mais traços da fachada do paço de Ninães: a vista rústica, construída de pedra, dá um tom de realismo à paisagem, mas se entrevê uma experiência subjetiva: “Os suspiros que já bafejaram aquelas pedras! O arfar de seios que já se refrigeraram naquele peitoril, onde as corujas pousam e guincham por noite velha!”. Mais do que simples cenário, a casa interage com a personagem, espelhando seu estado de espírito: enamorado. Como são “anos de prosa”, o discurso romântico não é idealizado.

Importa atentar que o narrador reitera as atitudes agressivas do fidalgo D. Vasco Pimentel. Por outro lado, não se pode perder de vista que o comportamento violento do cavaleiro tinha sido para defender a honra de sua mãe diante da ofensa dos jovens Marinhos, chamaram-lhe “manzelado”, aquele que tem a reputação manchada, filho ilegítimo.

É interessante observar a caracterização de D. Sancha. Por um lado, a imagem de uma “viúva sem saudades”, que se afasta do idealismo romântico; por outro, uma ansiosa mulher à espera de seu amado Martim Fernandes. A saudade é evocada tanto na presença quanto na ausência.

O narrador não deixa o leitor se esquecer de que D. Sancha se casou um ano após a morte do marido. Os lutos mais longos, recorde-se, indicavam bons costumes. As segundas núpcias, portanto, não são bem-vistas socialmente, tanto é que seu filho tem sua honra ofendida. O período do luto variava de acordo com o grau de familiaridade, assim como o gênero; o luto da viúva era mais prolongado do que o do viúvo, e o fato de se viver na capital ou no interior também era considerado. A variação era entre um a dois anos de acordo com o meio sociocultural.

O apego oitocentista ao código do luto é interessante. Pois, mesmo que na prática ele fosse realmente respeitado apenas entre a aristocracia e as grandes famílias, o enlutamento veiculava uma imagem do ritual perfeito instaurado, tal como a sociabilidade mundana, numa sociedade monárquica setecentista. É como se o século XIX temesse se desritualizar, e assim se apegava a um modelo ritual antigo, inspirado no rei. (MARTIN-FUGIER, 2020, p. 243-244)

Algumas práticas do Antigo Regime permaneceram na sociedade liberal. Por exemplo, o ritual do luto. Também o atual habitante do paço de Ninães, Rui Gomes de Azevedo, vive com a mãe D. Teresa, viúva de D. Vasco de Azevedo. Pelo paço de Ninães passaram diferentes famílias, os padres da Companhia de Jesus e a Misericórdia do Porto. Os últimos residentes pertenciam à Casa de Azevedo. Assim os apresenta o narrador: “No paço, porém, e a ampla quinta que o circuitava em 1576, residia uma viúva, que o era de um fidalgo da casa de Azevedo, mãe de um moço de vinte anos, chamado Rui Gomes de Azevedo” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 11). Ficaram pobres após a partida do esposo para os conflitos em África e Ásia.

D. Vasco de Azevedo partiu para a África e Índia com esperança de ganhar comendas do rei D. João III (1521 a 1557), o que não ocorre, “ingratidão e desenganos juntos a cavar-lhe precocemente a sepultura, onde se escondeu com as suas cicatrizes” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 11). Percebe-se, na voz do narrador, um discurso crítico e desiludido em relação à corte portuguesa. Assim arruína a sua Casa, deixando a esposa viúva e o filho órfão, sem condições econômicas.

D. Teresa de Azevedo busca afastar Rui das armas, uma tradição da família paterna: “contava-lhe a mãe a ingratidão dos reis com seu pai, soldado de Arzila e Malaca, de Moluco e Mazagão, por onde gastara o melhor de seus haveres, e de onde voltara rico de serviços e testemunhos de valor a requerer o prémio que sobejava para os indignos e não chegou para ele” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 12). Reiterava a viúva o discurso sobre a ingratidão dos reis. A mãe se esforçava para distanciá-lo das armas, mas o que o mantinha, de fato, no Minho era o amor pela sua prima Leonor Correia de Lacerda desde tenra idade, por quem tinha o coração cativo.

Os pensamentos de D. Teresa estavam sempre voltados para o filho. Alegrava-se com o iminente casamento entre os primos, pois assim não se afastaria da esposa para viver os perigos da guerra. Tendo em vista que Leonor era nobre e rica, também almeja reconstruir o paço de Ninães, arrasado por conta das despesas de guerra de D. Vasco de Azevedo. Já para Rui o que importava era o amor que sentia pela prima.

O fidalgo Gonçalo Correia de Lacerda, pai de Leonor, não se opunha ao amor entre os primos. No entanto, só autorizaria o casamento quando eles completassem 25 anos de idade. “Era cisma do velho fidalgo que, antes daquela idade, o siso, o claro entendimento, não preside, como convém, às tendências do coração” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 13). A questão da maturidade pode ser um subterfúgio para o fidalgo testar Rui, se realmente não tencionava seguir o rei D. Sebastião em guerra na África.

D. Teresa não concordava com o primo Gonçalo, mas aceitou a sua decisão. O fidalgo justifica a sua atitude tendo a vida da fidalga como exemplo, dizendo que, se não tivesse casado tão jovem, não estaria viúva.

– Se a prima Teresa – dizia ele – não casasse aos quinze com o primo Vasco de Azevedo, que tinha então dezoito, certo não passaria o melhor tempo de sua mocidade aqui sózinha, enquanto ele gastava fazenda e forças na guerra de além-mar. Quisesse-lhe ele aos vinte como queria aos dezoito, prima Teresa, vê-lo-ia quedar-se em sua casa, **em vez de se ir à Índia... fazer o quê?** Desfaltar os bens, que já não eram metade do que tinham sido, ganhar feridas e derramar o sangue que lhe faltou aos quarenta anos de idade. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 13-14, grifos nossos)

A maioria dos nobres apoiava a expansão marítima portuguesa, além da Igreja, que visava expandir o Império e a fé católica. Apesar de pertencer à aristocracia, Gonçalo Lacerda é contrário à Expansão Marítima, conforme se vê no discurso acima. Para o fidalgo, as lutas travadas além-mar não só lapidam o patrimônio, como também abrem feridas, causam imensa dor tanto nos que ficam quanto nos que partem.

Na sequência, Gonçalo afirma: “Soldados querem-se solteiros; casados querem-se bons maridos, bons pais e bons curadores dos haveres de seus filhos. Numa palavra, deixemos ver se Rui se conserva neste apego à sua aldeia” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 19). Volta-se o olhar ao microcosmo familiar, considerado célula base da sociedade burguesa. O homem casado é o chefe da família, logo passa a ter responsabilidade sobre ela. Ir à guerra é desampará-la. Através da voz de Gonçalo, têm-se (e defende-se) um discurso da masculinidade moderna (burguesa).

A guerra em si desestrutura física e emocionalmente o ser humano. Por exemplo, D. Vasco de Azevedo retorna “envelhecido, contristado, enfermiço, e quase pobre morreu...” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 19).

Não só as questões externas, como a guerra em África, inquietavam Gonçalo Correia. O fidalgo vivia um litígio com seu primo Salvador Correia de Sá, bisavó do primeiro visconde de Asseca, origem do Couto de Farelães. Disputavam vínculo e foros. Preocupado com o andamento do processo, pede auxílio a seu primo Pedro Esteves Cogominho, chanceler-mor do reino. Assim justifica a sua atitude de reivindicar a herança:

– Que, se não fosse o agravo feito a meu avô, legítimo possessor do vínculo de Ruivães e foros, eu desprezava o pleito e mandava numa salva de ouro ao primo Correia de Sá a sentença dada contra mim... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 20)

Enquanto Rui Azevedo e Leonor Correia Lacerda aguardavam completar 25 anos para o enlace matrimonial, Gonçalo Correia Lacerda corria o risco de perder os seus bens numa disputa judicial com o primo Salvador Correia de Sá. Após perder o processo em segunda instância, o fidalgo do Minho decide pedir uma intervenção ao influente Pedro Esteves Cogominho, que impõe esta condição para ajudá-lo: conceder a mão da filha Leonor em casamento. Tinha interesse em casar o sobrinho João Esteves Cogominho, morgado de Pouve, a fim de conter seus instintos juvenis. A proposta é recusada de início, tendo em vista o compromisso assumido com D. Teresa Azevedo.

Além disso, há uma preocupação com a honra⁷⁶, aspecto relevante da masculinidade aristocrática, que vai além da questão econômica. Como ratifica Michelle Perrot: “De modo geral, a honra é mais moral e biológica do que econômica. O erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior do que a falência” (PERROT, 2020, p. 250). Dentro da sociedade patriarcal, para o homem, a falência é uma desonra, não tão grave quanto qualquer desvio moral feminino. A honra é um tema presente na ficção camiliana, por exemplo, em *O olho de vidro* (1866), o fidalgo Fernão Cabral organiza uma perseguição a sua filha Maria Cabral, quando ela foge de casa. Tal atitude é vista como uma desonra para toda a família.

Todavia, o fidalgo não consegue resistir por muito tempo aos estratagemas do ilustre funcionário da corte. Fica claro que o sistema judiciário é parcial, favorece quem possui poder socioeconômico, bem como influência política. Camilo já levantara essa questão em *Amor de perdição* (1862), como se vê, “quer na absolvição do homicídio cometido pelo ferrador João da Cruz quer ao longo de todo o processo de Simão Botelho” (LOPES, 1984, p. 58). Quanto mais ampla a rede de influência torna-se mais acessível intervir nas esferas sociais.

Entre as grandes datas da vida, o casamento é o acontecimento central, momento de ruptura e continuidade social e familiar. A vida é marcada por um “antes” e um “depois”, fases tão presentes nas narrativas camilianas. Tem-se aqui o casamento “arranjado” como uma possível solução para a vida desregrada do sobrinho de Pedro Esteves Cogominho. Assim poderia viver dentro dos códigos morais, como se observa no diálogo entre o chanceler-mor e Gonçalo Lacerda:

⁷⁶ De forma bem evidente, Camilo Castelo Branco, em *O regicida* (1874), destaca a questão da honra. O marido abandona a esposa ao descobrir que tivera um relacionamento antes do casamento. As circunstâncias de tal envolvimento não são relevantes para o protagonista, Domingos Leite Pereira, o que evidencia o peso da moral burguesa maior para as mulheres. O padre responsável pela formação de Maria Isabel envolve-se com ela. Apesar de ter a honra vingada, não perdoa a esposa.

- Já tenho pensado em casá-lo [João Esteves Cogominho] como remédio...
- Mau remédio! – interrompeu o adversário do casamento antes dos vinte e cinco – Que idade tem ele?
- Vinte e dois e tantos meses.
- Deixe-o chegar aos trinta, primo. A minha opinião é aos vinte e cinco, mas o primo João Esteves precisa dos trinta... e bons!
- Aos trinta – replicou o doutor – já o casamento se não dá como remédio para concertar espíritos errados; bastante de si é já o remédio da idade. Casá-lo era agora, enquanto a alma nova e rebelde carece de freio; e há aí mais doce freio que a sujeição à esposa amada? (CASTELO BRANCO, 1950, p. 18)

Constata-se que os desvios morais do homem não eram tão censurados, inclusive o tio justifica as atitudes do sobrinho como coisa da juventude, “*rapaziadas...* E quem as não tem? Qual de nós as não teve?” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 22, grifo do autor). Portanto, busca uma noiva para o jovem Cogominho, utilizando todos os meios possíveis. E o fato de Gonçalo não aceitar o casamento com a filha é devido também não o ver com bons princípios, ao contrário de Rui Azevedo.

- Então... – voltou meditativo Pedro Esteves Cogominho – é pacto feito o casamento de minha prima Leonor com Rui de Azevedo?
- Sim... a minha tenção é essa, ressaltando mudança no rapaz ou nela; que eu, se ela escolher melhor, à mão não lhe vou; porém melhor não sei onde; isto é, **melhor de sangue e bons dotes de espírito**; que, **no património, o que ele tem é o décimo, se for, do que ela há-de-herdar**, embora eu perdesse a demanda, questão de dignidade e honra, como vossa mercê conhece... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 20, grifos nossos)

É interessante observar, no diálogo entre as personagens – o chanceler e o fidalgo –, o alto valor atribuído a Rui. Apesar da decadência da Casa de Ninães, destaca-se a sua nobreza de carácter, tão relevante para a sociedade quanto o dinheiro. Levanta-se a questão do casamento, por conseguinte, o que o envolve, como o património. Aponta a possibilidade de “escolha” da mulher desde que o pai aprove. Dificilmente, a filha teria autonomia no Antigo Regime. Além disso, Rui Azevedo é de linhagem nobre, apesar de empobrecida, assim como de princípios altivos.

Por outro lado, a questão da honra, que poderia ser manchada em caso de perda judicial, causa preocupação a Gonçalo. Continua a fala de Pedro Cogominho, defendendo as atitudes do sobrinho:

- Qual... *Deus nos livre!*... clamou o primo Correia, como quem dissesse: *a minha filha não lha dava eu!*... Porquê? Os vícios de meu sobrinho? *Rapaziadas*, disse vossa mercê, *rapaziadas...* E quem as não tem? qual de nós as não teve? [...] Meu sobrinho tem vinte e dois anos, criou-se na corte, faz pontaria a grandezas, e folga de galear e dar nas vistas. Eis o defeito que lhe notamos: quem acoimar de crime ou sequer vício esta doidice inocente, calunia o rapaz. Gasta mais do que deve? Ele o

poupará. Despende-se em luzimentos que nada prestam aos seus créditos de fidalgo e sisudo? Herdou com o sangue esse desvanecimento. Já bisavô, avô e pai foram muito apontados em pompas de trajos, cavalarias, caçadas, corridas e torneios, atributos tocantes às usanças de fidalgos, como vossa mercê sabe e usou, primo Correia. Não é assim?

– Assim é... – condescendeu o pai de Leonor, engolindo os argumentos com que podia provar que João Esteves era um compêndio de vícios. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 22, grifos do autor)

Há um jogo discursivo. Pedro Cogominho se utiliza do discurso do próprio Gonçalo Lacerda para levantar questionamentos, um meio de persuadir, intimar o fidalgo a fim de que reflita sobre suas atitudes, e decida aceitar o sobrinho do chanceler-mor como genro. Procura justificar as atitudes do jovem. Por outro lado, Gonçalo abrandava o discurso, pois precisa da ajuda do primo para intervir no processo judicial.

O doutor utiliza seu cargo para manipular Gonçalo Correia a fim de que aceite o casamento, vai aos poucos aumentando a coação, de uma conversa informal até o próprio advogado alegar que vai perder o processo se não casar a filha, “aí vai a palavra salvadora: case-os” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 42). Diante da possibilidade de perder os bens, o pai e a filha, segundo o narrador, ficam apreensivos.

O perdimento da sua primazia [Leonor] entre as mais ricas herdeiras do Minho incomodava-lhe o *eu* cogitativo, que raro se bandeia nas quimeras do *eu* amorativo. Rui é que era a exceção dos dois *eus* identificados. Era o louco sublime, o idiota do céu, o abnegativo anjo que se sentia mais amante, ao compasso que a amada mais se amiserava. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 30, grifos do autor)

O narrador sempre contrapõe Rui e Leonor. Rui é visto como “anjo”, repleto de pureza e honra. Evidencia-se a preocupação na Casa Roboredo. Gonçalo tem ciência de que a justiça pode ser corrompida, tendo em vista ações de seu pai quando era criança. Já as preocupações de Leonor eram deixar de estar entre as mais ricas herdeiras.

Ao saber da possibilidade de Gonçalo perder o vínculo e os foros, D. Teresa Figueiroa levanta a suspeita de que a fortuna do fidalgo pode ter sido adquirida de forma pouco lícita, apropriando-se de bens da família, como se depreende do diálogo com o filho. E vai além ao ser questionada por Rui sobre a aceitação do casamento dele, apesar de ter lhe restado poucos bens após a campanha do pai em África e Ásia. Afirma incisiva:

– Filho – replicou a mãe – escuta-me e cala-te. A maior parte do que tem, senão tudo que tem Gonçalo Correia de Lacerda, devia ser teu, porque tudo era de minha bisavó D. Maria de Figueiroa. Houve há oitenta anos um grande crime e um grande roubo, mas Deus perdoe aos criminosos, que eu, ainda que estivesse às sopas de parentes, não lhes tolhia a salvação. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 30-31)

A imagem que a viúva D. Teresa nos passa é de que Gonçalo é um homem ambicioso, utilizando-se de meios não muito lícitos para aumentar o patrimônio. Põe-se em discussão a questão do dinheiro, do materialismo tão presente na sociedade que se sobrepõe ao espiritualismo. Almeida Garrett, em *Viagens na minha terra*, discorre sobre os dois princípios que regem o mundo: o espiritualista e o materialista. Dois princípios opostos representam o progresso humano “ora um mais atrás, ora outro mais adiante” (GARRETT, 2010, p. 19).

Destaca-se, nos capítulos iniciais, um embate que será decisivo para o desenrolar da narrativa. Se, inicialmente, concentra-se no enredo passional, isso se modifica, dando um novo rumo à narrativa. O conflito encontra-se entre o pai de Leonor e seu primo chanceler-mor, que deseja casar o sobrinho, conforme foi discutido. Para realizar o casamento, o acordo precisa ser desfeito com D. Teresa. Desfaz-se também o homem que se denomina rígido nos princípios e valores. Apesar de o morgado de Roboredo não estar satisfeito com a escolha, aceita-a. Assim, “o casamento ‘arranjado’ pelas famílias e atendendo a seus interesses, pretende ser aliança antes de ser amor – desejável, mas não indispensável” (PERROT, 2019, p. 46).

Vale ressaltar o diálogo entre João Cogominho e Rui Azevedo, dois fidalgos, dois perfis completamente diferentes. João frequenta as casas da nobreza nortenha, enquanto Rui é lavrador, vive com a mãe, cuida de suas terras e espera o momento de casar-se com a sua prima Leonor. Não pensa em participar das lutas como seu pai e muitos fidalgos. Valoriza a terra portuguesa herdada. Tem um olhar para a terra. Diferentemente da sua família paterna, Casa dos Azevedos, que tem um olhar para fora. João Esteves Cogominho diz incisivo:

- Então que aprendeste, Rui? **Jogas as armas?**
- Não.
- Não?! **Que filho de guerreiro, e bravo guerreiro de Mazagão! Nem o ver a espada, a lança e o escudo de teu pai te movem?**
- Movem à compaixão dele, que malbaratou o tempo e o sangue! **Minha mãe mandou fazer fouchinhas das espadas de meu pai**, e fez bem.
- Que blasfêmia! – atalhou João Esteves Cogominho – Tens ouvido dizer que el-rei planeia grandes batalhas sobre África?
- Não. Aqui não chegam novas da corte. O que me disseram, vai em quatro anos, foi a perdição das naus que vararam no Tejo em guerra com a tempestade.
- Eu estava embarcado para a empresa.
- Qual empresa?
- Não sei. El-rei mandou.
- Que mandou sei eu. Cá me chegou a carta de el-rei.
- E não te moveste?
- Não. **Minha mãe é para mim a pátria. Ela não me quer soldado.**
- Nem que te chamem para a segunda jornada de África? (CASTELO BRANCO, 1950, p. 33-34, grifos nossos)

O sobrinho do chanceler vai ao paço de Ninães observar e afrontar seu “adversário” que responde com altivez. Importa atentar que a pátria é o país em que se nasce, ao qual se pertence, pelo qual se luta. Para Rui, no entanto, a mãe é a própria terra, lugar de pertencimento, de acolhida. Por outro lado, “de fato, o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã” (PERROT, 2020, p. 134).

Percebe-se que a possível perda dos bens abalou profundamente Gonçalo Correia, não só pelo vínculo e foros, mas, acima de tudo, pela honra. “Interesse de dinheiro e de orgulho genealógico, eis o mal que se opõe ao amor” (FRANÇA, 1993, p. 297). Assim, aceita o casamento entre a filha e o morgado de Pouve. Como era esperado, Gonçalo procura D. Teresa para pôr fim ao acordo de casamento entre as famílias.

Acatar a decisão do pai não é regra na ficção camiliana. Sabe-se que muitas personagens femininas desobedecem, como Maria Cabral, em *O olho de vidro*, e Maria de Menezes, em *Luta de gigantes*. Nenhuma das situações garante a felicidade.

Após o casamento, o marido irá gastar a fortuna com a vida mundana que leva na capital e na Espanha, enquanto Leonor continua no Minho, sozinha, sem filhos e com poucos criados. Não ter filhos é uma situação muito delicada, tendo em vista que, na sociedade patriarcal, o valor da mulher se encontra na maternidade, na possibilidade de gerar descendentes. “E ao dever da maternidade, que completa sua feminilidade. Temida, vergonhosa, a esterilidade é sempre atribuída à mulher, esse vaso que recebe um sêmen que se supõe sempre fecundo” (PERROT, 2019, p. 47). Sem o amor do esposo e com a suposta morte de Rui em Alcácer-Quibir, a fidalga passa a ter comportamentos que oscilam entre a lucidez e a loucura.

Diante da inesperada visita de Gonçalo Correia ao paço de Ninães, Rui deduziu o motivo: casamento de Leonor e o morgado de Pouve. Todavia, não acredita que Leonor obedeceria ao pai como dissera a sua mãe.

– O que me disse o primo Correia: que Leonor não contradisse o pai, conhecendo que a sua condescendência era salvar-se a casa, o velho e a honra de seus maiores. *A honra de seus maiores!*... – repetiu a dama, levantando os olhos para a cruz. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 50-51, grifos do autor)

De modo veemente, Rui se recusa a acreditar que Leonor cederia às vontades do pai, abandonando-o devido aos bens materiais e à honra da família Roboredo. Em Camilo, estão em permanente conflito, segundo Massaud Moisés, “o amor passionai, a honra e o dinheiro”

(MOISÉS, 2003, p. 148). Mais uma vez, vê-se a constituição social marcada pelo materialismo, a valorização do dinheiro acima da consciência em contraponto com o idealismo romântico.

Em Camilo, o homem tem uma atitude combativa perante os obstáculos sociais que o separam do objecto do desejo, e à evolução do enamoramento, à aspiração de “recônditas alegrias”, de “dulcíssimos júbilos”, descritas segundo a retórica sentimentalista do romantismo, segue-se, no sujeito masculino do amor, a dialéctica sentimental do tédio e do remorso, ou do equívoco e do reconhecimento tardio, ou a da eternidade do amor perante a morte. (SARAIVA; LOPES, 1987, p. 850-851)

De acordo com o pai, Leonor aceitou se casar com o morgado de Pouve para salvar os bens da família. Rui, por sua vez, só vai acreditar se a mesma disser. Tenta entregar-lhe uma carta⁷⁷ através de seu escravo Vasco, o responsável pelas trocas de flores e correspondências entre os noivos.

O pai exercia plenos poderes sobre a vida familiar. Engana-se quem pensa que havia autonomia para as esposas em relação aos filhos, mesmo no âmbito doméstico. Eram responsáveis pela educação na primeira infância, mas as decisões importantes, inclusive, quanto à educação e ao casamento dos filhos, eram do pai. Os casamentos eram “arranjados” de acordo com o interesse do chefe da família, especialmente nos séculos XVI e XVII.

Leonor não tinha mãe, então, o pai era o único responsável e afirma que a filha obedeceria. Em carta a Rui, Leonor diz que a opção dada pelo pai, caso não se casasse, era o convento. Era muito comum na época tal atitude. Os conventos eram espaços de reclusão, mas também de certa liberdade, que as mulheres pouco tinham na casa paterna, além de oferecerem a possibilidade de formação intelectual. Mas não foi assim visto por Leonor.

É inegável a importância que possuem determinadas personagens secundárias na ficção camiliana, geralmente, muito próximas dos protagonistas. Como não pensar em Mariana, de *Amor de perdição*? E em Francisco Luís de Abreu, de *O olho de vidro*? E Vasco, em *O senhor do paço de Ninães*, exercerá um papel relevante na trama. Inicialmente, irá exercer a função de interlocutor entre os enamorados Leonor e Rui. É ele quem entrega os ramalhetes, por vezes, acompanhados com bilhetes, sempre abertos e lidos pelo fidalgo. Apesar de pouco letrado, Gonçalo se esforçava para ler.

⁷⁷ A carta é um gênero muito utilizado pelas mulheres das classes mais abastadas que tiveram acesso à formação básica para exercer os papéis sociais. Foi muito utilizada pelas esposas para se comunicar com maridos e filhos ausentes. Sabe-se que as cartas tiveram grande importância na vida social, principalmente das mulheres. Por muitos séculos, o universo das mulheres estava mais restrito ao âmbito privado. Isso só se altera no século XIX com o surgimento de novos espaços de sociabilidade.

Chama a atenção o fato de o fidalgo ter pouca instrução, geralmente o homem da nobreza tinha uma formação mais requintada. A mãe era a responsável pela educação na primeira infância. Posteriormente, ia-se para o colégio ou para os cuidados de uma preceptora.

Gonçalo Correia de Lacerda era pouco letrado, todavia consente que a filha aprenda a ler e a escrever, ficando a sua instrução sob responsabilidade do capelão⁷⁸, “prenda não vulgar naquelas áreas” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 57), para que exerça os papéis sociais destinados às mulheres. Segundo o discurso do narrador, não é comum, no Portugal profundo, a formação intelectual feminina, mesmo que seja básica. Às vezes, a educação feminina ficava sob responsabilidade de religiosos, que, além do ensino de leitura e de escrita, ministravam preces e costura às meninas.

As mulheres aristocráticas também recebiam formação diferenciada, mas Camilo, ao colocá-las como leitoras, visa, ao que tudo indica, fomentar a leitura literária.

Na segunda metade do Oitocentos, ocorreu, entre os intelectuais, uma defesa à instrução feminina tanto no interior quanto na capital, visando à modernização do país. Começam a surgir vozes favoráveis, principalmente na imprensa, à instrução feminina para que as mulheres pudessem exercer os papéis de esposa e mãe de acordo com a necessidade dos novos tempos.

Ora a sociedade oitocentista não tem nada de imóvel, mesmo nas zonas rurais mais atrasadas. Ela se move constantemente e, com esse movimento, movem-se também as fronteiras entre o público e o privado, as maneiras de viver, de sentir, de amar e de morrer. (PERROT, 2020, p. 106)

O narrador camiliano, perante os conflitos que apresenta, escolhe por vezes claramente um lado. Observe-se que ele está sempre suspeitando das ações de Leonor, o que não se vê quanto ao comportamento de Rui: “Sabemos de que lado está Camilo (dos desvalidos da sorte)”, assinala Sérgio Nazar David, “e é mesmo por isto que podemos rir, mas também chorar, com aqueles a quem o narrador cobre com um manto de compaixão” (DAVID, 2012, p. 81). Aqui, portanto, o desvalido é Rui. É preterido pela amada. Parte em expedição com D. Sebastião para a África, torna-se refém em Alcácer-Quibir. Sua mãe vende seus bens para o pagamento do resgate, mas não volta a vê-lo. Por fim, vive só como peregrino.

Na primeira viagem de Gonçalo Correia a Lisboa, a fim de tratar do litígio judicial, o fidalgo recomenda à filha que não saia de casa na sua ausência. Quando retorna da capital,

⁷⁸ Na obra camiliana, há representações de religiosos responsáveis pela educação feminina, entende-se: ler, escrever, rudimentos de línguas estrangeiras, doutrina cristã, regras de etiqueta, enfim, trabalhos manuais, como: costura. Em *O regicida* (1874), Maria Isabel é educanda do padre Luís Álvares.

insinua o narrador: “Acabara-se-lhe a reclusão. Já ela podia ver o primo Rui, **se é que o não tinha visto** passar nas lombas das serras açulando a matilha dos podengos ou desfilar encavalgado pelas clareiras dos pinhais circunvizinhos” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 25, grifos nossos). E não cessam as insinuações.

Em outra ida a Lisboa, o pai pede à filha: “Reza sempre e pede a Deus que se remedeie uma grande desgraça que nos está iminente!...” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 29). Comenta o irônico narrador: “E Leonor, **bem que excelente filha, não rezou sempre**, em conformidade com o pai” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 29, grifos nossos). Contrapõem-se os perfis dos protagonistas Leonor e Rui.

Daquela torre quadrilátera que se ergue de um ângulo do palacete, chamada então “casa-forte”, – por ser ali o refúgio das preciosidades no assalto de fogo ou ladrões – por alta noite conversava ela com Rui Gomes de Azevedo. **Não se cuide que a menina se afortelezava na torre, defendendo-se do moço como de incêndio ou de salteadores. Não.** A inocência genuína rende-se; não sabe defender-se. **O moço é que era a pureza e estreme honra.** Leonor ia dali falar-lhe, porque a estrada passava subjacente à casa forte, e ele não ousava saltar os muros e ouvi-la de outra janela. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 29, grifos nossos)

É possível perceber o discurso romântico na construção do personagem Rui Gomes de Azevedo. É apresentado como homem puro, honrado, de princípios morais, sequer ousa se aproximar, mantém certo distanciamento para preservar a honra da jovem que ama. A cena traz à lembrança o amor cortês. Pode-se identificar a figura do cavaleiro, do vassalo cortejando a sua Senhora, bem como um cenário medieval representado através das imagens “palacete”, “casa-forte”, “torre”, espaço de proteção. É a expressão de um amor que reflete o nível das relações sociais em um dado momento. Leonor se encontra em uma posição mais elevada socialmente que o nobre cavaleiro Rui. A relação servil se consuma tal como a relação social. Como se vê,

a viúva de D. Vasco de Azevedo era, ainda assim, comparativamente pobre, atento o empenho em que seu marido deixara a casa, desbaratada na milícia de África e Índia, onde foi servir com esperanças de ganhar comendas, que el-rei D. João III lhe não dera – ingratião e desenganos juntos a cavar-lhe precocemente a sepultura, onde se escondeu com as suas cicatrizes. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 11)

Não só a guerra matou o pai de Rui, mas também a ingratião e os desenganos, tais sentimentos vão dominar a vida da família Azevedo. Rui não desiste de lutar por Leonor. Sendo assim, pede a Vasco que lhe entregue uma carta, conforme mencionado, tendo como resposta: o casamento com o morgado de Pouve ou o convento. Por mais frágeis, delicadas,

que as mulheres camilianas sejam, não se submetem senão raramente (como Leonor) no que diz respeito ao amor. Preferem o convento ou a morte. Assim, a mãe de Rui questiona:

– Pois não ouviu a mãe isto que ela escreve: “Tem-me presa e leva-me para o convento, se eu não quiser o primo de Pouve...” Não vê isto?

– Vejo, Rui, meu pobre filho, vejo; mas, **se Leonor te quisesse muito, aceitaria o convento, aceitaria a morte, em vez de aceitar o primo de Pouve.**

O moço cravou os olhos nos da mãe: parecia ouvir por eles e não entender o que ouvia.

D. Teresa continuou:

– **Também eu fui ameaçada com a clausura**, quando me afeiçoei a teu pai, e nem por isso me deixei esmorecer e querer a morte. **Antes o convento, antes cativa de mouros, que ligada ao homem que me queria obrigar à deslealdade com teu pai!** (CASTELO BRANCO, 1950, p. 62, grifos nossos)

São traçados diferentes perfis femininos. Tem-se a coragem de D. Teresa em desafiar o poder paterno em prol do amor. Casou-se com o homem que amava. E afirma impetuosamente: “boa filha era eu e desobedecei” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 62). Mais uma mulher de força para compor a galeria camiliana capaz de muito, de quase tudo por amor. Diferentemente, Leonor não tem recursos interiores para a desobediência. De fato, seria por obediência ao pai? Ou vaidade? “O perdimento da sua primazia entre as mais ricas herdeiras do Minho incomodava-lhe o *eu* cogitativo, que raro se bandeia nas quimeras do *eu* amorativo” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 30, grifos do autor). O narrador a põe sempre sob suspeita. E a voz irônica de D. Teresa Figueiroa corrobora o discurso do narrador:

– Certo é. Se o pai lhe pede o sacrifício de sua vontade e ela obedece, contando com a morte, é não sómente boa filha, senão uma santa...

– Uma infame – atalhou o moço – Uma santa que me atira em corpo e alma aos abismos do inferno!... Os demónios são menos traiçoeiros!... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 63)

Dos sentimentos humanos, é consenso que o amor ocupa o lugar central, dele emerge uma força avassaladora capaz de transformar a vida de seus frágeis heróis e heroínas, assim como devastá-los.

A seus olhos, o amor é divino por essência, o que não quer dizer que contenha em si virtude, e abra caminho sempre à felicidade. Camilo pinta-o como uma coisa superior às leis sociais, superior à vontade, à moral e aos prejuízos do mundo. Idealiza-o onde quer que ele esteja, como fim supremo da vida, e fonte de bem e mal de todas as formas de existência. (ALMEIDA, 1969, p. 91-92)

O amor tem efetivamente lugar de destaque na ficção camiliana, sobretudo quando tem que vencer grandes obstáculos. Apesar de todas as evidências, Rui ainda não acredita que

Leonor irá se casar com João Cogominho. Então, decide denunciar o pai de Leonor por mantê-la em cárcere privado até o casamento com o sobrinho do chanceler-mor. O ouvidor de Barcelos vai à Casa de Roboredo averiguar a denúncia, que não se comprova. Confronta a suposta vítima acerca do bilhete enviado a Rui. Ao final, confirma-se que apenas se casará com o noivo escolhido pelo pai, seguindo os códigos da época.

Não há imparcialidade no sistema judiciário. Na capital ou no interior, está sempre corrompido. Conforme se observou, o chanceler-mor é quem decide sobre o litígio acerca do vínculo e dos foros de Gonçalo Correia Lacerda. Por sua vez, o ouvidor confessa, furtivamente, que não confia nas mulheres quando diz: “Também és fêmea [a mula]... Não me fio de ti!...” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 68). Já traz consigo uma ideia pré-concebida sobre as mulheres, mais especificamente Leonor. Se a vê com desconfiança, então o que ela disser não terá credibilidade. Como se dará a averiguação?

Diante da diligência, o narrador chama a atenção para o modo de agir do juiz: “Que desilusões motivariam, no ânimo de tão sisudo sujeito [ouvidor], uma confrontação assim ofensiva e atentatória dos dons angélicos das damas?” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 68). O narrador, ao advertir o leitor acerca do interrogatório, joga com as expectativas do público da época. Assim se antevê que não era o tratamento adequado às mulheres, além de despertar a curiosidade.

As narrativas de Camilo são [...] detidas por cenas e diálogos. Chamo *cenas* àqueles passos em que a narrativa *se demora*, e a gente vê, como no teatro, os personagens falarem, moverem-se, manifestarem os seus sentimentos ou emoções, agirem. Não sem dupla intenção evoquei agora o teatro: Muitas vezes são tais cenas não só preparadas como conduzidas em vista a um efeito que espontaneamente classificamos de teatral. E se o efeito é conseguido mesmo quando sentimos (e nem sempre será difícil) a intenção do autor de nos envolver nas suas malhas e manhas, obrigando-nos a chorar, a rir, a tomar partido a entrar no palco e mantermo-nos entre aqueles bonecos vivos, – é porque do mesmo passo adivinhamos, sentimos, ser o autor a primeira vítima dos mesmos truques, e o mais pronto a vibrar com os mesmos seus meios de fazer vibrar. (RÉGIO, 1947, p. 183-184, grifos do autor)

De acordo com Régio, nas narrativas camilianas são comuns cenas com efeito teatral para dar mais dramaticidade ao acontecimento. É possível perceber tal estratégia na passagem da averiguação da denúncia de cárcere privado de Leonor. Observa-se que a movimentação das personagens ocorre num mesmo cenário, ninguém sai da cena. Nem mesmo quando o fidalgo vai chamar a filha, sai à porta sem que o ouvidor o perca de vista. Vejamos a passagem:

– “Este senhor – disse-lhe o pai – é o sr. ouvidor de Barcelos, que vem fazer-te umas perguntas”.

- “É verdade – continuei eu. – Chegou ao meu conhecimento que vossa mercê, sr.^a D. Leonor, estava como presa na casa de seu pai, em razão de ter uns afectos que não são os que o pai de vossa mercê quer que a senhora tenha”.
- A criatura ficou-se muda a olhar para mim, e eu, à espera da resposta, a olhar para ela. Quis-me parecer que a menina me não percebera ou a presença do pai a constrangia. Perguntei novamente, esclarecendo quanto pude a ideia. Entendeu-me e respondeu que não estava presa. – “Mas casa por vontade sua de vossa mercê com a pessoa que seu pai lhe escolhe? – tornei a perguntar”.
- “Sim – disse ela, sem levantar olhos do regaço”.
- Este sim tão lesto e desempenado, se vai a dizer verdade, azedou-me, porque eu tinha visto a carta que ela escreveu ao sr. Rui Gomes. Não pude ter o ímpeto de zanga e disse:
- “Vossa mercê, minha senhora, bom é que seja verdadeira comigo, mas melhor seria que o tivesse sido com a pessoa a quem disse ou a quem escreveu estas palavras: *Tem-me presa e leva-me para o convento, se eu não quiser o primo de Pouve*. Escreveu isto?”
- Esteve-se a engolir em seco... mas neste ponto mais curial é dizer-se: esteve-se a engolir o pejo... a vergonha... e saiu com esta negação:
- “Tal não ha!...”
- Ouvido isto, levantei-me, e, sufocado de cólera, não pude reprimir estas palavras:
- “Quem a si mesmo se desmente não dá direito a que outrem lhe diga “Está mentindo”. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 69-70, grifos do autor)

O ouvidor domina a cena. Investido de autoridade judicial, com uma voz persuasiva, vai conduzindo o interrogatório à sua maneira. Leonor sente-se acuada, manifesta-se com falas curtas e objetivas sob o olhar vigilante do pai. Tendo em vista que as mulheres são restritas ao espaço doméstico, ao convívio familiar, o juiz a constrange. Está sendo exposta numa encenação, pois seu pai já tinha sido avisado sobre a diligência do magistrado. A voz do ouvidor concretiza o julgamento moral a que Leonor é submetida em diversos momentos da narrativa. E o ouvidor, que deveria ser imparcial, expõe opiniões sobre a morgada. Seria capaz de julgá-la? Como não desconfiar dessas vozes? Não estaria o juiz afastando de vez Rui da amada Leonor? Coube ao juiz a sentença: é falsa a acusação de cárcere privado.

- **E está chorando?! Porquê, minha senhora?... O caso é para muito festejado!...** Saíam-me as louçainhas todas, venham para aí descantes e folias, toca a tanger sinos e queimar morteiros, que está vossa mercê, **minha sr.^a D. Teresa de Figueiroa, livre de nora que lhe havia de empeçonhar os contentamentos deste honrado filho, deste gentil moço, para quem Deus formou um anjo!**
- Eu sabia isto!... eu sabia isto!... – balbuciou D. Teresa, rompendo a represa dos soluços; e, correndo como arrebatada para o filho, abraçou-o com veemente ternura, exclamando: – **Rui, ó filho, tu não dizes nada?**
- **Que hei-de eu dizer? – respondeu ele, sorrindo, num tom mavioso de paciência, ficção maravilhosa, cujos exemplos somente a extrema, a dilacerante, a sufocativa desgraça os dá.** (CASTELO BRANCO, 1950, p. 71, grifos nossos)

É visível o viés trágico em Camilo. Isso traz uma especificidade a sua obra, torna-a singular. Intervém na própria linguagem das personagens, como se vê no fragmento acima,

“ficção maravilhosa” proporcionada pelo infortúnio, provocando terror e piedade, levando o leitor à catarse.

Continua, com uma voz imponente, o ouvidor, lembrando a Rui a linhagem guerreira à qual pertence:

– Rui Gomes é um homem! – clamou o ouvidor – **Aqui está sangue de Azevedos e Figueiros!** – prosseguiu, assentando-lhe a mão no seio. – Nada de lágrimas, sr.^a D. Teresa! O filho de vossa mercê amou enganado e abriu os olhos quando Deus quis mostrar-lhe que a desleal o não merecia!... Castigada, bem castigada a deixei eu! Mulheres! (CASTELO BRANCO, 1950, p. 72, grifos nossos)

Têm-se duas imagens evocadas: anjo e homem. A primeira volta-se para o plano espiritual, para dentro do próprio ser e exalta os direitos do coração. Liga-se aos costumes e à terra natal, defendendo as leis justas, os acordos tratados, segundo um ideal romântico. A segunda volta-se para o plano terreno, revisita a linhagem de guerreiros, é universalista, materialista, com o olhar de Portugal moderno, em busca de seu espaço no mundo. É um olhar para fora. Vê-se um homem do mundo. Rui transita nesses dois universos.

Mais uma vez, o espírito guerreiro e nobre da família Azevedo é evocado. A fim de reavivar o brio comum a seus ascendentes, o prior Jorge de Azevedo, tio paterno de Rui, declara incisivo:

Mata esse coração a estocadas, se ele te abaixa a tanto aviltamento! Ressurge, moço, para uma vida de homem, e homem do teu sangue!
Desfigura-te, se é preciso; abre um riso nesse rosto, muito embora as lágrimas te queimem dentro. Convince-me a mim próprio que choraste de vergonha de a ter amado. Convince-a a ela de que tiveste apenas uma hora de assombro de sua infâmia e saíste dessa letargia desprezando-a tanto, que já a tinhas esquecido quando toda a gente cuidava que lhe tinhas ódio. Tens alma que me escute, homem? **És Rui Gomes de Azevedo ou quem és tu?** Fala!... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 78-79, grifos nossos)

Como se tem mencionado, Rui pertence a uma família fidalga, de tradição militar, portanto não deve se deixar abater, ser dominado pela fraqueza e pelo desânimo. São homens fortes, bravos guerreiros. O prior busca levá-lo a afirmar a sua identidade de “barão assinalado” que a sua mãe por tanto tempo procurou apagar, tantos foram os desenganos, inclusive, fazendo das espadas de seu pai “foucinhas”. Aproximou-se da terra, fez-se lavrador, homem do velho Portugal.

A imagem construída em torno da figura masculina coloca Rui em situação muito desconfortável. Apesar dos momentos difíceis, não pode demonstrar fragilidade, principalmente no espaço público, “que chore às escondidas” (CASTELO BRANCO, 1950, p.

107), diz o primo D. João de Azevedo no momento da partida da nau para a África. Precisa afirmar a sua linhagem, demonstrando brio.

O que move o protagonista Rui até aqui é o amor à mãe, à amada Leonor, por quem espera, e à terra nortenha. Diante da impossibilidade do amor da jovem, a vida no Minho perde o sentido, e o destino lhe impõe novos caminhos pelo mundo afora.

4.2 “Lá vão!...” para além-mar

Walter Benjamin, em “Sobre o conceito da História”, afirma que

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. (BENJAMIN, 2012, p. 243)

Ao revisitar o passado, não é possível recuperá-lo tal como os fatos ocorreram. Apreende-se uma “recordação”, dificilmente captada por completo, ficam lacunas. Sabe-se que a História é um discurso e vai ser contada a partir de um ponto de vista. Logo, somos mediados pelos discursos produzidos acerca dos acontecimentos.

Nos romances históricos, Camilo Castelo Branco vai problematizar a história de Portugal. Levanta questionamentos sobre temas históricos relevantes, que causaram grandes traumas, como: a Inquisição, a perseguição aos judeus, a batalha de Alcácer-Quibir (1578) e suas consequências (os reféns em Marrocos, o pagamento do resgate que leva a nobreza à ruína, por fim, a perda da independência política), a violenta colonização em África e Ásia e a corrupção nas Índias.

O autor traz um olhar subjetivo e crítico sobre os acontecimentos. Fica claro que o narrador se identifica com as personagens marcadas pelo destino trágico. A partir da identificação, da tomada de posição, buscará argumentos para defendê-las e, em alguma medida, confortá-las. Nesse sentido, algumas personagens secundárias exercerão um papel fundamental na trama. Em diferentes momentos, estão ao lado dos protagonistas, ora guardando algum segredo, ora protegendo-as.

Na ficção histórica camiliana, o narrador-autor problematiza questões caras ao povo português, dá voz às personagens de classes sociais distintas, com pontos de vista diferentes,

bem como defende os desprotegidos, os injustiçados. Acreditamos que o grande enigma permanece sendo o homem e o modo pelo qual este internaliza as convenções sociais, aceitando-as passivamente ou se insurgindo contra elas. Em qualquer das opções, mas sobretudo na primeira, a felicidade humana permanece sendo um fio tênue que pode, a qualquer momento, se romper.

Tendo em vista a fortuna crítica, *O senhor do paço de Ninães* destaca-se na ficção histórica de Camilo Castelo Branco. A queda de Portugal, ocasionada pela malograda batalha de Alcácer-Quibir e pela perda da independência, suscitou permanentes reflexões.

Castelo Branco Chaves, no estudo *O romance histórico no romantismo português*, não menciona especificamente *O senhor do paço de Ninães*, mas reflete acerca do romance histórico camiliano. Afirma que, “para Camilo, a História foi sempre considerada como uma apreciação subjectiva dos acontecimentos passados, exatamente como a novela camiliana havia sido sempre uma visão muito circunstanciantemente subjectiva da vida sua contemporânea” (CHAVES, 1979, p. 51).

De fato, percebe-se um olhar subjetivo tanto nos romances históricos quanto nos da atualidade. Todavia, não se pode ler a obra camiliana de maneira uniforme. Na ficção de temática contemporânea, a História nem sempre é vista circunstancialmente. Em *Agulha em palheiro* (1863), por exemplo, em meio à intriga passiona, questiona-se os caminhos e os descaminhos do liberalismo. Há um embate de ideias entre absolutistas e liberais.

O crítico literário continua a exposição e declara que “o principal ingrediente da novela histórica de Camilo é a vida de personagens dominados pela fatalidade das circunstâncias ou arrastadas pela voragem das paixões” (CHAVES, 1979, p. 51). Observa-se isso, mas também adentra na História reescrevendo-a a partir do ponto de vista dos injustiçados, perseguidos. Defende, em alguma medida, que o enredo passiona se sobrepõe ao histórico. Tal posicionamento aproxima-se do de Jacinto do Prado Coelho:

a História só intervém secundariamente, quando a narrativa se alonga mediante acontecimentos, uns históricos outros lendários, em que Rui Gomes se envolve em suas andanças, designadamente a batalha de Alcácer-Quibir e a luta do prior do Crato pelo trono, além dos episódios da vida portuguesa no Oriente, pintada em sua violência e corrupção. (COELHO, 1983, v. 2, p. 37)

Em contraponto, Maria Fernanda de Abreu, em “Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco”, argumenta que:

[...] a História portuguesa ocupa nela um lugar primordial e o narrador camiliano de *O senhor do Paço de Ninães* está veementemente empenhado não só em *contar e mostrar* alguns momentos dessa História mas, sobretudo, em dar o seu juízo, ideológico e moral, e em expressar a sua posição perante eles. Neste sentido, o protagonista da novela passional, Rui Gomes, senhor do Paço de Ninães, desempenha uma função de suporte diegético e textual que, ao formar parte de ambos os núcleos da acção, a amorosa e a histórica, permite ao narrador “logicamente” passar de uma para outra trama. (ABREU, 1991, p. 90, grifos da autora)

É inegável a relevância dos fatos históricos para o desenvolvimento de *O senhor do paço de Ninães*. Sem dúvida, o enredo histórico ocupa um lugar de destaque. Apresenta-se, num primeiro momento, a história de amor entre Leonor e Rui. Há a expectativa do casamento entre os jovens enamorados. Devido a um litígio judicial, Gonçalo Correia precisou negociar o casamento da filha com o chanceler-mor do Reino para o sobrinho João Esteves Cogominho. O amor tem um lugar especial na narrativa, mas é atravessado por acontecimentos históricos, por exemplo, a própria história do Paço de Ninães. Após a desilusão amorosa do protagonista, tem-se a passagem do enredo passional ao histórico.

Após ter a certeza de que Leonor obedeceria ao pai, Rui, desesperado, vai à procura do tio paterno D. Jorge de Azevedo no mosteiro de Landim, onde recebeu parte de sua formação. Tenciona ingressar na ordem religiosa, mas o tio desaprova o intento ao saber que o motivo era a desilusão amorosa. Ríspido, diz: “o hábito de noviço! – exclamou o D. prior, demudado o rosto para severo. – Vens tu, fraco homem, pedir a Deus que te acoute e defenda das injúrias de uma mulher! Foges para a religião, assim que uma vil criatura te arremessa com lama ao rosto!...” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 78). Rui não demonstra satisfação, porém obedece ao tio e volta ao paço de Ninães. É desaprovado pelo religioso utilizar a religião como subterfúgio para a dor de amor.

Então, D. Jorge de Azevedo dá um novo destino à vida de Rui. Informa a D. Teresa Figueiroa que eles vão passar um tempo na casa da família Azevedo em Lisboa, a fim de que o jovem esqueça Leonor. Ao chegarem à capital, tiveram uma recepção cordial. D. João de Azevedo, primo de Rui, torna-se seu amigo e confidente, ouvia a repetida história dos amores malogrados, esforçava-se para compreender tanta melancolia.

O fidalgo do Minho “sentia saudades da sua província e desejos de acolher-se às suas tranquilas ruínas de Ninães” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 88), assim como a sua mãe. Apesar da companhia inseparável do primo D. João, Rui não recuperava o ânimo.

Nesse ínterim, surgem comentários da possível expedição de D. Sebastião à África. D. Teresa Figueiroa se desespera, imaginando que Rui pudesse ser convocado ou quisesse ir após longo convívio com os guerreiros primos, além de ser um meio de afastar seus pensamentos

da amada Leonor. A sofrida mãe conversa com o Prior Jorge sobre a possibilidade de guerra em África,

– [...] não sabe vossa reverência o que me ele [Rui Gomes de Azevedo] disse? Que brevemente íamos ter guerra em África, porque o senhor **D. Sebastião quer conquistar não sei que terras...**

– Assim se diz; a isso o levam os inimigos de dentro e de fora. Fizeram-no **fanático e sequioso de sangue** ao mesmo tempo os conselheiros, os padres da Companhia. Não há ter mão dele. Assim que o lanço se lhe ajeitar, lá vai... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 90, grifos nossos)

D. Teresa já perdera o esposo D. Vasco de Azevedo, que retornara bem debilitado das viagens em África e Ásia, sem as comendas almejadas (ou merecidas). Também receia perder o único filho para que D. Sebastião possa conquistar “não sei que terras”. A imagem que se tem do rei era de um jovem de uma personalidade impulsiva, autoritária, aliada a uma religiosidade exacerbada, e que pouco ouvia determinados conselheiros fidalgos.

Nota-se um tom pejorativo tanto no discurso do prior quanto no da mãe de Rui. Em D. Teresa, ao reproduzir a fala do filho, depreende-se certo desinteresse pelas terras que o ambicioso monarca quer conquistar, assim como pelas viagens dos Descobrimentos. Já D. Jorge de Azevedo não vê a expansão ultramarina com descaso, apenas aponta críticas à expedição de D. Sebastião, da maneira como está sendo conduzida e, principalmente, liderada, com ímpeto, pelo jovem rei.

O rei D. Sebastião é movido pela vaidade, pelo desejo de conquistar terras para expandir o grande Império português e a fé católica. No entanto, será o declínio de Portugal. Apesar de D. Teresa querer o filho afastado das viagens ultramarinas que arruinaram a sua família, não consegue afastá-lo da expedição militar iminente.

Através da voz da mãe de Rui, é visível a crítica à expansão ultramarina em África que se iniciara no século XV com a conquista de Ceuta, em 1415, e se estendeu ao longo do século XVI. Ambicionava D. Sebastião conquistar Marrocos e expandir a fé cristã nas terras muçulmanas. A jornada teve seu fim na batalha de Alcácer-Quibir com a morte do rei. Evidencia-se, na fala do prior, que a Igreja Católica não é una. Ecoam vozes que consideram o rei D. Sebastião “fanático e sequioso de sangue”, posicionamento contrário aos religiosos da Companhia de Jesus.

No meio aristocrático, a honra possuía alto valor, os filhos eram educados para cavaleiros, com princípios norteadores: coragem, honra e fidelidade. Era considerada uma desonra para a família se um jovem fidalgo se recusasse a acompanhar o rei em expedições militares.

Na voz de Teresa Figueiroa, sente-se o pranto, o desespero diante da possibilidade da partida, como se percebe no diálogo:

- E Rui irá também?
- Se for, corre-lhe obrigação de ir. Todos os fidalgos irão. Como ficar e ver ir el-rei?
- Que vá el-rei muito nas boas horas, mas meu filho, não! – exclamou D. Teresa. – Para o conter, não me hão-de faltar forças! Se as lágrimas não valerem, de rojo me levará!...
- Que lástimas, Santo Deus, que lástimas! – atalhou D. Jorge. – Já vossa mercê se está figurando a frota que se abala, e seu filho que vai e a mourisma que lho come! Se todas as mães assim fossem, quem ganharia Portugal aos infiéis? quem passaria o cabo tormentório, quem daria azo às façanhas que aí andam cantadas por um filho do meu amigo Simão Vaz de Camões?... Veja que exemplos referem os soldados, que vêm da Índia, do heroísmo das mulheres de Goa e Chaul...
- Ai! sr. D. Jorge, – interrompeu a viúva – não sei nem quero saber o que essas mulheres fizeram... Eram mães?
- Eram; e algumas, que perdiam um filho, ofereciam outro ao serviço do rei...
- Então... – tornou D. Teresa – eram mais do que eu... não eram somente mães; eram santas... Pois Deus não me chamou ainda a grau de virtude e conformidade tão alto... Sou mulher... não tenho outro filho... nem me alimento de comendas de el-rei... Os que receberam melhor prêmio que meu defunto marido, vão, vão esses aumentar o que têm. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 90)

O prior questiona o comportamento da fidalga. Se todas as mães fossem como ela, talvez, Portugal não tivesse construído um Império. Para Teresa Figueiroa, o Império além-mar pouco importa desde que seu filho esteja vivo na sua terra, pois tais expedições levaram a família à ruína.

Na convivência com os primos, os heroísmos de guerra acabaram animando o jovem Rui que há um ano menosprezava as lutas em África e Ásia. Nem o afastamento do Minho, nem a passagem do tempo foram capazes de pôr fim ao amor de Rui por Leonor. Ao ouvir comentários da família do chanceler do Reino, não continha seu desagrado. Perguntava com frequência sobre a possível ida de D. Sebastião à África. Entrevê-se o interesse de Rui em acompanhá-lo. Por sua vez, D. Teresa procurava demovê-lo de tal ideia, não suportaria perder seu único filho.

- E, um dia, quando ela [D. Teresa Figueiroa] mais ternamente o demovia, porque já estava declarada guerra a Muley Moluk e aprazada a estação da partida, Rui lançou-se nos braços de sua mãe e exclamou:
- Preciso de morrer!... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 95)

Rui vê, na possibilidade da morte, uma saída para sua dor de existir, evasão romântica para os que não encontram seu espaço no mundo. Seu tio D. Jorge defende a sua partida e argumenta: “antes vá Rui para a África do que para Ninães. Em África pode esperá-lo a morte com honra; em Ninães há-de devorá-lo uma desesperação aviltadora, um inferno

incomparável, um desejo de vingança que lho há-de atirar louco aos seus braços ou homicida ao peito do rival!...” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 92). A todo tempo, a família Azevedo reitera a sua vocação de servir à pátria com bravura, coragem e honra. O frágil herói percorre o Império português, mas seu lugar nunca deixou de ser o paço de Ninães.

Já estava certa a expedição militar organizada por D. Sebastião, quando o rei Muley Mohammed pediu a sua ajuda para destituir do trono marroquino seu próprio tio Muley Moluk que o havia expulsado. Em troca de recompensas, como se tornar imperador de Marrocos, o rei português aceita, ignorando alguns fidalgos contrários. E Rui Gomes de Azevedo estava decidido a partir.

Em vez de se comoverem com o pranto de D. Teresa, as mulheres da família Azevedo procuraram animá-la, afirmando a grandeza de tal ato, demonstração de amor à pátria, como se nota na fala de D. Maria da Câmara, mãe de D. António de Azevedo e D. João de Azevedo:

– E eu! eu, que tenho dois filhos, não hei-de vê-los ir ambos? Minha mãe e minha avó não se reportaram conformadas, quando a pátria lhes demandou o mais caro tesouro de sua alma?... Não chore assim, prima Teresa, que as mulheres no nosso tempo afizeram-se a considerar mais filhos da pátria do que seus os próprios filhos. **É primor deles e orgulho nosso criá-los para defesa do rei, que fia dos estremados vassalos a conservação dos gloriosos nomes dos avós dele e nossos.** Meu sobrinho Rui deve ser dos primeiros na guerra, porque seu pai também o foi... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 97-98, grifos nossos)

Defende-se a ideia de que os filhos são mais da pátria, conforme foi mencionado, e isso é motivo de orgulho, de honra para as gerações da família Azevedo. Portanto, as vozes das mães são dissonantes, tendo em vista que D. Teresa Figueiroa não concorda que o filho tenha que ir à guerra porque o pai fora para dar continuidade à linhagem de bravos guerreiros. Já D. Maria da Câmara se sente honrada em criar um filho para vassalo do rei.

Quando **a armada real se fez ao mar, aos 24 de junho de 1578**, D. Teresa saía de Lisboa, caminho do paço de Ninães, mas não levava seu filho.

[...]

Lá vai Rui Gomes de Azevedo, à hora em que Leonor Correia de Lacerda, do alto de Santa Catarina, com o marido e tio, contemplava as oitocentas velas infladas, empavesadas, trapeando com o impulso da viração, e ouvia o estridor horrísono das charamelas, e o troar da artilharia e a grita do povo a prosperar vitórias ao famoso rei, que o saudava da amurada da galé real. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 105, grifos nossos)

D. Teresa já sem forças para lutar contra o estado de coisas, retorna ao paço de Ninães sem o filho que não voltará a ver. Por outro lado, o povo animado acompanha a partida e deseja vitórias.

O **dia 4 de agosto de 1578** devia de ser de alegria lá em cima, onde a justiça de Deus é saudada pelas almas boas que daqui foram sem nódoa de sangue nem migalha do pão roubado a homens. Naquele tempo, seriam muitas as almas portuguesas que pudessem saudar a divina justiça fulminante nos arraiais de Alcácer-Quibir? Não entro nesse computo, mas suspeito que não fossem muitas. **D. Sebastião, o doudo providencial, pagou por si, por D. João III, por D. Manoel, por D. João II, pelo conquistador de Tânger, pelo conquistador de Ceuta.** [...] **Portugal** naquele dia não teve por si Deus nem Satanás. **Morreu, e nem sequer gloriosamente!** (CASTELO BRANCO, 1950, p. 110-111, grifos nossos)

É um momento trágico na história portuguesa. Não só morreria o rei D. Sebastião, mas o país passaria por uma crise dinástica que levaria à perda da independência para a Espanha. A maior parte da nobreza portuguesa foi massacrada, e os sobreviventes foram feitos prisioneiros dos marroquinos. Além disso, a batalha de Alcácer-Quibir marcou o fim da Cruzada Cristã contra os muçulmanos, bem como o fim do expansionismo português no Norte da África. Por fim, o irônico narrador assinala que a Providência divina fez D. Sebastião pagar pela sua ambição e dos seus antecessores. É a morte de Portugal. Vê-se uma crítica acirrada à colonização portuguesa.

Dezesseis meses depois da batalha, desembarcaram em Lisboa os fidalgos resgatados, tirante os que morreram no longo decurso das negociações sobre a **liberdade dos oitenta do rol.**

Rui Gomes recebeu, ainda no Tejo, a nova da morte de sua mãe, procedida da equívoca notícia que trouxera a Lisboa um fugitivo.

Rui voltou-se para D. João de Azevedo e disse:

– Não tenho ninguém! (CASTELO BRANCO, 1950, p. 127, grifos nossos)

Ao retornar a Lisboa, Rui Gomes de Azevedo recebe a notícia da partida da mãe, decorrente da falsa informação sobre o filho. Suas terras tinham sido vendidas para o pagamento do resgate, ficando apenas o paço de Ninães. Assim, sentindo-se só, ingressa na armada de D. António, Prior do Crato, na luta pelo trono português. Depois de um período de lutas, D. Filipe assume o trono. Sem espaço na nova conjuntura sociopolítica, o fidalgo decide ser mercador nas Índias.

Quem poderia achar vestígios do gentil fidalgo do Minho naquele velho pálido, arrugado, encanecido, que se parava nas praças de Goa olhando em todos como espantado forasteiro? Notava ele, porém, que os seus antigos conhecidos nem se tinham desfigurado, nem empobrecido. Via-os; joviais, ricos e remoçados, galeando trajos a primor, como nos últimos anos de D. Sebastião. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 147)

Rui não encontra um espaço receptivo nas Índias. Sobrevive como mercador. Encontra fidalgos portugueses, que acompanharam o rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, bem-

sucedidos, mas não o reconhecem. A dominação portuguesa se dá através da força, do medo, agem com extrema violência contra os nativos e os forasteiros.

Após a viagem pela Índia, Rui Azevedo decide regressar à terra natal. Em tom desiludido, o antigo cavaleiro de D. Sebastião expressa: “Farto vou da Índia de Castela. Não é isto o que meu pai dizia da Ásia portuguesa. O que aí há é uma caverna de feras e ladrões” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 165). Ao despedir-se do amigo, frei Diogo das Póvoas, com quem lutou em África, que também se encontra de partida para uma missão na China, expressa a ilusão vista em seu pai, assim como nele, de procurar em terras estrangeiras a riqueza e/ou a felicidade, só encontrada quando estava na própria terra.

Frei Diogo das Póvoas despediu-se de Rui e disse:

– Até Deus, meu irmão... Onde vais tu daqui?

– A Portugal.

– Vais à pátria, Rui?

– Vou morrer onde nasci, se Deus quer que eu encontre ainda o tecto da casa em que minha mãe me disse: “Aqui expirou teu pai. Horas antes de render o espírito, falou assim: **Estava aqui a felicidade, e eu procurei-a onde o vício e o crime a não deixavam medrar. Estava aqui a riqueza e eu andei a empobrecer-me tantos anos...**”

– Vais ver os teus... – murmurou o frade, estendendo os olhos saudosos por sobre o mar.

– Não tenho ninguém, amigo.

– E eu tenho ainda mãe... há seis meses que ela vivia...

– Tens mãe?... E vais ao martírio?

– Deixarás teu pai e tua mãe... diz Jesus Cristo.

– Só com a certeza do céu se pode tanto! (CASTELO BRANCO, 1950, p. 200, grifos nossos)

A missão da Igreja Católica na China era considerada destinada ao fracasso. As expedições missionárias anteriores não regressaram. Muitos religiosos morreram, de outros não houve notícias. Apesar disso, Frei Diogo das Póvoas estava determinado a acompanhar os seus superiores. E Rui Gomes questiona ao amigo o fato de deixar a sua família para ir ao encontro de tal destino, assim como a fé cristã que visa conquistar o Oriente. Mas a que custo?

Rui Gomes [...] deteve-se olhando muito fito em frei Diogo e disse:

– E porque vais tu morrer? Eu passei por meio de regiões e povos que não sabem da nossa fé, e vão assim como tu de rosto sereno ao martírio e levam a certeza do triunfo no céu. Quem lhes ensinou o sacrifício do sangue? o aniquilarem-se na morte que a si mesmos se dão ou recebem dos verdugos de outra fé? Pensei nisto no fundo da minha solidão e estremei do horror das minhas dúvidas. [...] **Jesus Cristo não quereria que tu e eu ensinássemos primeiro a caridade e depois o nome de seu divino propagador? O sangue como tu vais derramá-lo não regará árvore de justiça e misericórdia e amor entre os teus algozes.** Deus acolhe tua alma, porém que mais santo serviço farás ao céu, se com a tua levores outra alma!... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 201-202, grifos nossos)

Reitera-se, no discurso do protagonista, a ideia de Deus misericordioso e bondoso, e do amor ao próximo, que deve estar em primeiro plano, acima da vaidade humana.

Ao regressar à terra natal, Rui embarca na nau Nossa Senhora da Conceição. No decorrer da viagem, toma conhecimento dos nobres que também retornavam com grande fortuna. Não tem um bom presságio. Então, decide desembarcar na Ilha Terceira. Confirma-se, posteriormente, que a nau foi atacada por turcos. Os viajantes tiveram seus bens saqueados, alguns foram assassinados, outros, assolados pela peste. E ainda crianças escravizadas a expiarem uma culpa que não tinham.

Rui Gomes, chegada a notícia do sucesso da nau à ilha Terceira, disse:
 – Meu Deus! meu Deus! que admirável é vossa justiça e vosso braço onnipotente!...
 Oh! livre-se a minha alma de conceber assim a justiça do Senhor e a força do seu braço! **Não foi Deus: foram os turcos que mataram aqueles filhinhos nos braços de suas mães. Deus, a querer conservar o nome que lhe damos de Pai, não consentia que as mães vissem o espectáculo horrendo dos inocentes sem pai a expiarem ainda a culpa dos que tinham morrido a vê-los escravos, pobres e nus.** Isto de matar mães e filhos promiscuamente só o faziam os generais portugueses na Índia, e os turcos em África. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 213, grifos nossos)

É visível a crítica à colonização portuguesa, bem como à ambição dos homens. Apesar de direccionar a crítica aos turcos, que atacaram o navio, o narrador lembra as atitudes desumanas cometidas pelos generais portugueses. Além disso, sutilmente, o narrador ironiza, quando diz: “Deus, a querer conservar o nome que lhe damos de Pai, não consentia que as mães vissem o espectáculo horrendo” (CASTELO BRANCO, 1950, p. 213). Isso não acontece apenas para preservar a imagem de “Pai”?

Na ilha Terceira, Rui Gomes de Azevedo aguarda o embarque de volta a Portugal. Durante a espera, tem-se um momento importante na narrativa, o encontro de Rui e Vasco, seu antigo escravo e amigo, que lá se refugiou, após assassinar João Esteves Cogominho, responsável pelos infortúnios da família do seu amo. Fugiu de Portugal, preocupado com as consequências de sua ação, mas parece que a justiça não deu importância ao caso, pois o morgado de Pouve já tinha causado muitas desgraças no Minho, por exemplo, o assassinato do ouvidor de Barcelos, conflitos com os religiosos, bem como arruinado a vida da esposa Leonor. Apesar do crime, o fidalgo continuou impune, o que poderia não acontecer com o escravo Vasco.

O escravo dizia ao ermitão que muitos anos tinha vivido em Portugal. Que seu senhor fora soldado em África e o filho dele morrera em Alcácer.

Rui Gomes de Azevedo escutava-o num silêncio de abstraído; e o negro, como soubesse que o ermitão esperava navio do reino para se passar a Portugal, dizia-lhe:

– Se Deus me deixasse acabar no Minho, na terra de meus senhores...

– De onde eram teus senhores? – perguntou Rui.

– Das terras de Vermoim.

– De qual casa nessas terras?

– Do paço de Ninães. Ouviu vossa mercê falar de um fidalgo que morreu em África, chamado Rui Gomes de Azevedo?

O ermitão cravou os olhos perplexos no preto e ficou largo tempo sem proferir palavra. Que força de homem! Que hábito de sopesar os ímpetos de sua alma! Reconheceu o escravo amigo, o confidente da sua mocidade, o homem que conhecera Leonor e sua mãe! (CASTELO BRANCO, 1950, p. 216-217, grifos nossos)

Vasco imaginava que seu amo estivesse morto, Rui também pensava que não vivia mais seu escravo. Tem-se o reconhecimento, momento bastante tenso na narrativa, ao mesmo tempo em que representa o amparo, o conforto que só se tem diante de pessoas próximas. Distante de Portugal por tantos anos, a presença de Vasco reaviva em Rui sentimentos, como: o cuidado, a amizade, o amor adormecidos nos longos anos de solidão em terras estrangeiras.

E perguntou-lhe [Vasco] serenamente:

– Há quantos anos saíste d'essa casa?

– Há perto de quarenta.

Deteve-se Rui a combinar as épocas e tornou:

– Porque deixaste a casa de teus senhores?

– Porque... foi uma desgraça que me fez deixar a casa de meus senhores, quando nenhum vivia já.

– Que desgraça foi? – volveu com autoridade e presteza o ermitão.

– Perdoe-me vossemecê não lha dizer, porque só Deus a sabe. Fiz um crime...

– Diz o teu crime, Vasco!

– Chamou-me Vasco!... – balbuciou o negro.

– É o teu nome?

– Senhor... foi esse... é esse... mas ninguém sabe nesta ilha o meu nome.

– Não temas que te acuse às justiças o teu senhor, o homem que se criou contigo.

Olha bem em mim... Procura debaixo deste hábito Rui Gomes de Azevedo. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 217-218)

Após alguns instantes de silêncio, Vasco cai aos pés de Rui, sem crer no que via. Relembra as circunstâncias da morte da mãe do fidalgo por acreditar que ele estivesse morto. Por fim, Rui quer saber por que seu antigo escravo veio para tão longe de casa.

Vasco começou uma longa história, cuja substância o leitor sabe, e completou-a, quando voltou com o repasto do ermitão.

Concluída a narrativa com a morte de João Esteves Cogominho e fuga do homicida para as ilhas, Rui Gomes, lavado em lágrimas, disse:

– Vasco, melhor fora que te deixasses morrer às mãos dele como eu me deixei a mim. Não te havia eu dado o exemplo da paciência? Fizeste mal... Escondido vives da justiça da terra, mas Deus sabe que estás aqui... Choro porque não posso louvar o teu zelo. Não tive mais verdadeiro amigo; perdeste a tua paz de consciência e arriscaste à perdição eterna a tua alma por amor de mim... e eis que te não posso

dizer: “Bem hajas!” Tens tu feito penitência? tens confessado o teu crime? tens chorado muito aos pés do Salvador?

Vasco, feita breve pausa entre o suspiro e a palavra, disse:

– Ainda não tive remorsos, senhor...

– Apagada está, pois, a luz da tua consciência, infeliz?

– Matei-o porque me vinha ele matar – replicou o negro – e matava-me porque o não deixei vender o bocadinho de terra que sua mãe não quis vender [...] Remorsos? eu! não os terei nunca... **Deus é justo**; o que eu fiz, senhor, se fosse mal feito, já a consciência me gritaria... (CASTELO BRANCO, 1950, p. 219-220, grifos nossos)

Observam-se, nas narrativas camilianas, personagens demasiadamente humanos, permeados de virtudes e vícios, enfim, nem bons, nem maus. Assim, seguem seus destinos. Percebe-se que, em alguma medida, o fidalgo Rui Gomes de Azevedo traz internalizado os valores sociais, preferiria a morte a ter que matar alguém, até em legítima defesa. A consciência precisa estar de acordo com os preceitos vigentes. Já Vasco não possui a mesma visão de mundo, matou para se defender e não se culpa por isso. E vai além trazendo a ideia de um Deus justo, não punitivo.

Jacinto do Prado Coelho aponta que, em *O senhor do paço de Ninães*, “Camilo volta a glosar o velho tema do *Frei Luís de Sousa*, típico do Romantismo. O esquema da “fábula” é em grande parte o mesmo: longa ausência, regresso e *anagnorisis* espetacular” (COELHO, 1983, v. 2, p. 36). Como se vê, no encontro entre Rui e Vasco. E, ao retornar ao Minho, Rui faz-se reconhecer por Leonor.

– Mas ele [Rui Gomes] não morreu, não? Onde está? Que vos disse ele de mim? e quem sois?

– Um mensageiro de Rui Gomes. De mando dele aqui estou. Ouvide as palavras de Rui Gomes de Azevedo: “Leonor, minha alegria da infância; anjo bendito que até aos vinte anos me encheste de alegria e salvaste a minha alma dos vícios que a enfraquecem o homem na luta com a desgraça; céu que te abriste e me mostraste a bem-aventurança dos virtuosos; crença, religião em que eu aprendi a pureza dos pensamentos; imagem que, depois de perdida, ainda me guiavas fora do caminho da prevaricação; perdido anjo e desgraçada mulher que não tiveste força para me ajudar a vencer a sina funesta; algoz de minha mocidade e vítima da tua frágil alma; Leonor, sabe que eu fui menos infeliz do que tu, porque cheguei aos sessenta e cinco anos sem sentir na consciência o morder de remorso nem receber dos homens outro opróbrio senão o da tua deslealdade. Leonor, eu nunca pedi a Deus o teu castigo, nunca pinteí na minha imaginação as delícias da vingança. Às vezes, orava por ti, depois de orar por minha mãe. À santa, que tinha morrido amaldiçoando-te, pedia-lhe que te não chamasse ao juízo de Deus; pedia-lhe, Leonor, porque eu vira todos os maus castigados, a justiça divina vingada em todos os desumanos, e bem sabia que tu havias de pagar na proporção das agonias de Rui... Grandíssimas foram, terribilíssimas não sido as tuas. Leonor, estás perdoada. Teu primo ajoelha ao pé do teu leito, e banha de seu pranto a mão que há quarenta e seis anos recebeu outras lágrimas de alegria!

E, dizendo, ajoelhara e levava aos lábios a mão de Leonor.

– Quê! – exclamou ela a gritos, cortados de pausas aflitivas. – Que visão... que voz... é um sonho... Quem me falou a mim agora?

– Leonor! – volveu Rui Gomes, levantando-se. (CASTELO BRANCO, 1950, p. 237-238)

A partir das considerações de Prado Coelho, Ana Maria Filizola afirma:

Na novela camiliana, a *anagnorisis* se dá duas vezes, uma ao criado fiel, Vasco, e outra mais ao final da narrativa passional: Rui volta ao Minho e se dá a reconhecer a Leonor, viúva e louca. A demente, que vivia à espera da volta do antigo amado, roída de remorsos e arrependimentos, ouve as palavras de perdão do primo e pode enfim descansar e morrer. Estão ambos velhos. Nos dois encontros, todos ficam satisfeitos. São histórias pessoais que se completam. Os que se julgavam mortos (Rui e Vasco), estão vivos. A demência de Leonor causa piedade a Rui. (FILIZOLA, 2006, p. 98)

Portanto, Camilo Castelo Branco problematiza a história de Portugal do final do século XVI, contribuindo com um olhar perspicaz para a memória coletiva, bem como discute questões acerca do espaço privado que não deixam de ser históricas. Assim, reflete sobre a identidade portuguesa em constante (re)construção.

CONCLUSÃO

É inegável que o século XIX foi um período de grandes transformações, uma verdadeira revolução na concepção de vida, e, por consequência, na arte. O Romantismo rompeu com a tradição clássica, com o racionalismo e com as convenções. A liberdade do indivíduo, dos povos e da arte foi proclamada. E os escritores oitocentistas participaram das mudanças nos campos de batalha e/ou literário.

Camilo Castelo Branco destaca-se como polígrafo, comparável a Alexandre Herculano e a Almeida Garrett. Foi poeta, teatrólogo, romancista, crítico literário, editor literário e tradutor. É, sobretudo, como ficcionista que ocupa um lugar maior no Romantismo português. Com um olhar atento, vai narrar as agitações sociopolíticas da passagem do Antigo Regime para o Liberalismo, apresentando como a história individual (os dramas íntimos) e a coletiva estão entrelaçadas.

O alargamento do público leitor favoreceu a profissionalização do escritor, que ganhou maior consciência de seu papel junto à sociedade. O romance histórico cai no gosto dos leitores que deseja conhecer a história e a formação do país através da literatura.

Em Portugal, devido às lutas liberais, a implantação e a hegemonia do Romantismo se efetivam a partir de 1834. Em 1836, Passos Manuel abre caminho à reforma do teatro, liderada por Almeida Garrett. No ano seguinte, inicia-se a publicação do jornal *O Panorama* que exerce um papel fundamental na divulgação das obras literárias. Os gêneros característicos da nova literatura são romances e dramas históricos, cultivados por Herculano e Garrett. As traduções de Walter Scott intensificam-se.

É, na década de 1840, que se situa o apogeu do primeiro momento do Romantismo português. Os romances e dramas históricos de Garrett e Herculano foram publicados: *Um auto de Gil Vicente* (1841); *O alfageme de Santarém* (1842); *Eurico, o presbítero* (1844); *O monge de Cister* (1848); *O arco de Sant'Anna* (1845, 1.º tomo).

Em um segundo momento do Romantismo, têm-se as publicações dos romances históricos de Camilo Castelo Branco. Na década de 1860, o público leitor ansiava por narrativas passadas em épocas mais próximas da contemporaneidade. Em parte, devido a isso, as narrativas históricas do período se passam, sobretudo nos séculos XVII e XVIII.

A ficção de Camilo Castelo Branco pode ser lida por múltiplos olhares. Ao ler os romances históricos, surpreende-nos o olhar trágico perante a história e a existência humana. É imprescindível conhecer as raízes históricas para pensar o presente, as transformações

vividas. E Camilo, através dos acontecimentos históricos, leva-nos a refletir sobre como chegamos até aquele ponto, sobre como se pode avançar. A crítica feita por Camilo em seus romances históricos também se vê, anos mais tarde, na conferência de Antero de Quental sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*. A Igreja (antiquada e retrógrada) é um ponto comum de discussão dos escritores, bem como o Estado absoluto. Mas o aspecto mais inovador de Camilo se impõe quando conduz o relato a impasses que nenhuma reforma social é capaz de abrandar e/ou ultrapassar. Chegamos aqui ao trágico.

Dentro da perspectiva comparativista (história e ficção), construiu-se o percurso da pesquisa. Como se tem visto, a primeira metade do século XIX em Portugal foi marcada por agitações sociopolíticas que alteraram radicalmente o país: as invasões napoleônicas; o controle do país sob o Conselho de Regência, com plenos poderes do general inglês Beresford, após a expulsão dos franceses; a Revolução de 1820, por conseguinte, os golpes e contragolpes, até culminar na guerra civil (1832-1834), a que se seguiu alguma estabilidade, mas não cessaram os confrontos entre cartistas e setembristas até a Regeneração. De fato, os tempos mudaram, Garrett estava certo: o país não mais voltará a ser o que fora, também não é possível manter-se estático no presente. Era preciso mudar, mas as mudanças em curso levavam a rumos impossíveis de avaliar ou prever com segurança.

Agulha em palheiro, romance de temática contemporânea, faz um panorama da instauração do liberalismo em Portugal. Através da família de sapateiros de Lisboa, desvela os embates íntimos e políticos. E aponta que as lutas individuais e coletivas certamente não têm sido vãs. Ao final, o protagonista reafirma as suas raízes para que seja lembrada (e valorizada) pelas novas gerações: “vosso avô foi cinquenta anos sapateiro nesta casa. Se alguma vez o orgulho lhe quiser perder, vinde aqui, e lembrai-vos que vosso honrado e santo avô foi cinquenta anos sapateiro nesta casa” (CASTELO BRANCO, s/d, p. 181).

Já os romances históricos, que trouxemos para integrar o nosso *corpus* de pesquisa, vão percorrer o tempo através das memórias de Camilo, dos historiadores, que são base para a construção das narrativas. Inicia-se a sua ficção histórica com *Luta de gigantes*. É publicada no jornal *O Comércio do Porto* em 1865. Aqui Camilo revisita os antecedentes da Revolução de 1640 e a Guerra de Restauração (1640-1668), tendo em vista que a Espanha não reconhece D. João IV como rei. A narrativa se concentra nos acontecimentos subsequentes à Revolução de 1640. Inicialmente, temos a celebração da amizade dos jovens estudantes de Direito em Coimbra, António de Mascarenhas, Braz Garcia e Diogo César. Dá-se o infortúnio, a partir do momento em que António e Braz travam um duelo, em que o Mascarenhas sai gravemente

ferido. O poeta sai em defesa da honra do amigo Diogo César. Assim, mudam-se os destinos. E as famílias Césares e Mascarenhas passam a ser movidos pelo ódio e o desejo de vingança. Em meio à luta pela reconquista da liberdade, do reconhecimento enquanto país (pela Espanha e por Roma), *Luta de gigantes* traz a vida da corte: jogos de poder (bem demarcados), redes de influências e interesses, traições e emboscadas são práticas comuns. Por outro lado, o amor, a amizade, a cumplicidade, os instantes de felicidade, encontrados tanto na diversão com os amigos quanto no seio da família, estão, também, presentes na vida social. Por fim, é acentuada a crítica ao Estado (à Monarquia Absoluta), que fica ao capricho do jogo político, que, por vezes, cega, e à Igreja, autoritária, centralizadora, que visa aos próprios interesses. Como se vê, na ficção camiliana, o bem e o mal coexistem no ser humano. Em todas as épocas, o homem, para Camilo, é feito “da frágil argila da humanidade”, como diz o narrador (CASTELO BRANCO, 1929, p. 199). Portanto, traz personagens feitos de grandeza e baixeza, de conhecimento e desconhecimento, de sabedoria e ignorância. Assim se dá a tragédia.

É publicado *O olho de vidro*, originalmente, no *Jornal do Comércio*, em 1866. A partir do desafio lançado por Inocêncio Francisco da Silva aos romancistas, Camilo debruça-se sobre a biografia de Brás Luís de Abreu, autor de *Portugal médico*, em torno do qual se centra a narrativa. A intriga desenvolve-se desde os finais do século XVII (1692) e meados do século XVIII (1756), época em que se vê acentuada crítica a práticas da Igreja, sobretudo a Inquisição. Devido à perseguição aos judeus em Portugal, o menino Brás fica sob cuidados de diferentes famílias judias até ser acolhido pelos frades no Colégio São Paulo. Há episódios dramáticos da ação da Inquisição, por exemplo, a condenação de Heitor Dias da Paz. Desconhecendo a sua verdadeira identidade, o médico Brás casa-se com a própria irmã. Ao descobrirem a relação incestuosa, ainda que involuntariamente, teriam de expiar esse crime. É de Brás a iniciativa de vestir a mortalha, não consegue seguir em frente, além de submeter toda a família à expiação. É extrema a incapacidade de agir do médico, a esposa parece desejar mudar o estado de coisas, mas se sente atormentada pelos dogmas católicos. Também, Brás não consegue deixar os filhos seguirem, fazem parte da trágica condição. Sem saber por que expiam, as filhas desesperam-se no convento. Já os filhos, resignados, aceitam vestirem os hábitos das ordens religiosas (Companhia de Jesus e Ordem de São Domingos), ignorando a sua origem. Embora religiosos, vivem na mais completa escuridão. Apesar da morte da esposa, D. Josefa Maria de Castro, e de três filhas, por não suportarem o claustro, não deixa as outras seguirem seus destinos, nem sob os cuidados de um velho amigo de seu pai, Francisco Luís de Abreu. A partir da família, tendo em vista que é o microcosmo da nação, Camilo

desvela os dramas íntimos do sujeito. O conflito social ao lado do subjetivo, ilustra e aprofunda o trágico na obra do autor de *Amor de perdição*.

Curiosamente, *Frei Luís de Sousa*, a obra-prima de Garrett, publicada em 1844, é referida em *O olho de vidro* justamente no momento da revelação da identidade dos irmãos. É clara a referência aos protagonistas de *Frei Luís de Sousa*. Também, tão trágico é o momento que vivem Brás e a esposa, “no one is to blame, and yet everyone feels guilty” (BUESCU, 2009, p. 607).

Camilo revisita a expansão marítima portuguesa já em seu declínio, no final do século XVI, em *O senhor do paço de Ninães* (1867). É comum nas narrativas camilianas o diálogo entre os enredos: passional e histórico. A partir da desilusão amorosa de Rui de Azevedo, o enredo histórico se desenvolve. Rui segue para a África na expedição de D. Sebastião, contrariando a vontade da mãe. Ao saber da suposta morte do filho por um viajante, D. Teresa de Azevedo morre de desgosto. Quando retorna, Rui luta ao lado D. Prior de Crato pelo trono português. Vencidos, segue para as Índias como mercador. Vê-se uma problematização de questões pertinentes à expansão marítima portuguesa, tais como: a expedição do rei D. Sebastião ao Norte da África; a batalha de Alcácer-Quibir (1578); o problema dos reféns de Alcácer-Quibir; a disputa pela sucessão ao trono após o desaparecimento do rei; a perda da independência; a corrupção e a violência no Oriente. Há acentuadas críticas à política expansionista, ao rei D. Sebastião, enfim, ao processo de colonização, que leva à perda da independência. Não são apenas os nobres que morrem nas areias de Alcácer-Quibir, é o próprio país, como bem analisou Paulo Motta Oliveira (2020). Como se vê, o individual e o coletivo se entrelaçam, as tragédias da nação estão implicadas com as tragédias familiares, consequência de questões histórico-sociais e políticas.

Os protagonistas dos romances de Camilo são sempre muito suscetíveis a acertos e erros, ao bem e ao mal, são invariavelmente imperfeitos. E as personagens que os cercam são “efectivamente as mais complexas, psiquicamente mais contraditórias e multifacetadas de reação prática ou verbal” (LOPES, 1984, p. 67). Elas os protegem, lutam as batalhas deles, vingam-se por eles. Como se vê em *Luta de gigantes*, Braz Garcia, ao travar um duelo com António de Mascarenhas, visa vingar a honra do amigo Diogo César. Já em *O senhor do paço de Ninães*, o escravo Vasco assassina o fidalgo João Esteves Cogominho, devido à desventura que ocasionou à família de Rui, seu antigo amo. Após o episódio, sente-se livre. Em ambas as obras ocorreram traições, que levaram ao desejo de vingança. Em *O olho de vidro*, os dramas íntimos, despertados no embate com as barreiras intransponíveis, construídas socialmente, sobretudo pelas leis do catolicismo, ganham muita força. O trágico ganha então o centro da

cena neste conflito do homem contra o social, mas também contra si mesmo. O trágico está associado, sempre em Camilo, à sociedade “funebremente cristã”, mas também ao sujeito limitado, errante, tantas vezes cego, acossado pelo desconhecido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Fernanda de. Alcácer Quibir, a batalha expiatória. Para o estudo da novela histórica de Camilo Castelo Branco. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 119, p. 89-103, jan. 1991.

ALMEIDA, Fialho de. Camilo Castelo Branco. In: ALMEIDA, Fialho de. *Figuras de destaque*. 2. ed. Lisboa: Clássica, 1969. p. 65-98.

AMORIM, Cláudia. *Entre a queda na cidade e a ascensão na serra: as trajetórias de Calisto e Jacinto no espaço português de oitocentos*. 1995. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

AMORIM, Cláudia. Introdução e organização da Conferência “Afirmção do Realismo como nova Expressão da Arte”, de Eça de Queirós. *O Marrare*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 67-75, jun. 2002.

AMORIM, Cláudia. *Literatura portuguesa: das origens à contemporaneidade*. Curitiba: IESDE, 2020.

ARIÈS, Phillippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. v. 3, p. 9-25.

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Guimarães, 1964.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Estudos).

BARCELLOS, José Carlos. Masculinidade e modernidade em Camilo Castelo Branco. In: SOUSA, Sérgio Guimarães de; MARTINS, José Cândido de Oliveira (org.). *Leituras do desejo em Camilo Castelo Branco*. Guimarães: Opera Omnia, 2010. p. 97-114.

BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252. (Obras Escolhidas, v. I).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kühner. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BOURDON, Albert-Alain. *História de Portugal*. Tradução de Joaquim Soares da Costa. 3. ed. Lisboa: Texto & Grafia, 2015.

BUESCU, Helena Carvalhão. The polis, romantic tragedy, and untimeliness in Frei Luis de Sousa. *European Romantic Review*, v. 20, n. 5, p. 603-611, dez. 2009.

BUESCU, Helena Carvalhão. Revolução e família: amor de perdição. In: SANTOS, Gilda; OLIVEIRA, Paulo Motta. (org.). *Genuína fazendeira: os 100 anos de Cleonice Berardinelli*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2016. p. 266-275.

BUESCU, Helena Carvalhão. A construção romântica da Literatura Portuguesa. In: CARDOSO, Patrícia; DAVID, Sérgio Nazar (org.). *Texto, tempo, imagem: interlocuções*. v. 1. Campina Grande: Realize Editora, 2023. p. 14-28.

CABRAL, Alexandre. *Estudos camilianos I*. Porto: Inova, 1978.

CABRAL, Alexandre. *Camilo Castelo Branco: roteiro dramático dum profissional das letras*. Lisboa: Terra Livre, 1980.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1988.

CAMÕES, Luís. *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*. Prefácio e selecção de textos de Eugénio de Andrade. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 2000.

CARDOSO, Patrícia da Silva. A perspectiva ficcional da história a partir do narrador *de O senhor do paço de Ninães*. In: PAVANELO, Luciene Marie; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). *O romance histórico de Camilo Castelo Branco: O senhor do paço de Ninães e outros escritos*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020. p. 84-99.

CASCÃO, Rui. Vida quotidiana e sociabilidade. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5, p. 517-541.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. v. 3, p. 402-438.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Agulha em palheiro*. São Paulo: Saraiva, [19--].

CASTELO BRANCO, Camilo. *A caveira da mártir*. 4. ed. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Castilho e Camilo: correspondência trocada entre os dois escritores*. Prefácio e notas de João Costa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Luta de gigantes*. 5. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O retrato de Ricardina*. 8. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1936.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O senhor do paço de Ninães*. 7. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1950.

CASTELO BRANCO, Camilo. Amor de salvação. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Obra seleta*. Organização, seleção, introdução e notas de Jacinto do Prado Coelho. v. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. p. 673-783.

CASTELO BRANCO, Camilo. A queda dum anjo. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Obra seleta*. Organização, seleção, introdução e notas de Jacinto do Prado Coelho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960a. v. 1, p. 785-905.

CASTELO BRANCO, Camilo. O santo da montanha. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Obra seleta*. Organização, seleção, introdução e notas de Jacinto do Prado Coelho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960b. v. 1, p. 907-1040.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O regicida*. Nota preliminar de Fernando Castelo Branco, fixação do texto de Natércia Rodrigues Alves. 7. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1965.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A filha do regicida*. Nota preliminar de Fernando Castelo Branco, fixação do texto de Carlos Brego da Costa. 7. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1967.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Carlota Ângela*. Nota preliminar de Luís Forjaz Trigueiro, fixação do texto de Teresa Amado. 10. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1967a.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O olho de vidro*. 6. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1968.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O judeu*. 6. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1970. 2 v.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de perdição*. Edição crítica de Ivo Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020.

CASTRO, Andreia Alves Monteiro de. *Crimes, realidades e ficções: a representação do criminoso na literatura e na imprensa oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

CATROGA, Fernando. Romantismo, literatura e história. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5, p. 545-561.

CHAGAS, Pinheiro. *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da Viúva Moré, 1867.

CHAGAS, Pinheiro. *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Lisboa, ano 8, v. 8, n. 238, p. 170-171, 1 ago. 1885.

CHAVES, Castelo Branco. *O romance histórico no romantismo português*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

CHORÃO, João Bigotte. *O essencial sobre Camilo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

CÓDIGO filipino, ou, ordenações e leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rey D. Filipe I. Por Cândido Mendes de Almeida. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562747>. Acesso em: 15 dez. 2021.

COELHO, Jacinto do Prado. Introdução geral: Raízes e sentidos da obra camiliana. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Obra seleta*. Organização, seleção, introdução e notas de Jacinto do Prado Coelho. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. v. 1, p. 9-62.

COELHO, Jacinto do Prado. *Problemática da história literária*. 2. ed. Lisboa: Ática, 1961.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982. v. 1.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. v. 2.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Pouca luz em muitas trevas: Eurico, o presbítero no liberalismo português*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DAVID, Sérgio Nazar. *O século de Silvestre da Silva*. Estudos sobre Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis. Lisboa: Prefácio, 2007.

DAVID, Sérgio Nazar. De estrangeiros, estrangeirados, imigrantes e proscritos. Almeida Garrett e Eça de Queirós no espelho da Europa. Viagem e história social. Portugal ontem e hoje. VILAS-BOAS, Gonçalo; OUTEIRINHO, Maria de Fátima (org.). *Cadernos de Literatura Comparada*. *Viagens*, Porto, n. 18, p. 107-126, 2008.

DAVID, Sérgio Nazar. O mundo inexorável do constitucionalismo português. Os desafios maiores do liberalismo sob o olhar de Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo e Eça de Queirós. In: RIOS, Otávio (org.). *O Amazonas deságua no Tejo: ensaios literários*. Manaus: UEA Edições, 2009. p. 224-240. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/download/download/73-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DAVID, Sérgio Nazar. Mimese e moral em Camilo Castelo Branco. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 181, p. 77-87, set./dez. 2012.

DAVID, Sérgio Nazar. *Viagens na minha terra: uma obra política*. In: GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. p. 7-22.

DAVID, Sérgio Nazar. Introdução geral. In: GARRETT, Almeida. *Filipa de Vilhena / A sobrinha do marquês*. Edição crítica de Sérgio Nazar David. Lisboa: Imprensa Nacional, 2020. p. 14-53.

DAVID, Sérgio Nazar. 2022. Prosa e Verso no Real. *Conversa sobre Almeida Garrett*. 1 vídeo (2h16min51s). Publicado pelo canal Real Gabinete, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0r2feZismUc>. Acesso em: 25 out. 2022.

DIÁRIO ILLUSTRADO. Lisboa, ano 2, n. 342, p. 1, 5 jul. 1873.

FERRAZ, Maria de Lourdes A. *A ironia romântica: estudo de um processo comunicativo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

FERRAZ, Maria de Lourdes A. *Ensaaios oitocentistas*. Porto: Caixotim, 2011.

FERREIRA, Alberto. *Perspectiva do romantismo português (1833-1865)*. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FILIZOLA, Anamaria. O desastre de Alcácer Quibir e O senhor do paço de Ninães, de Camilo Castelo Branco. *Revista Letras - UFPR*, Curitiba, n. 68, p. 91-100, jan./abr. 2006.

FRANCHETTI, Paulo. A novela camiliana. In: FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê, 2007. p. 87-100.

FRANÇA, José-Augusto. Camilo ou a opção da desventura. In: FRANÇA, José-Augusto. *O romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. v. 3, p. 639-699.

FRANÇA, José-Augusto. *O romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

FRANÇA, Assembleia Nacional. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Paris, 1789. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FREITAS, Senna. *Perfil de Camilo Castelo Branco*. Porto: Caixotim, 2005.

GARRETT, Almeida. O alfageme de Santarém. In: GARRETT, Almeida. *Obras completas de Almeida Garrett*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984. v. 12.

GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa*. Introdução de Ofélia de Paiva Monteiro. Porto: Civilização, 1999.

GARRETT, Almeida. *O arco de Sant'Ana*. Edição crítica de Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

GARRETT, Almeida. Um auto de Gil Vicente. In: REBELLO, Luiz Francisco. *Teatro romântico português: o drama histórico*. Prefácio, seleção e notas de Luiz Francisco Rebello. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. p. 81-162.

GARRETT, Almeida. *Da educação*. Edição crítica de Fernando Augusto Machado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Edição crítica de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HERCULANO, Alexandre. *O monge de Cister*. Lisboa: Publicações Europa-América, [19--]. 2. v.

HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. 2. ed. Lisboa: Casa da Viúva, Bertrand, 1858. 2 v.

HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

HERCULANO, Alexandre. Carta V. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 115-135.

LOPES, Óscar. *Ler e depois: crítica e interpretação literária*. 3. ed. Porto: Inova, 1970. v. 1.

LOPES, Óscar. *Modo de ler: crítica e interpretação literária*. 3. ed. Porto: Inova, 1970. v. 2.

LOPES, Óscar. *Álbum de família: ensaios sobre autores portugueses do século XIX*. Lisboa: Caminho, 1984.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

MARINHO, Maria de Fátima. O romance histórico no século XIX. In: MONTEIRO, Ofélia Paiva (org.). *Sociedade e ficção (Garrett – Romance histórico – Júlio Dinis)*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2007. p. 23-45.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. 13. ed. Lisboa: Presença, 1998. v. 3.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 176-245. v. 4.

MARTINS, Oliveira. *Portugal contemporâneo*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996. 2 v.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5.

McNAB, Gregory. Camilo e a problematização do romance histórico. *Luso-Brazilian Review*, v. 30, n. 1, p. 167-173, 1993.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. Introdução. In: GARRETT, Almeida. *Frei Luís de Sousa*. Porto: Civilização, 1999.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. *O essencial sobre Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Estudos garrettianos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

NAMORATO, Luciana. Camilo romancista: nem ingênuo, nem sentimental. In: CASTRO, Andreia Alves Monteiro de; CRUZ, Eduardo da; VASCONCELOS, Viviane (org.). *Texto, tempo, imagem: interlocuções*. Campina Grande: Realize Editora, 2023. v. 3, p. 215-229.

NETO, Vítor. O Estado e a Igreja. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5, p. 265-283.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

O COMMERCIO DO PORTO. Porto, ano 12, n. 232, p. 1-2, 11 out. 1865.

O COMMERCIO DO PORTO. Porto, ano 14, n. 216, p. 1, 22 set. 1867.

O OCCIDENTE: Revista Ilustrada de Portugal e do Extranjeiro, Lisboa, ano 8, v. 8, n. 238, p. 169-171, 1 ago. 1885.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Da ficção camiliana como interpretação de Portugal. In: FERNANDES, Annie Gisele; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). *Literatura Portuguesa aquém-mar*. Campinas, SP: Komedi, 2005. p. 135-147.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Romeiros e solares destruídos: imagens da morte de Portugal. In: PAVANELO, Luciene Marie; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). *O romance histórico de Camilo Castelo Branco: O senhor do paço de Ninães e outros escritos*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020. p. 15-41.

PAIVA, José Pedro. A igreja e o poder. In: HISTÓRIA religiosa de Portugal: humanismos e reformas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. v. 2, p. 135-185.

PASCOAES, Teixeira de. *O penitente* (Camilo Castelo Branco). Lisboa: Assírio e Alvim, 1985.

PAVANELO, Luciene Marie; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). *O romance histórico de Camilo Castelo Branco: O senhor do paço de Ninães e outros escritos*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020.

PAVANELO, Luciene Marie. O castigo de Camilo à soberba cega de uns bárbaros que se arregimentavam com a cruz na avançada: nação e colonialismo em O senhor do paço de Ninães. In: PAVANELO, Luciene Marie; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). *O romance histórico de Camilo Castelo Branco: O senhor do paço de Ninães e outros escritos*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020. p. 42-60.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. v. 4.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. v. 4, p. 78-90.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a. v. 4, p. 91-106.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b. v. 4, p. 107-168.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2020c. v. 4, p. 246-267.

POMAR, Júlio. *Estudo para o romance de Camilo de Aquilino Ribeiro*. Barcarena: Artemágica, 2005.

QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: SERRÃO, Joel. *Liberalismo, socialismo e republicanismo: antologia de pensamento político português*. Seleção, introdução e notas de Joel Serrão. 2. ed. Lisboa: Horizonte, 1979. p. 137-171.

RÉGIO, José. Camilo Castelo Branco. *In: PERSPECTIVA da literatura portuguesa do século XIX*. Lisboa: Ática, 1947. v. 1, p. 171-215.

RÉGNIER-BOBLER, Danielle. Exploração de uma literatura. *In: DUBY, Georges (org.). História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 2, p. 313-410.

RIBEIRO, Aquilino. *O romance de Camilo*. Lisboa: Bertrand, 1974. 2 v.

ROCHETA, Maria Isabel. Prefácio. *In: CASTELO BRANCO, Camilo. O senhor do paço de Ninães*. Porto: Caixotim, 2007. p. 7-25.

RUAS, Luci. A memória da catástrofe e o testemunho romântico na "fábula trágica" O senhor do Paço de Ninães, de Camilo Castelo Branco. *In: Convergência Lusíada*, v. 29, n. 40, p. 36-49, jul./dez. 2018.

SÁ, Victor de. *Instauração do liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. (Perspectivas históricas).

SANTANA, Maria Helena; LOURENÇO, António Apolinário. No leito. Comportamentos sexuais e erotismo. *In: HISTÓRIA da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 254-289.

SANTOS, Maria de Lourdes C. Lima dos. *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Presença, 1983.

SANTOS, Maria de Lourdes C. Lima dos. *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1988.

SARAIVA, António José. *Para a história da cultura em Portugal*. 5. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982. 2 v.

SARAIVA, António José. *Iniciação na literatura portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 14. ed. Porto: Porto, 1987.

SERRÃO, Joel. *Temas oitocentistas: para a história de Portugal no século passado*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980. 2 v.

SOUSA, Sérgio Guimarães de; MARTINS, José Cândido de Oliveira (org.). *Leituras do desejo em Camilo Castelo Branco*. Guimarães: Opera Omnia, 2010.

SOUSA, Sérgio Guimarães. O desengano do mundo imperial (sobre *O senhor do paço de Ninães*). In: PAVANELO, Luciene Marie; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). *O romance histórico de Camilo Castelo Branco: O senhor do paço de Ninães e outros escritos*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020. p. 61-83.

SOUSA, Sérgio Guimarães de. 2021. Interloquções camilianas. Declinações do mal em Camilo Castelo Branco (*A neta do arcediogo, O retrato de Ricardina, A doida do Candal*). 1 vídeo (1h56min49s). Publicado pelo canal ABRAPLIP 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygWUi9K2fTg>. Acesso em: 27 out. 2021.

VAQUINHAS, Irene Maria; CASCÃO, Rui. Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5, p. 441-457.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis. Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5, p. 65-87.